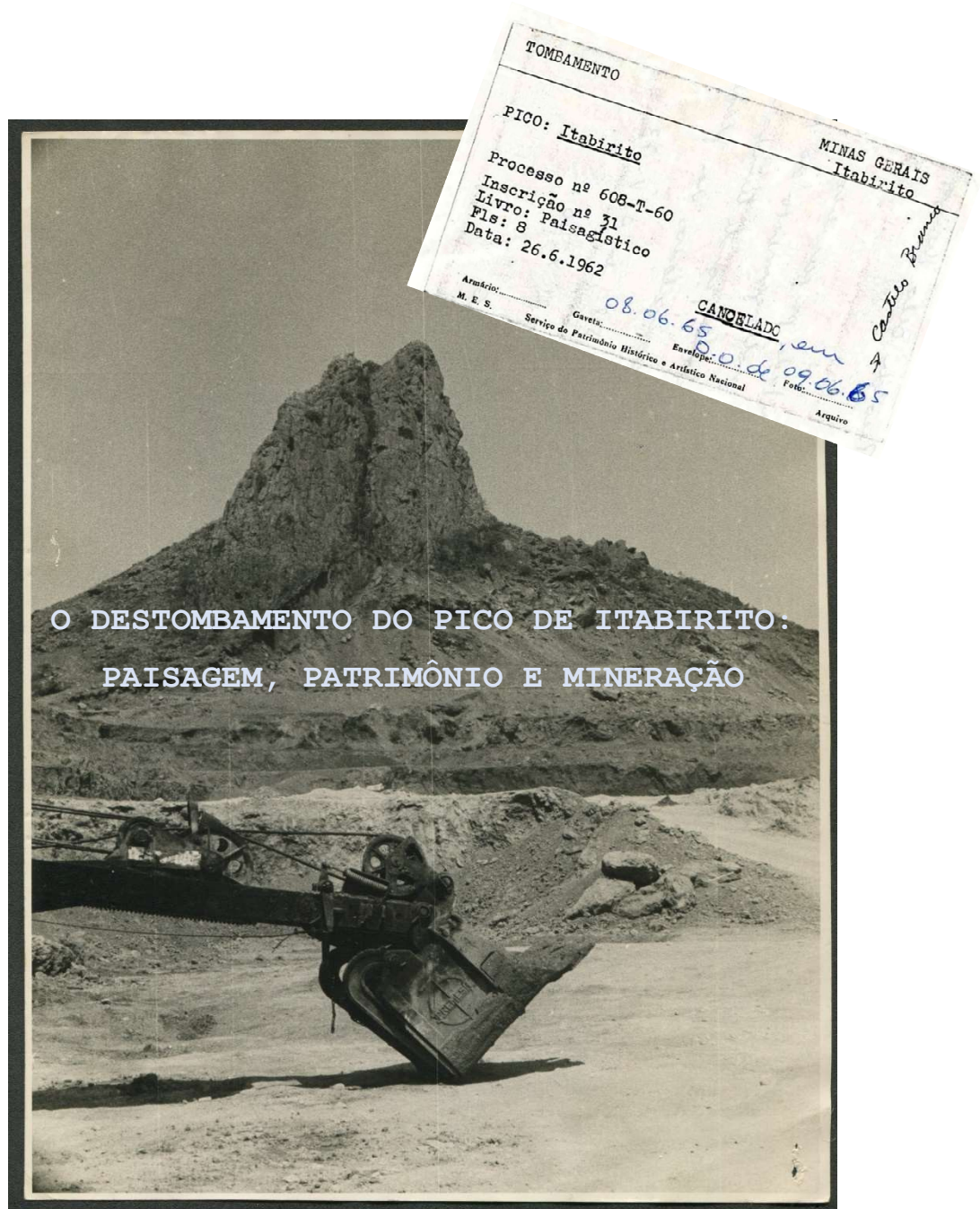


Thaís Lanna Junqueira



Belo Horizonte
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura

Thaís Lanna Junqueira

O DESTOMBAMENTO DO PICO DE ITABIRITO:
paisagem, patrimônio e mineração

Belo Horizonte
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura

Thaís Lanna Junqueira

O DESTOMBAMENTO DO PICO DE ITABIRITO:

paisagem, patrimônio e mineração

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS) da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha de Pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Myriam Bahia Lopes

Belo Horizonte
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

J95d

Junqueira, Thaís Lanna.

O destombamento do Pico de Itabirito [manuscrito] : paisagem, patrimônio e mineração / Thaís Lanna Junqueira. - 2019.
196f. : il.

Orientador: Myriam Bahia Lopes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio - Teses. 2. Monumentos naturais - Teses. 3. Minas e mineração - Teses. 4. História - Teses. 5. Memória coletiva - Teses 6. Itabirito (MG) - Teses. I. Lopes, Myriam Bahia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 719

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG.

Thaís Lanna Junqueira

"O Destombamento do Pico de Itabirito: paisagem, patrimônio e mineração"

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

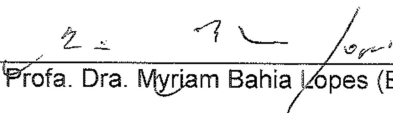
Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin (EA/UFMG)



Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus (IGC/UFMG)



Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes (EA/UFMG - orientadora)

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2019.

*O pico de Itabirito
Será moído e exportado
Mas ficará no infinito
Seu fantasma desolado.*

*Com tanto minério em roda
Podendo ser extraído,
A Icominas se açoda
E nem sequer presta ouvido
Ao grave apelo da história
Que recortou nessa imagem
Um outro azul da memória
E um assombro da paisagem.*

*St. John del Rey Mining sai,
Mais Hanna mais Icominas
E sem dizer água-vai
Serram os serros de Minas,
Nobres cimos altaneiros
Que davam com sobriedade,
Aos de casa e forasteiros
Um curso de eternidade.*

*A tripla, agressiva empresa
Acha que tudo se exporta
E galas da natureza
São luzes de estrela morta.*

*Traição? Ora, bulufas,
Ruínas, frases e ossos.
Algibeiras como estrofas
De ouro feito de destroços!*

*Mas eis que salta o conselho
Dos homens bons do Dphan,
No caso mete o bedelho
E na brisa da manhã
Acende um sol de esperança
Sobre a paisagem mineira.
(até onde a vista alcança,
Era dinamite e poeira.)*

*- o pico de Itabirito,
Este há de ser preservado
Com presença, não mito,
De um brilhante passado.*

*Conselho dixit. E "tombando"
A rocha, mais rocha agora.*

*Demonstra-nos como, quando,
Com peito, uma lei vigora.
St. John, Hanna e Ico, murchos,
Detêm-se para pensar.*

*Queimaram-se os seus cartuchos
Ou resta um jeitinho no ar?
- vamos chorar nossas mágoas
E, reforçando o lamento,
Arar em sabidas águas:
Ação, desenvolvimento!*

*Tudo exportar bem depressa,
Suando as rotas camisas.
Ficam buracos? Ora essa,
O que vale são divisas
Que tapem outros "buracos"
Do tesouro nacional,
Deixando em redor os cacos
De um país colonial.*

*Escorre o tempo. E à cantiga
Dessa viola afinada,
Já ninguém mais lembra a antiga
Voz do conselho, nem nada.*

*E vem de cima um despacho
Autorizando: derruba!
Role tudo, de alto a baixo,
Como, ao vento, uma embaúba!*

*E o pico de Itabirito
Será moído, exportado.
Só quedará no infinito
Seu fantasma desolado*

(O Pico de Itabirito – Carlos Drummond de Andrade)

*“Tão triste a gente fica ao ver o chão de agora
Lá vai o trem mineiro vai por aí a fora
Vai pelo império, lotado de minério
E leva tudo pro exterior (...)
Comprou a nossa alma, usou a nossa calma,
E nós batemos palma, sem saber...”*

(O Trem que leva Minas – Newton Bandeira)

AGRADECIMENTOS

A caminhada rumo ao título de mestre não é fácil, mas é gratificante. Ao começar a percorrê-la, sabia que encontraria algumas dificuldades, mas, ao longo do percurso, descobri que elas eram muito maiores do que eu podia imaginar. Hoje, contudo, quando olho para trás e vejo o trabalho que consegui construir, encho-me de satisfação, pois sinto que atingi meus objetivos e que o resultado final do meu trabalho faz sentido e tem importância. Estes devem ser, acredito eu, os alvos perseguidos por todos que se aventuram no mundo da pesquisa acadêmica.

Como caminhada de vida alguma se faz sozinho, devo agradecer a algumas pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que ela ocorresse nos trilhos certos e da maneira mais leve possível. Aos meus pais e irmão, por estarem sempre presentes e serem fonte de amor, carinho e, muitas vezes, acreditarem mais em mim e na minha capacidade que eu mesma. À minha orientadora, Myriam, por todo o conhecimento compartilhado, pela flexibilidade, paciência e capacidade de compreensão. Às minhas amigas e amigos, por compartilharem comigo momentos bons e me ajudarem a lidar com as aflições e medos dos momentos ruins, lembrando-me sempre que o equilíbrio é tudo.

Agradeço, também, à equipe da Divisão de Memória e Patrimônio da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo de Itabirito, onde trabalhei por dois anos e, além de conhecer pessoas imprescindíveis para a consecução desta dissertação, pude entender o significado do Pico para os itabiritenses, bem como o dilema que eles vivem em relação à mineração na cidade. Também deixo registrado os meus agradecimentos ao Arquivo Central do Iphan, pois sem a prestativa e eficiente disponibilização dos processos de tombamento sob sua guarda, essa pesquisa não teria sido possível de acontecer.

RESUMO

O processo de tombamento e posterior destombamento do Pico de Itabirito (MG), ocorrido na década de 1960, é o objeto desta dissertação de mestrado. A pesquisa teve como objetivo explicar o processo, sob a perspectiva do patrimônio cultural como uma construção discursiva, feita a partir de conflitos de valores, poderes e interesses. Buscou-se compreender, por meio de ampla pesquisa documental, os discursos que embasaram a atuação dos sujeitos envolvidos no processo e o impacto que o episódio teve sobre a população, relacionando estes elementos ao contexto histórico em que se inseriam. Aqui estão apresentadas, portanto, a história da construção simbólica do Pico enquanto uma paisagem notável, a trajetória da mineração em Itabirito e da patrimonialização de bens naturais pela Dphan, bem como aspectos relevantes sobre o Decreto-Lei nº 3.866, de 1941, que estabelece o cancelamento de tombamento em âmbito federal. A pesquisa demonstrou que os patrimônios, enquanto elaborações discursivas, estão condicionados aos flutuantes conflitos de poder que ocorrem nos diversos contextos políticos. Isso faz com que sua suposta sacralidade coexista com uma dimensão de fragilidade, fazendo da preservação e da destruição de bens patrimoniais duas faces de uma mesma moeda.

Palavras-chave: História, Destombamento, Paisagem, Patrimônio, Mineração

ABSTRACT

The process of classifying and later removal of Pico de Itabirito (MG) from the national heritage list, occurred in the 1960s, is the object of this dissertation. The research aimed to investigate and explain the process, from the perspective of cultural heritage as a discursive construction, made of conflicts of values, powers and interests. It was sought to understand, through extensive documentary research, the discourses that based the action of the agents involved in the process and the impact that the episode had on the population, relating these elements to the historical context in which they were inserted. Here we present, therefore, the history of the symbolic construction of the Peak as a remarkable landscape, the trajectory of mining in Itabirito and the patrimonialization of natural assets by Dphan, as well as relevant aspects of Decree-Law No. 3.866, of 1941, which establishes the cancellation of classification in the national heritage list. The research has shown that cultural heritage, as discursive elaboration, is conditioned by the fluctuating conflicts of power that occur in the various political contexts. This makes its supposed sacredness coexist with a dimension of fragility, making the preservation and destruction of heritage properties two sides of the same coin.

Keywords: History, Removal from Heritage List, Landscape, Heritage, Mining

LISTAS DE FIGURAS

01	Pico de Itabirito visto do distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito (MG)	14
02	Mapa do primeiro quartel do século XVIII	45
03	Mapa de Diogo Soares (1734/35)	46
04	Mapa dos padres matemáticos (s.d.)	46
05	Mapa “Detalhe da Nova Carta da Capitania das Minas Gerais”, feito pelo Barão de Eschwege, em 1821.	48
06	Mapa feito por Ernst Hasenclever em 1839	49
07	Desenho a lápis da vista do Pico de Itabira a partir da varanda da casa do Dr. Stephan, feito por Hasenclever em novembro de 1839	51
08	Montanhas auríferas em Cata Branca da Província de Minas Gerais (desenho de C. F. P. von Martius e gravura de A. Brandmeyer)	55
09	Pico de Itabira do Campo (desenho de F. J. Stephan e gravura de A. Brandmeyer)	56
10	Pico de Itabirito, por Marianne North (segunda metade do século XIX)	59
11	Entorno do Pico de Itabirito, por Marianne North (segunda metade do século XIX)	60
12	Altitude comparada dos pontos culminantes e outros do sistema orográfico brasileiro	61
13	Altitude comparada dos pontos culminantes do sistema orográfico brasileiro pelo Conselheiro F.I.M. Homem de Mello	61
14	Pico de Itabirito, por Álvaro da Silveira (1920)	62
15	Retrato do Pico feito por José Códea para publicação na Revista Ilustrada, em 1881	63
16	Obra sem título, de Frans Krajcberg (1965)	64
17	Obra sem título, de Frans Krajcberg (1965)	64
18	Foto anexa à carta de José Guimarães da Silva ao Presidente Jânio Quadros	67
19	Piquenique aos pés do Pico de Itabirito (1904)	68
20	Cavalgada até o Pico de Itabirito (s.d.)	69
21	Caçada e reunião musical no Pico de Itabirito (1947)	69
22	Município de Itabirito Feira de Exposição na década de 1940	74
23	Missa realizada no Pico de Itabirito na década de 1940	76

24	Icominas explora minério rolado no Pico	78
25	Mina de Cata Branca desenhada por Ernst Hasenclever	84
26	Fotografia panorâmica do Pico de Itabirito que ilustra o artigo de Latif	141
27	Pico de Itabirito atualmente	172
28	Complexo da Mina do Pico	172

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM – Arquivo Público Mineiro

CFEM – Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Naturais

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DET – Departamento de Estudos e Tombamento

DMP – Divisão de Memória e Patrimônio

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

Dphan – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Iepha – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MBR – Minerações Brasileiras Reunidas

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MME – Ministério de Minas e Energia

PMI – Prefeitura Municipal de Itabirito

SGM – Serviço Geológico e Mineralógico

Sigep - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos

Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

STF – Supremo Tribunal Federal

STR – Superior Tribunal de Recursos

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Contextualização, delimitação do objeto e definição do problema.....	13
1.2	Caminhos da pesquisa: objetivos, fontes e aporte teórico-metodológico.....	22
1.3	Estrutura do texto dissertativo	33
2	“O GRAVE APELO DA HISTÓRIA”: O PICO DE ITABIRITO COMO UMA PAISAGEM CONSTRUÍDA	37
2.1	O pedido de tombamento de uma paisagem digna de proteção	37
2.2	A construção da paisagem pelo olhar do visitante	43
2.3	O Pico como paisagem afetiva dos itabiritenses	65
3	“UM SOL DE ESPERANÇA SOBRE A PAISAGEM MINEIRA”: O TOMBAMENTO DO PICO DE ITABIRITO	77
3.1	O parecer do relator e a trajetória de mineração no Pico.....	77
3.2	A decisão do Conselho Consultivo e a proteção de bens naturais no Brasil	96
3.3	A impugnação do tombamento, o discurso do desenvolvimento e a “vocaçã mineral”	109
3.4	A inscrição definitiva no Livro do Tombo e os discursos do patrimônio nacional	123
4	“E VEM DE CIMA UM DESPACHO AUTORIZANDO: DERRUBA! ”: O DESTOMBAMENTO DO PICO DE ITABIRITO	131
4.1	O pedido de cancelamento do tombamento e a divergência entre interesses públicos 131	
4.2	A decisão do Presidente da República em meio ao debate público.....	147
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
	APÊNDICES	195

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização, delimitação do objeto e definição do problema

O processo de tombamento e posterior destombamento do Pico de Itabirito, ocorrido na década de 1960, é o objeto de estudo dessa dissertação de mestrado. O termo processo é usado, neste trabalho tanto em sua acepção jurídica quanto a partir de seu significado mais generalista. Em outras palavras, procura-se compreender não somente a instrução legal, ou seja, o conjunto documental que compõe os autos e informa sobre o procedimento administrativo em questão, mas também o próprio curso dos acontecimentos no tempo, para além da esfera burocrática, considerando a participação de diferentes atores sociais, com distintos papéis, interesses e valores aí envolvidos.

Segundo Antoine Prost (2008, p. 222), “a história faz um relato e, ao narrar, é que fornece a explicação”. Pretende-se, dessa maneira, contar uma história, fazer uma narrativa que permita conhecer e compreender porque e como foi possível cancelar a proteção jurídica de um bem natural que fez parte, por alguns anos, do patrimônio histórico e artístico nacional. Como toda narrativa, essa também possui um personagem principal: o Pico de Itabirito – com letra maiúscula, como protagonista que é – localiza-se na cidade de mesmo nome, no estado de Minas Gerais, distante 55km da capital. Ele está situado a oeste da sede do município, entre as rodovias BR 040 e BR 356, dentro da zona conhecida como Quadrilátero Ferrífero, denominação cunhada no início do século XX, por Felipe Gonzaga de Campos, para delimitar a região topográfica e geológica de ocorrência das maiores jazidas de minério de ferro do estado. (SILVA, 2010).

Morfologicamente falando, o Pico é um ressalto topográfico marcante no relevo da Serra das Serrinhas, relevo localizado no flanco leste do sinclinal Moeda, com altitude superior a 1.560 metros (ROSIÈRE *et al*, 2009); economicamente, é uma “cobiçada montanha de ferro”¹, formada por hematita compacta (minério de ferro de alto teor metálico) e, portanto, valiosa no mercado da exportação de *commodities*; historicamente, é uma importante referência geográfica, tanto para os grupos indígenas que ali habitavam ou se deslocavam antes da chegada do homem branco, quanto para os bandeirantes, tropeiros e demais

¹ A expressão “cobiçada montanha de ferro” é utilizada por João Antônio de Paula para se referir ao Pico do Cauê, cimo situado na cidade de Itabira (MG), que foi destruído pela atividade mineradora da companhia Vale, iniciada na primeira metade do século XX. (PAULA, 2011).

forasteiros que passaram a adentrar o sertão e a percorrer o território mineiro a partir do final do século XVII; culturalmente falando, por fim, pode-se dizer que o Pico é um lugar², um monumento³, um símbolo⁴ para a população de Itabirito.

Figura 1 – Pico de Itabirito visto do distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito (MG)



Fonte: IMAGENS, 1991, p. 36.

A história da cidade, que é cenário da narrativa, está ligada a este monumento natural não só por ele ser um elemento marcante na sua topografia, mas porque foi em seu entorno onde surgiram Aredes, Córrego Seco e Pé de Morro – os primeiros núcleos de extração aurífera que deram origem, no início dos setecentos, ao arraial de Itabira do Campo, freguesia que, posteriormente, viria a se emancipar de Ouro Preto, tornando-se Itabirito, em 1923. Já no século XIX, a região do Pico abrigou duas das mais conhecidas minas de ouro administradas por companhias inglesas no Brasil – Cata Branca e Morro das Almas –, além de pequenas fundições de ferro e da famosa Usina Esperança, responsável por alavancar, na virada para o século XX, a mineração de ferro nas jazidas da área. A partir da década de 1940, com o

2 Usa-se a noção de topofilia, de Tuan (1980), para compreender o elo afetivo que transforma espaços em lugares dotados de sentido, preenchidos de significação, que se revela pelas percepções, atitudes e valores do homem em relação ao seu ambiente físico.

3 Segundo Le Goff (1996), o monumento é um sinal do passado, é tudo o que pode evocá-lo para perpetuar a recordação, servindo a comemorações e à ancoragem da memória coletiva. Para Corrêa (2007), eles são formas simbólicas espaciais grandiosas, que integram o ambiente compondo de forma significativa a paisagem.

4 O símbolo pode ser entendido, de forma geral, como um complexo de significação que estabelece relações metafóricas a partir de uma correspondência lógica com o seu objeto referencial, que lhe atribui sentidos a serem lidos por seus interlocutores. (LASBECK, 2006). No campo do patrimônio cultural, a noção de símbolo pode ser usada para se referir à representação de ideias ou valores subjacentes, comumente associados a um bem que se pretende preservar, por serem tais ideias e valores nele identificados.

contexto internacional de guerra e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, essa atividade atingiu a escala industrial, determinando a dependência da economia de Itabirito⁵ e interferindo de forma significativa no perfil de seu “cartão-postal”.

Percebe-se, portanto, que a paisagem do Pico vem sendo transformada há mais de três séculos pelas diferentes técnicas empregadas pela atividade mineradora, desde as catas, lavras e minas para extração do ouro, até as gigantescas cavas abertas e barragens para armazenamento de rejeitos produzidos pela exploração do minério de ferro. A mineração, contudo, não é o único tema que vem à tona quando se trata do Pico dentro da história de Itabirito. Sua presença é frequente nos relatos de muitos viajantes estrangeiros, naturalistas, mineralogistas, cientistas e aventureiros que passaram a percorrer Minas Gerais após a abertura dos portos do Brasil, em 1808. As descrições, desenhos, mapas e estudos que produziram, muitas vezes com tom lírico e repletos de sentimentos, ajudaram a construir o Pico como uma paisagem notável, não só por sua riqueza geológica, mas também pela beleza cênica que apresentava.

Do mesmo modo, diversas formas de representação feitas por poetas, cronistas, artistas, ambientalistas e pessoas comuns contribuíram para inserir o Pico no imaginário coletivo, conformando mentalmente a paisagem com a qual os itabiritenses passaram a estabelecer relações de afetividade e identificação. Ainda hoje, sua presença é lembrada a todo momento em diferentes imagens que compõem a paisagem urbana. Placas, muros, desenhos publicitários, emblemas de instituições e empresas, nomes de lojas, lugares e veículos de comunicação são alguns exemplos de como a montanha está gravada nos quadros espaciais da memória local. (HALBWACHS, 2006).

Atualmente, o Pico de Itabirito é bastante conhecido por abrigar em seu entorno, além de várias jazidas, de onde a multinacional Vale extrai toneladas de minério de ferro por ano, os sítios arqueológicos de Aredes e de Cata Branca.⁶ Ambos os lugares estão ameaçados pelos

5 A maior parte da economia de Itabirito é constituída em torno da mineração. Somente o valor arrecadado pelo município com a Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (CFEM), em 2017, foi R\$ 60.420.840,93, que representa aproximadamente 23% do total de receitas realizadas neste ano. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2018; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [201-]).

6 Aredes é o nome do antigo povoado que surgiu da ocupação da região do Pico de Itaúbirá (nome antigo do Pico de Itabirito) pela tripulação do capitão português Luiz de Figueiredo Monterroio, em 1709. Inicialmente, era um local de mineração, onde o ouro de aluvião foi encontrado cedo (início do século XVIII) e, cerca de um século depois, a descoberta de veios auríferos levou à abertura de galerias. Com o passar dos anos, Aredes foi se tornando um local de passagem de tropas, ponto importante da rota de comércio que abastecia Itaúbirá do Campo, Cachoeira do Campo e, sobretudo, Ouro Preto, com os produtos vindos do Vale do Paraopeba.

trabalhos de mineração que ocorrem na região, apesar da existência de proteção legal, colocada por meio das classificações como Estação Ecológica, por parte do Instituto Estadual de Florestas (IEF), e Cadastro de Bens Arqueológicos, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), respectivamente.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) tenta, desde 2005, fazer cumprir os acordos firmados com a mineradora responsável pela Mina do Pico,⁷ referentes à recuperação da paisagem desfigurada do maciço, porém sem muitos resultados efetivos. Tal medida vem sendo tomada com base na proteção jurídica que existe sobre o monumento natural, determinada por tombamento pelo §1º do artigo 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado de Minas Gerais, de 1989. A regulamentação da proteção encontra-se na Lei Estadual nº 10.726, de 12 de maio de 1992, e também na Lei Municipal nº 1.668, de 02 de outubro de 1991. Recentemente, o Pico foi classificado como Sítio da História da Geologia e da Mineração, integrando o programa de Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil, que é coordenado pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (Sigep).

Os tombamentos feitos pelo estado e pelo município não são, contudo, as primeiras iniciativas que deram origem à conflituosa história de preservação do Pico frente às ameaças colocadas pela exploração predatória de seus recursos minerais. Em 13 de junho de 1961, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional analisou e aprovou a proposta de tombamento do Pico de Itabirito, feita, no ano anterior, pelo conselheiro Miran de Barros Latif. A decisão divergiu do voto contrário ao tombamento, proferido pelo relator do processo nº 608-T-1960, o zoólogo José Cândido de Mello Carvalho. A medida tomada pelo Conselho foi justificada com base na singularidade do Pico entre os monumentos naturais do

Cata Branca, por sua vez, foi uma mina iniciada por portugueses, no século XVIII, com o nome de Buraco da Mônica. Após grave acidente, a mina teve seus trabalhos suspensos. Em 1830, foi adquirida de Francisco de Medeiros por D. Rodrigo de Souza Coutinho, conhecido como Conde de Linhares. Dois anos mais tarde, foi vendida a Aristides Franklim Mornay, representante da mineradora inglesa The Brazilian Company. Há outra versão, sustentada por Richard Burton, que afirma ter sido o anglo-americano José Estevão Cliff o comprador da mina e fundador da companhia, em 1833, tendo Mornay somente completado a compra. Após grave acidente de desabamento, em 1844, no qual centenas de trabalhadores escravizados morreram soterrados, a mina foi fechada e todo o maquinário, escravos e terras, incluindo Aredes, Cata Branca e Pico de Itabira, foram transferidos à compradora inglesa St. John del Rey Mining Company, que já atuava na Mina de Morro Velho, atual região de Nova Lima. Ambas as localidades guardam, hoje, um rico acervo arqueológico da história da mineração em Minas Gerais, recebendo o nome de Complexo Arqueológico pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Enquanto Aredes foi incluído no perímetro da Estação Ecológica que leva seu nome, criada em 2010, e está em processo de tombamento pela Prefeitura Municipal de Itabirito (PMI), Cata Branca encontra-se dentro da propriedade da mineradora Vale, não sendo possível o livre acesso ao local. (BAETA; PILÓ, 2016; LIMA, 2016; NEVES, 2016; SOUZA, 2015, MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, 2018).

⁷ Mineradora Vale S/A.

país, bem como em sua excepcional beleza paisagística. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1961a).

A preocupação com a integridade do Pico, ao contrário do que se pode pensar, não surgiu dos intelectuais que compunham os quadros da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan).⁸ Ela já era manifestada por moradores da cidade, desde, pelo menos, a década de 1940. O debate, no entanto, só se tornou uma questão relevante dentro do Conselho quando a “fala legítima” (CHUVA, 2009) dos agentes estatais reconheceu o Pico como um monumento investido de valores caros à narrativa nacional que se construía por meio do patrimônio histórico – além, é claro, da percepção que esses agentes passaram a ter sobre a dimensão tomada pela atividade mineradora no local. Enxergá-la como uma ameaça à integridade do Pico foi ação suficiente para embasar a chamada “retórica da perda”⁹, necessária à patrimonialização.

A decisão levou as mineradoras St. John del Rey Mining Company, Cia de Mineração Novalimense e Icominas – proprietária dos direitos superficiários do bem imóvel, concessionária do direito de lavra e arrendatária do direito de exploração, respectivamente – a interpor um recurso de impugnação do ato, possibilidade prevista no artigo 9º do Decreto-Lei nº 25, de 1937, que define o procedimento jurídico-administrativo do tombamento em âmbito federal. (BRASIL, 1937). A partir desse momento, tonou-se claro o conflito de interesses e valores que percorreria toda a trajetória de tentativas de proteção ao Pico de Itabirito, evidenciando as falhas existentes no processo de construção de um consenso nacional em torno do patrimônio cultural. (GONÇALVES, 2012). Embates passaram a ser travados nos campos econômico, jurídico, cultural, administrativo, legislativo e midiático, envolvendo diversos funcionários públicos, políticos, intelectuais, empresários, jornalistas, juristas, geólogos, engenheiros e, obviamente, a população de Itabirito, em torno da discussão sobre o

8 O órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico já teve vários nomes distintos ao longo de sua trajetória de 80 anos de existência. Foi fundado, em 1937, como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan); em 1946, passou a se chamar Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan); em 1970 transformou-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); em 1979, foi dividido em Sphan, órgão normativo, e Fundação Nacional Pró-Memória, órgão executivo; em 1990, foi recriado como Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e, finalmente, em 1994, voltou a se chamar Iphan, nome que possui até hoje. Como neste trabalho são usadas fontes que abrangem diferentes momentos da história do órgão, as siglas serão apresentadas conforme aparecem nos documentos, não obstante se referirem sempre ao mesmo órgão da administração pública.

9 Para Gonçalves (2015, p. 216), criador da expressão, “o patrimônio é percebido a partir de uma condição de possível ‘perda’, cabendo às agências de preservação resgatá-lo de um suposto processo de declínio e desaparecimento. Nesses discursos, o patrimônio aparece como um dado individualizado, um objeto que pode ser nitidamente identificado, definido juridicamente e, portanto, preservado, embora sob a perene condição de possível perda de sua forma original ou de sua ‘autenticidade’”.

que melhor atenderia ao interesse público: o desenvolvimento (visto, então, como sinônimo de crescimento econômico, proporcionado pela mineração) ou a preservação. Um dos principais pontos disputa era a discordância acerca do direito de propriedade frente à proteção do patrimônio cultural e do meio ambiente, entendida como um direito difuso, dado o interesse público de preservação sobre estes bens.

Indeferindo a impugnação apresentada, o Conselho determinou o tombamento compulsório do Pico, inscrevendo-o no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no dia 26 de junho de 1962. (Iphan, 1937). Neste registro, justificou-se a proteção com base na singularidade do Pico entre os monumentos naturais do Brasil, sua excepcional beleza paisagística, sua potencialidade turística e sua importância como marco representativo das jornadas do desbravamento em Minas Gerais.

Por terem seus interesses econômicos afetados por tal medida, as mineradoras interpuseram recurso para o cancelamento do ato ao Presidente da República, João Goulart. Para tanto, fizeram uso do Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens feito pelo órgão federal de preservação do patrimônio. O pedido foi acatado em 08 de junho de 1965, pelo então Presidente, Marechal Castello Branco, que justificou sua decisão, dentre outros argumentos, na impossibilidade de se manter o usufruto econômico da propriedade com o tombamento. A Dphan pediu ao Presidente, em julho do mesmo ano, que reconsiderasse sua decisão, e o ato acabou sendo suspenso para que se ouvisse o pronunciamento do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) sobre a questão. Finalmente, em 14 de março de 1967, após recebimento e aceitação do parecer do DNPM, do qual a Dphan nunca chegou a tomar conhecimento, o ditador Castello Branco, em seu último dia de mandato, despachou, definitivamente, o cancelamento do tombamento do Pico de Itabirito.

Nas décadas seguintes, a conflituosa história se prolongou. Foram muitas as tentativas, entre 1967 e 1989, de realizar o seu “retombamento”, inclusive por iniciativa de órgãos ambientais, ou seja, fora da esfera das políticas públicas de patrimônio cultural. Contudo, foi somente com o fim do regime militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que um contexto favorável à aceitação de tais propostas se estabeleceu, o que resultou no “retombamento” do Pico de Itabirito por ato da Assembleia Constituinte Estadual de Minas Gerais, em 1989 – quebrando com a tipicidade do tombamento como um ato administrativo no direito brasileiro

Estes breves apontamentos sobre o drama social¹⁰ do Pico de Itabirito nos apresentam um problema, que pode ser expresso por meio de algumas perguntas: por que e como o Pico se tornou um elemento paisagístico importante no imaginário coletivo local, constituindo-se como um símbolo para a cidade? Quais percepções existem, historicamente, sobre ele e como se deu a construção dessas “camadas de lembranças e representações” (SCHAMA, 1996)? Como a atividade mineradora no Pico se desenvolveu e foi percebida ao longo dos anos? O que levou ao seu tombamento, no início da década de 1960? Quem se envolveu no processo de tombamento e destombamento do Pico e quais interesses, valores, argumentos e estratégias discursivas mobilizaram? Como a noção de “interesse público” foi usada nesses discursos? Qual é o lugar do instrumento do destombamento nas práticas de preservação do patrimônio? O que o caso do Pico nos revela sobre os conflitos entre desenvolvimento econômico e preservação patrimonial?

Essa pesquisa tentou, portanto, responder a esses questionamentos, partindo de três considerações iniciais: a primeira, de que a paisagem é uma construção histórico-social, feita a partir de diferentes formas de percepção e leitura do espaço, o que a torna, inevitavelmente, um objeto de conflito, o qual envolve, muitas vezes, interesses econômicos e políticos poderosos. (CAUQUELIN, 2003; CORBIN, 2001; MENESES, 2002; SCHAMA, 1996; SANSOT, 2009). A segunda, de que o patrimônio cultural é um campo de negociações e conflitos, discursivamente construído a partir de valores de diversas ordens, o que condiciona sua legitimação ao sucesso de uma retórica bem fundamentada e de redes de relações entre diferentes atores sociais. (CHUVA, 2009; GONÇALVES, 2007, 2012; MENESES, 2009; VELHO, 2006). A terceira, de que a mineração é uma atividade econômica que, como qualquer outra, é fruto de uma escolha, e não de uma pretensa vocação ou imposição natural, o que torna passíveis de reflexão e questionamento sua lógica, pautada no discurso do desenvolvimento, e suas consequências socioambientais, desigualmente distribuídas. (COELHO, 2012; SANCHES, 2012; VIEIRA, 2011; ZHOURI, 2014).

O recorte temporal da investigação são os anos compreendidos entre a proposta de tombamento do Pico e o ato de cancelamento de sua inscrição no Livro do Tombo da Dphan: 1960 e 1967, respectivamente. Para uma melhor construção da narrativa, contudo, são feitas incursões temporais tanto em períodos anteriores, para se compreender a construção mental da

¹⁰ Segundo Velho (2006), utilizando a teoria de Victor Turner, um drama social se constitui quando há dois ou mais grupos de atores, com opiniões e interesses divergentes, ou até mesmo antagônicos, em torno de uma mesma temática significativa, sobretudo, sob o ponto de vista simbólico.

paisagem do Pico e o histórico da mineração em suas jazidas, quanto em períodos posteriores ao recorte apresentado, para mencionar algumas tentativas de “retombamento” que marcaram a continuidade do conflito, ao longo das décadas de 1970 e 1980. Recortes temporais são necessários, mas não se deve esquecer que a história é conhecimento do passado que se faz no presente, portanto, um constante deslocamento no tempo é essencial ao poder de explicação e à própria função social da história, que não pode se prestar a explicar o passado por ele mesmo. Dessa forma, o recorte, apesar de fluido, se baliza nos momentos mais significativos para a análise do conflito do Pico, e se justifica pela disponibilidade de fontes primárias produzidas na década de 1960, as quais serão melhor detalhadas adiante.

A escolha deste tema de pesquisa ocorreu, primeiramente, pelo contato que passei a estabelecer com a cidade de Itabirito a partir do momento em que assumi um cargo público de historiadora na Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo do município, em 2016. A essa altura, eu já era aluna do programa de pós-graduação e as dificuldades que surgiriam para me dedicar exclusivamente ao mestrado, devido à função que estava prestes a assumir, me levaram a procurar um tema de pesquisa que me permitisse conciliar as atividades desenvolvidas na pesquisa e no trabalho. Ao ler sobre temas da história de Itabirito, me surpreendi com a frequência com que o Pico de Itabirito era mencionado nas diversas referências que encontrava, o que me despertou a questão: por que este lugar é tão importante? Ao procurar por possíveis respostas, comecei a me familiarizar com a triste imagem da destruição que circunda o monólito, formulando, assim, uma segunda pergunta: como isso foi possível? A partir daí, descobri que o Pico já havia sido tombado pelo Iphan, porém já não o era mais.

Essa descoberta despertou sobremaneira a minha curiosidade, pois nunca havia me deparado, nas inúmeras leituras que fiz ou aulas e cursos que frequentei sobre patrimônio cultural, com qualquer informação relativa à possibilidade de cancelamento de tombamento. De fato, a força que o discurso do patrimônio assumiu, ao longo dos 80 anos de atuação do Iphan, raramente nos faz duvidar da sua suposta “aura de sacralidade”. (RADUN, 2016). O ponto fora da curva, portanto, me atraiu, a escassez de informações mais precisas sobre a questão do destombamento indicou-me um potencial de investigação, e a superficialidade das análises até então existentes sobre o caso do Pico ancorou-me neste tema.

Esta pesquisa é relevante na medida em que propõe dar luz a um elemento ainda pouco analisado no campo do patrimônio cultural, qual seja, o instituto do cancelamento de tombamento. A despeito de ser um instrumento antigo, contemporâneo ao próprio Decreto-

Lei nº 25/37, existem poucos estudos sobre ele.¹¹ Essa pesquisa contribui, portanto, não só para esclarecer e problematizar o Decreto-Lei nº 3.866/41, que, assim como seu par oposto, foi recepcionado pela Constituição de 1988, mas também para politizar as discussões em torno do patrimônio cultural.

Além disso, Gilberto Velho (2006, p. 246) afirma que “devemos nos esforçar para compreender, mesmo a posteriori, a complexidade das situações e dos conflitos”, uma vez que eles são fenômenos constitutivos da vida social. Tal afirmação ganha ainda mais peso quando se constata a atualidade dos conflitos políticos que envolvem os órgãos de preservação do patrimônio cultural e alguns grupos econômicos. Muitas vezes, esses atores travam embates em torno de temas e decisões que evidenciam as contradições entre interesses públicos e privados no campo do patrimônio. Nesse sentido, o destombamento do Pico de Itabirito é um caso interessante para se entender como operam os sujeitos, como se legitimam os órgãos estatais e como se comporta a opinião pública nas situações de conflito que envolvem bens patrimoniais.

Por fim, é importante mencionar que o patrimônio natural é, até hoje, um tópico pouco abordado pelos pesquisadores do campo, refletindo, de certa forma, o próprio desinteresse que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Iphan, por muitos anos, demonstraram ter por essa categoria de bens. (SCIFONI, 2006). Nas últimas décadas, contudo, o assunto vem ganhando importância em meio à crise ambiental internacional. No Brasil, especificamente, desde a tragédia ocorrida em Bento Rodrigues, com o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, em novembro de 2015, e, mais recentemente, em janeiro de 2019, a repetição da catástrofe na cidade de Brumadinho, sob responsabilidade da mineradora Vale, vem crescendo a percepção geral sobre a necessidade premente de se discutirem criticamente os conflitos socioambientais¹² que envolvem a mineração no país. Este trabalho, dessa forma, traz contribuições ao debate sobre as arestas que existem na relação entre o patrimônio cultural e natural e as atividades econômicas

11 No levantamento bibliográfico feito para esta pesquisa, foram encontradas as seguintes obras que tratam do assunto de forma direta: RADUN, 2016; TELLES; COSTA; SALES, 2014; ZANIRATO, 2011. RODRIGUES, 2012b. Dentre as obras que abordam o tema de forma indireta, fazendo algumas menções ao Decreto-Lei nº 3.866/41 ou a episódios de destombamentos, encontramos: CHUVA, 2009. LEAL, 2016.

12 A expressão “conflito” é utilizada por Zhouri (2014) no lugar de “problema” ou “impacto”, para dar conta da dimensão processual e da existência de relações sociais diretamente ligadas ao ambiente em disputa. Para a autora, “não raro os conflitos eclodem quando o sentido e a utilização de um território por um determinado grupo, por exemplo, ocorrem em detrimento dos significados e usos que outros grupos sociais possam fazer de seu território, para, com isso, assegurar a reprodução de seu modo de vida”. (ZHOURI, 2014, p. 118-119).

depredatórias. Ademais, ele abre margem para uma reflexão sobre a adequação dos instrumentos hoje disponibilizados pela legislação patrimonial e ambiental, destinados à preservação de bens paisagísticos.

1.2 Caminhos da pesquisa: objetivos, fontes e aporte teórico-metodológico

Gonçalves (2012, p. 71) propõe que o patrimônio, visto como processo, desdobra-se em “uma infinidade de experiências humanas, um amplo leque de experimentos sociais, institucionais e discursivos. Nossa tarefa, como analistas, consiste em descrever e analisar essas experiências específicas de patrimonialização”, pensando nelas não como “entidades, mas como atividades, formas de ação e perguntarmos pelas consequências”. Levando isso em consideração, este trabalho tem como objetivo principal investigar e explicar o caso de destombamento do Pico de Itabirito sob a perspectiva do patrimônio cultural como um processo, construído discursivamente a partir de conflitos de valores, poderes e interesses. Busca-se, assim, compreender os discursos que embasaram as tensões político-institucionais, as redes de relações tecidas e as articulações políticas engendradas pelos sujeitos envolvidos no processo, relacionando estes elementos ao contexto histórico em que se inseriam.

Especificamente, procuramos compreender a construção simbólica do Pico, identificando as formas de representação da paisagem que ajudaram a criar laços afetivos responsáveis por inscrevê-lo nos quadros da memória e do imaginário coletivo; descrever a trajetória da mineração na região e como essa atividade tem sido percebida pela população ao longo dos anos; analisar as formas de atribuição e de hierarquização de valores em relação ao Pico de Itabirito, compreendendo como foram mobilizados enquanto estratégias de argumentação no conflito; analisar a utilização da noção de “interesse público” nos discursos políticos, administrativos, literários e midiáticos referentes ao caso do Pico, observando como o conceito tem sido operado no ordenamento jurídico do Estado brasileiro sobre patrimônio cultural; problematizar o instrumento do destombamento, entendendo sua criação, utilização e os debates jurídicos em torno dele; analisar os embates entre a política econômica desenvolvimentista, notadamente o lugar privilegiado que a mineração ocupa nela, e as políticas estatais de preservação patrimonial e ambiental, compreendendo o papel do Iphan na proteção de bens naturais, bem como o impacto que o caso do Pico de Itabirito causou na atuação deste órgão e no desenvolvimento do imaginário sobre preservação da natureza no Brasil.

A fonte histórica principal utilizada na pesquisa é o Processo Administrativo de Tombamento nº 608-T-60 – Pico de Itabirito, preservado no Arquivo Central do Iphan, no Rio de Janeiro, e disponibilizado em meio digital, mediante solicitação ao órgão. Ele é composto por um amplo e diversificado conjunto documental, contendo ofícios, pareceres, cartas institucionais e pessoais, notícias de jornais, documentação administrativa, notas, bilhetes, fotografias, atas, telegramas, requerimentos, dossiês, dentre outros.

Os processos administrativos de tombamento, de forma análoga ao que Rosemberg e Souza (2009) afirmam sobre os processos judiciais, são documentos que trazem uma pluralidade de vozes que ora se contradizem e ora se complementam, revelando mecanismos de produção de discursos historicamente contextualizados e ligados a interesses os mais diversos. Eles podem nos fornecer um amplo panorama da variedade de opiniões, estratégias, valores e agentes envolvidos nos conflitos que os subjazem, podendo ser entendidos, por isso, como “campos de luta onde se digladiam discursos (versões) que têm como objetivo se impor sobre discursos (versões) adversários” (ROSEMBERG; SOUZA, 2009, p. 165). Neles estão presentes, portanto, não somente informações sobre o ritual de patrimonialização de determinado bem, propriamente dito, mas também sobre dinâmicas socioculturais mais complexas que devem ser investigadas pelo historiador.

Os processos de tombamento, quando usados nos trabalhos sobre patrimônio cultural, de forma geral, ainda carecem de uma análise crítica que os leia como algo mais amplo que o mero registro de dados e informações sobre os bens patrimonializados. Eles são um material extremamente rico para se entender a forma de construção das “narrativas do patrimônio” (GONÇALVES, 2012), bem como os jogos interesses e as disputas de poder que motivam a atuação dos agentes da proteção.

É relevante mencionar que parte do processo se encontra extraviada desde o final da década de 1960, quando os autos foram encaminhados ao Ministério de Minas e Energia para análise e emissão de parecer, e nunca retornaram ao Iphan ou, se retornaram, foram perdidos na própria assessoria jurídica do Instituto. Trata-se do Volume I, que continha, certamente, documentos importantes relativos à fase inicial do processo e que expressavam, com mais detalhes, dados sobre a origem do interesse do órgão pela proteção do Pico. Este fato, além de nos impor um desafio, já que essas informações tiveram que ser buscadas em outros lugares, nos sugere, também, um questionamento: em meio a tantas disputas de interesses, teria o Volume I sido extraviado intencionalmente?

Como fontes complementares, usamos jornais, disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e pelo Arquivo Público de Itabirito, obras literárias de cunho memorialista, poemas, literatura de viagem, relatos de cientistas, artigos e pareceres jurídicos publicados em revistas especializadas, documentação legislativa e material iconográfico variado, como pinturas, desenhos, mapas e fotografias.

Quanto à bibliografia, procuramos abarcar uma diversidade grande de leituras, que se relacionam com o caso do Pico de diferentes formas. Dados e análises importantes sobre a história de Itabirito e da trajetória da atividade mineradora na região do Pico são fornecidos por Baeta e Piló (2016), Hirashima (2009), Lima (2013; 2016), Neves (2016), Rosière *et al* (2009) e Souza (2015).

Para tratar de questões teóricas relativas ao patrimônio cultural, recorreremos, principalmente, a Meneses (2009), em sua reflexão sobre a constituição de patrimônios a partir da atribuição de valores feitas aos bens culturais, de onde decorre sua dimensão política, e Gonçalves (2007; 2012), que propõe uma abordagem do patrimônio como processo elaborado discursivamente. A trajetória de atuação do Iphan e do Conselho Consultivo, vistos como palco principal da enunciação de narrativas do patrimônio e do mercado de trocas simbólicas que o institui é tratada por Chuva (2009). Leal (2016) contribui para nossa reflexão ao oferecer uma interessante discussão a respeito da relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento na década de 1960, no Brasil. A dissertação de mestrado de Radun (2016), por sua vez, é essencial para compreender, sob o ponto de vista jurídico, o Decreto-Lei nº 3.866/41 e as questões envolvidas nos atos de destombamento. Já Pereira (2009) nos ajuda a compreender o Decreto-Lei nº 25/37, que cria o tombamento, como instrumento para a criação de narrativas nacionais por meio de ações revestidas de caráter jurídico e técnico.

A compreensão do Pico de Itabirito como uma paisagem notável, digna de proteção, apoia-se nas ideias de vários autores sobre a dimensão subjetiva das paisagens, como Cauquelin (2003), Corbin (2001), Meneses (2022), Schama (1996), Sansot (2009) e Tuan (1980). Serrano (1993) também oferece uma importante contribuição, ao servir de exemplo de análise da construção imaginária de um elemento da natureza, em sua dissertação de mestrado sobre o Pico do Itatiaia. Já a história da proteção da natureza no Brasil e a apropriação das paisagens como objetos de práticas de preservação no campo do patrimônio são entendidas, principalmente, a partir dos aportes fornecidos por Ab' Saber (1987), Ribeiro (2007), Roncaglio (2009) e Scifoni (2006).

As contribuições de Lisboa (2014), Sanches (2012) e Zhouiri (2014) são fundamentais para fazer uma reflexão sobre os conflitos surgidos entre a mineração, o meio ambiente e os modos de vida tradicionais dos lugares onde essa atividade econômica ocorre – o que se dá, quase sempre, com a legitimação da violência pelo discurso do desenvolvimento. Oliveira (2002) traça uma história crítica deste discurso, mostrando como a utilização do conceito de desenvolvimento é negativa quando tomado como sinônimo de crescimento econômico, desarticulado das reflexões quanto aos efeitos que gera sobre o homem. A compreensão da história da atividade mineradora no país, sobretudo em Minas Gerais, é feita a partir dos estudos de Silva (1995) e Lamoso (2001), que descrevem e explicam a história da extração de ferro no Brasil, levando em conta os diferentes contextos políticos internos, a legislação e as conjunturas econômicas internacionais do século XX. Já Vieira (2011) e Coelho (2012) apresentam uma interpretação mais crítica acerca da atividade. Enquanto o primeiro focaliza os impactos socioambientais causados por ela, defendendo, assim, a insustentabilidade desta indústria, o segundo destaca a dependência histórica que Minas Gerais, especialmente a região do Quadrilátero Ferrífero, apresenta em relação à mineração, e os efeitos negativos gerados por essa situação.

Por fim, para guiar o pensamento sobre alguns aspectos jurídicos envolvidos no processo de destombamento do Pico, nos referenciamos nos estudos de autores que tratam de aspectos polêmicos do patrimônio cultural sob o ponto de vista do Direito. Rodrigues (2012a, 2012b) aborda questões sobre a natureza jurídica do tombamento e dos bens culturais, bem como as atribuições legais historicamente atribuídas ao Conselho Consultivo, dentre elas o destombamento. Telles, Costa e Sales (2014) fazem apontamentos sobre o instituto do cancelamento de tombamento, suas origens e usos ao longo da história, no Brasil, e Delgado (2000) e Borges (2011) contribuem para este trabalho ao oferecerem perspectivas analíticas interessantes sobre a noção de interesse público.

Este trabalho, ainda que desenvolvido em um programa de pós-graduação interdisciplinar, tem como principal lente científica o viés historiográfico conhecido como História Cultural. Essa abordagem incorpora as noções de representação e imaginário¹³ para

13 O campo das representações – que podem ser tanto individuais, como as artísticas, quanto coletivas, como as maneiras de pensar e sentir – está ligado aos modos de ver e de construir o mundo pela dimensão imaginária. Ele abarca as “‘traduções mentais de uma realidade exterior percebida’, e está ligado ao processo de abstração”. (BARROS, 2011, p. 51-52). Imaginário, por sua vez, pode ser entendido como um “sistema ou

analisar e entender os “sentidos conferidos ao mundo que se manifestam por meio de palavras, discursos, imagens, coisas, práticas” (PESAVENTO, 2012, p. 17). A leitura cultural da história expande seus objetos, fontes e métodos, caminhando por campos interdisciplinares, para explicar como, “em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (BARROS, 2011, p. 55), ou, nas palavras de Burke (2011, p. 15), percebida “através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos” que varia no tempo e no espaço. Nesse sentido, cabe ao historiador desnaturalizar os fatos dados e explicar os processos de atribuição de valores, evidenciando os conflitos de pontos de vista e mostrando, inclusive, a presença do elemento político na experiência cotidiana, encarando a sociedade e a cultura como “arenas para a tomada de decisões” (BURKE, 2011, p. 37) e para o exercício do poder.

Uma maneira de se fazer isso, no âmbito da História Cultural, é por meio da compreensão dos “aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural” (BARROS, 2011, p. 41), tomando a linguagem e as práticas discursivas como substratos da vida em sociedade e da própria noção de cultura. A produção de bens culturais – e aqui incluem-se os bens patrimoniais e as paisagens – é permeada por representações que se constroem, sobretudo, por meio da retórica, em um campo de disputas cujos desafios, segundo Roger Chartier (1990), “se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1990, p. 17 *apud* BARROS, 2011, p. 55), produzindo as chamadas “lutas de representações”. Sobre isso, Barros (2011, p. 55) complementa:

(...) essas lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e as resistências políticas, com as motivações e as necessidades que se confrontam no mundo humano.

Nesse sentido, o processo de tombamento e destombamento do Pico de Itabirito é lido como um conflito discursivo, no qual a construção e as formas de apropriação das representações sobre ele revelam a dimensão do poder que existe no campo do patrimônio cultural, e que o historiador deve preocupar-se em trazer à luz.

Como modalidade historiográfica combinada à História Cultural, adota-se, ainda, a perspectiva da História Ambiental, que tem como preocupação todas as formas de interação

universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas”. (BARROS, 2007, p. 27). O imaginário, portanto, seria o quadro mental mais amplo que embasa a formulação de representações.

que as sociedades humanas estabelecem com o mundo natural, usando e produzindo recursos, transformando os ambientes e, principalmente, conformando a própria noção de natureza. Segundo Donald Worster (1991, p.13)

(...) a “natureza” não é uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível. (...) é também uma criação das nossas mentes, e por mais que nos esforcemos para ver o que ela é objetivamente em si mesma, por si mesma e para si mesma, em grande medida caímos presos nas grades da nossa própria consciência e nas nossas redes de significados.

É possível dizer, portanto, que a interseção entre os dois campos – História Cultural e História Ambiental – está na leitura das atitudes humanas perante a natureza como práticas culturais, dotadas de uma dimensão simbólica que é definida por representações. Assim, é tarefa do historiador ambiental trabalhar no campo do imaginário, das estruturas de significação, agregando às análises sobre as consequências socioambientais dos ciclos econômicos a investigação das formas de atribuição de valores à natureza (DRUMMOND, 1991). Essa expansão da análise na história ambiental permite não somente descobrir como funcionam as configurações de poder que resultam em tomadas de decisões e escolhas relativas aos usos materiais e simbólicos do meio ambiente e dos recursos nele existentes, mas também examinar as ideias sobre o que, na natureza, deve ser protegido, por que e de que forma. É neste aspecto, portanto, que essa vertente historiográfica converge com o campo de reflexão sobre o patrimônio cultural.

É relevante conectar este trabalho, também, ao campo temático da História das Paisagens, já que se tem como objeto uma ocorrência geológica percebida como paisagem, impactada por uma atividade econômica e elaborada culturalmente de diversas formas, uma delas, como conjunto paisagístico de excepcional beleza e importância simbólica. Inevitavelmente, há, também, um diálogo com os campos da História Institucional, na medida em que se aborda questões significativas da trajetória de atuação do órgão federal de preservação patrimonial, e da História do Direito, uma vez que se explora a conformação, os significados e os usos da lei de destombamento no país, bem como os embates travados em torno de conceitos jurídicos importantes no campo do patrimônio, quais sejam, interesse público e propriedade.

No que se refere aos conceitos, um dos mais importantes que embasam esta pesquisa e, por isso, precisa ser explicitado, é o de discurso. Entendemos discurso a partir da teoria de Michel Foucault (1997), filósofo francês influenciado pelo estruturalismo da década de 1960,

movimento que teve como característica marcante a tentativa de construir modelos explicativos da realidade a partir de reflexões sobre a linguagem e outros sistemas de signos e símbolos. Para este autor, discurso é um conjunto de enunciados baseados em uma mesma formação discursiva, isto é, regras enunciativas para as quais se colocam condições de existência, definidas por cada época e lugar. Isso significa que os discursos são acontecimentos históricos: “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época, é preciso considerar as condições históricas para o aparecimento de um objeto discursivo que o garantem ‘dizer alguma coisa’ e se relacionar com outros objetos”. (AZEVEDO, 2013, p 154)

Os discursos cumprem importante papel na construção de imagens sobre a realidade e na legitimação de saberes. Por serem regulados por uma “ordem do dizível”, que é definida no interior de lutas políticas, é possível dizer que eles sempre serão políticos, pois expressam uma dimensão de poder. Investigar os discursos implica analisar não somente os objetos dos quais falam, mas sobretudo a formação deles pela prática discursiva, com toda a significação e valores que a acompanham.

O discurso é uma prática que relaciona a língua com “outras práticas” no campo social. Ou seja, as práticas discursivas se caracterizam de algum modo como elo entre discurso e prática. Significa afirmar que este conceito reúne elementos tanto da fabricação e ajuste dos discursos – compostos por uma unidade de enunciados – quanto da aplicação e produção destes, nas instituições e nas relações sociais, definindo assim um saber, além de determinar funções e formas de comportamento numa época. (AZEVEDO, 2013, p 156).

Por isso, na visão de Foucault (1997), o historiador deve ter uma preocupação em explicar a formação discursiva dos objetos que estuda, bem como as relações entre saber e poder que se colocam a partir dela. Fazer história, para este autor, é investigar como as instituições e seus processos econômicos e sociais engendram modalidades discursivas definidas. Pensar nestes termos é útil para compreendermos como as representações, os discursos e os saberes estão relacionados entre si enquanto práticas sociais. A análise do caso do Pico por meio dos discursos que o construíram como paisagem, como patrimônio e como utilidade econômica enfatiza, portanto, a dimensão do poder no episódio.

Ainda sobre os referenciais teóricos, há outras noções e ideias que são centrais para a análise crítica do caso do Pico. Quanto ao processo de patrimonialização, nos guiamos pela discussão levantada por Meneses (2009), que entende o patrimônio como um fato social baseado na atribuição de valores. Estes, para o autor, podem ser de diversas ordens: cognitivos, quando constituem oportunidades relevantes de conhecimento; estéticos, quando

os bens são capazes de “gratificar sensorialmente e tornar mais profundo o contato de meu ‘eu’ com o ‘mundo externo’ ou ‘transcendente’” (MENESES, 2009, p. 36); afetivos ou históricos, quando há vinculações subjetivas entre os bens e o grupo social, que vê neles um vetor de processos identitários por carregarem uma carga simbólica ligada a representações e ao imaginário social; pragmáticos, definidos como “valores de uso percebidos como qualidades” (MENESES, 2009, p. 37); e éticos, quando dizem respeito às interações sociais envolvidas na sua apropriação e funcionamento. No caso do Pico, percebe-se a existência de, pelo menos, quatro ordens de valores, as quais eram mobilizadas de acordo com a posição social e a estratégia argumentativa de cada ator.

Essa proposta teórica de Meneses contribui para a investigação do processo de patrimonialização do Pico por uma perspectiva política, já que onde há interesses e valores distintos em jogo, coloca-se, sempre, a questão do poder e, portanto, do conflito político. Para adotar essa perspectiva, é preciso trazer os valores e significados atribuídos aos bens culturais para o centro da análise, identificando como são articulados pelos diversos agentes em prol de um suposto interesse coletivo. Como afirma o autor (2009, p. 38),

(...) o campo dos valores (...) é, antes, uma arena de conflito, de confronto – de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente político. Político, não no sentido partidário, mas no de *pólis*, a cidade dos gregos, isto é, aquilo que era gerido compartilhadamente pelos cidadãos; a expressão correspondente entre os romanos, *res publica*, representa a outra face da moeda: a coisa comum, o interesse público.

É justamente por causa dessa dimensão política do patrimônio que Meneses chama atenção para o papel da retórica discursiva dos atores envolvidos nesses conflitos políticos, pois é por meio dela que são mobilizados os valores e os interesses em jogo, e construídos, assim, os consensos ou dissensos que marcam as experiências de patrimonialização. Nas suas palavras:

(...) não basta um tratamento técnico-científico das questões: ele nunca dará conta de toda a problemática presente. O que é próprio desse campo é aquilo que Apel e Habermas chamam de *ética do discurso*: a base racional e universal dos princípios da ação, partindo da forma de comunicação linguística humana e da modalidade específica que é a argumentação, o convencimento, a demonstração. (...) Como os valores não estão previstos geneticamente, eles precisam ser enunciados, explicitados, fundamentados e podem ser propostos, recusados, transformados – não impostos. (MENESES, 2009, p. 39).

Aproximando-se da posição teórica de Meneses, Gonçalves (2012) propõe que pensemos os patrimônios culturais como processos, isto é, não como entidades, mas como

atividades, formas de ação, que são social e discursivamente construídas. Como gênero de discurso, os patrimônios são apresentados sob a forma de narrativas heroicas, que muitas vezes “se opõem entre si e disputam lugares de legitimidade” (GONÇALVES, 2007, p. 149). Esta disputa ocorre porque o campo discursivo do patrimônio cultural é repleto “de ambiguidades, contradições e paradoxos, configurando-se muitas vezes, a exemplo da memória coletiva, como um ‘campo de batalha’”. (POLLAK, 1989).

Nessas batalhas, são mobilizados discursos dos mais diferentes tipos, tanto internos quanto externos ao campo preservacionista, propriamente dito. No caso do Pico, alguns dos discursos que entraram em conflito foram o da monumentalidade ou da identidade nacional, sustentado pelo Conselho Consultivo e por outros atores sociais defensores do tombamento; e os discursos do desenvolvimento e da vocação mineral, explorados tanto por aqueles que se colocavam contra o tombamento, quanto pelos que aceitavam o tombamento, porém rechaçavam a exploração mineral por empresas estrangeiras em Minas Gerais. Como veremos, o conflito do Pico foi complexo, não podendo ser traduzido por uma formulação maniqueísta de preservação *versus* desenvolvimento.

A compreensão dessas batalhas discursivas em torno do tombamento do Pico pode ser melhor conduzida com o uso da noção de “redes de relações”, expressão proposta por Chuva (2009) para designar as articulações de alianças tecidas pelos agentes do órgão federal de preservação em prol da “causa” do patrimônio. Nessas redes, que se configuravam como um “sistema de troca apoiado nos compromissos e nas obrigações” (CHUVA, 2009, p. 282) entre os agentes estatais e os diversos atores sociais, de dentro e de fora do aparato governamental, os laços de fidelidade e de amizade eram elementos essenciais para a sustentação dos discursos patrimonializadores, elementos estes percebidos, muitas vezes, pelo tom afetivo de cartas pessoais, bilhetes e telegramas que compõem os autos de tombamento. Exatamente como propõe a autora, vemos que, no caso do Pico, essas redes de relações pessoais, articuladas nos âmbitos nacional, regional e local, funcionaram como estratégias de barganha para exercer poder de influência sobre as decisões relativas ao destino do monumento. Constituíram-se, portanto, como capital simbólico, cujo valor variava de acordo com a dinâmica dos ocupantes do poder.

Em relação ao Pico, essas redes foram essenciais para a elaboração e a manutenção de um discurso que colocava a preservação da paisagem como um interesse público de grande importância. O termo paisagem é comumente atrelado a noções visuais e estéticas, associado à ideia de “formas visíveis na superfície da Terra” (CABRAL, 2000, p. 35). Apesar das

distintas abordagens possíveis sobre a paisagem, adotamos, neste trabalho, a perspectiva oferecida pela Nova Geografia Cultural e adotada por autores de diversos campos acadêmicos, a qual enfatiza o estudo da subjetividade das interações do homem com o ambiente nas pesquisas sobre paisagens.

Segundo essa leitura, tão importante quanto os aspectos visíveis e materiais da paisagem, é a sua dimensão humana, colocada através da sensibilidade, da percepção e das elaborações simbólicas. A atenção, aqui, é deslocada do objeto externo – o que se vê – para o sujeito e o processo de sua interação com o meio – quem vê e de que forma o faz. Afinal, para existir, “a paisagem necessita de um sujeito que a signifique e dê valor através de um olhar” (PAES-LUCHIARI, 2007, p. 30). Por isso, afirma-se que a paisagem é uma construção social, fruto de um processo de percepção sensorial, organização mental e atribuição de sentido, guiado por sentimentos, ideias e valores que influenciam a forma de ver e interpretar. É justamente daí que se originam as “camadas de lembranças e representações” que, segundo Schama (1996, p. 27), compõem a paisagem e criam fortes relações com a memória e com expressões identitárias.

Para Corbin (2001), a paisagem é uma maneira de experimentar e apreciar um determinado espaço, utilizando, para tanto, todos os sentidos do corpo. Sansot (2009), em leitura semelhante, afirma que ela nasce do triunfo dos sentidos, enquanto canais de apreensão sensorial do mundo, e dos sentidos, enquanto campo de significações. Cauquelin (2003), por sua vez, afirma que a paisagem é uma forma aprendida, porém inconsciente, de enxergar o meio natural, uma “(...) forma simbólica que envolve toda tentativa de apresentar a natureza à sensibilidade”. (CAUQUELIN, 2003, p. 26). A esta ação Meneses (2002, p. 31-32) dá o nome de apropriação estética, da qual “as condições de ‘legibilidade’ e ‘imaginabilidade’ da paisagem (Berleant) ou a sua capacidade de preencher uma expectativa formal (Cauquelin) constituem fatores importantes”.

Conforme este autor, para entender a paisagem, há que se considerar a existência simultânea e simbiótica da natureza percebida com as suas representações, que podem ser verbais, imagéticas, conceituais, etc. Além disso, pelo fato de ser vista por diferentes olhares que mobilizam valores e interesses nos planos cognitivo, estético e afetivo – aquilo que Sansot (2009) chama de multiplicidade de paisagens potenciais –, a paisagem sempre traz uma dimensão do poder e, portanto, de conflitos políticos. Considerar o Pico uma paisagem subjetivamente construída é útil na medida em que permite compreender as origens, as formas de manutenção e as consequências dos laços afetivos que unem a população da cidade a ele.

Da mesma forma, essa perspectiva nos possibilita considerar a atividade mineradora na região como fruto de uma escolha dentre tantas possíveis e, por isso, uma escolha política, e, também, como um fator de transformação da paisagem, não somente no plano físico, mas também espiritual.

O procedimento metodológico adotado, tecido ao longo de todo o texto, foi o da pesquisa documental. Os diferentes autores citados auxiliaram na definição dos conceitos e vieses interpretativos usados na análise dos discursos presentes nas fontes primárias. Dessa forma, investiguei, a partir dos referenciais teóricos apresentados e da compreensão da legislação patrimonial e minerária da época estudada, os autos que compõem o Processo Administrativo de Tombamento nº 608-T-60, bem como as fontes complementares. Interessou-me identificar, neles, os discursos elaborados pelos diversos agentes envolvidos no processo. Mostro como as representações, o vocabulário, as ideias, os valores e as noções ou conceitos presentes nesses discursos conformaram as diferentes argumentações do conflito, dando especial atenção à atuação das redes de relações sociais que legitimavam as narrativas e à utilização da noção de interesse público por elas.

Cabe ressaltar que a realização de entrevistas foi, inicialmente, considerada um método de pesquisa útil, sobretudo para se analisar o que pensa a população de Itabirito em relação ao caso do destombamento. No entanto, devido à minha inserção institucional, o contato com as pessoas e as informações que tentaria obter através deste procedimento metodológico foram conseguidos no próprio dia-a-dia profissional, o que me levou a descartar a realização de entrevistas formais.

Argumento, neste trabalho, que o episódio de tombamento e posterior destombamento do Pico de Itabirito precisa ser compreendido como um campo de disputas simbólicas, no qual se digladiaram discursos, constituindo, assim, um processo atravessado por relações de poder distintas. Tais discursos, sustentados por redes de relações internas e externas ao aparato governamental, ligavam-se a um contexto histórico mais amplo, essencial para permitir que o capital político dos interessados no destombamento se impusesse e seus discursos, assim, se sobressaíssem. A maior capacidade de fazer as suas narrativas saírem vencedoras do conflito, contudo, não resultou na supressão dos discursos favoráveis à preservação do Pico, mas apenas os mantiveram à margem do regime, até que um novo contexto histórico possibilitasse sua institucionalização.

Defendo, portanto, que os patrimônios, como elaborações discursivas, têm sua eficácia condicionada aos flutuantes conflitos de poder que ocorrem nos diversos contextos políticos. Isso implica que a institucionalização de bens patrimoniais os reveste de uma aura de sacralidade, porém os mantém com uma dimensão de fragilidade, o que deve motivar-nos a problematizar o campo do patrimônio, pensando na preservação e na destruição como duas faces de uma mesma moeda.

1.3 Estrutura do texto dissertativo

Dada a peculiaridade do processo de tombamento e destombamento do Pico, que é, ao mesmo tempo, objeto e fonte da pesquisa, optamos por adotar uma estrutura dissertativa não compartimentada, isto é, em que o estudo dos referenciais teóricos não está separado, por capítulos, da análise do objeto em si. Neste trabalho, o processo é abordado em todos os capítulos, pois ele próprio constitui o esqueleto da narrativa, estando as discussões teóricas e conceituais diluídas ao longo dela. Interessa-nos, dessa forma, considerar as estruturas e, ao mesmo tempo, contar uma história, isto é, descrever e explicar.

Esta escolha se faz a partir da concepção, apresenta por Burke (2011), de que as formas literárias permitem à escrita historiográfica explicar os acontecimentos como conflitos de interpretações. Para fazê-lo, é preciso utilizar, no texto, as estruturas, entendidas como valores e hábitos de uma época, para compreender os elementos centrais da história, usando esta para comentar a estrutura, no caminho inverso. Segundo este autor, o historiador deve preocupar-se em

(...) fazer uma narrativa densa o bastante para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com estruturas – instituições, modo de pensar, etc. – e se elas atuam como um freio ou um acelerador para os acontecimentos. (BURKE, 2011, p 347-348).

De forma semelhante, Prost (2008) propõe que a tarefa do historiador é organizar os fatos para explicá-los, por meio da narração. Essa tarefa é feita por meio de narrativas e, também, de quadros. Enquanto a narrativa descreve um percurso no tempo, buscando causas e consequências para os acontecimentos, o quadro mapeia coerências, situando os fatos narrados. Juntos, eles respondem aos dois principais questionamentos do pesquisador: “o que se passou?” e “como eram as coisas?” (PROST, 2008, p. 227).

É seguindo essas orientações, portanto, que apresentamos nosso texto: sem interrupções da narrativa ou do quadro “para falar das causas, condições, intenções,

regularidades e correlações” (PROST, 2008, p. 228), estando tudo isso incorporado à trama. Dessa forma, nosso enredo, ou seja, o fio que conduz a narrativa e organiza o texto histórico, é o próprio processo analisado, composto por sucessivas fases. Ele foi aberto com uma proposta de tombamento, à qual se seguiu o parecer do relator designado para o caso e, então, foi tomada a decisão de tombar o Pico por parte do Conselho. Logo em seguida, o proprietário interpôs um recurso para impugnação do ato, por dele discordar, diante do qual o Conselho manteve sua posição, inscrevendo definitivamente o bem no Livro do Tombo. Frente a isso, foi enviado, pelas empresas proprietária, concessionária e arrendatária, recurso ao Presidente da República, solicitando o cancelamento do tombamento. O presidente, então, emitiu sua decisão, favorável ao destombamento, contra a qual a Dphan se opôs, fazendo-lhe um pedido de reconsideração. O pedido foi acatado, porém, algum tempo depois, o chefe do Poder Executivo acabou determinando o destombamento definitivo do Pico. Os capítulos, portanto, seguem a ordem cronológica deste processo. Por meio dessa estrutura, narramos os acontecimentos, trazendo para dentro da história os quadros explicativos mais amplos que nos permitem compreendê-la, dotando-a de sentido.

Cabe, ainda, explicar os nomes dados aos capítulos da dissertação. Eles são citações de expressões usadas por Carlos Drummond Andrade no poema “O Pico de Itabirito” (1965), reproduzido na epígrafe deste trabalho. Com eles, procuramos não somente delimitar o assunto tratado em cada capítulo, mas também introduzir marcas poéticas à evolução de um processo que é essencialmente burocrático, trazendo à tona a dimensão sentimental da paisagem, a qual não se deve perder de vista.

O primeiro capítulo, intitulado “‘O grave apelo da história’: o Pico de Itabirito como uma paisagem construída” aborda a fase inicial do processo, marcado pela proposta de tombamento feita ao Conselho Consultivo da Dphan. Nele, tratamos da construção simbólica do Pico de Itabirito em perspectiva histórica, procurando mostrar as origens e o desenvolvimento das diferentes representações elaboradas sobre a montanha, que acabaram engendrando valores e motivando a patrimonialização da paisagem.

O segundo capítulo, chamado “‘Um sol de esperança sobre a paisagem mineira’: o tombamento do Pico de Itabirito”, abarca as fases de emissão do parecer do relator, decisão do Conselho Consultivo, impugnação do tombamento e inscrição do Livro do Tombo. Em seus tópicos, abordamos a trajetória da mineração no Pico, a história da proteção de bens naturais no âmbito do Iphan, bem como os discursos do desenvolvimento, da vocação mineral e do patrimônio nacional.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “E vem de cima um despacho autorizando: Derruba!’: o destombamento do Pico de Itabirito”, são trabalhadas as duas últimas fases do processo: o pedido de cancelamento de tombamento e a decisão do Presidente da República. Nele, tratamos da lei do destombamento – o Decreto-Lei nº 3.866/1941 – e dos usos feitos da expressão “interesse público”, bem como do impacto do caso junto à opinião pública e da participação de agentes externos no conflito do Pico.

Por fim, cabe ressaltar que toda pesquisa em história implica, necessariamente, uma seleção, a qual começa na própria elaboração da pergunta que se pretende resolver. Selecionar é também excluir, isto é, por mais que tentemos fazer uma pesquisa completa, sempre temos que deixar algo de fora. Sendo assim, alguns aspectos bastante interessantes não puderam ser abordados, por falta de tempo, fontes disponíveis ou por necessidade de foco nas questões escolhidas. Dentre estes aspectos, destaco os impactos causados pelo destombamento do Pico na vida da população local, após 1967; a longa luta por seu “retombamento”, que se estendeu, viva e atuante, de 1967 até 1988; e os conflitos atuais pela preservação do monumento, que têm como importantes atores o MPMG e algumas associações da sociedade civil de Itabirito.

2 “O GRAVE APELO DA HISTÓRIA”: O PICO DE ITABIRITO COMO UMA PAISAGEM CONSTRUÍDA

A paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas

(Paisagem e Memória – Simon Schama)

2.1 O pedido de tombamento de uma paisagem digna de proteção

No dia 26 de janeiro de 1960, início do último ano de governo do presidente Juscelino Kubitschek, a Seção de História da Dphan, vinculada ao Departamento de Estudos e Tombamento (DET), emitiu uma proposta de tombamento que inaugurou o Processo Administrativo nº 608-T-60. O documento, assinado pelo engenheiro membro do Conselho Consultivo da Dphan, Miran de Barros Latif, propunha ao órgão colegiado a tomada de diligências para se realizar o possível tombamento do Pico de Itabirito, conhecido por seu rico teor de ferro, sua rara beleza e por ser marco da era siderúrgica na qual o Brasil então ingressava. (IPHAN, 1960, anexo I, fl. 4-5).

Para fortalecer a legitimidade de sua proposta, Latif argumentava que o Conselho já abrisse um precedente para que o processo em questão pudesse ser levado a frente. Ele se referia ao tombamento da Serra do Curral, em Belo Horizonte, a respeito do qual o órgão já havia se manifestado a favor. A Serra, assim como o Pico, era um monumento natural considerado de excepcional beleza paisagística, atribuído de valor afetivo e ameaçado em sua integridade pela atividade mineradora. Apesar das semelhanças, que, de fato, contribuíram para convencer o Conselho quanto ao prosseguimento da proposta do Pico, o desfecho de cada um desses processos, como se sabe, acabou sendo diferente.

Outro marco paisagístico mencionado por Latif em seu parecer foi o Pico do Cauê, localizado em Itabira, o qual, junto com o de Itabirito, compunha o famoso par de montanhas de minério da região ferrífera de Minas Gerais. O cocoruto típico do Cauê, contudo, já não mais existia, pois desde a instalação da Itabira Iron Company na cidade, na década de 1910, ele vinha sendo minerado, suprimido da paisagem itabirana para ser exportado no “trem maior do mundo” (ANDRADE, 1984 [2010], n.p.), deixando para trás somente pó de ferro e rastros

de destruição, como lamentou o poeta Carlos Drummond de Andrade.¹⁴ Latif alertava justamente para a mesma ameaça que se colocava ao Pico de Itabirito, por causa da exploração em seu entorno, já iniciada pelas mineradoras atuantes no local. Estas, conforme a crítica feita pelo conselheiro, exerciam suas atividades em Minas Gerais com certo sadismo, pois atacavam justamente “os pontos de riqueza mais à vista e expressivos das suas jazidas”. (Iphan, 1960, anexo I, fl. 4)

Apesar do alerta de perigo e das críticas feitas à mineração, a proposta de Latif enfatizava que o órgão de patrimônio não se colocava contra essa atividade econômica. O tombamento do Pico deveria ser feito de forma a garantir a continuidade dos trabalhos de mineração à sua volta, servindo para preservar o Pico enquanto fosse possível, isto é, até durarem as reservas de minério nas áreas adjacentes ao monumento natural – condição que ele e os demais membros do Conselho acreditavam que dificilmente deixaria de existir, conforme registrado em diversos documentos e notícias de jornal que compõem os autos. Portanto, nota-se que, desde o princípio do processo, a proposta de tombamento do bem admitia a relativização de sua proteção, ainda que em um futuro distante, evidenciando-se, assim, dois aspectos interessantes: o primeiro, o caráter conciliador que o órgão comumente apresentava em casos de conflito, ao tentar compatibilizar a preservação do patrimônio com outros interesses de ordem pública (RADUN, 2016); o segundo, a íntima relação da destruição – a qual é comumente tida, no campo do patrimônio, como um inimigo externo contra o qual se deve lutar – com as práticas de preservação, “não somente enquanto ameaça, mas simultaneamente como fonte de criação”. (GONÇALVES, 2015, p. 221).

Mais dois argumentos foram levantados pelo conselheiro na proposta: o Pico, caso tombado, comporia uma espécie de conjunto temático da história da mineração e da siderurgia no país, junto à Fábrica Patriótica,¹⁵ em Congonhas, e ao Museu do Ferro,¹⁶ ainda em fase de

14 O poeta itabirano tem uma série de poemas escritos em que trata sobre a mineração em sua cidade natal e as profundas marcas que a destruição do Pico do Cauê deixou na vida mental da população de Itabira, inclusive na sua. Além do poema mencionado na nota anterior, originalmente publicado no jornal “O Cometa Itabirano”, em 1984, “A montanha pulverizada”, publicada na obra *Menino Antigo: Boitempo II*, de 1973, também aborda o assunto. (ANDRADE, 1974). Mais dados sobre a relação da poesia drummondiana com as paisagens transformadas pela mineração podem ser encontradas em Wisnick (2018).

15 “A Fábrica de Ferro Patriótica foi fundada pelo Barão de Eschwege, tendo sido construída em terreno de propriedade do Barão de Paraopeba, que mais tarde viria a ser seu sócio. Os trabalhos de construção tiveram início em fins de 1811 e, a 12 de dezembro de 1812, deu-se a primeira corrida de ferro no Brasil, o que confere à Fábrica Patriótica de São Julião um papel fundamental na história da siderurgia no Brasil. O Barão de Eschwege, fundador da fábrica de ferro e um dos pioneiros da indústria em nosso país, era alemão de origem, engenheiro e naturalista. Seus primeiros trabalhos na Alemanha foram dedicados à mineralogia. Chegou ao Brasil por ocasião da viagem da Família Real, em 1808, sendo aqui nomeado Tenente-Coronel do Real Corpo de

estudos para implementação. Além disso, a demarcação de um perímetro de proteção, com a ocorrência de mineração no entorno, realçaria o perfil do Pico e, quanto mais abrupto ele se tornasse na paisagem, mais adquirira o feitiço de marco. Este raciocínio, hoje, pode parecer absurdo, já que conhecemos os efeitos perversos que a atividade mineradora gerou na paisagem, salvando-se da destruição somente o cume do Pico. Contudo, não podemos julgar as ações humanas do passado com os olhos do presente; devemos, sim, tentar compreendê-las a partir das referências mentais de seu próprio tempo. Na década de 1960, com as ideias sobre a preservação da natureza ainda pouco consolidadas no imaginário coletivo, o repertório de instrumentos jurídicos para proteção ambiental menos desenvolvido que hoje e a pouca relevância dos bens naturais no campo do patrimônio, no qual estava apenas sendo iniciado o trabalho com os conceitos de ambiência e entorno,¹⁷ a conciliação da mineração com a preservação do monumento isolado, ilhado em meio às crateras, era uma ideia que fazia sentido, que era aceitável, por isso encontrava eco até mesmo no discurso de agentes estatais responsáveis pela proteção.

Simbolismo, beleza, caráter referencial, fruição paisagística e cultural e ameaça de destruição – esses foram, portanto, alguns dos atributos ou aspectos reconhecidos e declarados sobre o Pico de Itabirito que Latif, como conselheiro, procurou ressaltar para justificar sua proposta e convencer o Conselho Consultivo da importância de se preservá-lo. Em seu discurso, a mineração e o patrimônio não apareciam como antíteses um para o outro e, por isso, sua conciliação era possível, desde que se impusessem e se respeitassem os limites de proteção.

A construção discursiva da paisagem e do patrimônio também ocorria pela ação de pessoas externas à agência estatal e ao Conselho a ela vinculado. Um dos mais atuantes defensores da proteção ao Pico foi Luiz Kuchenbecker, engenheiro alemão, funcionário da empresa Mannesmann, diretor do Arquivo Mineiro Barão de Eschwege, situado em Congonhas (MG). Em carta enviada ao diretor da Dphan, Rodrigo M. F. Andrade, em 07 de agosto de 1960, ele fez uma defesa acalorada do Pico, requerendo seu tombamento. É

Engenheiros de Vila Rica, Intendente das Minas de Ouro e Curador do Real Gabinete de Mineralogia. Realizou diversas viagens de estudos e observação científica em Minas e São Paulo, quando então fundou a fábrica, em fins de 1811. (...) A fábrica encerrou suas atividades provavelmente em 1822, após a partida de von Eschwege para a Europa, em razão de divergências entre os principais acionistas da empresa. (...). Abandonada a fábrica, em breve transformava-se em ruínas, que ora são conservadas pelo IPHAN como testemunho histórico da indústria siderúrgica. Vêm-se ainda os vestígios das construções e de algumas paredes de pedra.” (IPHAN, s.d.)

16 Segundo Latif, a Dphan estudava a possibilidade de criar, em Minas Gerais, um Museu do Ferro, aos moldes do Museu do Ouro, de Sabará. (IPHAN, 1960, anexo I, fl. 5)

17 Esses aspectos serão tratados no próximo capítulo.

provável que a esta altura ele soubesse que o processo já estava iniciado, pois se destacava como um interlocutor importante dentro da rede de relações da Dphan a nível regional.

Na carta, Kuchenbecker usou alguns argumentos que escaparam à Latif quando da apresentação da proposta de tombamento ao Conselho. O engenheiro alemão afirmava que o Pico era local de atração turística e científica para um crescente número de visitantes, chegando a dizer que o monumento, uma “obra gigantesca e verdadeiramente artística da natureza” (Iphan, 1960, anexo I, fl. 12), era mundialmente conhecido. Sua preservação era importante e urgente. Importante por três razões: ele representava um marco das jornadas do desbravamento realizadas pelos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII, sua “silhueta de imponente rocha coroada de um castelo” conferia-lhe uma visibilidade ímpar no panorama local e sua singularidade era tamanha a ponto de ser considerado uma joia mineralógica, um milagre da criação. Já a urgência provinha da ameaça de iminente destruição pela Companhia Novalimense de Mineração, motivo que levara, no dia 15 de novembro de 1959, uma multidão a se reunir no entorno do monumento natural para protestar por medidas que garantissem a sua proteção.

Além de todos esses fatores, Kuchenbecker apontou um que nos chamou especial atenção. Para ele, tombar o Pico de Itabirito seria uma forma de homenagem póstuma da nação brasileira aos povos indígenas que antes habitaram a região e a ela deram o nome de Itabira – termo apropriado, posteriormente, pelo Barão de Eschwege, quando de suas missões científicas para documentar as riquezas minerais do Brasil, no início do século XIX.¹⁸ Alterando o eixo argumentativo que embasava a grande maioria das narrativas do patrimônio construídas até então pelo Estado, as quais fortaleciam o papel da colonização das Minas Gerais na biografia oficial da nação, o discurso de Kuchenbecker deslocava o marco temporal da memória narrada, ao incluir os povos originários do Brasil como sujeitos formadores da tradição herdada, que se materializava no patrimônio. Reconhecer este simbolismo da paisagem era, para ele, um ato de patriotismo e, por isso, haveria um forte interesse público relacionado à questão. Aqui, vemos, com clareza, o funcionamento da retórica patriótica que, segundo Tuan (1980), constrói marcas visíveis da história com monumentos da paisagem, procurando, com isso, reforçar a lealdade, o sentimento de pertencimento à nação.

¹⁸ Na realidade, Eschwege teria introduzido no vocabulário científico o termo indígena Itabirito, cujo significado é “pedra que risca vermelho”, para designar um tipo de rocha recorrente na região central de Minas Gerais. (DIVISÃO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, [20-]).

Essa carta traz alguns elementos interessantes para se explorar a história da construção simbólica do Pico. Certamente, Kuchenbecker não criou sozinho os atributos que conferiu ao cimo no intuito de comprovar sua importância. Ele se baseou em um repertório discursivo que vinha sendo elaborado há muitos anos a respeito do Pico, a partir de diferentes olhares sobre a montanha. Identificar esses olhares e descrever o lento processo de invenção da paisagem no imaginário social é importante para compreender os motivos que suscitaram o desejo da patrimonialização institucional. Como afirma Tilley (1994), citado por Meneses (2002):

A percepção do mundo e a constituição daquilo que é importante ou desimportante para as pessoas não funciona em termos de ‘uma lousa ambiental em branco’, que é operada pela percepção e pela cognição, mas em termos da historicidade das experiências vividas nesse mundo (TILLEY, 1994, n.p. *apud* MENESES, 2002, p.33).

Tal historicidade encontra-se na trajetória de mediações que investem valores e sentidos profundos nos espaços, transformando-os em lugares e servindo como lentes para visões que os enxergam como objetos dignos de proteção. Essas mediações “são resultado de invenções, no sentido de movimentos desenrolados na duração, que revelam memórias” (SERRANO, 1993, p 5), as quais podem ser rastreadas nas diferentes imagens – visuais, mentais, conceituais, sentimentais – que se elaboram no contato entre homem e natureza. Sobre elas, Silveira (2009, p. 72) afirma:

(...) qualquer ideia e/ou percepção de paisagem está imersa em um processo cognitivo vinculado ao jogo sutil de adesão às imagens que a mesma suscita e, assim, a uma perspectiva estética, uma vez que toda paisagem implica a presença de uma dimensão sensível e emocional por parte do humano.

A ideia de paisagem, entendida como um processo cultural (MENESES, 2002), espiritual (SIMMEL, 2009), mental (CAUQUELIN, 2003), sensorial (SANSOT, 2009) ou esquema de apreciação (CORBIN, 2001), está necessariamente associada às percepções, às maneiras de ver o mundo e compô-lo em uma cena. Ela é uma forma de perceber, imaginar e representar a natureza e, portanto, uma atitude cultural, historicamente aprendida e temporalmente influenciada, através da qual o espectador olha o ambiente à sua volta como se este se apresentasse tal qual uma obra de arte. Assim, para compreender a paisagem, é preciso levar em consideração a carga subjetiva e imaginária associada a ela. (PAES-LUCHIARI, 2007).

Acreditamos que a definição de Corbin (2001) é a que melhor sintetiza todas essas acepções a respeito do conceito de paisagem. Segundo este autor,

(...) a paisagem é uma maneira de ler e analisar o espaço, de representá-lo, se necessário, fora da apreensão sensorial, de esquematizar a fim de oferecê-la à apreciação estética para carregá-la com significados e emoções. Em suma, a paisagem é uma leitura, inseparável da pessoa que contempla o espaço considerado. (CORBIN, 2001, p. 11).

Com base nessa definição, Corbin considera como aspectos essenciais a serem analisados em qualquer estudo sobre determinada paisagem a construção histórica dos modos de vê-la, os sentimentos associados às representações que esses modos engendram e as imagens paisagísticas elaboradas a partir disso. Tais imagens, segundo Sansot (2009), habitam nossa memória coletiva e, ao serem evocadas, tornam possível a experiência de percepção da paisagem. Para este autor, de forma semelhante à Corbin, importa compreender as sensibilidades de origem que apreendem a paisagem e os sistemas de signos em que esta pode ser transformada.

Não negamos a existência da realidade objetiva, afinal, na linha evolutiva do planeta Terra, o surgimento do ser humano ocorreu bilhões de anos depois que montanhas, mares, desertos e florestas já estavam formados. Interessa-nos enfatizar, no entanto, que toda forma de interpretação desse ambiente natural pelo homem só pode se dar pelas vias do imaginário, da interação sociocultural. Assim, enxergar (e também ouvir, tocar, provar) paisagens é uma ação humana que ocorre, necessariamente, articulada à experiência temporal e trabalhada através de categorias cognitivas que conferem significação ao lugar.

A atitude estética de conceber o espaço como paisagem tem origem, segundo Cauquelin (2003), no século XVI, quando os artistas do movimento romântico passaram a pintar e descrever paisagens, inaugurando, assim, uma nova sensibilidade na relação do homem com o meio natural. É no universo da arte, portanto, que surge a estrutura mental capaz de enxergar paisagens, o que implica, inevitavelmente, uma dimensão criativa inerente a ela, ligada, necessariamente, à expressão sentimental. Como afirma Tuan (1980, p. 129), ao desenvolver a noção de “topofilia”, o meio ambiente “fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideias”. São essas emoções e sentimentos investidos na paisagem, muitas vezes compartilhados socialmente, que a revestem de uma aura simbólica, possibilitando sua leitura como um lugar onde se ancora a memória coletiva e, assim, dá suporte a processos de construção identitária.

Sansot (2009) afirma que a paisagem designa tanto o que encontramos no mundo, como as produções pictóricas e literárias que se fazem dela. Nesse sentido, encontramos diferentes formas de representação do Pico de Itabirito que contribuiriam para formá-lo

enquanto paisagem, como mapas, relatos de viagens, descrições científicas, pinturas, fotografias, obras literárias e lendas. Nesse amplo material, produzido entre os séculos XVIII e XX, é possível notar a existência de olhares distintos para a montanha, conduzidos por percepções sensíveis, estruturas mentais, interesses, finalidades e posições de fala as mais diversas. Passaremos, então, a analisar essas representações, tendo em vista a seguinte questão, colocada por Meneses (2002, p. 33): “quem fala (ou não fala) da paisagem, como e por quê?” Assim, nos próximos dois tópicos, mostraremos como o Pico foi construído como paisagem, apresentada por Miran Latif ao Conselho do Dphan em 1960. passando a ser visto como um lugar importante, digno de preservação, antes mesmo da proposta de tombamento

2.2 A construção da paisagem pelo olhar do visitante

Ao tratar sobre a teoria da paisagem oferecida pelo cientista social francês Pierre Sansot, Eckert (2008, p. 1) afirma:

Seja no enraizamento a um lugar de pertencimento seja no deslocamento pela diversidade de lugares vividos, importa-nos como a experiência humana ofereceu-se aos sentidos, ao olhar, à escuta, ao cheiro, ao gosto. Nesses jogos perceptivos, são colocadas em destaque as formas sensíveis que movem os habitantes em suas lógicas de viver os espaços e tempos culturais.

Ao se pensar no Pico de Itabirito, nota-se que tais jogos perceptivos incluem vários tipos de “operações retóricas” (CAUQUELIN, 2003), que podem ser classificados, conforme sugerido no trecho acima e, também, proposto por Tuan (1980), em dois grandes grupos: os discursos produzidos pelo olhar “de fora”, do estrangeiro, do visitante, cuja percepção está mais frequentemente associada à fruição estética de uma paisagem que chama atenção ou que oferece uma oportunidade de conhecimento; e os discursos produzidos pelo olhar “de dentro”, do habitante, dos moradores, dos interlocutores locais do bem, que está mais relacionado às experiências do cotidiano, à produção de emoções e de memórias duradouras ancoradas no bem enquanto um lugar vivido e praticado.

Ainda que essas duas formas de interação entre homem e natureza resultem em maneiras distintas de perceber sensorialmente a paisagem e de expressar valores em relação a ela, elas não existem de forma totalmente separada. Pelo contrário, se permeiam e se influenciam, sendo possível perceber imagens construídas pelos “de fora” na atitude paisagística dos “de dentro”, e vice-versa.

Tais discursos sobre o Pico surgem a partir daquilo que Sansot (2009) chama de “princípio da visibilidade”, isto é, aquilo que se oferece aos sentidos, que se percebe, se ouve

e se sente. Este princípio está na base do seu entendimento sobre as diferentes formas de interação do homem com o meio à sua volta, as quais geram uma variedade de experiências subjetivas da paisagem, chamadas, por ele, de “variações paisageiras”. A visibilidade que as engendra não diz respeito somente à dimensão sensorial e à representação imagética, mas “prolonga-se na palavra, que na sua ressonância narrativa dilata a percepção agora em uma paisagem narrada a qual faz vibrar as formas sensíveis. (ECKERT, 2008, p. 1).

Tendo isso em vista, fizemos um levantamento histórico dessas narrativas, verbais e não verbais, identificando nelas as diferentes percepções, formas de olhar e de interagir com o Pico ao longo do tempo. Através desse levantamento, foi possível constatar que o Pico é um elemento da topografia mineira que, desde os primórdios da colonização das Minas Gerais, esteve presente nos mapas produzidos da região. Para Lopes (2011, n.p.),

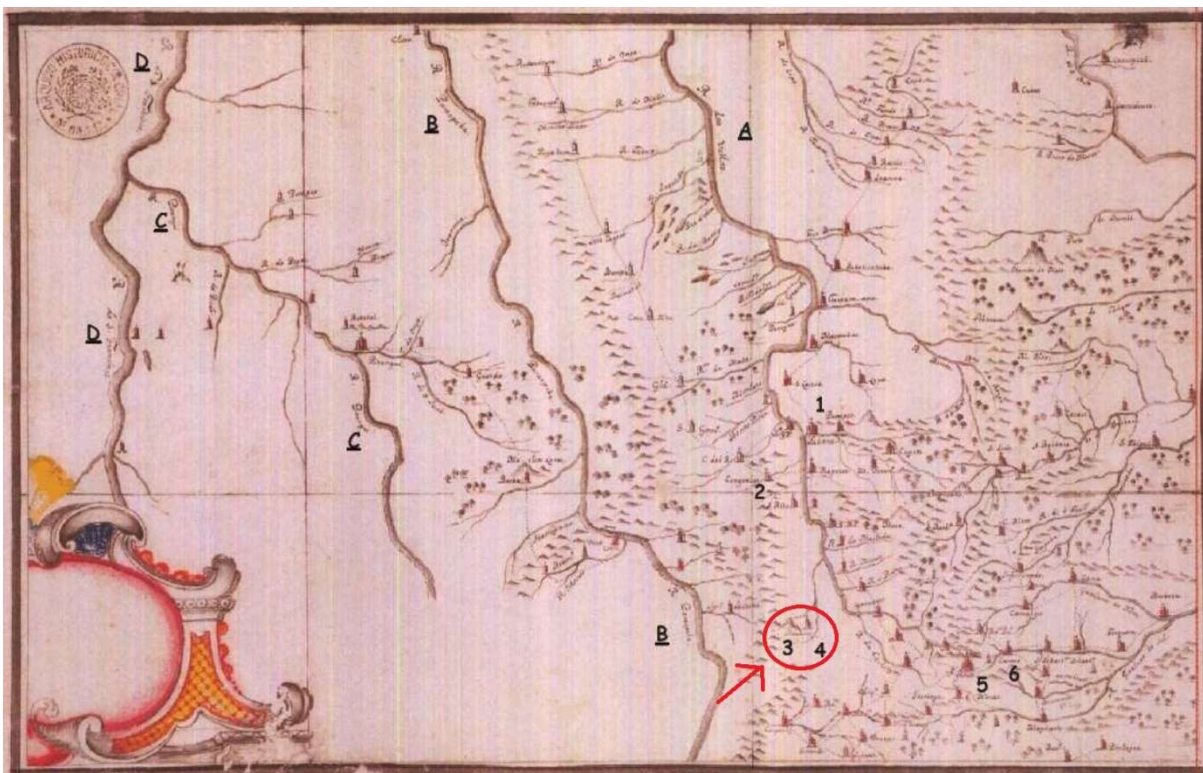
as representações cartográficas são valiosas para a (re)construção da memória pois (...) permitem o reconhecimento territorial, oferecem a oportunidade de uma visão “ampliada” do espaço, demonstrando a importância daquilo que é representado para os agentes planejadores do território.

Nos mapas, os cartógrafos registram os marcos referenciais do espaço geográfico, criando, dessa forma, lugares revestidos de sentidos. Quadros (2008) afirma que as representações cartográficas são um tipo de discurso narrado, através do qual são selecionados, classificados e interpretados os elementos de determinado ambiente. Um aspecto essencial deles é serem permeados por três dimensões: da técnica, do desejo e do poder. Atuando em conjunto, essas dimensões fazem com que os mapas componham o imaginário de uma região, instituem formas de relacionamento com os lugares e forneçam marcos para os projetos de ocupação do território. Ainda segundo este autor, “a elaboração de mapas manifesta uma prática de transformar em signos, por conseguinte em discurso, tanto as percepções dos sentidos quanto os pensamentos”. (QUADROS, 2008, p. 30).

Tendo isso em vista, a aparição do Pico em mapas dos séculos XVIII e XIX pode ser entendida como uma das primeiras formas de representação iconográfica da paisagem, que começam a inscrevê-lo nos quadros espaciais da memória coletiva.¹⁹ Em alguns deles

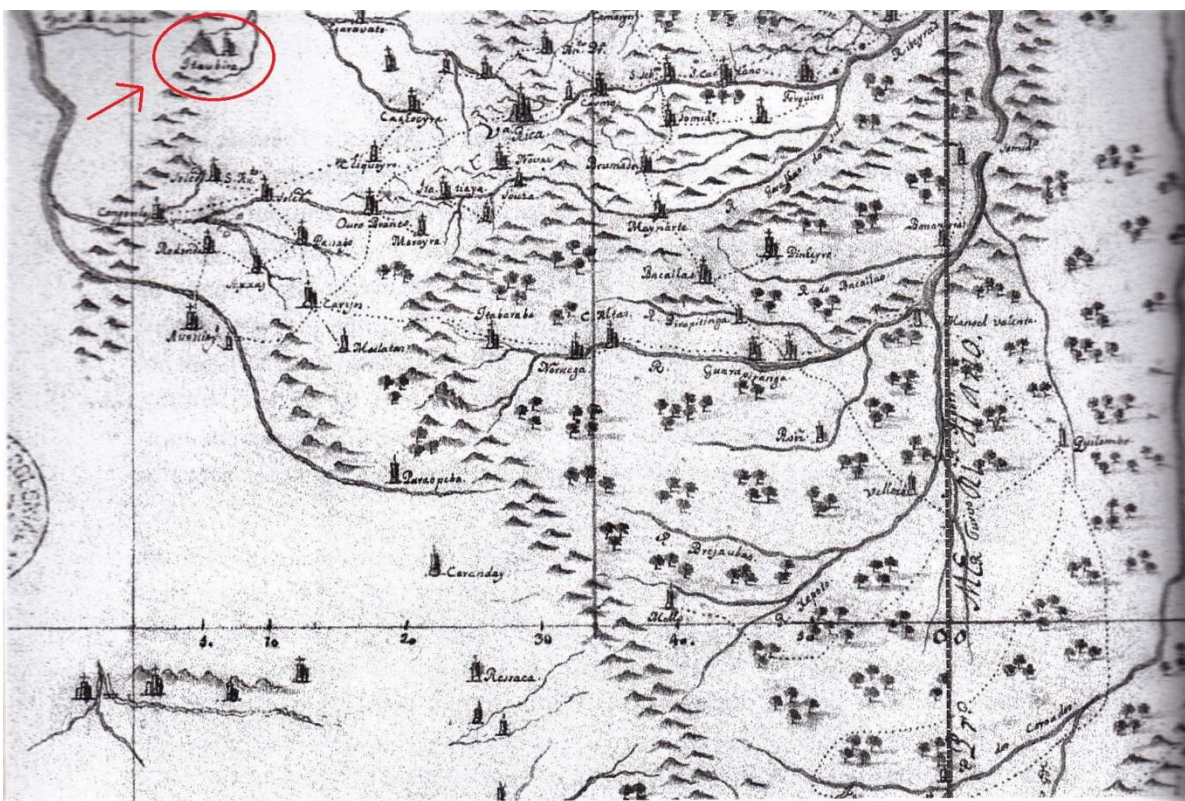
¹⁹ É importante destacar que as antigas populações da região já mantinham algum tipo de relações com o Pico de Itabirito antes mesmo da chegada dos bandeirantes. “A conexão entre o Pico de Itabirito e a história das ocupações indígenas na região do alto Rio das Velhas pode ser exemplificada pela recente identificação de carvões e material lítico lascado dentro de uma gruta de minério de ferro. Essa descoberta ocorreu em 2005, durante uma prospecção arqueológica realizada próximo às nascentes do Córrego da Pedra. Essa área localiza-se no entorno do Pico de Itabirito. O material coletado ainda não foi datado com precisão, mas a sua classificação

Figura 3 – Mapa de Diogo Soares (1734/35)



Fonte: PIUZANA *et al*, 2011, p. 131.

Figura 4 – Mapa dos padres matemáticos (s.d.)



Fonte: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 128.

Nos documentos cartográficos das Figuras 1, 2 e 3 estão representadas as principais estradas, rios, acidentes geográficos, cidades, freguesias e arraiais, com seus respectivos templos religiosos, que formavam o contexto paisagístico-histórico da região mineradora no século XVIII. Segundo Gomes (2004, p. 72), um mapa pode ser conceituado como um “artefato resultante de um conjunto de operações e escolhas gráficas (geometria, traços, imagens figurativas, ornamentos, escrita), que acionam códigos de representação organizados em uma verdadeira linguagem”, refletindo o ambiente cultural em que foi produzido. No caso, nota-se, através da simbologia utilizada nos três mapas, a presença da religião como fator de poder e dominação e a dependência da observação da natureza como tecnologia para conseguir demarcar rumos, distâncias e locais de importância que facilitassem o conhecimento do território e o deslocamento por ele. A presença do Pico nestes registros, portanto, nos dá uma dimensão do papel que ele, enquanto elemento do meio natural percebido e transformado em paisagem pelo colonizador, ocupava no imaginário da sociedade mineira colonial. Como reconhece Neves (2016, p. 126), “ele [o pico] dominava todos os roteiros e mapas iniciais do período dos contatos e conquistas”.

Percebe-se, também, nestes mapas, que o nome dado ao Pico é Itaubira, palavra de origem indígena que encontra três diferentes interpretações: moça de pedra, pedra que brilha ou, em sua melhor tradução, pedra empinada. Esta denominação prevaleceu até meados do século XVIII, quando se tornou comum o nome Itabira (como identificado nas Figuras 4 e 5). O topônimo Pico de Itabirito passou a ser usado somente no século XX, após a emancipação da cidade de Itabirito em 1923. (DMP, [20-]).

Os topônimos se constituem como indícios da manifestação da memória coletiva de uma comunidade (MILO, 1997) e, através deles, é possível compreender muito a respeito da cultura, das formas de ver o mundo e das relações de poder de determinada sociedade. Especificamente em relação às paisagens, Sansot (2009) afirma que os nomes dados aos lugares integram a própria paisagem, pois são um prolongamento de sua visibilidade. Assim, é curioso notar que as diferentes formas de nomear o Pico revelam momentos distintos da história do Quadrilátero Ferrífero e da interação humana com essa porção do meio natural. A “pedra que empina” (ou brilha), além de se referir ao movimento natural das placas tectônicas que formam o relevo, indica algo que é visto de longe e, portanto, serve de ponto de referência para as viagens que passavam pelo vale dos rios das Velhas e Paraopeba. Já a “pedra que risca vermelho” indica algo que é visto de perto, em detalhes, já que conhecer as substâncias químicas que compõem uma rocha e constatar o pigmento que dela se extrai só é

possível pelo contato direto com ela. Essa aproximação se dá, principalmente, através do olhar técnico, científico, do pesquisador ou do empresário, que passam a demonstrar interesses outros pelo Pico, que extrapolam o âmbito da mera orientação espacial.

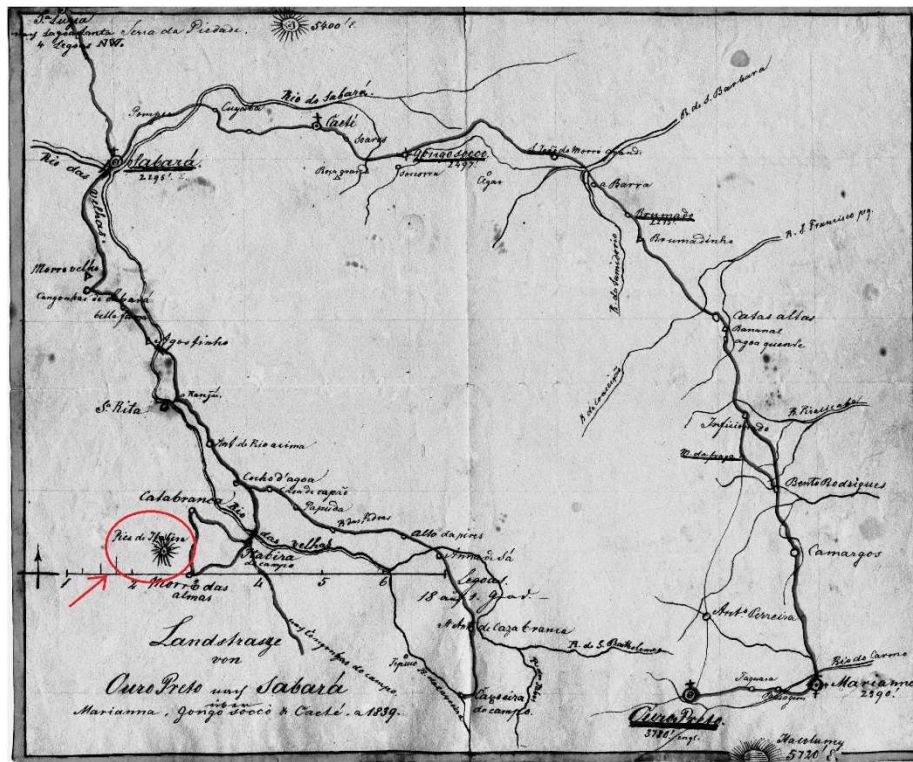
É justamente este olhar que orienta a confecção dos mapas das Figuras 4 e 5, ambos do século XIX. Neles, o Pico também é retratado, porém, diferentemente dos anteriores, não há mais o seu perfil desenhado, ele aparece como uma marca destacada. Isso pode ser explicado, por um lado, pela própria evolução da cartografia, que passou por mudanças técnicas, de objetivos e na própria convenção dos signos, determinando novas escolhas gráficas para a elaboração de mapas. (GOMES, 2004). Por outro lado, também é possível interpretar que, nos primeiros mapas, ainda era preciso criar uma identificação visual e verbal entre o que era visto, como era visto e o que significava, isto é, construir uma imagem da paisagem a partir dos sentidos. Estando essa relação simbólica estabelecida, não era mais necessário reproduzir o desenho do Pico nos mapas: a sua representação como sendo aquela rocha enorme, de formato pontiagudo inconfundível, já estava fixada no imaginário coletivo, e apenas indicá-lo pelo nome e por um ponto destacado no mapa bastava à interpretação do leitor.

Figura 5 – Mapa “Detalhe da Nova Carta da Capitania das Minas Gerais”, feito pelo Barão de Eschwege, em 1821.



Fonte: ROSIÈRE *et al*, 2009, p. 2.

Figura 6: Mapa feito por Ernst Hasenclever em 1839



Fonte: ALVES, 2014, n.p.

O mapa da figura 4 foi feito pelo geólogo e metalurgista Barão de Eschwege, na ocasião de suas viagens por Minas Gerais, no início do século XIX, para mapeamento e estudo das potencialidades minerais da região, a pedido da Coroa Portuguesa. No contexto de suas jornadas, escreveu o livro *Pluto Brasiliensis* (ESCHWEGE, 1976), publicado em Berlim, em 1833. Na obra, ele afirmou, a respeito da exploração das riquezas minerais do Brasil, que o país, ao contrário de muitos países menos favorecidos, então em claro em progresso, estava a padecer no meio de suas riquezas. É curioso notar como essa opinião de Eschwege, legitimada pelo campo científico em que se inseria, ajudaria a embasar, nas décadas seguintes, os discursos elaborados por setores políticos e empresariais sobre a suposta “vocação minerária” do estado de Minas Gerais, que deveria ser respeitada e seguida, e, no caso específico do Pico, da inevitabilidade da extração de seu minério de ferro.

O mapa da figura 5 foi feito pelo t mbeo alemão Ernst Hasenclever, representante dos tradicionais negócios de sua família no Brasil, a qual possuía forjas e comercializava produtos metálicos de fabrica o própria e alheia, em vários países. (ALVES, 2014). No ano de 1839, ele visitou Minas Gerais e deixou registros detalhados do que encontrou na sua jornada, sobretudo das minas administradas por empresas estrangeiras, por elas interessarem, logicamente, aos seus propósitos comerciais. Ambos os mapas revelam a importância que, já

no século XIX, era atribuída ao Pico, sob os pontos de vista científico e econômico – os quais estão frequentemente associados –, ainda que este último fosse se sobressair definitivamente somente um século mais tarde, quando se iniciou a exploração em larga escala do minério de ferro no local.

Além do mapa, Hasenclever produziu um diário de viagem com escritos e desenhos dos lugares por onde passou. Neles, constatamos a presença de um discurso que extrapolava a visão puramente econômica e predatória da natureza, ao revelar sentidos estéticos profundos na interpretação da paisagem. Vale a pena a transcrição do trecho em que ele descreve, admirado, o panorama visto do caminho de onde primeiro se deparou com a Serra de Itabirito – chamada, por ele, de Serra da Cata Branca.

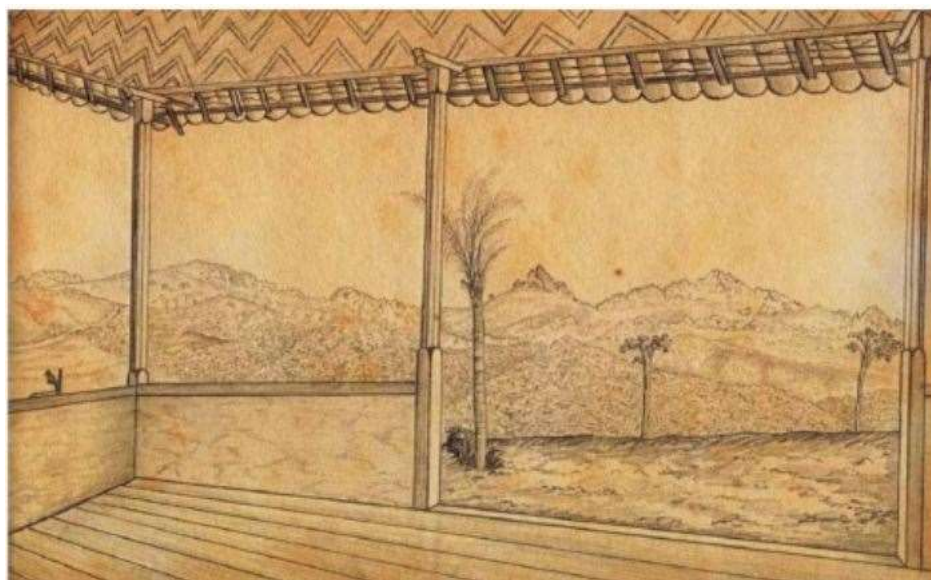
(...) Passei por Santo Antônio [Rio Acima], um pequeno arraial simpático, escondido nas montanhas. Ali começou a pior parte do caminho, as montanhas ficavam cada vez mais altas e despidas de árvores ou de qualquer vegetação por serem formadas de granito e xisto ferruginoso. [na verdade é quartzito e não granito, e o xisto é o itabirito]. E, como nos arredores de Ouro Preto, tinham uma aparência sombria e escura. Teríamos que, pelo menos, chegar ainda hoje até Itabira do Campo, pois desistimos de alcançar Morro das Almas a pé. Esse destino já era suficientemente longe, e, confiando na nossa sorte, pegamos um caminho que nos foi indicado e descrito com muitos detalhes, mas por onde, porém, necessitaríamos atravessar o rio das Velhas em um vau. Apesar da chuva forte que continuava caindo, *o caminho era bonito e, do cume de um morro, dava para ver a soberba serra da Cata Branca*, onde as casas brancas da companhia de mineração brilhavam como ninhos de andorinhas na crista da montanha e *o magnífico Pico de Itabira*. Esse último é uma pedra alta e pontiaguda que sobressai de longe na paisagem e muda sua aparência a cada passo. O ponto de onde eu apreciava esse panorama era muito elevado e o vento e a chuva nos fustigavam, o que era uma beleza. (ALVES, 2015, p. 191-192, grifos da autora).

Nesta viagem, Hasenclever se hospedou, por algumas noites, na casa do médico alemão, Dr. Franz Josef Stephan, que trabalhava na Mina do Morro das Almas, controlada, assim como a da Cata Branca, pelos ingleses da The Brazilian Company. Durante sua estadia, registrou, em palavras e desenhos, a impressão maravilhada que o quadro natural da região o causou. Seus registros constituem uma boa fonte de informação para compreender os motivos paisagísticos que inspiraram toda uma tradição de apego e devoção ao Pico de Itabirito ao longo dos anos, e onde se fundamentariam, décadas mais tarde, os discursos patrimonializadores sobre ele. Sentado na varanda da casa, Hasenclever assim escreveu e desenhou:

tirei meu caderno de desenho para esboçar a paisagem mais linda que vi na minha vida. Logo abaixo do morro onde estava localizada a casa, havia um

vale profundo e coberto com uma densa mata virgem que resplandecia com árvores de todas as cores e se estendia até a serra de Cata Branca. Mais ou menos até a metade das montanhas, as matas eram mais abertas e interrompidas por casebres isolados, cercados de lindos jardins floridos. Depois vinha a região dos pastos, que se perdia nas rígidas rochas marrons que formavam a pontiaguda e recortada cumeeira da serra. Ela se elevava até quase a metade do *pico piramidal de Itabira (pedra aguda)*. Não me lembro de ter visto durante toda a minha viagem, aliás, em qualquer outro lugar que já estive na minha vida, um cenário montanhoso tão perfeito como aquele, sobre o extraordinário Morro das Almas. Só rapidamente, mas com carinho, desenhei o esboço que pode comprovar a fidelidade do meu encanto com a paisagem que apreciei com toda minha alma e não passei por ela de forma apressada, como por tantas outras. (ALVES, 2015, p. 196, grifos da autora).

Figura 7: Desenho a lápis da vista do Pico de Itabira a partir da varanda da casa do Dr. Stephan, feito por Hasenclever em novembro de 1839



Fonte: ALVES, 2015, p. 248.

Ao visitar a mina de Cata Branca alguns dias depois, o viajante fez novo relato sobre a paisagem do Pico; dessa vez, no entanto, fez-se presente, também, o olhar científico, o qual pode ser percebido nos comentários acerca da composição geológica do terreno e no uso do linguajar técnico, misturado ao poético. Observa-se, aqui, o jogo das escalas relacionado aos nomes dados ao monumento natural, anteriormente mencionado: Hasenclever, ao ascender a montanha, via de perto o que até então só havia admirado de longe. Além disso, deslocava sua posição como intérprete da paisagem, descrevendo, agora, a vista a partir do Pico, e não mais do Pico:

Pouco depois de Morro das Almas, sobe-se para a cumeada da serra onde se passa ao sopé do pico de Itabirito e, nessa altitude, se é surpreendido pelas rochas vistosas e formações geológicas. Logo no pico, a transição do xisto argiloso para itacolomito e quartzo é tão visível que até um leigo a percebe,

devido, principalmente, à mudança de vegetação. Asseguraram-me, ela é bem parecida com a dos Alpes. Tínhamos um dia claro e uma vista magnífica por longos trechos. Lá estavam as serras do Caraça, de Ouro Preto, Ouro Branco etc. Que paisagem admirável e comovente! (ALVES, 2015, p. 202).

Além de Eschwege e Hasenclever, outros viajantes, muitos deles, cientistas, também deixaram registradas suas impressões sobre o Pico de Itabirito. Em suas formas de apreciar a paisagem, mesclam-se o prazer estético com a curiosidade científica, mistura que, segundo Tuan (1980), contribui para perdurar o desfrute paisagístico além do momento efêmero. Antes de analisá-las, faz-se importante esclarecer que essas falas não devem ser vistas com ingenuidade, mas sim levando-se em consideração toda a carga ideológica e de interesses exploratórios que impregnava o olhar dos naturalistas europeus, ainda que com o respaldo motivacional da ciência. (MENESES, 2002). Como afirma Serrano (1993), esses relatos estavam inseridos na lógica de exploração do território brasileiro e, por isso, além de descreverem paisagens, também tinham o elemento de conquista, serviam para mapear e classificar a natureza, apontar os bens comercializáveis e demarcar territórios.

Um desses olhares estrangeiros é o dos naturalistas alemães Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix, que viajaram por diferentes províncias do Brasil entre os anos de 1817 e 1820, passando por Minas Gerais. Na obra que publicaram a partir de seus diários de viagem, mencionaram o Pico como um ponto importante que se avistava a partir da Serra da Piedade:

Soberbo é o panorama que se descortina do alto desta montanha, de mais ou menos 5.400 pés de altitude, em cuja asceção gastamos quatro horas; estão deitados como gigantes, em torno dela: o Pico de Itabira, perto de Sabará; a Serra do Caraça, perto de Catas Altas; a Serra da Lapa, etc. (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 22).²⁰

É interessante notar que, mesmo na condição de pesquisadores interessados, o quadro mental que revelam a partir do uso da metáfora do gigante para se referir ao Pico se aproxima mais de uma percepção estética e emocional que propriamente científica. A expressão “deitar-se como gigante” sugere a personificação da montanha, confere-lhe ares de monumentalidade e nos faz pensar sobre a relação que o homem, historicamente, vem estabelecendo com este elemento da natureza, tão presente nas representações de paisagens. Segundo Tuan (1980, p. 81),

²⁰ A grafia original dos documentos consultados foi mantida ao longo da dissertação.

nas primeiras etapas da história humana, a montanha foi vista com assombro. Ela elevava-se acima das planícies habitadas; era remota, difícil de se aproximar, perigosa e inassimilável às necessidades do trabalho diário do homem. Povos em diferentes partes do mundo consideram a montanha como o lugar onde o céu e a terra se encontravam. Era o ponto central, o eixo do mundo, o lugar impregnado de poder sagrado, onde o espírito humano podia passar de um nível cósmico para outro.

Com o passar dos tempos, essa atitude religiosa perante a montanha, que mesclava temor com aversão, foi sendo substituída por uma atitude estética, que abriu espaço para outras formas de apropriação desse elemento topográfico, como a recreativa e a medicinal. Esse processo contou com o importante papel do movimento romântico, na Europa, que começou, a partir de uma mudança da noção estética sobre a beleza – a qual passou a incorporar, também, formas irregulares, não geométricas –, a louvar o esplendor da montanha através de diferentes linguagens artísticas. Outro fator essencial foi a evolução nos meios de transporte, que tonaram muitos pontos altos acessíveis, destituindo-os da antiga aparência proibida. Tuan (1980, p. 85) conclui que, após esse processo, “em meados do século dezenove ocorreu uma completa inversão da imagem da montanha: longe de ser um lugar que produzia calafrios de horror, compatível somente com as almas duras, era benigna e adequada às necessidades dos que tinham perdido a saúde”.

Sobre o papel da arte nessa trajetória das percepções sobre a montanha, Meneses (2002, p. 39) afirma que

primeiro, na literatura, depois no trabalho de pintores-gravuristas e, a partir de 1850, na obra de fotógrafos, a montanha deixa de ser ente invisível, simples obstáculo a ultrapassar ou elemento ameaçador para se transformar em objeto de contemplação e, mesmo, admiração, edificação e homenagens ao sublime.

Foi somente com essa mudança na forma de olhar para a montanha que os relatos aqui analisados se tornaram possíveis, assim como as mais diversas atividades humanas relacionadas a este espaço natural. No Brasil, especificamente, o interesse pelas montanhas surgiu, segundo Serrano (1993), a partir de múltiplos fatores: sensibilidade estética e filosófica, atitude conquistadora, anseios econômicos e curiosidade científica. Para esta autora, o início do montanhismo como atividade esportiva no país foi em 1912, data em foi realizada, pela primeira vez, a ascensão ao Pico Dedo de Deus, localizado na Serra dos Órgãos (RJ).

Excursões recreativas ao Pico do Itabirito, contudo, já aconteciam muito antes dessa data. O naturalista inglês Francis Castelnau, por exemplo, esteve na Mina de Cata Branca em

1843 e registrou, em seu diário de viagem, impressões sobre o ambiente natural que circundava a pequena freguesia de Itabira do Campo. Durante sua estadia nas dependências da Mina, ele assim escreveu:

Embora caíssem chuvas torrenciais não podíamos deixar de admirar a magnífica paisagem estendida à nossa vista; abrigados num pequeno mirante colocado perto da casa, acompanhávamos com uma curiosidade de crianças as imensas nuvens que rapidamente se precipitavam na profundidade sombria do vale, semelhante a um abismo aberto perpendicularmente abaixo de nossos pés. Atrás de nós, no horizonte já de si tão escuro, desenhava-se o perfil negro do pico bífido de Itabira. Não tardou que alguns dos nossos companheiros mais moços, não podendo resistir por mais tempo à atração deste cenário, se decidissem a montar os seus cavalos, afrontando a chuva que continuava a cair abundantemente, confiantes na excelência das capas do país. (...).

Saindo de Cata Branca, o caminho seguido pela pequena expedição a que me refiro sobe rapidamente para o Itabira. (...).

A desigualdade do terreno logo obrigou nossos companheiros a abandonar sus cavalgaduras, forçando-os a galgar a pé os flancos do pico, agarrados às rochas ferríferas. A vegetação pareceu ao nosso botânico muito diferente da que se observava mais embaixo; mas tinha muita semelhança com a da serra de Ouro Branco, se bem que ainda mais variada. (...). As formas fantásticas dos rochedos eram em parte escondidas sob espessas camadas de líquens de formas e cores as mais variadas, e de permeio com os quais crescem profusamente numerosas espécies de orquídeas e belas bromeliáceas. Embalsamava a atmosfera uma linda composta arborescente, de flores purpurinas.

O Sr. Champion, que já anteriormente tinha escalado o pico, quis servir-nos de guia; mas não pôde achar o caminho por onde então tinha subido, tornando-se assim necessário procurar outro. Finalmente, à custa de muito trabalho, e não sem riscos, conseguiram nossos companheiros sentar-se na pedra que forma o principal cume do pico, situada a cerca de 1.670 metros acima da superfície do mar. Uma águia, único habitante dessas paragens, pairava acima de suas cabeças. O pico de Itabira é uma erupção férrica, situada num planalto; excede em altura a tudo que lhe fica à volta e oferece de longe a aparência de uma torre. (CASTELNAU, 1949, p. 165-167).

Uma imagem mais visual do cenário descrito por Castelnau pode ser conferida nos desenhos feitos da região, que foram litografados por August Brandmeyer, ainda no século XIX, e publicados na obra *Flora Brasiliensis*, de Martius, Eichler e Urban, em 1906. A gravura da Figura 7 foi feita a partir do desenho de Martius, por volta de 1856, e nos oferece uma perspectiva ampla das montanhas que compõem o espaço natural retratado, dando destaque para a ocupação humana no local, representada pela Mina de Cata Branca e pela passagem dos tropeiros, e deixando o Pico relegado a um segundo plano, ao fundo.

Figura 8 – Montanhas auríferas em Cata Branca da Província de Minas Gerais (desenho de C. F. P. von Martius e gravura de A. Brandmeyer)



Fonte: Brasiliana Iconográfica, s.d..

Já as gravuras da Figura 8, feitas entre 1840 e 1857, a partir de desenhos do já mencionado médico, Dr. Stephan, retratam especificamente o Pico, por dois recortes: um lateral e outro frontal. É possível visualizar, por meio delas, a ideia transmitida por Hasenclever em seu relato, acima transcrito, quando afirmou que o Pico apresentava uma aparência distinta de acordo com cada ponto a partir do qual se olhava para ele.

Figura 9 – Pico de Itabira do Campo (desenho de F. J. Stephan e gravura de A. Brandmeyer)



Fonte: BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA, s.d..

Nestas gravuras, chama atenção o formato que o Pico de Itabirito possui, que o confere, de fato, um aspecto singular. É curioso comparar as percepções que os viajantes deixaram registradas a respeito disso. Por ser um ressaltado topográfico excepcional, distinto do resto das montanhas que o circundam, o Pico desperta a imaginação do observador, que o enxerga de acordo com as referências culturais e a mediação da memória que traz em sua

mente: um gigante, para Spix e Martius; uma pirâmide, para Hasenclever; uma torre, segundo Castelnau. Já para o naturalista alemão Hermann Burmeister, que passou pela região entre 1850 e 1852, ele foi visto pelas lentes das ciências naturais e designado, portanto, como uma crista, à semelhança das que possuem alguns animais:

A estrada subia logo depois de atravessar a ponte e dirigia-se para leste por uma larga plataforma, em cujas vertentes, do lado do rio das Velhas, havia extensas matas. A região continuava na mesma monotonia quanto à vegetação, mas oferecia um belo panorama, e suas lindas vistas de ambos os lados eram uma compensação para o viajante. *Via-se a crista denteada do alto do Pico de Itabira, destacando-se de longe com seu colorido variado entre a serra da Moeda, que se dirigia, para norte, e a serra da Boa Morte, que se estendia para sul; do outro lado, a serra da Caraça erguia-se, longe no horizonte, como uma linha azulada, com suas faldas escuras ao fundo da paisagem.* (BURMEISTER, 1980, p. 238, grifos da autora).

O relato que traz a mais interessante descrição sobre a formato do Pico de Itabirito, contudo, é o do inglês Richard Burton. O britânico escreveu uma das mais conhecidas obras do gênero relato de viagens, referentes aos oitocentos brasileiros, chamada *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*.²¹ Nela, relatou sua passagem por diferentes localidades em Minas Gerais, em 1868, sendo uma delas a região da Mina de Cata Branca. A referência a elementos da cultura europeia em sua descrição do Pico, transcrita abaixo, é evidente, atestando como, de fato, a paisagem é uma “obra da mente” (SCHAMA, 1996, p. 17) que, ao ser narrada, revela uma “memória implícita” (CAUQUELIN, 2003, p. 27) que a compõe.

A paisagem do norte é um quadro. Estávamos, agora, em presença das grandes formações de itacolumito e itabirito. O Sol poente, encimado por nuvens muito brancas, alinhadas com nuvens carmezins, lançava raios de ouro sobre o acastelado penhasco de Itabira do Campo, - a Moça de Pedra entre os prados -, que os homens da Cornualha também chamavam de Pico da Cata Branca. Antes de chegarmos àquele ponto, nós o havíamos avistado e, então, se parecia com um morro coroado por dois blocos de alvenaria um tanto fora do prumo. Visto da bacia do Rio da Prata, para norte-noroeste, as rochas do alto do pico pareciam formar um único bloco. Aqui, a cabeça era um tridente, com as três pontas altas e negras e, contornando para leste, muitas vezes o veríamos, elevando-se de súbito e único, como a chaminé de pedra do Rio da Prata. *Sua forma e seu plano relembram muitas semiesquecidas lendas de castelos encantados e montanhas mágicas*, e contam-se histórias interessantes sobre a água que mana de seu sopé e sobre um poço cavado pela Natureza em suas profundezas (...). (BURTON, 1976, p. 161, grifos da autora)

O tom ficcional que Burton dá à sua narração, ao comparar o Pico com elementos componentes de uma tradição literária medieval que mesclava natureza e fantasia para

²¹ O título original da obra, publicada em 1869, é *Explorations of the highlands of the Brazil with a full account of the gold and diamonds mines*.

compor cenários e personagens, revela uma dimensão de maravilhamento sobre a qual, muitas vezes, a elaboração dessa paisagem se assentava. Essa dimensão está presente, também, em relatos que trazem forte carga emocional e espiritual, associada à interpretação do contato entre homem e natureza como uma experiência sublime. Assim é a narrativa que o geógrafo Alfredo Moreira Pinto fez de sua excursão ao cume do Pico, publicada no *Jornal Minas Geraes*, em 14 de dezembro de 1897. Ele designou a montanha como “verdadeira hyperbole de granito” que se elevava de 1.800 a 1.900 metros acima do nível do mar, e com uma linguagem que misturava vocabulário técnico com poético, escreveu:

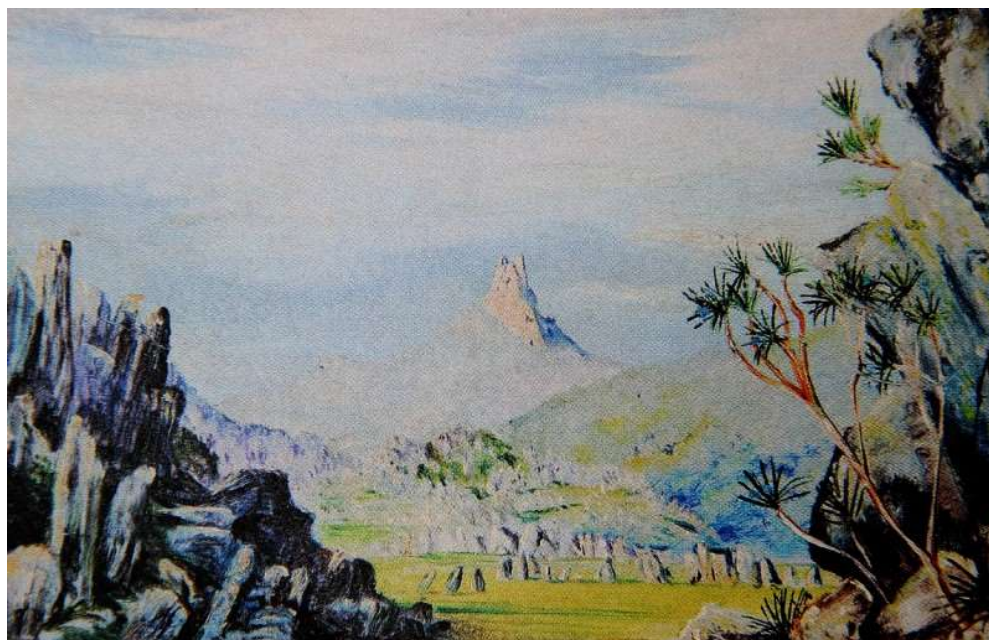
Durante todo o trajeto gosa-se de admiráveis pontos de vista, pois quase todo o percurso é feito pelo alto dos morros. O Pico eleva-se no lado, imponente, em meia laranja e rodeiado de extensas campinas de uma beleza incomparavel. A ascensão ao seu ponto culminante, si bem que praticavel, é difficillima e mesmo perigosa. (...) Quando me vi no ponto culminante do Pico, tendo em cima o infinito e a meus pés blocos de pedra desagregados da montanha pelas faíscas eletricas, e vastos campos que tocavam o horizonte; *quando me vi apenas acompanhado pelo meu amigo, nessas alturas immensas, reputadas inaccessiveis, nesse isolamento do mundo, nessa especie de throno, cuja cupola é constituída pelos ceos, confesso que meu espirito entregou-se a profundas meditações e, genuflexo, admirei a grandeza desse Deus, creador de tal maravilha.* (...) É indescritivel o esplendido panorama que se gosa dessas alturas e que está a pedir, para descreve-lo, a penna de ouro de um Coelho Netto. (...) ao redor do pico, na sua base, acha-se grande quantidade de pedras do mesmo minerio, parecendo que fortes descargas eletricas, attrahidas pelo metal de que é composto, o tenham despedaçado, espalhando nas suas proximidades grandes fragmentos. Isso me fez crer que a altura do Pico era muito maior. (JORNAL MINAS GERAES, 1897, p. 1, grifos da autora).

Sua menção à altura do Pico, a qual acreditava ter sido maior por conta das descargas elétricas que caíam sobre ele e, assim, desprendiam pedras enormes da rocha, entulhando seu entorno e formando a paisagem típica da região – a qual foi pintada com grande sensibilidade pela artista botânica inglesa Marianne North, na segunda metade do século XIX (FIGURAS 9 e 10) –, nos indica um outro tipo de interesse que foi colocado sobre essa montanha por estudiosos do final do século XIX e início do século XX: a medição da altura das montanhas brasileiras. Um destes estudiosos foi o Barão Homem de Mello, que subiu o Pico em 1882 e publicou, alguns anos depois, na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, breve relato sobre sua expedição. O Barão utilizou como guia a descrição feita, décadas antes, por Spix e Maritus, aqui já mencionada, aproveitando para comparar e fazer comentários sobre as modificações sofridas pela paisagem desde então. Além de abordar detalhes sobre a vegetação local e do entorno, a qual recobria “extensos vales de matas negras”, ele também conferiu ares

fantasiosos ao formato do Pico e classificou a caminhada como uma das mais interessantes que se podia realizar. Segue trecho de sua narrativa:

Não pode ser mais agradável a excursão pela espaçosa estrada real, calçada em vários pontos, que segue daqui em direção a Piedade do Paraopeba. (...) A rocha, emergindo do solo, nos aparece, como fendida no centro, simulando a enorme bocca de um monstro, aberta para cima. (...). O Pico, gigantesca massa de ferro oligisto, apresenta um dos mais energicos fócios de attracção magnetica que a sciencia possa registrar. Assim, a destruição meteorica da colossal pyramide está se operando com muito maior energia do que a de inundação pluviatil, que aliás é alli visivel. (...). Daqui avistamos perfeitamente a lêste a Serra do Caraça, a sudeste a Serra de Ouro Preto; e, além desta, muito mais alta, fechando ahi o horizonte, a serra do Itacolomy, distinguindo-se, ainda a oeste desta, a serra do Itatiaya. (MELLO, 1888, p. 187-188).

Figura 10 – Pico de Itabirito, por Marianne North (segunda metade do século XIX)



Fonte: MINUTO MAIS, 31 jul. 2015.

Figura 11 – Entorno do Pico de Itabirito, por Marianne North (segunda metade do século XIX)

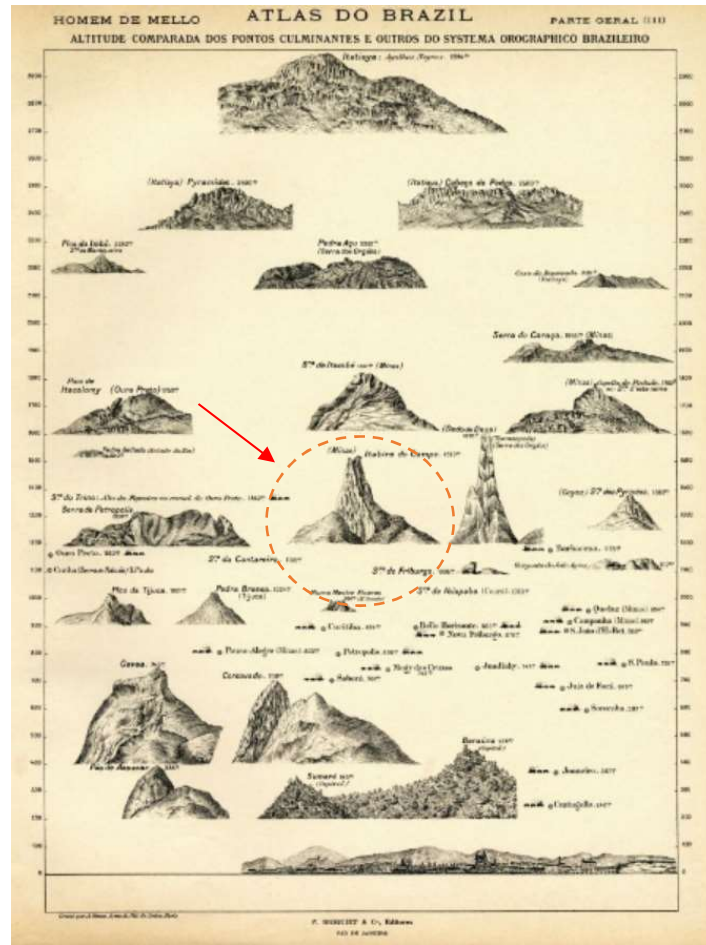


Fonte: MINUTO MAIS, 31 jul. 2015.

A descrição do Barão Homem de Mello nos permite supor que, de fato, o Pico era um ponto bastante alto, ideal para observação do relevo da região, pois dele se podiam avistar outras serras e morros importantes. Segundo ele, o Pico teria 1.520 metros de altura, o que o colocava na lista dos pontos mais altos da orografia brasileira, conforme ele mesmo retratou em pranchas desenhadas para comparar os picos por ele mapeados. (FIGURAS 11 e 12). Observa-se, em ambas as gravuras, o Pico de Itabira do Campo ao centro, indicando uma altitude mediana em comparação com os demais representados.

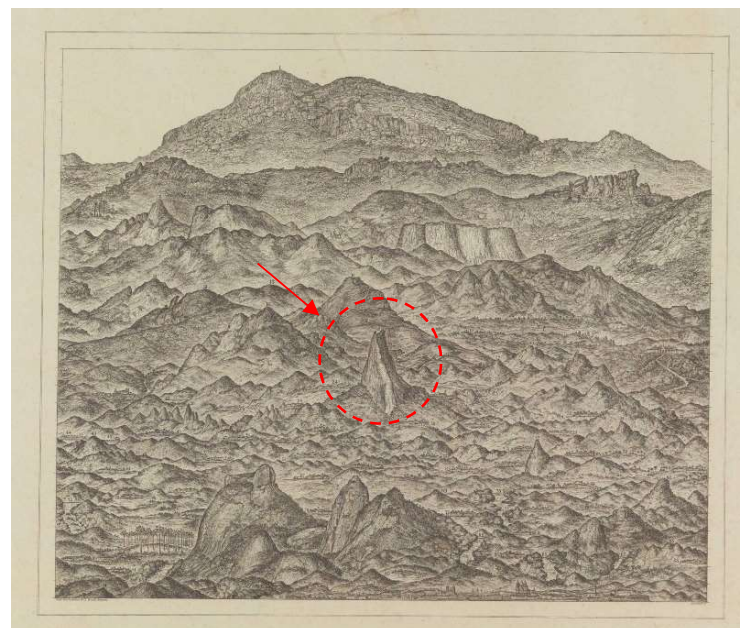
Já para Álvaro da Silveira, o Pico teria 1.573 metros, ocupando, assim, a 31ª posição na lista das montanhas mais elevadas do país. No artigo “Pontos altos do Brasil” (SILVEIRA, 1920), o autor comenta as extensas reservas de minério de ferro existentes na região da Serra da Moeda e, apesar de não falar especificamente sobre o Pico, insere uma fotografia dele (FIGURA 13), o que nos leva a supor que ele, assim como seus antecessores, também se interessou pela subida ao monumento, tanto por recreação quanto por motivação científica.

Figura 12 – Altitude comparada dos pontos culminantes e outros do sistema orográfico brasileiro



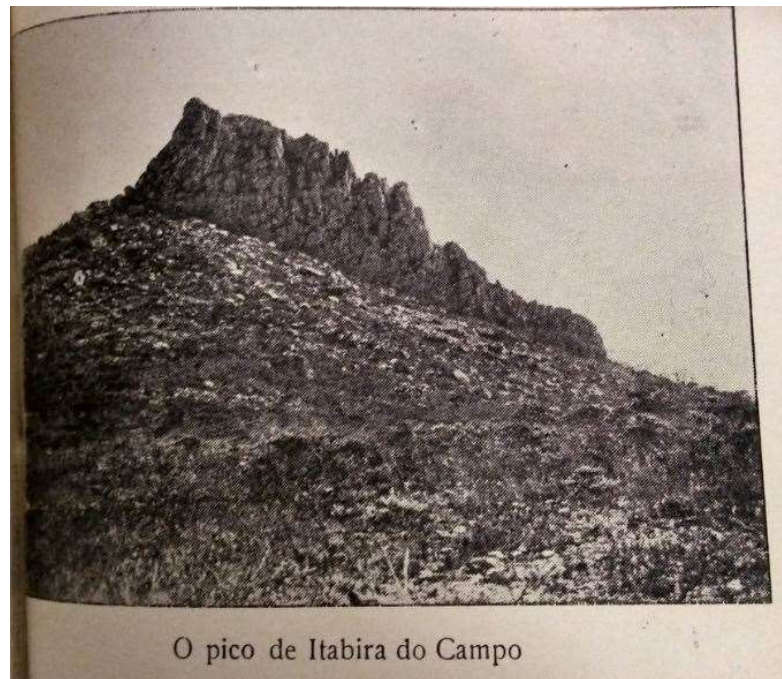
Fonte: MELLO, 1909.

Figura 13 – Altitude comparada dos pontos culminantes do sistema orográfico brasileiro pelo Conselheiro F.I.M. Homem de Mello



Fonte: ALTITUDE, s.d.

Figura 14 – Pico de Itabirito, por Álvaro da Silveira (1920)



Fonte: SILVEIRA, 1920, p. 161.

Não somente os cientistas e estudiosos das ciências naturais e da geografia se preocuparam em retratar o Pico de Itabirito. Artistas também o fizeram, pelos mais diversos motivos. Além da já mencionada artista inglesa Marianne North, Angelo Agostini, o mais destacado artista gráfico do Segundo Reinado no Brasil, também esteve nessas paragens, acompanhando e fazendo a cobertura jornalística da viagem do Imperador Dom Pedro II à província de Minas Gerais, na década de 1880. Ele fez e publicou, em 1881, na Revista *Illustrada*, sob o codinome de José Códea, um desenho (FIGURA 14) que retrata o deslocamento da comitiva real pela serra onde se localiza o Pico, ocupando este uma posição de destaque na imagem. Pode-se supor que o artista considerou esta paisagem não somente bela, mas também representativa da região, algo como um símbolo, já que a escolheu para informar à população do Rio de Janeiro sobre a viagem do imperador à região das minas.

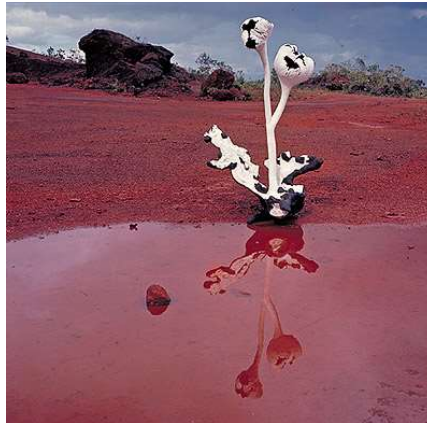
Figura 15 – Retrato do Pico feito por José Códea para publicação na Revista Ilustrada, em 1881



Fonte: PAULA, 2014.

Outro artista que também representou o Pico em sua obra e, mais que isso, teve a carreira associada intimamente a ele, foi o polonês radicado no Brasil, Frans Krajcberg. Ele morou, entre 1964 e 1971, em uma Kombi aos pés do Pico de Itabirito, próximo à antiga Mina da Cata Branca, e produziu esculturas, pinturas, gravuras e fotografias motivado pelo impacto que a destruição da natureza pelo homem lhe causava. Em suas obras, usou materiais oriundos da própria atividade predatória humana na região, como madeiras queimadas e pigmentos extraídos das rochas revolvidas pela mineração, sempre com o intuito de valorizar elementos da natureza local, denunciar a devastação da paisagem e estimular a consciência da preservação ambiental. (LAGE, [200-?]). Nesse sentido, o Pico foi retratado, por Krajcberg, não por sua aparência estética singular, função de referência geográfica, interesse científico ou comercial por ele suscitado, mas pelo que simbolizava, tanto em relação ao encantamento perante a natureza, quanto ao estranhamento diante da sua destruição.

Figura 16: Obra sem título, de Frans Krajcberg (1965)



Fonte: SEM ..., 2018a.

Figura 17: Obra sem título, de Frans Krajcberg (1965)



Fonte: SEM ..., 2018b.

É possível dizer que as obras de Krajcberg, em comparação com as demais elaborações discursivas da paisagem do Pico até então analisadas, são as que mais se aproximam das formas de vê-lo e representá-lo dos habitantes da cidade. Isso ocorre não somente porque o artista morou alguns anos no local, mas sobretudo porque expressou, na sua obra, uma atitude muito mais complexa em relação à paisagem, marcada por sentimentos antitéticos de prazer e angústia perante a natureza e ao que ela simboliza. Esta será a tônica da maioria dos discursos, em diferentes linguagens, produzidos pelos itabiritenses a respeito do Pico: um lugar cuja preservação é questão de sobrevivência, uma vez que a carga afetiva da paisagem é o fator que conecta sujeitos, memória e espaço, tornando possível a vida em sua dimensão cultural; e cuja destruição, paradoxalmente, parece ter se tornado, de alguma forma, um mal necessário à sobrevivência, independentemente de sua vontade ou controle.

2.3 O Pico como paisagem afetiva dos itabiritenses

Até aqui, analisamos representações do Pico feitas a partir do olhar de pessoas que vieram de fora de Itabirito. Assim como estes viajantes, naturalistas, cientistas, montanhistas e artistas, os membros do Conselho Consultivo do DPHAN, que discutiam a possibilidade de tombamento do Pico no início de 1960, e Kucenbecker, o diretor do Arquivo Mineiro Barão de Eschwege, que endossou a proposta de tombamento de Latif por meio de carta enviada ao diretor do DPHAN, também eram visitantes, isto é, sujeitos que não nasceram, cresceram ou residiram em Itabirito, mas que viram nele algo de excepcional, de importante, de memorável ou de interessante.

Agora, passaremos a analisar o segundo grupo de representações do Pico que o construíram enquanto paisagem notável: aquelas feitas pelos habitantes do local, os itabiritenses, que enxergam o Pico mais como uma paisagem do cotidiano que como uma paisagem de exceção. Para Tuan (1980), é difícil conhecer e avaliar os valores ambientais dos nativos em relação ao seu meio ambiente, uma vez que eles são expressados abertamente poucas vezes. Por isso, eles devem ser procurados nas atividades, no comportamento e no estilo de vida das pessoas, onde estão implícitos. A topofilia do morador é considerada, pelo autor, mais como um apego ao lugar que como uma atitude de maravilhamento. Sobre essa distinção, ele explica:

Em geral, podemos dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção frequentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada de sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. O ponto de vista do visitante, por ser simples, é facilmente enunciado. A confrontação com a novidade, também pode leva-lo a manifestar-se. Por outro lado, a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente através do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito. (TUAN, 1980, p. 72-73).

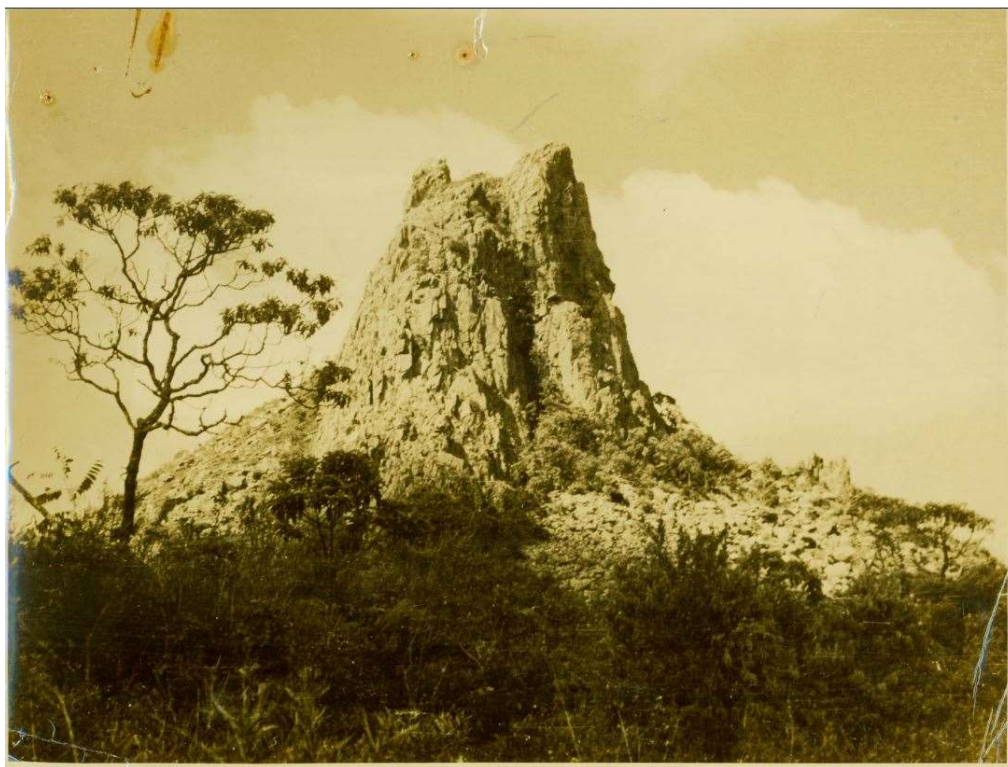
De forma análoga, e já aproximando a discussão do campo do patrimônio – que é onde ela passou a ocorrer a partir do momento em que o tombamento foi proposto –, podemos considerar que o Pico, enquanto paisagem alvo das práticas de patrimonialização, foi construído em duas modalidades discursivas: a da monumentalidade e a do cotidiano. (GONÇALVES, 2007). A primeira seria marcada pelo tempo transcendente, pela valorização de atributos como excepcionalidade, grandiosidade e beleza, a pela vinculação a uma narrativa oficial da história pátria; já a segunda se caracterizaria pela predominância do tempo presente, pela valorização da subjetividade e experiência coletivas e pela relação com a

práticas cotidianas, o uso e a memória dos grupos. Nestes termos, portanto, talvez seja razoável pensar que os discursos sobre o Pico, quando elaborados por alguém “de fora”, conferem mais peso ao seu aspecto monumental; e, quando elaborados por alguém “de dentro”, enfatizam a dimensão do cotidiano, definindo-o mais como um bem cultural, com valores afetivos e de uso, que como um monumento, com valor puramente estético. (MENESES, 2009).

Tendo isso em vista, damos continuidade à análise de algumas fontes que nos possibilitam conhecer a “paisagem que dura na memória compartilhada nos reencontros, nas sociabilidades, na vida cotidiana, narrada pelos seus habitantes. (ECKERT, 2008, p. 12). Nos colocamos, inicialmente, a conjecturar sobre o conteúdo de uma carta, enviada pelo itabiritense José Guimarães da Silva ao Presidente Jânio Quadros, à qual foi anexada uma foto do Pico de Itabirito (FIGURA 17), que se encontra, hoje, no acervo do Arquivo Público Mineiro (APM). O documento não contém data, mas supõe-se que tenha sido enviado em 1961, durante o breve governo de Quadros, uma vez que está preservado no Fundo José Aparecido de Oliveira, acervo que guarda extensa documentação proveniente do arquivo particular do ex-secretário pessoal do então Presidente da República.

Infelizmente, no processo de arquivamento, a carta foi separada da fotografia e, mesmo após intensas buscas no APM, não conseguimos encontrá-la. Esse é o motivo pelo qual falamos em conjecturas: é possível imaginar que a carta fosse um apelo ao presidente, por parte de um itabiritense, para que o chefe do Poder Executivo garantisse o tombamento do Pico de Itabirito. Acreditamos que José Guimarães da Silva, assim como qualquer outro conterrâneo seu faria, não deve ter limitado sua justificativa sobre a importância da medida à feição monumental do Pico, à sua riqueza geológica ou ao seu papel de marco referencial para as jornadas paulistas do desbravamento – como fez Latif na proposta e, em menor medida, Kuchenbecker, na carta ao Dphan. Provavelmente, Silva abordou, nesta carta, aspectos mais subjetivos que conectam o Pico de Itabirito à população da cidade e o caracterizam, assim, como uma paisagem afetiva.

Figura 18 – Foto anexa à carta de José Guimarães da Silva ao Presidente Jânio Quadros



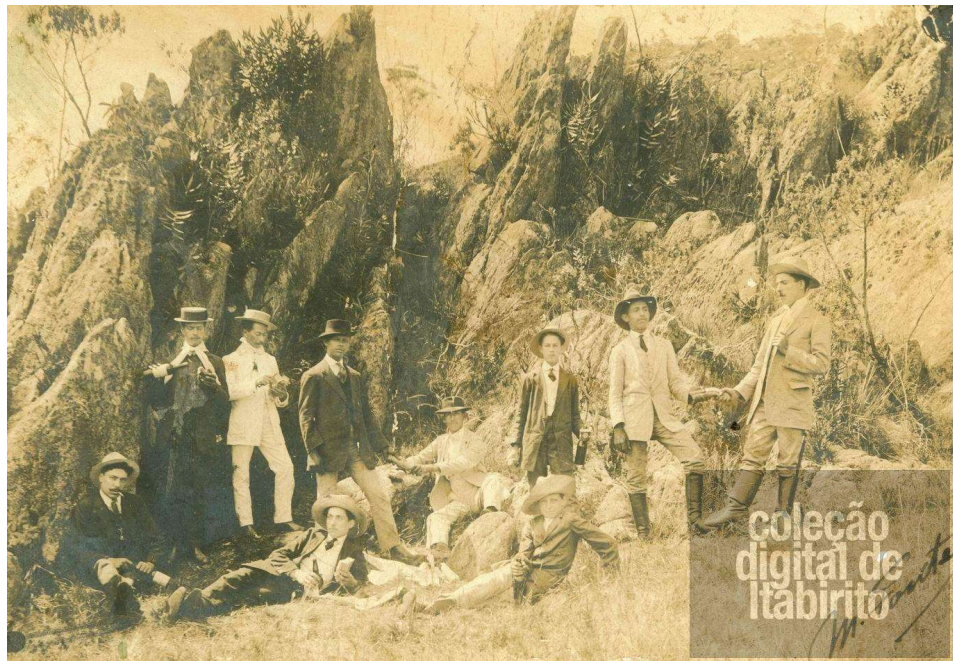
Fonte: PICO ..., [196-].

Fala-se em afeto como atributo de uma paisagem quando esta se constrói a partir de uma forte e intensa relação de apego entre o homem ou os grupos sociais e a natureza à sua volta. Essa relação se desenvolve no plano subjetivo, no qual, a depender da situação, pode ocorrer um processo de interiorização da paisagem: a identificação do sujeito com a paisagem é tamanha, que parte de sua subjetividade se encontra atrelada e dependente da existência da própria paisagem. Contudo, quando pensamos que paisagem é algo que não existe por si só, mas é construído pelo olhar e pela mente de um observador, temos uma interiorização baseada em uma dependência recíproca: “(...) enquanto horizonte, a paisagem se confunde com o campo visual de quem a observa, mas, em troca, (...) o sujeito se confunde com seu horizonte e se define como ser-no-mundo”. (COLLOT, 1990, p. 22 *apud* RISSO, 2008, p. 72). É justamente nesta dimensão subjetiva, permeada por afetividades, vivências, valores, representações, identidades e territorialidades que as paisagens afetivas se revelam, dando vazão aos sentimentos e atitudes em relação a elas. (RISSO, 2008).

Mas que aspectos subjetivos seriam esses aos quais Guimarães da Silva provavelmente se referia na carta remetida a Jânio Quadros? Para suprir essa lacuna documental e responder a tal pergunta, recorreremos ao que sugerem outras fontes sobre o tema. As fotografias, por

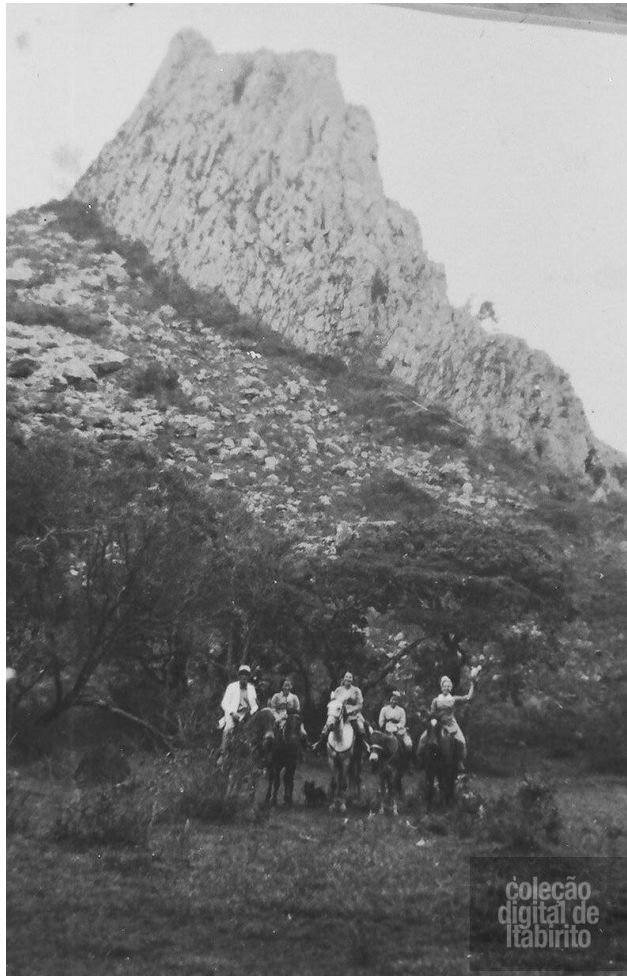
exemplo, nos indicam que o Pico de Itabirito não era um lugar apreciado somente através da visão, mas de fato frequentado pelos itabiritenses em práticas da vida cotidiana. Atividades comuns que os moradores da cidade aprendiam, desde crianças, a fazer com suas famílias e amigos eram caminhadas e cavalgadas até seu cume, passando pela serra, ainda preservada da mineração em larga escala, para fruir momentos de lazer com piqueniques, caçadas, rodas de música ou pelo prazer do simples contato com a natureza. As fotografias das Figuras 18, 19 e 20 retratam costumes locais, em diferentes épocas do século XX.

Figura 19 – Piquenique aos pés do Pico de Itabirito (1904)



Fonte: FONTES, [201-].

Figura 20 – Cavalgada até o Pico de Itabirito (s.d.)



Fonte: AUTOR ..., [201-]a.

Figura 21 – Caçada e reunião musical no Pico de Itabirito (1947)



Fonte: AUTOR ..., [201-]b.

O escritor local Jarbas Nazareth de Souza, no livro de memórias que escreveu sobre sua cidade natal, conta como era comum, na Itabirito da primeira metade do século XX, que as famílias fizessem passeios aos finais de semana por pontos posteriormente denominados “turísticos”, como o Pico e a Mina de Cata Branca. Ao relembrar as ocasiões em que saíam ainda de madrugada em direção ao “gigante de minério de ferro, orgulho de nossa terra” (SOUZA, 2009, p. 130), paravam na fazenda do Dr. Alberto, no caminho, para beber água que brotava da bica da rocha, Souza descreve com emoção as lembranças que guardava desses tempos:

A essa altura do dia o sol já espalhava seus raios luminosos, a neblina aos poucos ia se desfazendo, mostrando a silhueta do imponente marco histórico. O cenário que então se descortinava é sempre motivo de grandes recordações. O campo aberto, com sua vegetação rasteira e coberto de flores que alheias às intempéries do tempo floresciam, espalhando o seu perfume e oferecendo aos olhos da alma um quadro deslumbrante. Quantos artistas ali deram os primeiros sinais de sua habilidade, transformando aquela paisagem em objeto de refinada arte. Quantos artista ali deram os primeiros sinais de sua habilidade, transformando aquela paisagem em objeto de refinada arte. Quantos outros guardaram aquele cenário no fundo d’alma, para mais tarde, em pleno exercícios de inspiração suprema, transportá-lo para a tela, produzindo primorosos quadros que hoje enfeitam salas e galerias de artes! (SOUZA, 2009, p. 130).

Valter Melillo, outro itabiritense que também escreveu sobre histórias sua terra, se recorda da primeira vez que ascendeu ao Pico de Itabirito, quando criança, confirmando a tradição das excursões mencionada por Souza:

Ainda criança, quando de uma longa jornada a cavalo, passando pelo Cruzeiro, pelo Cocho D’água e pelas Calçadas, vislumbrei, pela primeira vez, o Pico, senti uma grande emoção – talvez atávica – e um deslumbramento profundo. Nessa ocasião, não só o Pico, mas também as suas imediações, deixaram-me maravilhado. (MELILLO, [199-?b], p. 74).

Seu relato, escrito em 1986, traz um tom poético profundo, que revela diversos sentimentos em relação a este espaço de significações e memórias, desde encantamento até nostalgia. Ele descreve a flora da Serra de Itabirito, que contribuía para transformar o entorno do Pico “em um cenário de rara beleza”, fala da lagoa de águas azuis que existia nas proximidades e dos animais que lá habitavam, como as gaivotas, com seus ninhos construídos nas reentrâncias do flanco da enorme rocha. Na elaboração da memória pelo ato de escrever, o autor constrói até mesmo uma paisagem sonora, exemplificando a ideia de Corbin (2001, p. 11) de que a paisagem “não é apenas apreciação do espaço pela visão, mas pelos cinco

sentidos”. Assim, a paisagem do Pico, antes marcada pelos cantos dos pássaros e pelo barulho do vento, é agora dominada pela mineração: “hoje só ouço dinamites. Só sinto saudades”, (MELILLO, [199-?]b, p. 75) lamenta o autor.

É este mesmo sentimento nostálgico que conduz o artigo de Zaira Melillo Martins ([199-?]), publicado em jornais locais, a respeito da relação entre a população da cidade e o Pico de Itabirito, antes e depois da consolidação da atividade mineradora, ocorrida na década de 1940. Segundo a autora, os itabiritenses cresciam aprendendo a amar o pico, a admirá-lo, por meio de hábitos cotidianos, como passeios nos seus arredores ou seu uso como marco para orientação espacial. Antes da mineração, a subida ao Pico era atividade obrigatória a todo visitante, pois ele era o cartão de visitas da cidade. Tirar uma foto junto dos amigos no cume da montanha era considerado, segundo ela, “proeza maior”.

Percebe-se, pelos registros de Martins, Melillo e Souza, a existência daquilo que, segundo a teoria proposta por Tuan (1980), pode ser chamado de “uso cotidiano da paisagem”. Apesar deste autor afirmar serem raras as manifestações explícitas da topofilia dos nativos em relação ao seu ambiente, ela está colocada de forma bem clara no artigo de Martins ([199-?], p. 88):

Quero ressaltar, sobretudo, o valor estimativo que o Pico representa para os itabiritenses. Não só como um monumento histórico (...); não só como um rico potencial de minério de ferro, mas, principalmente, como o símbolo maior da cidade, ou seja, a sua própria identidade.

Parte desse simbolismo pode ser encontrado, também, nas lendas e mitos inventados, contados e transmitidos entre as várias gerações de itabiritenses. São comuns entre a população da cidade histórias populares que têm o Pico como cenário ou personagem, compondo, de certa forma, um acervo folclórico de memória oral. Segundo Souza (2004, p. 203),

São tantas as histórias contadas pelos nossos antepassados sobre o Pico que parece que Deus quis presentear a velha Itaubyra do Rio de Janeiro (nome primitivo do Arraial) e aos índios, seus primeiros habitantes, com este marco sagrado de sua mão poderosa: este gigante de minério coberto de relva rasteira.

Dentre as várias lendas urbanas existentes, uma das mais conhecidas é a da Mãe de Ouro – uma bola feita de ouro que circundava o Pico emitindo tanta luz que clareava toda a região. É possível que essa história tenha sido inspirada na ocorrência frequente de descargas elétricas na rocha, as quais alguns cientistas acreditavam ter tido grande efeito sobre a mudança do formato do Pico ao longo dos séculos. Outra lenda muito famosa é a da Mae

D'Água – uma bela moça que, nas noites de lua cheia, saía da lagoa próxima à base do Pico, atravessava o arraial de Itabira do Campo e ia até Ouro Preto visitar seu semelhante, o Pico do Itacolomi. Muitos tropeiros e viajantes que paravam para pernoitar em locais próximos eram atraídos pela Mãe D'Água e acabavam se perdendo no meio do mato. Outra história ligada aos tropeiros diz que eles ouviam, durante seus pernoites em um rancho próximo, uma procissão de escravos que, nas madrugadas, passavam arrastando suas pesadas correntes no chão, saindo de dentro da Mina de Cata Branca e indo desaparecer junto às rochas do Pico. Essa história nos remete não somente ao triste passado escravista de Itabirito, mas também aos inúmeros acidentes que já ocorreram dentro da referida mina, sendo o mais famoso dele o de 1844, que matou centenas de trabalhadores e causou a desativação da mina.

Todas essas narrativas nos revelam uma outra dimensão valorativa da paisagem, difícil de conhecer através de discursos enunciados por sujeitos que não sejam o os próprios habitantes da cidade. Trata-se de uma dimensão mitológica, que impregna os modos de pensar e sentir de uma sociedade e cumpre vários papéis na sua organização social e cultural: explica origens, organiza as relações entre os indivíduos e os grupos, fortalece a sensação de pertencimento coletivo e cria mediações entre os seres humanos e os elementos naturais, os ajudando a se adaptarem ao meio em que vivem. (CHAUÍ, 2000).

A dimensão mitológica da paisagem está, ainda, relacionada a um aspecto sagrado, na medida em que essas narrativas falam sobre a atuação de um poder divino sobre a natureza e o homem. Não raramente, esse elemento sagrado aparece com destaque em textos laudatórios e obras literárias escritas sobre o Pico de Itabirito, como neste famoso poema do médico itabiricense Agostinho Médici, escrito em 1938, intitulado “Pico de Itabirito” (MÉDICI, [199-], p. 16):

Píncaro majestoso o porte eleva ao céu
Na vasta imensidão da alcantilada serra,
Soberba catedral de esplêndido troféu,
Indelével tesouro em seu regaço encerra.

É de vê-lo soberbo, altivo, qual ilhéu
Em branco mar de nuvens a fugir da terra!
Milenar obelisco em negro mausoléu,
Prodígio de escultura ao véu que se descerra!

Tu é da natureza um raro monumento!
Sublime em teu alcance e ufano em teu portento,
Gigante nebuloso e monstro de beleza!

E quando o temporal te açoita o rude flanco
Exultas, estrugindo em soberano arranco,

Na resistência atroz da fúria e da grandeza!

A imagem do Pico construída por Médici no poema é repleta de atributos de grandiosidade, poder e imponência, despertando, no leitor, uma sensação de admiração e respeito pela montanha louvada. De certa forma, a construção metafórica feita pelo autor sugere uma espécie de relação de paternidade que existiria entre os itabiritenses e o Pico, relação esta que também pode ser notada no poema abaixo, escrito por Zaíra Martins (MARTINS, [199-], p. 87) na década de 1960 e publicado em diversos jornais da cidade, em 1980:

Um dia fui uma partícula de minério
 Aos pés do Itabirito.
 Rolei, rolei... desci aqueles montes,
 Vim parar aqui.
 Outros minérios rolaram antes
 E depois de mim.
 Sou filha de um pai
 Que se chama Itabirito.
 Sou minério vivo. Manifesto o meu pensar.
 É triste ver um pai tombar.
 Quero que viva sempre, Itabirito,
 Velho amigo, velho guarda, velho pai!

Estes versos, assim como os de Agostinho Médici, exemplificam a afirmação de Schama (1996) de que, muitas vezes, a expressão de virtudes da comunidade política ou social ocorre por meio da valorização da paisagem com a qual ela se identifica. Ou seja, ao falarem do Pico os autores estariam, simultaneamente, falando dos itabiritenses. Contudo, há um tema presente no poema de Martins que não aparece no de Médici, qual seja, a mineração e forma como ela impacta a vida dos habitantes da cidade, sobretudo na dimensão subjetiva.

O mesmo autor também nos lembra que “a memória não registra apenas bucólicos piqueniques” (SCHAMA, 1996, p. 28), isto é, sentimentos e lembranças desagradáveis também podem ser evocados quando apreciamos ou nos recordamos de uma paisagem. Isso porque a paisagem, enquanto componente da memória social, elaborada a partir do encontro de lógicas, interesses e valores distintos, comporta sentidos diversos, que podem ser, por vezes, conflitantes. Assim ocorre quando se aborda o delicado tema da mineração nos discursos dos habitantes de Itabirito: há uma diversidade de emoções investidas na paisagem, revelando a presença da “atitude complexa dos nativos” frente ao seu ambiente, mencionada por Tuan (1980, p. 72). Observa-se uma mistura de sentimentos como orgulho, lamento e resignação. O Pico é um símbolo, um fator de identificação, mas, ao mesmo tempo, é uma riqueza cobiçada, cuja extração pode gerar recursos importantes para a vida material das

peças. Essa situação paradoxal é recorrente em discursos locais, como neste poema de Humberto Lucas Wanderley, intitulado “Ode ao Pico de Itabirito” ([199-], p. 45):

O pico inspira saudade!
 Sentinela - guardião! (...)
 Ó meu velho Itabirito!
 Cujo Pico à flor da serra,
 Demonstra aos filhos da terra,
 Não repudia a expansão...
 Embora expanda seu grito!
 Progresso traz a riqueza
 Mas, mexe com a beleza
 Que há dentro do coração!...

Uma imagem visual que traduz muito bem esse conflito sentimental é a fotografia da participação do município de Itabirito em uma feira de exposição de produtos, na década de 1940. Na imagem, observa-se que, ao mesmo tempo em que retratos do Pico foram colocados em destaque na parede do estande expositor do município, mostrando que o Pico era um motivo de orgulho e símbolo maior da cidade, foram também exibidas diferentes rochas de minério, assim como uma enorme placa com o nome da mineradora responsável pela exploração das jazidas de ferro na Mina do Pico. O que se interpreta da fotografia é o paradoxo de se enaltecer um bem na mesma medida em que se enaltece aquilo que o destrói.

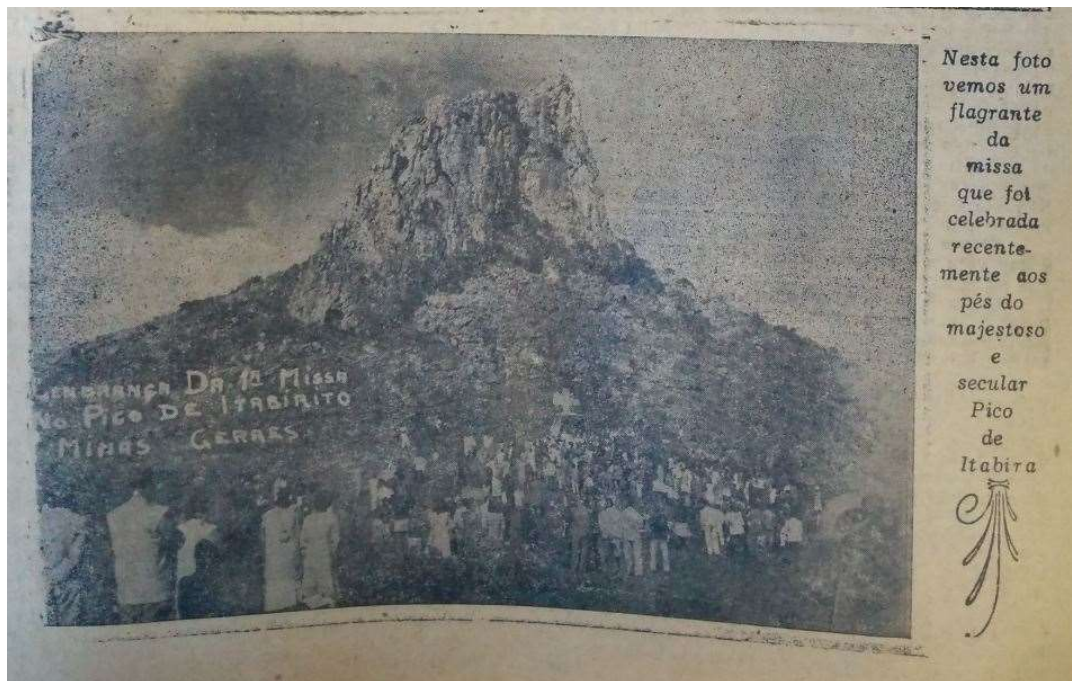
Figura 22 – Município de Itabirito Feira de Exposição na década de 1940



Retomando o início do processo de tombamento do Pico de Itabirito, com o qual iniciamos este capítulo, notamos uma diferença no tratamento da questão da mineração pelos membros do Conselho Consultivo, os homens da “fala legítima” do patrimônio (CHUVA, 2009), e pelos habitantes da cidade. Latif, em sua proposta, admitia a ameaça dessa atividade econômica, mas reconhecia a sua importância no contexto local, propondo o tombamento como uma solução simples para a coexistência da preservação com a destruição. Sua proposta parecia simples justamente por não ser conduzida por sentimentos profundos em relação à paisagem. Já para os itabiritenses, falar nessa coexistência era – e ainda é – muito mais complexo que emitir um parecer técnico, uma vez que qualquer decisão em relação ao Pico impactaria fortemente suas vidas, fosse no plano material ou no espiritual.

Após abordar as múltiplas paisagens construídas pelos olhares dos viajantes, naturalistas, artistas, poetas e moradores, traçando uma espécie de genealogia dos valores associados a este espaço narrado e investido de sentidos e emoções, concluímos este capítulo com uma imagem repleta de significados. A fotografia da Figura 23, publicada no jornal “O Itabirito”, retrata a primeira missa realizada aos pés do Pico de Itabirito na década de 1940. O ato de interpretá-la faz surgir algumas perguntas: qual foi o motivo da realização da missa neste local? Teria sido pelo fato de os itabiritenses considerarem o Pico um local sagrado, que os aproximava de Deus? Seria para unir forças e energia espiritual em prol de alguma comemoração ou causa? Seria para fazer frente ao avanço da mineração na área, mostrando como a mobilização das pessoas da cidade em torno da causa era forte, presente e determinada a preservar a paisagem que tanto lhes importava? Seria alguma espécie de agradecimento à montanha expressado religiosamente? Infelizmente, são questões que não podemos responder com clareza, mas podemos, por outro lado, inferir um dado importante: algo estava mudando em Itabirito, e a população, pela primeira vez, sentiu necessidade de rezar coletivamente junto ao Pico.

Figura 23 – Missa realizada no Pico de Itabirito na década de 1940



Fonte: LEMBRANÇA..., [194-].

3 “UM SOL DE ESPERANÇA SOBRE A PAISAGEM MINEIRA”: O TOMBAMENTO DO PICO DE ITABIRITO

“O corpo na pedra

A pedra na vida

A vida na forma”

(A palavra e a terra – Carlos Drummond de Andrade)

3.1 O parecer do relator e a trajetória de mineração no Pico

Após a apresentação da proposta de tombamento do Pico de Itabirito ao Conselho Consultivo da Dphan, em janeiro de 1960, Rodrigo M. F. Andrade, mediante sugestão do conselheiro Carlos Drummond de Andrade, solicitou ao diretor da 3ª região do órgão, sediada em Minas Gerais, um parecer a respeito da proposta apresentada por Miran Latif. Começava a se articular uma rede de relações, dentro e fora da Dphan, em prol da causa do Pico – rede que seria tecida em diferentes níveis, como era comum na prática administrativa do órgão. Segundo Chuva (2009, p. 282), nessas redes, “o exercício de diferentes poderes, concomitantemente, se instituía tanto a partir das relações de poder pessoais em jogo quanto da busca de legitimação mediante excelência de um saber técnico”.

Este saber era exposto, sobretudo, por meio de pareceres produzidos por diversos agentes, os quais utilizavam argumentação de caráter técnico para descrever dados objetivos e, por vezes, jurídicos, relativos a casos de tombamento, prescrevendo tomadas de posição e ajudando a construir a “fala legítima” que validava o papel do órgão e tornava os discursos por ele enunciados discursos de poder. (CHUVA, 2009). Os pareceres, portanto, cumpriam uma função discursiva importante na atuação da Dphan e eram solicitados a diferentes pessoas, em diferentes momentos, a depender das fases do processo e dos objetivos pretendidos pelo órgão. Sendo assim, o Conselho acreditava que o diretor regional, Sylvio de Vasconcelos, por estar na capital mineira, próximo a Itabirito, poderia oferecer um ponto de vista embasado e consistente a respeito da viabilidade da proteção jurídica do Pico. Essa opinião era, de fato, necessária, tendo em vista que um importante fator fazia deste processo de tombamento um caso especialmente delicado: a mineração.

O Ofício nº 268, de 18 de abril de 1960 (Iphan, 1960, anexo I, fl.8-9), trazia o parecer produzido por Vasconcelos após visita à Mina do Pico, realizada mediante o pedido de Rodrigo M. F. Andrade. No documento, Vasconcelos registrou que o minério de ferro rolado “em pé de escarpa”, ou seja, aquelas rochas que se desprendiam naturalmente do maciço e não

por ação direta do homem, já vinha sendo explorado pela mineradora Icominas, a arrendatária da lavra. (FIGURA 24). Segundo ele, o Pico havia sido avaliado em 50 milhões de dólares pela companhia norte-americana Hanna, proprietária da área e controladora da Icominas, fato que levava à aplicação de enorme capital na estruturação da mina, com vistas a explorá-la – apesar de, na época, ainda não existirem recursos técnicos de engenharia que permitissem ou sequer aconselhassem a exploração do minério de ferro do Pico, pois a dificuldade em extraí-lo, já que era composto por hematita compacta de alto teor, tornava a empreitada antieconômica. Acreditava-se, contudo, que, dentro de 5 ou 10 anos, já existiria tecnologia suficiente e compensadora para a exploração, o que dava um diagnóstico curto de vida à montanha, caso nenhuma medida protetiva em relação a ela fosse tomada.

Figura 24 – Icominas explora minério rolado no Pico



Fonte: Iphan, 1960.

Frente a essas constatações, Vasconcelos sugeriu que a melhor opção seria tomar o Pico apenas em uma área de, no máximo, 100 metros de raio, contatos do seu cume. Dessa maneira, a exploração do minério rolado poderia continuar ocorrendo no local e as empresas

não seriam tão prejudicadas pela medida. Nota-se, aqui, a ratificação da postura conciliadora apresentada por Latif na proposta que instaurou o processo, carecendo o parecer do diretor da 3ª região de um olhar mais crítico sobre os limites e as possibilidades do tombamento em questão.

Tal olhar, contudo, foi apresentado, em alguma medida, no parecer do conselheiro relator do processo do Pico (Iphan, 1960, anexo I, fl. 16-17), o zoólogo José Cândido de Melo Carvalho – que, frequentemente, atuava como relator dos poucos processos envolvendo a proteção de bens naturais que passavam pelo Conselho Consultivo. Segundo ele, após proceder exame detalhado da matéria, não haveria “razões históricas, artísticas ou paisagísticas suficientes” para se tombar o Pico de Itabirito. As razões para esse posicionamento, no entanto, não foram explicitadas. Seu parecer se limitou a enfatizar o estágio avançado da atividade mineradora no local, que já havia atingido o maciço e modificado profundamente a paisagem original, da qual somente a rocha do Pico ainda estava intocada. Para Carvalho, o tombamento sugerido por Sylvio (área do raio de 100 metros), diante da impossibilidade de se tombar uma área maior, dado o peso do fator econômico, não valeria a pena, porque além do estágio relativamente avançado da exploração, o Pico sozinho não configuraria atração turística ou paisagística que justificasse a medida. Apesar de todos os apontamentos feitos, o conselheiro concluiu seu parecer advertindo que, caso o Conselho julgasse o contrário, que procedesse ao tombamento rapidamente, pois as atividades da Icominas estavam aceleradas na mina.

Alguns aspectos do parecer do relator chamam atenção e merecem uma análise mais detalhada. Ao admitir a possibilidade de que os conselheiros julgassem em sentido contrário, Carvalho revelou a faceta política inerente ao campo do patrimônio, no qual pretensos consensos e homogeneidade de pensamento são impossíveis. A existência de divergências dentro do próprio Conselho mostra como o discurso por ele veiculado

(...) não possuía necessariamente uma coerência interna entre seus diversos enunciadores. Ou seja, diferentes tomadas de posição de cada conselheiro, entrecruzados a fatos conjunturais surgidos em diferentes ocasiões, propiciaram tomadas de posição bastante variadas (...). (CHUVA, 2009, p. 223).

Conclui-se que nada neste campo pode receber um tratamento puramente técnico-científico, nem ser tomado como absoluto e determinado, mas construído e negociado mediante disputas discursivas, já que é por meio da argumentação, da demonstração e do

convencimento que os valores patrimoniais são enunciados e, a partir disso, aceitos, recusados ou transformados. (MENESES, 2009).

Além disso, é possível perceber, no parecer, a predominância de uma preocupação estética com o Pico, demonstrando como as ideias associadas à preservação do patrimônio arquitetônico eram, até a década de 1960, transpostas para o patrimônio paisagístico, como se aos monumentos arquitetônicos correspondessem os monumentos naturais, em todos os seus aspectos. Assim, garantir a integridade e a inviolabilidade do caráter monumental dos bens naturais seria uma condição essencial para o reconhecimento do patrimônio (SCIFONI, 2006), pensamento que se revelava, por exemplo, na negação da destruição. O fato do maciço do Pico já ter sido atingido pela mineração teria desfigurado sua monumentalidade e, por isso, tombá-lo não faria mais sentido, como se somente o valor estético justificasse sua proteção, e valores de outras ordens, como afetivos, cognitivos ou pragmáticos (MENESES, 2009), pesassem menos na decisão. Dessa forma, identificamos, no discurso do relator, um posicionamento questionado por autores que propõem uma leitura crítica do campo do patrimônio. Um deles é o filósofo alemão Georg Simmel, que indagava, conforme nos lembra Eckert (2008), o porquê de temermos a ruína inspiradora de lembranças; o porquê de evitarmos paisagens que duram na condição de luto. Também Scifoni (2006, p. 100), ao analisar a evolução das concepções sobre o patrimônio natural no Brasil, conclui:

A discussão do patrimônio natural como memória da natureza e da sociedade não pode estabelecer-se a partir de uma escala hierárquica de valores baseada no quanto a área foi ou não transformada pelo homem. O que importa, em última instância, é a relação de identidade estabelecida entre os grupos e os lugares, e, para isso, cada caso é um caso de igual valor como patrimônio.

Um último aspecto que merece destaque no parecer de Carvalho é a ausência de argumentos para embasar sua afirmação de que os valores paisagísticos e históricos, anteriormente enunciados a respeito do Pico, não eram suficientes para o seu tombamento. A frase, ainda que não justificada, mostraria efeitos no decorrer do processo, pois contribuiria na construção discursiva do posicionamento das mineradoras, contrárias à medida protetiva e que, assim, ganhavam um forte argumento para desconstruir a autoridade técnica do Conselho e da Dphan, fortalecendo seus interesses corporativos na disputa.

A presença de interesses de mineradoras na área do Pico não era um fato novo na década de 1960. A mineração no local está ligada à própria história da ocupação humana na região e, portanto, à origem da cidade de Itabirito, que se formou a partir do arraial de Itaubira do Campo e de povoados como Aredes e Rio de Pedras, surgidos por volta de 1709, quando

foi descoberto ouro na margem oposta do Rio das Velhas, na região do Pico, pela tripulação do capitão português Luiz de Figueiredo Monterroio. (LIMA, 2016). Desde o início do século XVIII, portanto, a paisagem é marcada por explorações auríferas: em um primeiro momento, pela extração do ouro de aluvião, feita nos leitos e margens dos rios e, posteriormente, nas grupiarias abertas nos flancos das montanhas; em um segundo momento, já na segunda metade do século XVIII, pela extração dos filões (veios de ouro), cuja ocorrência se dava no vale, no flanco ou no seio das montanhas, com a abertura de galerias. (BAETA; PILÓ, 2016; AZEVEDO, 2007). As tecnologias usadas dividiam-se em bateias, usadas nos leitos dos rios, e as catas, empregada nas margens e vales das montanhas. Segundo Azevedo,

as catas consistiam de escavações em forma de funil onde o minerador ia tirando a camada de terra e saibro até atingir o depósito de cascalho. À medida que o ouro era descoberto, as cavas eram aprofundadas até atingir a rocha dura. Nos trabalhos nos flancos das montanhas (serviços de grupiarias), os mineradores utilizavam a diferença de nível para fazer passar correntes de água sobre toda a massa, que era arrastada e recolhida embaixo. (...)

(...) as técnicas de mineração empregadas na extração do ouro eram classificadas em: catas de talho aberto, serviços de buraco e serviços de minas. As catas de talho aberto formaram grandes crateras com paredes superiores a 10 metros de altura, correndo risco de desabamento. Foram utilizadas em terrenos de terra fofa e procediam ao desmonte dos barrancos por meio de alavancas e água corrente. Os serviços de buracos incluíam a escavação nas laterais e dentro das catas de talho aberto em busca de veios mais ricos em ouro. Os serviços de minas eram escavações guiadas pela experiência de cada um e constituíam-se de avanços com balizas. (...)

Assim, na primeira fase, a extração era feita seguindo o eixo dos rios onde o ouro era descoberto. Na medida em que esse ouro se esgotava, exploravam-se os depósitos também nas encostas das montanhas (...). (AZEVEDO, 2007, p. 59-60).

As marcas deixadas na paisagem mineira pelo uso dessas diferentes técnicas, ao longo dos séculos XVIII e XIX, já eram notados por viajantes que passavam pela região e se impressionavam com a degradação causada pela exploração predatória dos recursos minerais. Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, relatou, quando de sua viagem ao Brasil entre 1816 e 1822:

Apenas se deixa para trás Capão (Capão do Lana, onde se encontrava a mina de topázio imperial), a paisagem toma um ar de tristeza que conserva quase sempre até Vila Rica. Não se descobrem de todos os lados senão campos desertos, sem cultura e sem rebanho. Se avistam algumas casas, ordinariamente estão em ruínas, os contornos das montanhas são na maior parte ásperos e irregulares; continuamente se avistam escavações para lavagens de ouro; a terra vegetal foi eliminada, com ela desapareceu a vegetação e nada mais ficou que montes de cascalho... (SAINT-HILAIRE, 1974 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 59).

Quando os depósitos de ouro exploráveis pelas técnicas rudimentares disponíveis começaram a se exaurir, a partir da segunda metade do século XVIII, houve deslocamento populacional em direção ao oeste e diversificação econômica em Minas Gerais. Dentre os principais fatores que levaram à decadência da mineração na região, destaca-se o desconhecimento técnico dos mineradores: quando o ouro, antes facilmente encontrado na superfície, passou a existir somente nas profundezas da terra, associado à rocha primária, as escavações foram abandonadas. Eram necessários novos métodos, que envolviam a abertura de grandes galerias para escavações em minas e, conseqüentemente, grandes investimentos de capital.

Foi a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, que inaugurou um novo ciclo na economia mineradora da capitania, atraindo empresas estrangeiras, sobretudo inglesas, para o setor. Um dos pioneiros da nova era da mineração do ouro na região foi o Barão de Eschwege, que não só produziu estudos sobre as ocorrências geológicas de Minas e um plano de trabalho com o então Ministro Conde de Linhares, para instruir mineradores dispostos a intervir nas jazidas, como também procurou investir por conta própria na mineração, estabelecendo sociedades com parceiros locais. (NEVES, 2016).

Uma série de privilégios e isenções fiscais passaram a ser concedidos pelo Império Português aos estrangeiros, sendo mantidos e, até mesmo, reforçados pelo Estado brasileiro após 1822, como descrito por Richard Burton (2001). Segundo ele, a redução de impostos pelo governo sobre as mineradoras, entre 1830 e 1860, foi progressiva, até chegar a zero. Isso estimulou os representantes dessas empresas, como afirma Lima (2016, p. 116) a passarem a

(...) averiguar a possibilidade de investigar as antigas jazidas auríferas de Minas Gerais a partir de uma nova geração de máquinas. (...). O conhecimento inglês, expresso pela revolução industrial, e a disposição de capitais reunidos através de sociedades anônimas representavam uma condição real de, enfim, explorar essas minas com profundidade.

De fato, além da primeira constituição brasileira, de 1824, não ter proibido a compra e a exploração de minas por estrangeiros, duas leis posteriores a ela contribuíram para a evolução desse processo: uma de 1827, que reduziu o imposto sobre o ouro de 20% para 5%, e outra, de 1829, que autorizou a associação entre brasileiros e estrangeiros para a exploração de minas no país. Dessa forma, entre 1824 e 1898, “(...) vinte companhias de capital estrangeiro se instalaram em Minas Gerais” (SOUZA, 2012, p. 435), fazendo de antigas minas abandonadas empreendimentos muito lucrativos. A atuação de novos agentes estrangeiros foi assim descrita por Hirashima (2009, p. 9):

Aproveitando-se da legislação brasileira favorável à entrada de capital estrangeiro para o desenvolvimento da atividade de mineração, muitas companhias mineradoras foram constituídas, principalmente na Inglaterra. Dentre elas, a The Brazilian Company Ltda, fundada em Londres em 28 de janeiro de 1833, detentora das minas de Morro das Almas, localizadas em Santa Bárbara, da Mina de Cata Branca, localizada na Serra de Itabirito, e da Mina do Arêdes, arrendada no mesmo município.

A Mina da Cata Branca, localizada no flanco norte do Pico de Itabirito, tem suas origens no século XVIII, quando era explorada por portugueses, que a chamavam de Buraco da Mônica. Após extraírem muito ouro dela, como relata Castelnau (1949), um acidente levou ao seu encerramento. No início do século XIX, ela pertencia a Francisco de Medeiros, que a vendeu, em 1830, o D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, após o responsável pelo gabinete de mineralogia da Coroa, Roch Schüch, ter visitado a mina e lhe informado sobre as potencialidades do local. (LIMA, 2016). No ano seguinte, o anglo-americano José Estevão Cliff negociou a compra da mina com o Conde, fundando a The Brazilian Company e, dois anos mais tarde, o comandante da Armada Real Inglesa, Aristides Franklim Mornay, representante da mineradora, completou a compra, fazendo da companhia a proprietária de Cata Branca, Aredes e Morro das Almas. Mornay assumiu os trabalhos da mina e colocou para operar “a melhor maquinaria do império”. (HIRASHIMA, 2009).

O auge das atividades da Cata Branca, que passou a ser uma das minas mais conhecidas e lucrativas do Brasil, ocorreu entre os anos de 1840 e 1844. Nesse período, Itabira do Campo prosperou com base na extração aurífera e na exploração do trabalho escravo. Cata Branca foi visitada por diversos viajantes e cientistas,²² que a descreveram e retrataram, expressando grande admiração pelo trabalho nela realizado. (FIGURA 25). No entanto, em 1844, um grave acidente de desabamento da galeria principal, no qual centenas de trabalhadores morreram soterrados, pôs fim aos trabalhos na mina e todo o patrimônio da empresa, incluindo as terras de Aredes, da Cata Branca e do Pico de Itabira, foram transferidos à mineradora inglesa St. John del Rey Mining Company, que já atuava na Mina de Morro Velho, em Congonhas de Sabará,²³ e era considerada, segundo Souza (2012, p. 425), “(...) a maior, mais lucrativa e uma das mais longevas companhias auríferas estabelecidas em Minas Gerais. Foi, sem dúvida, um dos mais lucrativos empreendimentos ingleses na América Latina”.

²² Dentre eles, podemos citar Conde de Suzannet, Francis Castelnau, Richard Burton e Ernst Hasenclever.

²³ Atual cidade de Nova Lima.

Figura 25 – Mina de Cata Branca desenhada por Ernst Hasenclever



Fonte: Alves, 2015, p. 250.

O desmantelamento da Brazilian Company levou Itabira do Campo também à decadência, ficando a economia e os índices demográficos do arraial estagnados até o final do século XIX, quando a implantação da linha férrea integrou a localidade a uma rede urbana de escoamento da produção, estimulando a criação de novos empreendimentos industriais e extrativistas. (LOPES, 2009). Diante desse fato, é interessante notar como a dependência econômica da mineração na região já se fazia presente com relativa força: a ausência de uma diversificação econômica substancial, que, apesar de possível e necessária, nunca recebeu a devida atenção, acabou selando Itabira do Campo à “fatalidade de um destino mineral” (WISNIK, 2018, p. 29). Quando a atividade foi ao fracasso, o arraial acompanhou-a, e nem mesmo um grave acidente com vítimas fatais e impactos duradouros de diversas ordens foi capaz de alterar o papel que a mineração já exercia no processo histórico de ocupação regional, revertendo o quadro de dependência.²⁴

²⁴ Interessamos, aqui, traçar um paralelo com a atualidade, lembrando dois casos graves ocorridos em Minas Gerais: o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, que dizimou o distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana, em novembro de 2015, e o da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho, em janeiro de 2019. A primeira tragédia deixou um saldo de 20 pessoas mortas, mais de 200 famílias desabrigadas, inúmeros pescadores e agricultores desamparados com a completa contaminação das águas do Rio Doce e altos índices de desemprego no município de Mariana. Além disso, soterrou, sob a lama da mineração, memórias e lugares de referência de vidas inteiras, irrecuperáveis e irredutíveis a qualquer forma de indenização monetária. Passado mais de três anos do episódio, poucas medidas foram tomadas no sentido de se recuperar a dignidade dos afetados e a economia da região, muito menos de se reorientar a condução da política

Um fator que explica essa continuidade histórica é o surgimento de novo interesse extrativista sobre um recurso natural abundante na região: o minério de ferro, matéria-prima que foi se tornando, a partir de finais do século XIX, “alvo da cobiça mineralógica internacional” (WISNIK, 2018, p. 54). A bem da verdade, a produção e a fundição de ferro sempre ocorreram no Brasil, desde o início do período colonial, em pequenas forjas, sendo a primeira usina siderúrgica criada na capitania de São Vicente, por volta de 1590. O ferro utilizado na produção dessas forjas, ao longo dos séculos XVIII e XIX, era, normalmente, de origem alemã ou sueca, importado de Portugal. Poucas jazidas locais de minério de ferro eram aproveitadas. (AZEVEDO, 2007; LIMA, 2013).

Em Minas Gerais, especificamente, a extração de minério para a produção de ferro sempre ocorreu, em pequena escala, junto com a mineração do ouro, se tornando ainda mais importante no último quartel do século XVIII. Sua exploração era necessária para suprir a demanda regional por instrumentos e ferramentas empregadas tanto no trabalho das minas quanto para uso doméstico, construções, plantações, etc. (BAETA; PILÓ, 2016, p. 231). Foi no contexto de decadência do ouro que, graças às reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal,²⁵ as possibilidades de exploração de novos setores econômicos nas áreas coloniais do Império Português passaram a ser estudadas com mais cuidado, tendo como fator propulsor a fundação da Academia Real de Ciências, em Portugal, em 1799. A existência de grande reserva mineral já razoavelmente conhecida em Minas Gerais fez com que a produção de ferro nesta capitania se tornasse “(...) pauta do debate político metropolitano e objeto de estudo de especialistas na ‘Arte Metalúrgica’, como o ministro José Vieira do Couto” (LIMA, 2013, p. 47.) Este mineralogista foi convidado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos, para diagnosticar a produção de ferro brasileira, e escreveu, em 1799, um relatório, publicado em 1874, sob o título “Memória sobre a Capitania das Minas Gerais”. Nele, Couto registrou:

mineral no estado e, até mesmo, de se responsabilizar os culpados. Wisnik (2018) compara a catástrofe de Mariana com os efeitos da mineração na cidade de Itabira (MG) ao longo do século XX – análise que pode ser aplicada, também, a Itabirito –, afirmando que, enquanto o caso de Itabira “é efeito do lento desenrolar de uma exploração que opera em surdina ao longo de décadas, de modo crônico, localizado e praticamente invisível na cena pública nacional; [o de Mariana] eclode súbito e estrondoso, esparramado no espaço e reconhecido imediatamente como a maior hecatombe socioambiental do país, desmascarando a pulsão destrutiva da sanha extrativa e acumuladora. Embora diferentes, no entanto, o acontecimento catastrófico de Mariana com tudo que tem de fragoroso e letal, pode ser visto como o raio que ilumina o que há de silencioso e invisível na catástrofe de Itabira”. (WISNIK, 2018, p. 37-38). Quanto ao caso de Brumadinho, ocorrido quando a versão apresentada à banca de defesa dessa dissertação já estava finalizada, foram contabilizadas, até 25 de junho de 2019, 246 mortes e 24 pessoas desaparecidas.

²⁵ Secretário de Estado do Reino português entre os anos de 1750 e 1777.

(...) o ferro este metal tão necessário a todas as artes, a todos os ofícios (...) não sei por que fatalidade, ainda até hoje não nos temos abaixados para levantarmos da terra estas riquezas que ela tão largamente nos oferece: porque razão estamos a sustentar com nosso dinheiro as fundições da Suécia, da Alemanha (...). (COUTO, 1994 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 63).

Pouco tempo depois que esses registros foram feitos, surgiram duas importantes experiências siderúrgicas no Brasil, no início do século XIX: a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, em Sorocaba, e a Real Fábrica de Ferro de Morro do Pilar, em Minas Gerais. Essas duas fábricas, contudo, não prosperaram, por causa de alguns fatores apontados pelo Barão de Eschwege, como mercado consumidor fraco, alto custo com impostos e transporte e carência de mão-de-obra. (LIMA, 2013). Ele próprio se aventurou na fundação de uma fábrica de ferro em Congonhas do Campo, nos anos 1810, porém, pelos mesmos motivos, também não obteve sucesso.

Em Itabira do Campo, a presença do minério e as potencialidades da produção ferrífera passaram a ser pesquisadas por cientistas de diferentes nacionalidades, como Calvert, Derby, Capanema, dentre outros (LOPES, 2009), os quais deixaram registros de suas visitas à localidade, no século XIX – época marcada, segundo Neves (2016, p. 142), pela “(...) abertura, organização e reabertura de empreendimentos siderúrgicos e mineradores na região”. O mais conhecido desses autores foi o próprio Eschwege, que fez amplo estudo sobre as ocorrências de minério de ferro por ele encontradas no entorno do Pico de Itabira, na década de 1810, emitindo prognósticos sobre seu possível aproveitamento econômico. Alguns anos após sua passagem por Itabira do Campo, já existiam no arraial, nos anos 1830, três forjas e uma fábrica de ferro pertencente à empresa The Brazilian Company, proprietária da mina de Cata Branca. (LIMA, 2013). Sobre essa pequena usina, escreveu o Conde de Suzannet (1957, p. 113), durante visita à mina, em 1842:

A duas léguas de Cata Branca fica uma usina de ferro explorada pela mesma companhia. O minério de ferro é muito abundante na região e dizem que o metal é superior em dureza ao da Suécia. Todas as ferramentas empregadas na mina são fabricadas aí. Esta usina é reservada exclusivamente para satisfazer as necessidades da companhia. Os diretores não procuram produzir mais do que a quantidade de ferro que lhes é necessária. As despesas que acarretaria uma maior exploração dessa usina não seriam cobertas num país onde a falta de população restringe inevitavelmente os lucros.

A exploração das jazidas de ferro do Pico para produção siderúrgica local ocorria, ainda, em pequena escala. Sobre isso, Suzannet (1957) comentou, em tom de lamento, que, à abundância de minério de ferro da região, não correspondia o nível de desenvolvimento de sua extração, devido, principalmente, às dificuldades relacionadas ao transporte. Este era,

segundo Lima (2013), apenas um dos quatro tipos de entraves que limitavam as atividades mineradoras e siderúrgicas brasileiras. Segundo este autor, os problemas enfrentados eram:

(...) a necessidade dos recursos naturais básicos, como as jazidas, as águas e as matas; a necessidade do conhecimento técnico qualificado, que em geral era resolvido com a contratação de empregados estrangeiros, o que aumentava os custos de produção; a necessidade de meios de transporte que não encarecessem tanto o valor final do produto; e a necessidade de um contexto político favorável que contasse com o apoio do Estado para o desenvolvimento desta área. (LIMA, 2013, p. 55-56).

Mudanças na trajetória da extração e do beneficiamento do minério de ferro no Brasil e, conseqüentemente, em Itabira do Campo, passaram a ocorrer na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir de 1870, com a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1875, e a expansão da rede ferroviária pela província de Minas Gerais. Segundo Lima (2016, p. 120),

a ampliação do conhecimento científico acerca das reservas sobre o solo e o subsolo, e ainda a possibilidade de um escoamento mais rápido e menos oneroso apontavam para um crescente investimento dos capitais públicos e privados nas atividades de extração mineral e produção siderúrgica.

O papel da Escola de Minas foi essencial não somente para a formação de profissionais, mas também para o aumento de publicações e estudos sobre o tema. Um desses trabalhos foi publicado por Henri Gorceix – o mineralogista francês convidado pelo imperador Dom Pedro II para fundar a instituição – no *Bulletin de la Société de Géographie de Paris*, em 1876. No texto, Gorceix lembrou o passado de pujança em Minas Gerais, quando a mineração aurífera trouxe prosperidade para o Império e enriqueceu alguns mineradores da noite para o dia, mas, por ser efêmera e praticada de forma predatória, foi incapaz de gerar um crescimento econômico que se sustentasse. Para ele, a mineração do ferro deveria seguir caminho distinto, caso se quisesse estimular, em Minas, um desenvolvimento verdadeiro:

Entretanto o que restou dessas riquezas? Uma região desmatada, perfurada em todos os sentidos, só na superfície é verdade, cidades em decadência, vilas em ruína, onde somente igrejas magníficas, das quais várias seriam dignas de servir de catedrais em grandes cidades da Europa, lembram a fé e a riqueza dos primeiros exploradores (...). Mas não é só com o ouro que os habitantes de Minas podem contar para devolver à sua província seu antigo esplendor. *A natureza espalhou à profusão, sobre a superfície do solo, montanhas de minério de ferro que, também ele, espera o desenvolvimento das indústrias e das vias de comunicação para fundar, e desta vez de maneira durável, a prosperidade dessa região.* (LIMA, 1977, p. 305 *apud* DINIZ, 2010, p. 127, grifos da autora).

A expectativa de Gorceix, compartilhada por outros autores que escreveram sobre a potencialidade mineralógica e industrial da porção centro-sudeste do estado, encontrava ecos na ampliação da ferrovia Dom Pedro II, cujos trilhos chegaram a Itabira do Campo em 1887. Como afirma Lopes (2009), o transporte ferroviário impulsionou a exploração das jazidas de ferro na região porque, ao facilitar a conexão entre minas e siderúrgicas, bem como o escoamento da produção pelos portos no litoral, trazia competitividade ao ferro nacional em relação ao importado da Europa. Percebe-se, até este momento, que a integração entre a atividade mineradora e a siderúrgica era vista como essencial para se gerar o desenvolvimento prometido por Gorceix e outros especialistas.

Foi nesse contexto, marcado, ainda, pelo advento da República e pelo fim da escravidão, que o alemão Alberto Gespacher e alguns sócios fundaram, em 1888, em Itabira do Campo, a Usina Esperança, “(...) a primeira usina siderúrgica com características modernas, com um forno a superar a marca de 1t/dia de produção (...) também pioneira na indústria de tijolos refratários para o revestimento de seu alto forno”. (BAETA; PILÓ; NEVES, 2012, n.p.). Com localização privilegiada, próxima às jazidas do Pico, à estação Esperança, a matas abundantes e com disponibilidade suficiente de energia hidráulica, a Usina foi um fator impulsionador da transformação da pacata Itabira do Campo em um distrito fabril de destaque da região.

A primeira corrida de ferro gusa da siderúrgica ocorreu em 1891 e, segundo Rosière *et al.* (2009, p. 8), o alto forno, cuja produção máxima não passava de 4 toneladas por dia, era “(...) alimentado com minério rolado extraído das proximidades do Pico. A lavra era manual e o transporte feito em lombo de burro”. Essa observação também foi feita por Moreira Pinto, que visitou a indústria em 1897 e registrou: “A Usina Esperança, estabelecida a nove quilômetros distante do Pico, aproveita esse minério no seu alto forno, produzindo excelente ferro guza, de qualidade superior, rivalizando com o melhor importado do estrangeiro.” (PINTO, 1897, p. 1).

Em 1892, a Usina foi vendida para a Sociedade de Forjas e Estaleiros, do Rio de Janeiro, que a operou por alguns até interromper seus trabalhos entre os anos de 1896 e 1899, por falta de mercado. Durante os anos de funcionamento da fábrica sob a direção da Companhia, visava-se a implantação da indústria de ferro em alta escala, não sendo cogitada a exportação do minério *in natura* proveniente do Pico de Itabira – como aconteceria algumas décadas mais tarde. (LIMA, 2013, p 64).

Em 1900, a empresa e as terras de sua propriedade, o que incluía o Pico, foram comprados mediante hasta pública pelo engenheiro José Joaquim Queiroz Junior, que construiu, em 1910, o primeiro alto forno de aço da América do Sul. Vivia-se, na Europa, a chamada *Belle Époque*, período marcado por conquistas tecnológicas e materiais, ampliação das redes de comercialização e incorporação de áreas do globo à dinâmica da economia internacional. (LIMA, 2013). No Brasil, essas transformações causariam efeitos no campo industrial, dentre eles, o da mineração e da siderurgia. Um importante evento mundial neste campo foi o Congresso Internacional de Geologia, realizado em setembro de 1910, em Estocolmo, cujo objetivo era fazer um diagnóstico minucioso das reservas de minério ferro em escala mundial – para atender, obviamente, aos interesses estratégicos das grandes economias europeias e da norte-americana. Representando o Brasil, o engenheiro Orville Derby, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico (SGM) do país, criado em 1907, apresentou o trabalho *The Iron Ores of Brazil*, no qual expôs o relatório produzido por Felipe Gonzaga de Campos, que esboçava o distrito do minério de ferro – assim designada a área ferrífera de Minas Gerais, posteriormente conhecida como Quadrilátero Ferrífero – citando, avaliando e localizando no mapa todas as jazidas ferríferas mineiras. Nesta ocasião, o mundo “(...) tomou conhecimento das grandes reservas de minério de ferro existentes no coração do estado” (SILVA, 1995, p. 79), calculadas por Campos em 10 bilhões de toneladas, desencadeando, assim, “uma corrida geral para a compra de terras contendo minério em Minas Gerais, por parte de especuladores estrangeiros”. (WISNIK, 2018, p. 82). Segundo Silva (1995, p. 79), após o Congresso,

organizaram-se, então, nos Estados Unidos, as empresas que objetivavam aproveitar as reservas anunciadas em Estocolmo. (...) Grandes programas exploratórios foram implantados pelos americanos, utilizando técnicas nunca vistas pela mineração brasileira. Infelizmente, estes trabalhos de pesquisa foram executados sem qualquer participação de brasileiros, que não tiveram oportunidade de tirar proveito tecnológico do esforço empreendido.

Essa observação nos remete a uma das maiores querelas da industrialização brasileira ao longo do século XX, qual seja, a oposição entre grupos liberais que defendiam o livre acesso do mercado internacional às riquezas minerais do país e os grupos compromissados com o desenvolvimento da mineração brasileira em sintonia com a implantação de um parque siderúrgico nacional de destaque. O Congresso de Estocolmo foi um episódio central deste embate que então se acirrava. Segundo Wisnik (2018, p. 78-79),

não ficava explícita a estratégia investida nessa cartada de efeito, que entregava literalmente aos interesses estrangeiros o mapa da mina nacional. O governo Nilo Peçanha pusera em andamento, no ano anterior, um projeto

de exploração das jazidas brasileiras que oferecia privilégios, em forma de monopólios e subsídios, aos capitais nacionais e internacionais que estivessem dispostos a estabelecer no país uma indústria de aço de grande escala. Chamarizes estavam sendo lançados na direção de vultosos capitais capazes de fazer a produção nacional saltar dos pequenos fornos alimentados a carvão vegetal (...) para o patamar da indústria pesada. Armava-se com isso um jogo cruzado de largas consequências, em que a oferta de minério nacional para alimentar a siderurgia internacional ávida por matéria-prima contracenava com a tentativa de atrair o poder de fogo estrangeiro para atuar na implantação da siderurgia nacional.

O projeto dos que apostavam na melhoria da economia de Minas Gerais através da implantação de um sistema extrativo-exportado da riqueza mineral do estado, durante a Primeira República, encontrou, portanto, além da acirrada concorrência internacional, uma forte oposição nacionalista, que desaprovava a aquisição de jazidas por empresas estrangeiras – possibilidade esta admitida pelo novo regime de acessão, adotado após o início da República, em substituição ao antigo sistema domínial. Segundo Lima (2016, p. 121),

essa medida, de viés liberal, retirou da Nação e transferiu para o proprietário a posse do solo e das minas existentes em seu domínio. Resultado: os preços das terras minerais inflacionaram, freando os investimentos nessa área.

Os opositores do regime de acessão defendiam sua revisão, bem como o incentivo ao beneficiamento do minério de ferro em território nacional, no lugar da prática extrativa destinada à exportação. É curioso notar que esta visão já era defendida por alguns estudiosos no século XIX, como Roch Schüch. Ao ser questionado pelo Visconde de Caethé, Presidente da Província de Minas Gerais, em 1840, a respeito de como se poderia trazer prosperidade econômica para a região, Schüch respondeu que uma forma seria

(...) beneficiar melhor os materiais de mineração. Se o mineiro às vezes não chega a realizar da sua lavra nem a quinta parte do que poderia tirar mediante uma manipulação mais apropriada, de certo o lucro não pode avultar. – *Como, então, reformar a mineração?* Foi a segunda pergunta. *Praticando-a pelo mesmo modo usado na Alemanha* – foi a resposta. (SCHÜCH, 1840, p. 16).

É em um contexto de tensão e divergências que os rumos da almejada modernização brasileira se encontravam, portanto, na primeira década do século XX. Como descreve Wisnik (2018, p. 82),

no novo jogo internacionalizado, o projeto de implantação da siderurgia nacional associada a grupos privados estrangeiros envolvia necessariamente, na outra ponta, o interesse dos grupos privados estrangeiros pelo minério de ferro nacional como matéria-prima para a sua própria siderurgia. Instalava-se no país mais uma gangorra, agora litigiosa e de grande monta, entre defensores da mineração comprometida com a implantação de uma indústria

siderúrgica local, de um lado, e os defensores das concessões para exportação de minério bruto como operação de livre mercado, de outro.

Essa discussão ganharia ainda mais força durante a Primeira Guerra Mundial, que, apesar de ter melhorado a situação das poucas siderúrgicas brasileiras, em especial da Usina Esperança, gerou crise de desabastecimento no país. A situação reforçou a crença na necessidade de incentivos fiscais e legais à indústria de base nacional. Esses incentivos começaram a surgir a partir da década de 1920, quando “(...) a União começou a propor uma nova política que relativizava a posse do subsolo e que acenava para a defesa do mercado siderúrgico nacional”. (LIMA, 2013, p. 121).

Foi com a Revolução de 30 que esse projeto venceu e o Estado, na década que se iniciava, passou a adotar uma postura nacionalista sobre a questão mineral, implementando uma série de medidas legais que visavam colocar a siderurgia como a “alavanca produtiva da modernização do país” (WISNIK, 2018, p. 99). Em 1931, o Presidente Getúlio Vargas defendeu a nacionalização das reservas minerais, editando decretos que suspendiam a alienação ou a oneração de qualquer jazida. Em 1934, a Constituição Federal separou as propriedades do solo e do subsolo, passando este novamente para as mãos do Estado. Neste mesmo ano foi criado o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e publicado o primeiro Código de Minas, por meio do Decreto 24.642, que estabeleceu um novo regime jurídico para as minas, em consonância com o princípio da nacionalização da Carta Maior.²⁶ Em 1937, com a nova Constituição outorgada, a concessão de lavras passou a ser autorizada somente a brasileiros ou a empresas com participação de brasileiros. Por fim, por meio do Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de março de 1940, instituiu-se o novo Código de Minas, estabelecendo que todas as minas não declaradas até 1934 seriam de domínio público. (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, [201-]; LIMA, 2016).

²⁶ “Com o novo Código, as jazidas passaram a ser caracterizadas como bens imóveis, distintos e não integrantes das terras em que se encontravam. Seu aproveitamento era atrelado à autorização ou à concessão do Governo Federal. As autorizações de pesquisa e concessões de lavra seriam dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, ficando assegurada, ao proprietário do solo, a preferência para a exploração ou coparticipação nos lucros, caso a lavra fosse concedida a terceiros. O direito à concessão de lavra dependeria, obrigatoriamente, de trabalhos prévios de pesquisa, cujo valor econômico fosse reconhecido pelo DNPM. A concessão duraria enquanto a lavra fosse mantida em franca atividade. (...) O Código de 1934 partia da distinção entre jazida e mina. Era considerada jazida toda a massa de substâncias minerais ou fósseis existente no interior ou na superfície da terra que viesse a ser valiosa para a indústria. Já as minas eram as jazidas em sua tradução comercial. Ou seja: as jazidas em si, mais o conjunto de direitos constituídos dessa propriedade, os efeitos das explorações e, ainda, o título de concessão que as representava.” (AGUIAR FILHO, 2015, n.p.).

O Governo Vargas foi um período decisivo para a indústria mineral brasileira, não somente pela criação desse aparato legal, mas também por medidas políticas adotadas no contexto da Segunda Guerra Mundial. Conforme Sanches (2012, p. 75),

(...) a necessidade de abastecer internamente o país e atender aos países aliados no decorrer da guerra se traduziram no impulso para (re)inventar uma sociedade baseada na mineração e na siderurgia, aproveitando as condições externas favoráveis às exportações.

Wisnik (2018, p. 106) afirma que a guerra “ofereceu ao governo Vargas a ocasião política para equacionar a questão mineração-siderurgia, que se arrastava no impasse, com perspectivas remotas, àquela altura, de encontrar a solução no terreno da iniciativa privada”. Assim, foi pelas mãos do Estado que a querela passou a ser conduzida. Papel de destaque tiveram, nessa época, os Acordos de Washington, firmados entre os Estados Unidos da América, a Inglaterra e o Brasil, em 1942, cujos objetivos eram garantir, em um contexto bélico, matérias-primas estratégicas para os Aliados, bloqueando, simultaneamente, o acesso dos países do Eixo a elas. O trato determinava que o Brasil reforçaria o abastecimento das siderúrgicas dos dois países com seu minério de ferro de altíssima qualidade, a preço bem inferior ao do mercado, enquanto os britânicos, em contrapartida, iriam adquirir e transferir ao governo brasileiro as jazidas ferríferas do país pertencentes à empresa inglesa Itabira Iron Company, e os EUA, por sua vez, dariam apoio financeiro para, dentre outros empreendimentos, a construção de um terminal marítimo, a modernização da mina de Itabira (MG) e da ferrovia Vitória-Minas e a instalação de uma moderna indústria siderúrgica. (MOURA, [201-]). Como afirma Silva (1995, p. 80), “assim nasciam, em 1942, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia do Vale do Rio Doce, marcos importantes da indústria mineral brasileira”. Os Acordos foram, portanto, peças de uma importante maquinação diplomática, econômica, militar e política que colocava pequenas cidades do Quadrilátero Ferrífero no centro do tabuleiro geopolítico do mundo. (WISNIK, 2018).

Terminada a guerra, abriu-se um vácuo no mercado internacional do ferro, com a suspensão de importações por parte da Inglaterra. A demanda mundial por minério de ferro, contudo, logo aumentaria, a partir de 1950, com a diversificação dos países compradores, muitos deles afetados, positiva ou negativamente, pelo conflito mundial. Segundo Wisnik (2018, p. 123) “as exportações (...) começavam a ser retomadas e intensificadas em função da arrancada produtivista da siderurgia mundial no pós-guerra, tendo os Estados Unidos como cliente principal, secundados por Canadá, Holanda e Bélgica”. Assim, formava-se uma espécie de “cartel internacional do aço”, que, juntamente ao abandono do princípio da

nacionalização progressiva das jazidas pela Constituição Federal de 1946, contribuiu para a consolidação do Brasil na posição de fornecedor de matéria-prima neste rendoso mercado.

Assistiu-se, dessa forma, a uma reorientação da industrialização brasileira, com a marginalização do projeto nacionalista da siderurgia e o redirecionamento da produção mineral do país para atender aos grandes consumidores de minério de ferro do planeta. Outros fatores desse novo contexto mundial também influenciaram, segundo Lamoso (2001, p. 34), o aumento da demanda por minerais metálicos:

1) a organização do bloco de países socialistas; 2) a situação de Guerra Fria, por gerar contínuos investimentos em artefatos militares; 3) o processo de descolonização, que fez surgir economias, em maior ou menor grau, independentes, na Ásia e África, que se voltaram ao planejamento econômico e à participação mais intensiva do Estado na economia.

A autora informa que, entre 1948 e 1971, houve um crescimento de 235% na produção do minério no mundo. O Brasil, neste cenário, começou a sair de uma posição periférica, determinada anteriormente pelo domínio do mercado por União Soviética (21,3%), Estados Unidos (24,5%) e França (25,5%), e passou a ser um dos novos países fornecedores no mercado internacional, com uma produção que atingiu, entre 1935 e 1965, o índice de 3,3% da produção mundial. Nessa trajetória de crescimento, cerca de 98% do minério de ferro nacional, entre os anos de 1930 e 1950, saiu de mineradoras situadas em Minas Gerais, muitas delas também siderúrgicas. (LAMOSO, 2001).

É preciso destacar, todavia, que a querela mineral opondo nacionalistas, de um lado, e “entreguistas”, do outro, não se encerrou nessa época. Pelo contrário, ela ainda produziria, ao longo das décadas de 1950, 60 e 70, acalorados debates e disputas políticas em torno das pretensões de desenvolvimento do país, tendo relações diretas, inclusive, com o conflito a respeito do tombamento do Pico de Itabirito – assunto que será melhor abordado nos tópicos seguintes.

Ao voltarmos nossa atenção para a escala local, ao longo dessa trajetória da mineração no país, constatamos que a criação da CSN, em 1942, foi decisiva para o início da expansão da extração mineral em Itabirito. Pouco antes, em 1938, uma subsidiária da St. John del Rey Mininig Company, a Cia de Mineração Novalimense, iniciara, na condição de concessionária do direito de lavra, a exploração do maciço itabiricense em escala industrial, atuando em pequenos corpos no entorno do Pico e da antiga mina de Cata Branca. Neste mesmo ano, o engenheiro e geólogo brasileiro Othon Henry Leonardos publicou, pelo DNPM, o livro “Depósito de Minério de Ferro no Pico de Itabirito”, ajudando a consolidar, ao lado de outras

obras da época, a ideia do Quadrilátero Ferrífero e de sua importância no âmbito da ciência geológica mundial.

Com a inauguração da nova siderúrgica de Volta Redonda, a Mina do Pico passou a fornecer minério para seu funcionamento. Na ocasião, os direitos de exploração da mina estavam arrendados, desde 1941, à Sociedade Usina Queiroz Jr Ltda, e passaram, a partir de 1943, à Sociedade Indústria e Comércio de Minério Ltda (SICOM), posteriormente renomeada Icominas e, mais tarde, reestruturada como Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) pela CAEMI em associação à Hanna Mining Company, dos EUA. (LIMA, 2018; ROSIÈRE *et al.*, 2009).

Durante a presidência de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1960, algumas medidas tomadas pelo governo foram ajudaram a fortalecer os planos de crescimento econômico associado ao aumento das exportações de minério de ferro. Destacaram-se, por exemplo, o Plano de Metas, que tinha como um de seus objetivos o investimento em energia, transportes e indústrias de base; a criação do Ministério de Minas e Energia, que incorporou o DNPM em sua estrutura; o incentivo à formação de geólogos nas universidades brasileiras; a ampliação do mercado interno e, ainda, o estímulo à indústria automobilística, que demandava, como nenhuma outra, maior capacidade de produção das mineradoras e siderúrgicas nacionais. (LAMOSO, 2001; MME, [201-]).

Os anos 1960, por sua vez, foram uma época de grande crescimento das exportações brasileiras de minério, tendo ocorrido um fortalecimento expressivo da Vale do Rio Doce, ainda no governo de João Goulart. A partir de 1964, com o Regime Militar, o Brasil passou a viver o que alguns autores chamam de “período áureo da mineração”, dado importante que precisa ser levado em consideração na análise do conflito em torno do Pico de Itabirito. Foi nessa época que se estabeleceu uma série de fatores significativos, como a alteração de estruturas burocráticas e legais que flexibilizaram o setor mineral e permitiram a completa abertura do mercado para mineradoras estrangeiras, com destaque para o Novo Código de Mineração, de 1967; o crescimento dos investimentos na área por parte do empresariado nacional e, por fim, a destinação de vultuosos recursos estatais, tanto da União como dos estados, para a atividade mineradora. (SANCHES, 2012; SILVA, 1995).

A atuação estatal, é importante frisar, não vem ocorrendo somente de forma direta, por meio da aplicação de verbas públicas em projetos de exploração de jazidas, mas também sob a forma de um Estado empreendedor da mineração, isto é, responsável por arcar com os custos de criação e manutenção de todo um “complexo técnico-econômico” (ZHOURI, 2014, p. 121)

necessário ao desenvolvimento do setor, que inclui infraestruturas de transporte, fontes de energia e disponibilidade de recursos naturais preciosos, em especial, água. (LOPES, 2014). Esses custos, obviamente, vêm sendo transferidos a toda a sociedade, não somente na condição de pagadora de impostos, mas também na de sujeitos impactados de diversas maneiras por essa atividade econômica, que não costuma dividir democraticamente seus lucros da mesma forma como o faz com seus ônus.

A apresentação desse breve panorama histórico nos leva a entender em qual contexto se desenrolava o processo de tombamento do Pico de Itabirito, que, à altura da emissão do parecer do relator, já se mostrava como um conflito iminente entre os interessados na preservação e os interessados na expansão da atividade mineradora – fenômeno que se dava, segundo Luiz Kuchenbecker, em velocidade acelerada. Em uma segunda carta escrita ao diretor do Dphan, em 05 de março de 1961, ele advertiu que a Icominas, conforme ele mesmo havia testemunhado, estava trabalhando ativamente para dinamitar o Pico, com o intuito de “(...) dar cabo fatal a este empreendimento prejudicial à nação inteira, expressão do mais puro materialismo sem limites, para não dizer vandalismo”. (Iphan, 1960, anexo I, fl. 18). Seu tom trágico era enfatizado pela informação de que toneladas do mesmo minério estariam disponíveis em outros lugares de propriedade da mineradora, que, segundo ele, eram desprovidos de qualquer valor paisagístico.

É interessante notar como a crítica de Kuchenbecker à mineração no Pico possuía limites estreitos, estabelecidos, em grande parte, pelo pensamento dominante no campo patrimonial, aqui chamado de “discurso da monumentalidade”.²⁷ O que ele chama de valor paisagístico seria um atributo inerente a uma paisagem de exceção, um monumento da natureza, e não uma construção social, emanada de sujeitos que se relacionavam com essa natureza – o que tornava admissível a destruição de outras paisagens ordinárias e, conseqüentemente, a violência física e simbólica sobre outros sujeitos, pela mineração.

Essa carta, posterior à emissão do parecer de José Cândido de Melo Carvalho, revela parte do funcionamento das redes de articulação tecidas ao longo do andamento de cada processo no âmbito do Dphan. Ainda que o parecer negativo tivesse sido emitido por um conselheiro, um especialista com competência reconhecida publicamente, seu questionamento era possível na medida em que se tratavam de questões mais políticas que técnicas. Assim, além de Kuchenbecker, outros dois sujeitos se envolveram nessa rede, argumentando no

²⁷ Este tema será melhor desenvolvido no último tópico deste capítulo.

sentido contrário ao que prognosticava o relator. Um deles foi Paulo Ribeiro, agente interno da Dphan, que insistiu, em documento dirigido ao diretor da Divisão de Conservação e Restauração do órgão (Iphan, 1960, anexo I, fl. 20), no retorno do assunto do Pico ao Conselho. Para embasar seu pedido, afirmava ter feito visita ao local, junto de Latif e do professor Othon Leonardos – o mesmo que, em 1938, publicara um livro sobre as jazidas do Pico de Itabirito –, ocasião em que ambos se declararam favoráveis ao tombamento, agregando, dessa vez, mais uma razão para a medida, que seria sua singularidade geológica.

O segundo foi o então governador de Minas, José de Magalhães Pinto, que, em radiograma de 02 de junho de 1961 (Iphan, 1960, anexo I, fl. 2), solicitou a Rodrigo M. F. Andrade a tomada de providências para a preservação do Pico, o qual, segundo informações por ele obtidas, estava em vias de ser destruído pela mineração. Esse documento nos chama especial atenção, pois não apenas indica a participação de outros agentes políticos do Estado no caso, como nos causa estranhamento quanto ao posicionamento do representante do governo de Minas, instância de poder na qual, supostamente, existiram interesses diretos na perpetuação da atividade econômica em questão. Como veremos adiante, a configuração do conflito não seria assim tão simples, pois muitos do que se opunham à entrega das jazidas do Pico às mineradoras estrangeiras o faziam não pelo desejo de vê-lo preservado, mas pela recusa em admitir que tais jazidas não fossem exploradas por empresas nacionais. De qualquer forma, o processo estava, neste momento, nas mãos do Conselho, a quem cabia decidir se dava ou não prosseguimento à proposta, convertendo-a, de fato, em tombamento.

3.2 A decisão do Conselho Consultivo e a proteção de bens naturais no Brasil

Márcia Chuva (2009), ao escrever sobre a trajetória de atuação do Sphan e do Conselho Consultivo, faz uma análise sobre o papel dos pareceres emitidos pelos dois órgãos no processo de construção dos discursos e da própria legitimidade discursiva dos responsáveis pelas práticas de preservação do patrimônio histórico e artístico no país. Ao tratar, especificamente, dos pareceres escritos pelos relatores dos diferentes casos que passavam pela mesa de discussões do Conselho, ela afirma:

Os pareceres dos conselheiros relatores tinham caráter decisório, pois ainda que dependessem da aprovação pela maioria do Conselho Consultivo, raras vezes foi tomada decisão diferente daquela encaminhada pelo relator. Nesse tipo de parecer, considerava-se o “valor nacional” do bem indicado para tombamento e os aspectos político-institucionais de legitimação do Sphan. (CHUVA, 2009, p. 237).

Uma dessa raras vezes mencionadas pela autora foi, sem dúvida, o processo de tombamento do Pico de Itabirito. No dia 13 de junho de 1961 – portanto, um ano e meio após a apresentação da proposta de tombamento – o Conselho reuniu-se, pela 35ª vez, na sede do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no Rio de Janeiro, para discutir uma pauta que incluía, dentre outros temas, o caso do Pico. Estavam presentes os conselheiros Rodrigo M. F. Andrade (Presidente do Conselho), Manuel Bandeira, Miran de Barros Latif, Francisco Marques do Santos, Gilberto Ferrez, Luiz de Castro Faria, Paulo Ferreira Santos, Alfredo Galvão e Manuel Constantino Gomes Ribeiro. Ausentaram-se da reunião os conselheiros Afonso Arinos, José Otávio Corrêa Lima, José Soares de Melo, Jossué Montello e Américo Jacobina Lacombe. Na ocasião, o grupo resolveu, contra o voto do relator, tornar efetivo o tombamento requerido do Pico. Ficou estabelecido, como perímetro de proteção, a área do cume à cota de 1.520 metros, permitindo-se a mineração do pé de escarpa, que auxiliaria no desentulhamento da base do pico, tornando-o mais alcantilado. Ressaltava-se, contudo, que as atividades nunca deveriam se aproximar mais de 20 metros horizontais das escarpas do monumento. (Iphan, 1961a).

Dentre as razões alegadas para a decisão que tomavam, estava a singularidade do Pico entre os monumentos naturais do mundo, sua excepcional beleza paisagística, seu papel de marco das jornadas do desbravamento, nos séculos XVII e XVIII e, ainda, sua função como símbolo da era siderúrgica e de exportação mineral que o país ingressava. Ironicamente, percebe-se, nesta argumentação, a utilização da mineração – justamente o fator ameaçador do patrimônio – como justificativa para a preservação. Essa atitude revela uma estratégia discursiva, que consistia não em combater a atividade, mas em valorizá-la a ponto de reconhecer nela um papel significativo na narrativa nacional que se construía por meio da produção de um acervo de bens simbólicos.

A decisão embasava-se, ainda, em uma lista de fatores técnicos, relacionados à própria consecução da atividade mineradora, extrapolando, assim, o campo do patrimônio e adentrando os conhecimentos da engenharia e da geologia. Afirmava o Conselho que os proventos obtidos com a mineração no entorno do perímetro tombado superariam a proteção devida; que haveria, além disso, dificuldades técnicas no desmonte do Pico, as quais acabariam por tornar a ambição de explorá-lo uma empreitada antieconômica; por fim, defendia que a maior reserva de minério de ferro do maciço estaria, possivelmente, nos blocos rolados, e não na rocha do Pico em si. Essa linha argumentativa, elaborada a partir dos estudos de conselheiros e de outros agentes integrantes das redes de relações da Dphan, que

detinham conhecimento técnico na área, fazia parte do discurso do órgão ao longo de todo o andamento do processo. Além disso, sua exposição e registro em ata, já na ocasião da decisão primária pelo tombamento, antes mesmo de qualquer notificação ao proprietário ou questionamento oficial ao ato, demonstra que o Conselho estava ciente não só de que as mineradoras afetadas se oporiam à medida, como também que, para lutar contra elas com alguma chance de vitória nessa disputa, precisariam “falar a sua língua”.

Seguindo o protocolo burocrático, o diretor da Dphan, Rodrigo M. F. Andrade, enviou três notificações de tombamento, no dia 22 de junho de 1961: uma à St. John del Rey Mining Company, proprietária da área onde se situava o Pico; outra à Companhia de Mineração Novalimense, concessionária do direito de lavra; e a terceira à Icominas S.A., arrendatária das jazidas. Nos documentos, informava aos interessados que havia sido determinada, pelo Conselho, com base no que dispunha o Decreto-Lei nº 25/37, a inscrição do Conjunto Paisagístico do Pico de Itabirito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A decisão, que teria um papel fundamental na história da proteção do patrimônio natural pelo Iphan, como abordaremos adiante, foi elogiada por Carlos Drummond de Andrade no artigo “Imagens da terra: salvando a paisagem”, publicada no dia 25 de junho de 1961, no jornal *Correio da Manhã*. (ANDRADE, 1961). No texto, o escritor parabenizou o Conselho Consultivo pela tradicional discrição, ponderação e autoridade que apresentava em suas decisões, sendo esta a segunda vez em que atuava em prol do salvamento de um patrimônio natural ameaçado da destruição pelo dinheiro e pelo desenvolvimento. A primeira vez teria sido com o Pico da Serra do Curral, “sentinela de Belo Horizonte”, tombado em 1960. Já em relação ao Pico do Cauê, em Itabira, sua terra natal, Drummond lamentou não ter sido possível fazer o mesmo.

A destruição da paisagem itabirana pela mineração foi uma constante na sua obra poética, como mostra Wisnik no livro “Maquinação do Mundo” (2018), e talvez por isso o escritor tenha se envolvido tão profundamente no processo do Pico de Itabirito: se o Cauê não se salvou das “(...) maquinações sem peias que vão convertendo compactas montanhas de minério em precárias e periclitantes montanhas de rejeitos” (WISNIK, 2018, p. 38), destruindo a serra e anulando o horizonte sem constrangimentos, que o destino do Itabirito fosse, então, diferente. Por meio de sua militância literária, Drummond se comprometia com a

causa de tentar impedir a destruição da montanha dos itabiritenses, para que ela não passasse a existir, assim como a Itabira de sua infância, somente como um retrato doloroso na parede.²⁸

Neste artigo, Drummond afirmou, ainda, que a beleza do Pico de Itabirito, como elemento da paisagem local, não seria alvo de contestações, mas que além de beleza, ele carregava um atributo histórico, pois teria servido como “atalaia dos bandeirantes” em seus esforços pelas entradas, pela exploração de ouro e pelo povoamento da região. Segundo o autor,

seu perfil se integrou no quadro físico e social, exprimindo um ciclo de nossa formação. Quem não for sensível à “paisagem histórica” não poderá avaliar bem o que isso representa como valor cultural para um país. Sem falar no valor emocional que certas formas da natureza constituem para os moradores da região, orgulhosos de nascer e viver ao pé de uma rocha alcantilada. (...). Um patrimônio dos olhos, da tradição, do sentimento regional, desses que contribuem para dar mais sentido à existência, situando o homem numa linha contínua através do tempo, ligando-o imemorialmente à terra. (ANDRADE, 1961, p. 6).

O nível de sensibilidade com que Drummond escreveu sobre a questão da paisagem afetiva, apesar de recepcionado à época, ainda não podia ser identificado com clareza nas políticas e práticas da Dphan, no início dos anos 1960. Foi ao longo desta década que o campo do patrimônio, no Brasil e no mundo, sofreu uma guinada e, como afirma Choay (2001), alargou seus horizontes, passando a incorporar a natureza às políticas de patrimônio. Antes disso, a preservação do meio natural e, mais que isso, a própria relação da humanidade com ele, eram guiadas por outros referenciais. Dito de outra forma, a construção de um imaginário sobre a proteção da natureza, ou, nas palavras de Serrano (1993, p. 25), a trajetória da “(...) definição pelo homem de espaços a serem protegidos dele mesmo”, está inserida um processo histórico que conformou, para cada época, tipos possíveis de atitudes do homem em relação ao meio natural – incluindo-se, aqui, tanto as atitudes depredatórias quanto as preservacionistas. Como afirma Scifoni (2006, p. 22), a respeito dessa trajetória:

(...) se, num primeiro momento, a natureza aparece como uma matéria dada, a ser dominada e transformada, no curso da história da produção do espaço geográfico essa condição se modifica, pois a natureza é recriada como uma nova necessidade social: a necessidade de sua proteção aparece como uma nova condição.

²⁸ A expressão é uma referência aos dois últimos versos do poema “Confidência do Itabirano”, de Drummond. (ANDRADE, 1978).

De fato, como indica a autora no início do trecho transcrito, a natureza foi considerada, durante séculos, como algo hostil à civilização, porque antagônica à cultura. Assim, relacionar-se com ela significava, em grande medida, dominá-la, consumi-la e transformá-la em objetos da vida material humana. No Brasil, especificamente, esse pensamento se fez presente desde a Carta de Pero Vaz de Caminha, que inaugurou um olhar exploratório sobre as riquezas da nova terra. Por isso, Roncaglio (2009, p. 113) afirma que “(...) a exploração predatória da natureza no Brasil se inicia com o processo da expansão colonial portuguesa”.

Ironicamente, esse olhar conviveu, desde o início da colonização, com outro, caracterizado pelo alumbramento com a diversidade, a beleza e a riqueza dos recursos naturais. A partir dele, criou-se uma tradição ufanista que considera a natureza brasileira um elemento fundador da nacionalidade e do sentimento nacional – tradição esta que foi explorada e fortalecida pelo romantismo brasileiro, no século XIX. Não à toa, até hoje, grande parte do imaginário sobre o Brasil é construído com base nessa visão idílica da natureza, do qual o próprio hino pátrio é um bom exemplo. Essa ambiguidade de olhares traduz-se, como afirma Serrano (1993, p. 37), em uma relação do homem com a natureza marcada pela “(...) celebração puramente retórica de um lado, e uma realidade de devastação impiedosa de outro”, conduzida pela lógica da produção ilimitada e do desejo insaciável e inconsequente de lucro.

Essa história de exploração do território brasileiro, marcada pelos desígnios da colonialidade, da dependência externa e do enriquecimento rápido, geraram, desde o princípio do processo histórico de ocupação, preocupações por parte de alguns grupos da sociedade, que viam como arriscados os efeitos que as ideias de prosperidade econômica e desenvolvimento em voga podiam causar. Dessa forma, passaram a surgir, desde muito cedo, discursos sobre a proteção dos recursos naturais brasileiros. Como informa Roncaglio (2009, p. 122),

a inquietude com a destruição da natureza no Brasil, ao contrário do que às vezes se diz, não é recente. Vários estudos contemporâneos têm revelado que esse tema permeia o pensamento social e político brasileiro desde os tempos coloniais.

Se, por um lado, o mal-estar com este problema vem sendo expressado por intelectuais, cientistas e políticos há muito tempo, por outro, seu significado, bem como seus efeitos práticos na esfera institucional, passaram por diversas transformações ao longo do tempo. Em outras palavras, nem sempre o desejo de preservação foi movido por valores

ambientais, mas utilitaristas, o que fez com que as primeiras regulamentações sobre o uso dos recursos naturais, no século XVII,²⁹ fossem concebidas com este pensamento: controlar para melhor explorar. (SERRANO, 1993).

Posteriormente, as expedições de artistas, naturalistas e cientistas estrangeiros por diferentes partes do Brasil, organizadas por instituições científicas europeias e patrocinadas por monarquias deste continente, ajudaram a construir um novo olhar sobre a natureza, qual seja, o científico. A bem da verdade, este olhar, que realizava a catalogação e a divulgação de detalhes da rica diversidade biológica e geológica brasileira, ainda era conduzido, primordialmente, por interesses econômicos. Sua influência na formação e sistematização do pensamento nacional sobre a proteção da natureza, ao longo do século XIX, foi grande. Contudo, segundo Roncaglio (2009), os cientistas e políticos brasileiros envolvidos neste processo – com destaque para José Bonifácio, um dos expoentes do pensamento crítico ambiental brasileiro e da defesa das florestas nacionais, no início do século XIX (MEDEIROS, 2006), e Alberto Torres, crítico à condução do industrialismo moderno e à subordinação do Brasil ao modelo de desenvolvimento imposto pelos países ricos, no início do século XX (RONCAGLIO, 2009) – inseriram nele um fator novo relevante:

Ligados a instituições de caráter científico-cultural, como o Museu Nacional e o Jardim Botânico (no Rio de Janeiro, então capital federal) e o Museu Paulista (em São Paulo), eles incentivaram o avanço das pesquisas sobre a natureza no Brasil e desenvolveram certa visão patrimonial da natureza brasileira, ultrapassando em alguma medida os seus precedentes ao verem na natureza não só a utilidade econômica, mas também a fruição estética. (RONCAGLIO, 2009, p. 123).

Essa mudança contribuiu para que uma forma de valor paisagístico pudesse começar a ser incorporado às primeiras leis e entidades dedicadas à proteção da natureza no Brasil, durante a Primeira República³⁰ e, de forma mais incisiva, a partir da década de 1930 – o que seguia, na realidade, uma tendência mundial. Na França e na Suíça, por exemplo, parte da legislação que tratava sobre o tema, datada do século XIX, já trazia a concepção de se preservar certas áreas naturais por elas serem consideradas paisagens notáveis, de extraordinária beleza ou condição de exceção. Da mesma forma, nos EUA, a criação do Yellowstone (1872), o primeiro parque nacional do mundo, contribuiu para instituir um padrão que ressaltava os aspectos estéticos como importante argumento para a delimitação

²⁹ Um exemplo é o “Regimento do Pau-Brasil”, de 1605. (MEDEIROS, 2006).

³⁰ Neste período, destacam-se a pioneira criação do Parque Estadual de São Paulo, em 1896 (MEDEIROS, 2006), e a instituição do Serviço Florestal do Brasil, em 1921. (HENDGES, 2016).

desse tipo de área, sendo, até hoje, um modelo de proteção aplicado em várias partes do mundo. (SCIFONI; RIBEIRO, 2006).

Portanto, às vésperas da Revolução de 30, duas maneiras de se conceber a defesa da natureza coexistiam nos círculos político e intelectual brasileiros: a perspectiva pragmática, que dava especial atenção à forma de manejo dos recursos naturais, e a perspectiva cultural, que enfatizava, sobretudo, os fatores estéticos. Ambas encontraram espaço para reverberar no novo contexto político e social de transformações modernizadoras da Era Vargas e, assim, se fizeram presentes, em maior ou menor medida, nos estudos ligados à criação de áreas e categorias de proteção no decorrer das décadas de 1930 e 40, os quais resultaram nos Códigos de Minas, de Águas e de Florestas (1934), nos primeiros parques nacionais (1937 e 39)³¹, na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (1948) e, inclusive, no Decreto-Lei nº 25/37, que equiparou, para efeitos de tombamento, os bens históricos e artísticos aos monumentos naturais, sítios e paisagens de feição notável, criando o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. (MEDEIROS, 2006; PAES-LUCHIARI, 2007; XAVIER, 1987).

Antes de prosseguirmos nossa narrativa, é mister comentar dois aspectos sobre este assunto. O primeiro é quanto ao uso da noção de monumento natural, que foi antecessora e, em certa medida, fundadora, da ideia de patrimônio natural no Brasil. Segundo Scifoni (2006, p. 30), que analisa a utilização da categoria em diferentes países do mundo,

a partir de finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, o monumento ganhou um outro derivado, uma nova adjetivação para além do histórico. Surgiu assim o monumento natural, inserido dentro do universo das questões culturais. É nessa perspectiva que ele aparece nas primeiras legislações que tratavam do assunto.

Foi a Constituição Federal de 1937 que, pela primeira vez, incorporou a categoria no arcabouço jurídico brasileiro, registrando, em seu artigo 134, que “os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza” (BRASIL, 1937) passavam a ficar sob a proteção do Estado. Essa foi uma transformação que o legislador (no caso, o próprio Poder Executivo) aplicou ao conceito de “belezas naturais”, que aparecia no artigo 10, inciso III, da Carta Magna anterior (BRASIL,

³¹ Considera-se que o primeiro parque nacional brasileiro foi o Parque Nacional do Itatiaia, criado em 1937. Contudo, em 1911, por influência da publicação da obra “Mapa Florestal do Brasil”, de Luís Felipe Gonzaga de Campos, a Presidência da República editou decreto criando dois parques nacionais no estado do Acre. As medidas, no entanto, caíram no esquecimento e os parques nunca chegaram a ser implementados. (MEDEIROS, 2006).

1934). Atenta-se, todavia, que o significado do conceito foi mantido, isto é, a preservação dos monumentos naturais importava, assim como ocorria em relação aos monumentos históricos e artísticos, por causa de sua expressão estética, sua visibilidade, sua feição marcante e apreciável. Foi por causa desse tipo de valorização que, por um longo período, a proteção dos bens naturais no país esteve atrelada a uma condição de área intocada, conforme se percebe no Decreto Legislativo nº 3, de 12 fevereiro 1948, que referendou a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, de 1940:

Monumento Natural – As regiões, os objetos, ou as espécies vivas de animais ou plantas, de interêsse estético ou valor histórico ou científico, aos quais é dada proteção absoluta, como fim de conservar um objeto específico ou uma espécie determinada de flora ou fauna, declarando uma região, um objeto, ou uma espécie isolada, monumento natural inviolável, exceto para a realização de investigações científicas devidamente autorizadas, ou inspeções oficiais. (BRASIL, 1948 *apud* SCIFONI, 2006, p.33).

O segundo aspecto que cabe notar é que a maioria das iniciativas mencionadas ocorreu externamente ao Sphan, fato que teria um peso significativo na maneira como este órgão lidaria com o patrimônio natural até o final da década de 1960. Alguns autores apontam que, a despeito da preocupação com o tema da natureza ter estado presente desde sua criação, resultando no tombamento de alguns bens naturais nos seus primeiros anos de atuação³² e na produção de algum conhecimento sobre o tema,³³ a categoria foi, por muito tempo, negligenciada nas ações de preservação, pois era entendida como uma questão mais pertinente aos órgãos da esfera ambiental que aos da esfera patrimonial. Isso fez com que a proteção de áreas naturais não encontrasse forte eco dentro da instituição,³⁴ como demonstra Scifoni (2006) ao levantar o número de somente 16 bens dessa tipologia tombados entre os anos de 1938 e 1967.

A preterição do patrimônio natural refletiu-se, ainda, em uma espécie de hierarquização dos livros do tomo. Na medida em que os poucos processos de tombamento de bens naturais que passaram pela mesa do Conselho Consultivo, ao longo do século XX, traziam, quase sempre, o conceito de paisagem, o Livro do Tombo Paisagístico foi o que recebeu boa parte das inscrições desses bens. Todavia, isso somente se concretizava quando

³² Alguns exemplos são as Praias de Paquetá, o Jardim Botânico, a Ilha da Boa Viagem e o Jardim e Morro do Valongo.

³³ Leal (2016, p. 121) destaca a “publicação do artigo ‘A natureza e os monumentos culturais’, de Raimundo Lopes, do Museu Nacional, no primeiro número da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, em 1937”.

³⁴ De acordo com Scifoni (2006), na primeira década do Sphan foram tombados somente 7 bens naturais.

eles não alcançavam relevância suficiente para serem inscritos nos demais livros, como o de Belas Artes ou o Histórico. Dessa forma, entre 1938 e 1946, apenas 1,44% dos tombamentos foi registrado no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. (RIBEIRO, 2007).

A respeito dessas inscrições, Ribeiro (2007) aponta que o conceito de paisagem nesses processos de tombamento era usado, com frequência, no sentido de ambiência, panorama ou moldura de bens arquitetônicos. Isso demonstra a predominância do valor estético nas decisões do Conselho, o que resultou em um padrão de tombamento de bens paisagísticos, até os anos 1960, assim definido, em ordem de prevalência: jardins, conjuntos, monumentos ligados a aspectos da natureza que os circundavam e áreas cujo panorama fosse importante para a população no entorno. (RIBEIRO, 2007).

Padrão semelhante de valorização do critério estético-paisagístico é descrito por Scifoni (2006) em seu estudo sobre o patrimônio natural no Brasil. Segundo a autora, que trabalha com um recorte temporal mais amplo, abrangendo os anos de 1937 a 2005, o Iphan tombou 39 itens como bens naturais (em comparação aos 21 mil edifícios e 79 centros urbanos tombados no mesmo período), sendo 42% deles devido a aspectos geomorfológicos singulares³⁵ e 32% por comporem áreas verdes urbanas.

A baixa representatividade dos bens naturais no acervo patrimonial nacional, que perdura até a atualidade, pode ser constatada, também, no cenário internacional, já que menos de 23% dos patrimônios mundiais da Unesco são de bens classificados nessa categoria.³⁶ (UNESCO, 2018). Essa situação se deve, sobretudo, à tardia incorporação de áreas naturais às políticas de patrimônio cultural da entidade, medida que veio a ocorrer, de fato, somente após 1962, com a publicação, em Paris, do documento “Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios”. Segundo Scifoni (2006, p. 37),

esse documento, apesar de não usar explicitamente o termo patrimônio natural, pode ser considerado o precursor da questão, uma vez que ressaltou a proteção de paisagens e sítios como de interesse cultural e enfatizou a relação existente entre a degradação dessas áreas e o empobrecimento do patrimônio cultural.

³⁵ Além do Pico de Itabirito, podemos citar a Pedra da Gávea (RJ), a Serra do Curral (MG), o Pão de Açúcar (RJ), a Gruta do Lago Azul (MS), o Morro do Pai Inácio (BA), dentre outros.

³⁶ Consideramos, para este cálculo, tanto os bens inscritos como “Sítio Naturais” quanto os “Sítios Mistos”.

Os anos 1960 foram, portanto, um momento de mudanças nessa trajetória. Assistiu-se a um crescimento das preocupações em torno da preservação da natureza, fenômeno que ocorreu devido, principalmente, à tomada de consciência sobre as consequências da degradação ambiental empreendida nos últimos dois séculos, que passou a comprometer, em escalas nunca antes experimentadas, a qualidade de vida da população mundial. No campo do patrimônio, passou-se a discutir com maior profundidade a relação entre desenvolvimento e preservação, sendo um protocolo internacional representativo dessa tendência as Normas de Quito, de 1967, que propunham a valorização econômica dos bens culturais como a solução conciliatória entre essas duas formas de manifestação do interesse público, começando a se destacar, a partir de então, o turismo cultural. (LEAL, 2016). Foi nessa época, também, que o movimento ambientalista ganhou força e começaram a ganhar espaço ideias como a da imposição de limites para a produção e o consumo na economia global. (LEAL, 2016; RIBEIRO E ZANIRATO, 2008; RONCAGLIO, 2009).

Dez anos depois da Recomendação de Paris, a Conferência do Patrimônio Mundial da Unesco, de 1972, representou o momento definitivo desse processo de mudança no trato com o patrimônio natural em âmbito internacional. Admitindo os riscos oferecidos pela industrialização e pela urbanização do mundo moderno às áreas naturais do planeta, a Unesco instituiu oficialmente a possibilidade de sua proteção por meio da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, passando a registrar, nela, monumentos naturais, formações físicas com valor estético ou científico e lugares de beleza natural notável de várias partes do globo. Além disso, foi a partir dessa conferência que novos critérios norteadores, além do estético, passaram a ter mais peso na construção do patrimônio natural, como o científico, o ecológico e o social – entendido, este último, como relativo aos significados e importância referencial de um bem para determinado grupo de pessoas. Por consequência, o conteúdo do que se entendia por valor paisagístico também se expandiu: se antes indicava somente excepcionalidade e contemplação da beleza cênica, passou a abranger noções como afetividade e importância histórica, econômica, científica, biológica e memorial.

Inseridas nesse contexto mundial, as políticas de preservação do patrimônio no Brasil não seguiram rumos diferentes. A década de 1960 foi, também por aqui, um ponto de inversão na tradição de dedicar uma atenção muito modesta aos bens naturais. Como observa Leal (2016), passaram a ocorrer, de forma mais incisiva e sistematizada, debates específicos sobre a preservação destes bens no campo do patrimônio, na medida em que se via como necessária uma ação mais extensiva da Dphan neste sentido. Segundo a autora, foi, sobretudo, o

fortalecimento de uma política econômica desenvolvimentista, a partir da década anterior, que alimentou as preocupações desta ordem:

Discussões relevantes dos anos 1950 e que perpassaram os 1960 envolveram, principalmente, os sítios e bens arqueológicos, o patrimônio natural e os conjuntos urbanos, bens ainda não considerados nas ações mais tradicionais da DPHAN e que pareciam especialmente vulneráveis aos interesses econômicos e políticas desenvolvimentistas. (LEAL, 2016, p. 116).

Frente ao cenário de rápida industrialização e de crescimento acelerado das cidades brasileiras, os agentes estatais passaram a buscar “estratégias de compatibilização entre desenvolvimento e preservação” (LEAL, 2016, p. 101). Esse movimento levou a reflexões e debates sobre a efetividade do tombamento como instrumento capaz de resguardar da exploração econômica bens que estavam em perigo, mas que ainda não integravam o acervo consagrado do patrimônio protegido pelo Estado – como os bens naturais.

É interessante notar que essa mudança de pensamento dentro do órgão responsável pela preservação patrimonial encontrava respaldo social, com grupos organizados da sociedade civil se articulando em prol de ações pela preservação de áreas naturais no país. Um exemplo disso é a realização de um encontro de “amigos da natureza”, promovido pelo Arquivo Barão de Eschwege, em março de 1961, para “(...) cerrar fileiras em torno do majestoso Pico de Itabirito”, mostrando às autoridades pública o apelo popular pela sua proteção. (Iphan, 1960, anexo I, fl. 19).

O caso do Pico de Itabirito, segundo a análise feita por Leal (2016), foi um fator fundamental para que os anos 1960 e 70 se tornassem determinantes na trajetória de valorização progressiva do patrimônio natural. Como relata a autora, durante a II Mesa Redonda de Informação sobre Conservação da Natureza, realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 1967, o arquiteto Luís Saia apresentou o trabalho “O papel da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na proteção de sítios e paisagens”, no qual tratava de inúmeros aspectos relacionados ao tema em questão. As dúvidas e temores suscitados pelo rápido desenvolvimento do aparato tecnocientífico a serviço de atividades econômicas cada vez mais globalizadas, bem como seu potencial transformador do meio ambiente, foram um ponto de destaque na comunicação de Saia. Segundo Leal (2016, p. 121),

tal aceleração era entendida, por um lado, como ‘contribuição positiva favorável naquilo que diz respeito ao progresso material e à cultura’, mas também, por outro, como causadora de “desfalque” e “perdas irremediáveis” ao ‘patrimônio do Brasil’. Saia fez também referência explícita ao

cancelamento do tombamento do Pico do Itabirito (...), apresentando-o como exemplo negativo a ser prevenido.

Nota-se, portanto, que o destombamento do Pico, em 1967, meses antes da realização dessa Mesa Redonda, se configurou como um evento traumático, servindo como uma espécie de alerta para ações futuras da Dphan. A desagradável experiência de derrota do órgão na disputa simbólica com as mineradoras estimulou tombamentos de outros bens naturais, a partir do final da década de 1960, sobretudo de conjuntos paisagísticos vistos como excepcionais ou referenciais no lugar onde se inseriam. Isso fez com que a década seguinte se convertesse em auge do reconhecimento de patrimônios naturais no Brasil, com 11 bens tombados, segundo levantamento feito por Scifoni (2006). Dentro dessa lista, se encontram alguns morros testemunhos do Rio de Janeiro, ameaçados pela pressão do mercado imobiliário e protegidos por seu caráter de paisagem-monumento e por seu simbolismo para a população da cidade. (RIBEIRO, 2007; SCIFONI, 2006).

Na década de 1980, essa tendência se fortaleceu, ocorrendo diversas experiências estaduais de tombamento do patrimônio natural, com destaque para ações nos estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além de crescerem em número, os bens naturais protegidos passaram a ser objeto de um processo de reorientação das políticas patrimoniais, com a introdução de novos critérios e valores, culminando na consagração de uma concepção ampla de patrimônio natural na Constituição Federal de 1988. O tombamento desses bens, que tradicionalmente era feito com base na predominância do critério estético-paisagístico, passou a considerar, também, os valores afetivo e social, fundando a legitimidade do patrimônio natural em sua ligação às práticas da vida cotidiana e à relação dos grupos com os lugares. Segundo Scifoni (2006, p. 23), isso deve ser interpretado como “(...) resultado de uma demanda social pela memória coletiva, o que coloca a luta pelo patrimônio, antes de tudo, no plano da apropriação social do espaço geográfico”.

Tudo isso ajudou a consolidar a noção atual de patrimônio natural como “parte da memória humana” (SCIFONI, 2006, p. 16), isto é, um patrimônio atribuído de significados múltiplos, constituído como referência histórica e afetiva e inserido na memória social dos grupos. Não obstante, uma crítica contundente a essa definição vem sendo feita, qual seja, a manutenção da separação entre patrimônio cultural e natural, o que vai de encontro às concepções subjetivas da paisagem, surgidas também nos anos 1960, no âmbito da Geografia Cultural, conforme trabalhado no primeiro capítulo dessa dissertação. Atualmente, há quem considere a categoria paisagem cultural, adotada pela Unesco no início dos anos 1990 e

incorporada na legislação patrimonial brasileira em 2009, uma solução conciliadora para essa visão compartimentada.³⁷

Esta nova classificação contribuiu para ampliar o rol de tipologias de instrumentos de preservação da natureza disponíveis no arcabouço jurídico brasileiro, dos quais apenas uma parcela é oriunda do campo do patrimônio. Neste âmbito, o tombamento ainda é o procedimento mais utilizado, porém, para ser levado a cabo, exige uma série de qualificações específicas que envolvem, segundo Ab' Saber (1987, p. 11), não somente a explicitação de critérios norteadores, a produção de conhecimentos e a elaboração de estratégias e diretrizes de proteção, como também “uma correta avaliação da atmosfera administrativa e outros envolvimento políticos”. Sobre este aspecto político, especificamente, o autor defende que

a tomada de decisão para o tombamento é, antes de tudo, um ato de discernimento cultural, que procura atender a reclamação de muitas vozes e de muitas gerações. Como tal, é um ato de inteligência e de coragem coletiva. Trata-se de uma estratégia trans-ideológica, destinada a ter permanência e validade histórica. Em qualquer caso, a garantia de sua implantação dependerá do nível de tratamento dado ao objeto de preservação, reconhecido por toda uma geração de intelectuais, cientistas e líderes culturais. E por todos aqueles que opinaram na abordagem dos diferentes ângulos envolvidos nas querelas sobre o espaço a ser protegido por força de lei. (AB' SABER, 1987, p. 11).

A afirmação de Ab' Saber vai ao encontro da definição de Scifoni (2016, p. 24) sobre o patrimônio natural tombado, que seria o “resultado de um jogo de forças interno, definido a partir dos diversos atores institucionais envolvidos” e “produto das condições políticas nas quais o Estado se apresenta”. Por interferir na atuação dos agentes sobre o território, na medida em que impõe restrições e estimula usos econômicos compatíveis com a preservação, desconstruindo, muitas vezes, discursos que colocam certas perspectivas econômicas como naturais ou inevitáveis, o tombamento, quando aplicado sobre paisagens, é muito mais que o reconhecimento dos “lugares vividos como guardiões da memória de seus habitantes” (ECKERT, 2008, p. 12) ou que a preservação das formas mentais com que a natureza se apresenta à percepção (CAUQUELIN, 2003). Ele é um dispositivo diretamente envolvido nos conflitos da paisagem, uma “arma simbólica” que pode servir para fazer prevalecer determinados interesses sobre ela, em detrimento de outros. Nesta condição, o tombamento pode atingir seus objetivos, mas também pode ser “desarmado” por outros dispositivos igualmente envolvidos no processo de construção discursiva do patrimônio.

³⁷ Para mais informações a respeito dessa categoria de proteção, ver Ribeiro (2007).

É segundo essa perspectiva que procuramos entender a decisão do Conselho Consultivo de tomar o Pico de Itabirito: uma estratégia adotada por atores específicos, dentre outras possíveis, dentro de um jogo de forças que opunha interesses divergentes sobre a paisagem itabiricense. Seu sucesso ou sua derrota dependiam, em grande medida, das condições colocadas pelo contexto – que era, no tocante ao patrimônio natural, de transformação de modelos mentais. As concepções sobre a paisagem como um lugar não somente de excepcionalidade e beleza, mas também de reconhecimento social, relacionado às práticas cotidianas, à memória coletiva e à busca da qualidade de vida ainda estavam em fase de consolidação, e o caso do Pico seria determinante na própria conformação desta forma de pensar. Além disso, outros discursos, em outros campos, também estavam em voga, atuando como condicionantes do processo e servindo de “arma simbólica” para os interessados de outros lados do *front* de batalha neste complexo conflito ocorrido em torno da paisagem itabiricense.

3.3 A impugnação do tombamento, o discurso do desenvolvimento e a “vocação mineral”

Poucos dias após o recebimento da notifica o de tombamento do Pico de Itabirito por parte da Dphan, a Icominas, empresa arrendatária da lavra na Mina do Pico, apresentou ao  rgo um recurso de impugna o da medida, conforme previsto no artigo 9  do Decreto-Lei n  25, de 1937. (Iphan, 1960, anexo I, fls. 28-38). No documento, a empresa apresentou uma série de razões pelas quais acreditava que o tombamento não deveria ser implementado, apoiando seus argumentos em relatórios técnicos e pareceres jurídicos com o objetivo de validar seu posicionamento e, sobretudo, colocar em xeque a “fala legítima” dos intelectuais da Dphan. Cabe notar que, da mesma forma como o patrimônio   construído discursivamente (GONÇALVES, 2012), ele também pode ser desconstruído pela mesma via, sendo o acervo patrimonial da na o, portanto, o resultado de disputas em que os vencedores são aqueles capazes de formular retóricas discursivas com maior capacidade de convencimento dos agentes envolvidos no processo de constru o do patrimônio. De acordo com essa interpreta o, cabe aos insatisfeitos com as decisões do  rgo encontrar meios de questionar a posi o dominante de seu discurso, interferindo na rela o entre saber e poder que o legitima como critério de verdade na defini o do que deve compor o patrimônio da na o. (CHUVA, 2009).

Sendo assim, João Sérgio Marinho Nunes, procurador da empresa responsável pela impugnação, escreveu que o tombamento havia ocorrido por supostos motivos históricos e estéticos, mas também econômicos, isto é, o Pico havia sido tombado porque considerou-se que os proventos obtidos com a mineração no entorno do monumento compensariam a proteção, que a exploração do Pico seria muito onerosa, que a maior parte da reserva ferrífera estaria nos blocos rolados e que a lavra destes blocos poderia ocorrer sem prejudicar a estabilidade da montanha. Para Nunes, as razões de ordem histórica e estética enunciadas pela Dphan haviam se sobressaído somente porque os membros do Conselho tinham sido convencidos de que essas afirmações eram verdadeiras e, portanto, se não havia prejuízo considerável, o tombamento poderia se impor.

Partindo dessa consideração inicial, a lógica discursiva do recurso da Icominas se estruturou da seguinte maneira: o autor procurou negar a existência de valores históricos e paisagísticos relacionados ao Pico de Itabirito, afirmando que eles seriam “tênuos e controversos”; tentou demonstrar que os fundamentos econômicos apresentados pela Dphan estavam equivocados, pois trariam grande prejuízo à empresa e, também, ao país; por fim, procurou acrescentar um motivo de ordem jurídica, defendendo que seria ilegal o tombamento de mina manifestada ou cuja lavra tivesse sido concedida pelo Presidente da República.

Quanto aos valores que levaram ao tombamento, é possível perceber uma tentativa de questionar o próprio mérito da medida. Para tanto, Nunes tentou mostrar que ela havia ocorrido no campo da subjetividade, sem a possibilidade de argumentação objetiva para o caso – o que poderia ser comprovado pelo fato do voto do relator ter sido diferente da decisão final do Conselho, revelando as discordâncias internas no órgão. Além disso, fez uma extensa argumentação a respeito da beleza do Pico, a qual, apesar de incontestável e de seguramente ter sido reparada pelos bandeirantes, não era suficiente para justificar medida tão drástica quanto o tombamento, já que não bastava “a menção a uma montanha, por homens do passado, para transformá-la num marco histórico”. Se o prazer estético era tão importante quanto defendiam os conselheiros, Nunes sugeria que se tombasse toda a serra, por ela ser inteira bela, dizendo, com certa ironia, que somente assim “(...) se protegeria a natureza contra o homem que a enfeia, deforma, destrói e corrompe”. (Iphan, 1960, anexo I, fl. 31).

Para o procurador da Icominas, havia, além de certo exagero na valorização da beleza paisagística, um forte apego à importância histórica que seria, por sua vez, infundada, pois apesar de ter sido visto pelos bandeirantes, não havia sequer um acontecimento da história pátria ligado ao Pico – diferentemente de outros acidentes geográficos, como o Pico do

Itacolomi. Assim, sob sua perspectiva, tratava-se de associação histórica “remota e poeticamente imaginosa”. O autor concluiu seu argumento afirmando que a Dphan não tombara uma paisagem bonita, tampouco um local histórico, mas um fenômeno geológico e, assim sendo, criticava que a comemoração proposta para este fato da natureza fosse “(...) imobilizar a riqueza, proibir que frutifique, penalizar os que procuram, através do seu aproveitamento, abrir novos caminhos no sentido do progresso”. (Iphan, 1960, anexo I, fl. 31).

É justamente sobre este aspecto que o autor do recurso de impugnação se ateu ao tratar dos motivos econômicos envolvidos no tombamento. Aqui, a estratégia usada foi colocar sob suspeita a capacidade técnica da Dphan, como era comum em outros casos de contestação aos atos do órgão. (CHUVA, 2009). Assim, ele acusou o Conselho de desconhecer as implicações econômicas, a despeito do parecer técnico que mandara emitir, já que o geólogo Othon Leonardos, responsável pelo documento apresentado aos conselheiros, não possui conhecimento amplo dos trabalhos de prospecção nas jazidas, dos planos de exploração da empresa, das quantidades de minério disponíveis e de todos os estudos feitos a respeito.

Em contrapartida ao desmerecimento do parecer de Leonardos, Nunes mencionou o relatório produzido pelo professor Iphigênio Soares Coelho (Iphan, 1960, anexo I, fls. 39-48), em 7 de julho de 1961, a pedido da Icominas, o qual demonstrava, baseado em estudos que vinham sendo feito há cerca de 1 ano e meio, o enorme prejuízo que o tombamento do Pico acarretaria. Segundo Coelho, ocorreria diminuição da qualidade da composição química do minério obtido, com conseqüente desvalorização do produto no mercado; perda de mais da metade das reservas necessárias à exploração em larga escala; míngua da relação custo-benefício dos trabalhos devido à redução do espaço disponível para exploração. Levando esses dados em consideração, a medida tomada pela Dphan, mediante decisão do Conselho, significaria o abandono de um projeto grandioso, já em execução, que abarcava instalações, ferrovia e porto, e traria mais de 20 milhões de dólares de receita bruta por mais de 2 milhões e 400 mil toneladas de minério exportadas.

O procurador, embasado neste relatório técnico, reconheceu que a mineradora não perderia tudo, pois continuaria tendo lucros com a exploração do entorno, como vinha fazendo até então. Contudo, deixaria de colocar em prática um enorme projeto para o qual se preparava técnica e financeiramente, perdendo, assim, a possibilidade de executá-lo e “contribuir para a solução de um problema nacional” – referindo-se, provavelmente, ao déficit

na balança comercial do Estado brasileiro e ao papel da mineração para saná-lo.³⁸ Segundo Nunes, a Mina do Pico era uma das mais bem estudadas do país e a Icominas, por sua vez, a empresa mais bem aparelhada para levar adiante o desafio colocado pelo governo brasileiro de fazer com que o minério de ferro contribuísse para superar as dificuldades econômicas de milhões de brasileiros. Por isso, o autor da impugnação afirmava, em tom assertivo, que o interesse público estava em jogo na questão, e era em nome dele que se exigia a exploração intensiva do Pico de Itabirito – atividade que, segundo o discurso da empresa, extrapolava os limites de um mero programa governamental benéfico para as finanças brasileiras, pois ao impulsionar um surto produtivo, tiraria o país de um suposto colonialismo cultural, consequência de um colonialismo econômico contra o qual ainda lutávamos.

Antes de passarmos aos argumentos jurídicos usados no recurso de impugnação da Icominas, é importante comentar dois aspectos sobre o discurso construído até então. O primeiro ponto que nos chama atenção se refere à forma como foi tratada a capacidade técnica dos agentes envolvidos no caso, tanto no que diz respeito ao campo do patrimônio, quanto ao campo da mineração. Percebe-se, pelo discurso do procurador da Icominas – e por outros documentos que compõem o processo de tombamento –, a intenção de resistir e, até mesmo, de desconstruir a autonomia do campo do patrimônio (RADUN, 2016) bem como o discurso de poder que dele emana, por meio da desautorização da fala dos funcionários da Dphan, dos membros do Conselho e de pessoas externas chamadas a opinar ou emitir pareceres em nome do órgão. Essa estratégia discursiva, contudo, não era aplicada somente a temas que não pertenciam ao campo, como a mineração, mas também aos temas concernentes ao patrimônio (história, arte, paisagem, cultura, etc). Esses ataques à capacidade técnica do aparato Dphan/Conselho nos revela não somente um comportamento arrogante por parte dos impugnantes, como também a fragilidade que este aparato, apesar de uma longa história de

³⁸ No recurso, Nunes fez a citação direta de um trecho da mensagem presidencial proferida por Jânio Quadros na abertura da Sessão Legislativa de 1961, na qual a mineração foi defendida pelo chefe da Nação como uma atividade importante para o desenvolvimento do país, pois possibilitaria a diversificação da pauta de exportações e o aumento da receita cambial. Na fala aos congressistas, ele defendeu a efetiva utilização das jazidas brasileiras, que não deveriam ficar imobilizadas, pois representavam solução rápida e rentável para o povo. Curiosamente, o trecho citado no recurso termina com uma ressalva do Presidente: a participação de mineradoras estrangeiras que não atendessem aos interesses nacionais deveria ser recusada. Neste ponto, o recurso da Icominas acabou deixando “um ponto sem nó”, pois apesar de ser uma empresa brasileira, era controlada pela *holding* Caemi, do megaempresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, em associação ao grupo Hanna, empresa norte-americana contra a qual se voltavam, nesta época, fortes acusações de irregularidades em contratos de concessão de lavras no país.

autoafirmação e legitimação junto à sociedade brasileira, ainda possuía frente a interesses econômicos e políticos poderosos. (CHUVA, 2009).

O segundo aspecto que é premente comentar se refere à ideia de que a exploração do Pico atenderia ao interesse público, por vezes mencionado como “interesses nacionais”. Em quase todos os casos de impugnação a processos de tombamento no órgão federal de proteção, essa noção foi mobilizada (RADUN, 2016) para justificar e disfarçar o que, na realidade, correspondia à defesa de interesses privados. Por meio dessa estratégia, os agentes impugnantes ou apoiadores da contestação exploravam a generalização conceitual que o termo “interesse público” admite e, assim, procuravam criar uma identificação entre seus interesses e os da nação. Isso fica evidente no caso analisado quando Nunes menciona a “antieconomicidade” da medida, através da qual “perderia a empresa e perderia, também, o Brasil”. Sobre este assunto, que será melhor explorado no capítulo seguinte dessa dissertação, vale citar a contundente crítica de José Lutzenberger, feita durante a Mesa Redonda “Patrimônio Natural”, promovida pela Fundação Nacional Pró-Memória, em dezembro de 1986:

(...) quando o tecnocrata diz que uma coisa não é econômica, ele sempre confunde a economia da sua empresa com a economia da nação. (...) Predominam tipos de esquemas de produção que são bons para aqueles que detêm aqueles métodos, mas que são ruins para a sociedade que os subvenciona indireta ou diretamente. (REVISTA, 1987, p. 222).

Além das linhas argumentativas já mencionadas – valores históricos e paisagísticos e motivação econômica –, o recurso de impugnação da Icominas também abordou questões jurídicas que impediriam o tombamento, as quais foram reforçadas e complementadas, posteriormente, pelo jurista Carlos Medeiros Silva, em parecer emitido, a pedido da empresa, em 22 de agosto de 1961.³⁹ De forma geral, o que os impugnantes alegavam era a impossibilidade de se relativizar o direito constitucional de lavra concedido mediante autorização presidencial, o vício decorrente de se sobrepor um ato da Dphan ao do Presidente da República e, por fim, o dever de desapropriação e indenização ao proprietário por parte do Estado quando este impedia o aproveitamento econômico de uma propriedade, por meio do tombamento – ato que, no caso, era interpretado como “confisco”. Sendo assim, afirmavam que a medida era “inconstitucional, ilegal e subversiva da hierarquia administrativa”, podendo levar a mineradora à ruína, já que tornava “(...) inapropriável uma riqueza que só é riqueza

³⁹ A batalha jurídica em torno do tombamento do Pico será melhor abordada no capítulo seguinte.

quando se mobiliza, quando se altera a condição em que se encontra, quando se extrai do solo, e, pois, se consome” e questionavam: “Como pretender tal conservação que repugna a própria natureza de ser da propriedade que se visa proteger?” É importante notar como esse discurso reduzia o acidente geográfico fundamental da geografia afetiva dos itabiritenses, seu “ponto tradicional de refúgio e de libertação panorâmica do olhar” (WISNIK, 2018, p. 165) a mero estoque mineral, “massa de ferro imobilizada” (WISNIK, 2018, p. 133) desprovida de qualquer outro significado que não a utilidade à predadora indústria da mineração.

A bem da verdade, o valor que subjazia todos os motivos alegados pela empresa na sua tentativa de impedir o tombamento do Pico era a defesa da propriedade privada. Isso não era, contudo, uma excepcionalidade do processo em questão, pois como afirma Chuva (2009, p. 233),

os casos de impugnação a tombamentos feita por particulares, analisados pelo Conselho Consultivo, reportaram-se, todos eles, a uma única argumentação – o direito de propriedade. Os proprietários consideram o tombamento um ônus altíssimo sobre suas propriedades, podendo causar-lhes sérios prejuízos econômicos.

Foi justamente em torno deste elemento que se elaborou boa parte da argumentação presente no recurso de impugnação ao tombamento apresentado à Dphan pela Companhia de Mineração Novalimense, a concessionária do direito de lavra na Mina do Pico. (Iphan, 1960, anexo I, fls. 49-55). Alberto Torres Filho, o diretor-presidente da empresa, que assinou o documento, procurou demonstrar toda a sequência de leis e atos legais que teriam levado a companhia que dirigia a ser legítima proprietária – e não mera concessionária – da mina, desde a manifestação da jazida pela St. John até a averbação da mina no Livro de Registro de Minas e Jazidas, ocorrida em 1938, em favor da Novalimense, a partir do que determinava o Código de Minas de 1934. Assim, segundo ele, por não se encaixar no regime de concessões estabelecido pela Constituição de 1934, a mina era propriedade da empresa e, conseqüentemente, a proibição de explorá-la, por meio do tombamento, feria o direito de propriedade. Por conta disso, Torres Filho requisitava, no recurso, o uso do instrumento da desapropriação mediante indenização⁴⁰, caso se pretendesse levar o tombamento a frente.

Além das alegações jurídicas, que envolviam questões complexas relacionadas ao histórico do aparato legal que regulava a mineração no país, o autor do recurso de impugnação da Novalimense também adentrou a seara dos motivos que levaram ao

⁴⁰ Este instrumento foi criado pelo Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

tombamento, dizendo que eles eram “controversos e puramente opinativos” e lembrando, assim como fez o procurador da Icominas, o voto contrário do relator no Conselho, que demonstrava o quão fluido era o conceito de valor paisagístico atribuído ao Pico. Segundo ele, o Conselho, ao tomar sua decisão, teria colocado a “apreciação puramente estética do problema” acima de suas consequências práticas, entendidas como o sacrifício de uma enorme riqueza “ao deleite estético de alguns visitantes”.

Nos chama atenção que a estratégia discursiva de Torres Filho, no documento, não se limitou a tecer ataques ao ato da Dphan, mas se preocupou, também, em criar um diálogo com o discurso do órgão. Fez isso ao defender que a “Era da Siderurgia”, mencionada por Miran Latif no pedido de tombamento, não deveria ter como marco um monumento natural nas serras mineiras, mas sim a utilização plena dos recursos minerais, a industrialização e o aumento do bem-estar social no estado. Quanto a isso, vale a transcrição de um trecho do recurso de impugnação que ilustra bem o pensamento da mineradora – e de boa parte da sociedade e de representantes dela no Estado – sobre a relação entre a proteção do patrimônio nacional e as exigências que o crescimento econômico impunha ao país:

À míngua de marcos expressivos da nossa cultura ainda em formação, é compreensível o nosso apego às evidências da beleza natural que nos cerca, mas elas são tantas e tão diversas – que bem poderemos *sacrificar algumas aos reclamos do progresso*. É compreensível nossa aversão a essa atitude pragmática de todo contrária à tradição de nossa gente, mas *precisamos vencê-la a todo custo se quisermos realmente romper os grilhões do subdesenvolvimento nessa arrancada que apenas iniciamos*. (Iphan, 1960, anexo I, fl. 54, grifos da autora).

Pensamento semelhante pode ser percebido, também, no relatório produzido pela comissão técnica nomeada pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em julho de 1961, para emitir parecer sobre o assunto do Pico. Segundo o político, apesar de ter enviado, no mês anterior, um radiograma solicitando à Dphan providências para a proteção do monumento, ele julgara por bem se informar melhor sobre a matéria após ter ouvido ponderações por parte da Icominas a respeito do caso. Em ofício dirigido a Rodrigo M. F. Andrade (Iphan, 1960, anexo I, fls. 56-57), o governador reiterou a importância do Pico, mas reconheceu a complexidade do assunto, sobretudo em face do momento vivido, que era de busca por progresso em Minas Gerais, “particularmente através da inversão de capitais privados na criação de novas riquezas econômicas”. Jamais teremos conhecimentos de todas as artimanhas políticas que se sucederam ao longo deste complicado processo do Pico, mas não deixa de ser intrigante que, após essa comunicação com a empresa, a proteção da

montanha, que antes era vista com preocupação por Magalhães Pinto, passou a ser tratada como um assunto “repleto de pontos controvertidos” que demandava cuidado no sentido de se preservarem os interesses econômicos e sociais nele envolvidos.

O referido relatório (Iphan, 1960, anexo I, fls. 58-63) foi elaborado por Alberto Teixeira da Silva, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e José Alves, funcionário do DNPM, de acordo com a “perspectiva da Geologia Aplicada, segundo a qual a importância das formações geológicas se mede em função do conteúdo de minerais úteis essenciais à manutenção da estrutura econômica da sociedade”. Assim como no parecer de Iphigênio Coelho, aqui as motivações históricas e paisagísticas do tombamento também foram questionadas, de forma que a importância do Pico, sob o ponto de vista dos técnicos, ficou atrelada unicamente ao seu valor geológico e, conseqüentemente, econômico, colocando o olhar utilitarista sobre a paisagem como superior aos demais:

Para o geólogo, cuja função é conhecer a estrutura da crosta para poder nela encontrar aquilo de que a civilização necessita, indispensavelmente, para sua existência, não há como deixar de ver no Pico de Itabirito uma parte de uma lente de hematita, embora nele coexista ainda um aspecto fisiográfico que se pretende sobrepor ao econômico, como se o acessório pudesse sobrepor-se ao principal e essencial, o objetivo ao subjetivo. (Iphan, 1960, anexo I, fl. 61).

Sendo assim, apresentaram uma minuciosa descrição da composição quantitativa e qualitativa do minério encontrado no Quadrilátero Ferrífero, indicando o valor de 30 bilhões de toneladas, das quais metade compunha-se de hematita, logo, de acordo com os cálculos feitos, o Pico representaria 7,5% do melhor minério desse “patrimônio mineiro-econômico”. Essa estranha apropriação vocabular do campo patrimonial foi uma das formas utilizadas por Silva e Alves para criar, no relatório, um diálogo com o discurso da Dphan. Além dela, os autores fizeram uma comparação da situação do Pico de Itabirito com outros monumentos naturais como estratégia para legitimar a sua posição de fala. Ao mencionarem o Pico do Cauê, por exemplo, procuraram mostrar que não estavam sendo levianos em seu posicionamento, pois eram conscientes de que as conseqüências do “sacrifício cultural” em nome do progresso valeriam a pena:

O Pico do Cauê foi para Itabira o que é o Pão de Açúcar para o Rio de Janeiro: um símbolo. Tinha história, tinha celebridade; o seu nome é de curso universal na literatura geológica, como o símbolo da riqueza ferrífera. No entanto está sendo abatido: das suas entranhas já foram extraídas 15 milhões de toneladas de minério, transformadas de perfil geográfico em riquezas de toda ordem; em cerca de 200 milhões de dólares para a receita de diversas fontes para a Nação; em salários para milhares de operários,

engenheiros, médicos, advogados, administradores, funcionários, etc; em impostos federais, estaduais e municipais; na ativação de uma velha cidade morta e sonhadora – em urbs ativa e próspera; na razão de ser de uma das mais importantes vias férreas do país, padrão de técnica e eficiência, que ser a uma das mais prósperas regiões economo-geográficas do Estado e do País; na ativação do porto de Vitória; na criação de condições para a implantação de usinas siderúrgicas. E pergunte-se a qualquer bom itabirano se preferiria ter o que hoje tem ou o Cauê antigo, altaneiro e soberbo, a traçar o perfil sonhador do horizonte da sua velha cidade. (Iphan, 1960, anexo I, fl. 61).

Já na menção ao Pico do Itacolomi – “que é feito de quartzito, pedra que só vale para construção e dela há quatrilhões de toneladas na região” – observa-se uma intenção de demonstrar que sua opinião não derivava de insensibilidade ou desconhecimento em relação à causa do patrimônio. Pelo contrário, ponderavam a respeito do assunto e, ainda assim, se mantinham firmes defensores da exploração mineral no Pico como atividade natural e incontestável:

Que o tombe o patrimônio histórico, apesar de seu nulo valor econômico, mas pelo seu imenso, incalculável valor como monumento natural, paisagístico, romântico e turístico. Mas deixe o Patrimônio Histórico os picos de minério a cargo do Departamento Nacional de Produção Mineral que tem sabido tratar deles muito bem, de acordo com os interesses nacionais, com o apoio das nossas leis e a contento do povo brasileiro. (Iphan, 1960, anexo I, fl. 62).

Os recursos de impugnação oferecidos pelas mineradoras contra o ato de tombamento do Pico de Itabirito, em meados de 1961, e o relatório da comissão técnica nomeada pelo governador Magalhães Pinto nos revelam o peso que os discursos do desenvolvimento e da mineração como uma peça-chave para o progresso econômico do país, sobretudo do estado de Minas Gerais, tinham no período. De fato, foi após a Segunda Guerra Mundial que os debates internacionais sobre desenvolvimento econômico se acirraram, surgindo, com eles, a percepção de que o mundo estaria dividido entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. (OLIVEIRA, 2002; LISBOA, 2014). Segundo Lisboa (2014, p. 57),

o *subdesenvolvimento* se definia, então, como um conjunto de características faltantes aos países surgidos com o fim do mundo colonial. É um conceito relativo, comparativo e, claramente, eurocentrado, que aponta a ausência de industrialização, urbanização, mão de obra qualificada, tecnologias de ponta e a presença de um mundo predominantemente rural, do analfabetismo e da miséria como suas características mais marcantes.

A partir dessa visão, foi se consolidando, na segunda metade do século XX, a ideia de que o crescimento via industrialização seria sinônimo de desenvolvimento – e não somente uma das condições para alcançá-lo. A bem da verdade, desde os anos 1930 já se discutia, nos meios político e intelectual latino-americanos, a expansão do setor industrial como motor do

desenvolvimento, ou seja, como uma forma de entrada dos países periféricos no centro do capitalismo mundial. (SAES, 2008). Foi na década de 1950, contudo, que esse imaginário se fortaleceu, tornando-se o “ideário dominante no espírito da época” (WISNIK, 2018, p. 126) e contribuindo para alavancar planos estatais de industrialização intensiva. Sobre essa política, chamada “desenvolvimentista”, Oliveira (2002, p. 44) explica:

Na América Latina e no Brasil, durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, as políticas de desenvolvimento enfatizavam a necessidade de promover o crescimento do produto e da renda por meio da acumulação de capital e da industrialização baseada na estratégia de substituição de importações. Essa estratégia visava produzir internamente o que antes era importado. (...). Esse foi o caminho escolhido para se tentar romper os laços de dependência que os países periféricos (subdesenvolvidos ou em desenvolvimento) mantinham, e ainda mantêm, com os países centrais (desenvolvidos).

Apesar das intenções, fato é que esses laços não poderiam ser rompidos facilmente, principalmente porque tais planos foram promovidos, em grande medida, com o apoio de países centrais, notadamente os EUA, que tinham interesse no fortalecimento de certas indústrias básicas nas nações subdesenvolvidas, como forma de garantir o abastecimento de sua produção interna e, logicamente, o funcionamento de suas economias. Entre tais indústrias, tinha destaque a mineração, destinada a alimentar os fornos siderúrgicos do mercado mundial do aço durante a Guerra Fria. A despeito de terem ocorrido melhorias na economia neste processo, a dependência dos países subdesenvolvidos se manteve, perpetuando sua condição de exportadores de *commodities*. Além disso, não houve qualquer modificação substancial na qualidade de vida da sociedade, ou seja, o crescimento não trouxe desenvolvimento humano e social.

Percebe-se que o conceito de desenvolvimento em voga nesse período – e que fica evidente nas fontes analisadas deste trabalho – era definido pela ideia “de que o bom é quando se tem mais, não importando a qualidade desse acréscimo”, tampouco seus efeitos sobre outras dimensões da vida das pessoas, sendo consideradas desenvolvidas, portanto, “as sociedades capazes de produzir continuamente”. (CASTORIADIS, 1987 *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 41). Essa definição, todavia, parece não ter sido superada pelo processo histórico: ainda hoje ela integra discursos e práticas que sobrepõem as exigências dos números e cifras do mercado à escala humana de relação com o meio, gerando conflitos socioambientais e, por vezes, desastres em várias partes do globo.

Isso só é possível, em parte, porque desenvolvimento é um conceito com significado vago e impreciso, o que o torna uma “poderosa ideologia” a serviço, quase sempre, de

interesses econômicos privados que não se preocupam com os efeitos negativos do processo de acumulação capitalista ilimitada. Enquanto discurso forte e agregador, o desenvolvimento captura os direcionamentos das políticas públicas em diversos setores,

(...) fundamentando decisões governamentais que violam o direito de grupos sociais e indivíduos a manterem seus modos de vida ao mesmo tempo que justifica a busca de uma solução negociada em nome de um suposto bem maior. (VALENCIO; ZHOURI, 2014, p. 15).

Este bem que paira acima de todos é o progresso, noção baseada em um imaginário que consagra a evolução técnica da humanidade como “fundamento de um progresso social”. (LISBOA, 2014, p. 72), cuja sustentação se encontra, essencialmente, no seu sentido oposto, ou seja, no declínio como ameaça aos povos que não progredirem. (SANCHES, 2012). Segundo Dupas (2007, p. 73), o progresso figura como um “(...) discurso dominante das elites globais, [e] traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais”.

A definição de Dupas dialoga com a teoria do “mito do desenvolvimento”, proposta, em 1974, pelo economista brasileiro Celso Furtado, para explicar o fenômeno do subdesenvolvimento, diante do que enxergava como impossibilidade do crescimento econômico sem limites. Segundo ele,

a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (...). Como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p.75-76).

Antes da publicação da obra em que expressou essas ideias, Furtado influenciou ativamente os rumos da economia do país, sendo um dos principais idealizadores do desenvolvimentismo brasileiro. Essa linha de pensamento econômico caracterizou-se, em linhas gerais, pela defesa da industrialização como via de superação do desenvolvimento, a ser dirigida e implementada pelo Estado a partir de um planejamento organizado por setores econômicos. O desenvolvimentismo teve ciclos, sendo o primeiro deles compreendido entre os anos de 1930 e 1964, e o segundo de 1964 a 1980. (BIELSCHWOSKY, 2011). Suas origens, portanto, encontram-se no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45), quando o

Estado passou a interferir fortemente na economia, com claras tendências nacionalistas em muitos setores, a exemplo do mineral, conforme comentado no tópico anterior. Seu auge, contudo, ocorreu durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-60), que acreditava, diferentemente de Vargas, na incorporação do capital estrangeiro como engrenagem fundamental do processo de desenvolvimento no país. Essa divergência está na raiz da divisão do desenvolvimentismo brasileiro em duas correntes principais: uma nacionalista e outra liberal (no sentido de advogar pela participação do capital estrangeiro), que se alternavam como perspectiva de condução das políticas econômicas, de acordo com a sucessão de presidentes no poder, acirrando os embates entre os dois grupos tanto no Congresso quanto na mobilização da opinião pública. (SAES, 2008).

Esse “movimento pendular entre nacionalismo e liberalismo” (IANNI, 1977, p. 308 *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 3-4), foi, de fato, a marca do debate político brasileiro até a década de 1970, exercendo grande influência sobre a questão mineral-siderúrgica no país, cuja expressão maior eram as controvérsias a respeito do acesso de empresas estrangeiras às jazidas do país, em particular, do Quadrilátero Ferrífero. Em artigo publicado no jornal *Correio da Manhã*, em 5 de dezembro de 1958, o itabiritense Olímpio Augusto da Silva (1996, p. 42) expressou bem os temores que estavam em jogo nessa querela:

O professor Silvio Barbosa da Escola de Engenharia, ex-secretário da Viação e organizador da Usiminas em sua primeira fase, está preocupado com a incursão dos grandes grupos internacionais importadores de minério em Minas Gerais. Diz o secretário que há mais de 30 anos escreveu um artigo profético sobre a questão, prevendo o que acontece agora. A legislação não protege Minas Gerais de tal forma que, dentro de alguns anos, pontos tradicionais da fisionomia mineira não mais existirão, como o Pico de Itabirito e da Jangada (hematita compacta); pois a Hanna os terá enviado para os fornos da Pensilvânia. Ficarão as crateras como sinal da passagem dos grupos internacionais por Minas Gerais.

Essa conjuntura política foi um fator com grande influência no conflito em torno do tombamento do Pico de Itabirito, pois criou uma espécie de “terceira via”, formada pela oposição nacionalista, que defendia a medida da Dphan mais por ela retirar das mãos da companhia Hanna a exploração da jazida do Pico que por assegurar a proteção de um monumento natural que se queria preservado. Nesse discurso, a ideia do desenvolvimento também ocupava um papel central, contudo, era apropriada com um sentido específico, que ia ao encontro das pretensões nacionalizantes desse grupo para o setor mineral.

De fato, a mineração foi um terreno no qual o discurso do desenvolvimento encontrou, especialmente nos anos 1960, campo fértil para reverberar e produzir frutos, os quais

perduram até hoje. É inegável que, atualmente, existe uma consciência coletiva mais clara e difundida de que o sistema de exploração/exportação mineral não traz, por si só, desenvolvimento social verdadeiro ao país, uma vez que, como explica Coelho (2012, p. 143), “(...) seu funcionamento é rentista, direcionado para a satisfação do mercado externo e de seus acionistas, além do que a compensação para o município (...) é irrisória se comparada aos gigantescos lucros das mineradoras”. Apesar de gerar alguns empregos e divisas, a atividade tem implicações em outros campos além do econômico,⁴¹ e os problemas por ela gerados frequentemente “(...) são naturalizados por uma dicotomia da dependência onde entram em comparação ônus versus bônus” (COELHO, 2012, p. 140), ou seja, os enormes prejuízos dela decorrentes são apresentados como suportáveis diante das pequenas contrapartidas oferecidas pelas mineradoras. Em uma crítica incisiva sobre a lógica de funcionamento da mineração, Wisnik (2018, p. 157) faz a seguinte interpretação:

A indústria mineradora tornou-se o protótipo de uma lógica geoeconômica do saque, não exclusivamente mineral, que opera sobre o planeta fazendo-o o objeto paradoxal e final de uma operação incessante de consumição e descarte.

Em Minas Gerais, especificamente, a atividade mineradora, realizada desde tempos coloniais e expandida de forma indiscriminada no século XX, constitui, hoje, o setor que, ao lado da siderurgia, mais contribui para a economia do estado.⁴² Na realidade, o que se observa, em uma perspectiva histórica, é a construção de um quadro de dependência econômica da mineração, que se traduz por um desenvolvimento limitado e impedor da realização de projetos alternativos para a região. Esse fato já era notado, no século XIX, por estrangeiros que visitavam Minas Gerais, a exemplo do alemão Roch Schüch, que registrou, em 1840, a situação de abandono da agricultura – atividade que, caso recebesse atenção, poderia se tornar uma alternativa viável para a economia mineira:

Na ocasião da nomeação à Presidência de Minas do falecido Visconde de Caeté, fui perguntado por ele: *por que meios se poderia promover uma maior prosperidade da Província?* Respondi: Produzindo Ela maior abundancia e veriedade de mantimentos; beneficiando para este fim os immensos Campos, que pela maior parte, principalmente nos mezes de

⁴¹ Por ser um produto com baixo valor agregado, o minério demanda a exploração em larga escala, o que gera duas importantes consequências: a formação de oligopólios, já que os custos de produção são altíssimos, e a formação de enormes complexos produtivos, que consomem energia e água em níveis abusivos e demandam grandes infraestruturas de transporte (COELHO, 2012), modificando dinâmicas espaciais e deixando rastros irreparáveis na paisagem.

⁴² Somente a região do Quadrilátero Ferrífero responde por aproximadamente 60% da produção ferrífera brasileira. Ver Azevedo (2007).

Maio, Junho e Julho se achão de tudo desertos; de sorte que quando passa hum estrangeiro, vindo de paizes onde se aproveita cada palmo da terra, e elle não avista do cume de hum morro n'hum extensão de 6 legoas em diâmetro, morada ou ente vivo algum; não pode deixar de pensar que por aquella paragem está chegado o ultimo dia do Juizo. (SCHÜCH, 1840, p. 15-16).

De forma semelhante, o francês Conde de Suzannet também se atentou, em 1845, para a situação lamentável da agricultura em Minas Gerais e para a importância de se diversificar a economia da província, cujo pleno potencial não era devidamente aproveitado, devido ao excessivo investimento na mineração:

De Cachoeira a Itabira, a estrada segue o vale; tive que atravessar várias vezes o pequeno rio Itabira, que felizmente é pouco profundo. Seria fácil, com alguns cuidados, tornar fértil este vale. Os brasileiros não cuidam de melhorar os produtos da terra por meio de adubos, e não tiram do solo senão o necessário para o seu consumo. Limitam-se quase sempre a cultivar o milho e o feijão. Isso e alguns campos de arroz nas planícies facilmente inundadas formam as principais culturas da Província de Minas Gerais. O que dizemos dessa província pode aplicar-se ao resto do Império. A natureza fez tudo para o Brasil, *o homem, em vez de empregar nos trabalhos agrícolas uma atividade inteligente, só apenas em descobrir metais preciosos*. O sucesso de um especulador faz esquecer os numerosos exemplos de existências arruinadas, de fortunas dilapidadas nestas buscas aventureiras.

Era tempo de os habitantes de Minas Gerais renunciarem a seus sonhos quiméricos e consagrarem-se à agricultura. As pepitas de ouro que outrora luziam à superfície, tornaram-se raras; só existe ouro em abundância a grande profundidade, e as despesas de extração num país onde o uso das máquinas é ainda limitado, por falta de transporte, absorvem o lucro das minas mais ricas. Mas serão ainda necessárias muitas duras lições, para esclarecer os brasileiros quanto aos seus verdadeiros interesses. (SUZANNET, 1957, p. 108, grifos da autora).

Esses trechos são interessantes para pensarmos sobre a construção da ideia de um imperativo econômico da mineração no estado (ZHOURI, 2014), que vem, ao longo dos anos, sendo usada para impor como natural e inevitável a ocorrência de uma atividade predatória que é fruto, na realidade, de escolhas políticas. Acreditamos que o discurso da vocação mineral deve ser assim interpretado pois, como afirma Sanches (2012, p. 100),

ainda que haja grande concentração de determinado mineral no subsolo de determinado município, o que prevalece é a escolha, por minerá-lo ou não. Assim como também é escolha criar as condições para que sejam outras as práticas econômicas do lugar, como a agricultura, a pecuária, a indústria, o turismo, etc.

Essa escolha, segundo Lamoso (2001), depende de uma série de fatores históricos, dentre os quais estão a política econômica do país e as determinações do mercado

internacional. A mineração como uma alternativa escolhida, contudo, nunca foi assim apresentada àqueles que devem aprender a viver em um “estado de inconformidade impotente” em lugares fatalizados por seu “destino mineral” (WISNIK, 2018, p. 145). Apesar de trazer inúmeros prejuízos e gerar uma forma de desenvolvimento limitado (no tempo, no espaço e na pirâmide social), ela ainda ocupa uma posição simbólica importante no imaginário social e “(...) as populações aceitam-na porque dependem dela para conseguirem emprego e para atender às suas primeiras necessidades. É este fato primário que constrange a população local a aceitar os desígnios da mineração e seus inerentes males”. (COELHO, 2012, p. 130).

Por isso, para muitos autores, a premissa de uma suposta vocação do estado para a atividade mineradora deve ser questionada – não como forma de ataque à atividade em si, mas à forma como ela acontece e é imposta, sem diálogo, às pessoas e aos seus lugares de referência. Essa reflexão é valiosa como via de construção de outras realidades possíveis, nas quais um desenvolvimento sócio-econômico real possa existir e trazer melhorias à vida das comunidades.

Na década de 1960, entretanto, essa crítica ainda não se colocava como hoje e, por isso, as fontes do processo do Pico de Itabirito trazem com tanta força a presença desse discurso. Até mesmo a Dphan, na tomada de cada ato que compunha o longo ritual de tombamento, o levava em consideração, porém tentando desconstruir o argumento de que a mineração seria incompatível com o tombamento

3.4 A inscrição definitiva no Livro do Tombo e os discursos do patrimônio nacional

Após receber as impugnações contra o tombamento do Pico de Itabirito, oferecidas pelas mineradoras Icominas e Novalimense, a Dphan, por meio de seu diretor, Rodrigo M. F. Andrade, reencaminhou o processo ao Conselho Consultivo, que atuava como uma espécie de “tribunal de segunda instância” na decisão de casos polêmicos de tombamento. Seu papel, nesses episódios, era “interceder para avaliar as razões e contrarrazões impetradas, supondo, para uma decisão, por um lado, a defesa do ‘interesse público’, e, por outro, que a agência não extrapolasse os princípios legais da ação institucional”. (CHUVA, 2009, p. 223).

Sendo assim, no dia 10 de agosto de 1961, entrou na pauta da 36ª reunião do Conselho Consultivo o processo nº 608-T-1960, que tinha como novo relator o conselheiro Soares de

Melo. A partir do relatório apresentado por ele, em que levava em consideração os motivos para a contestação do tombamento apresentados pelas empresas, o órgão colegiado decidiu converter

o julgamento em diligência, de acordo com o voto do Relator, a fim de ser ouvido o pronunciamento do Departamento Nacional de Produção Mineral, subordinado ao Ministério de Minas e Energia, acerca dessa matéria nova, de natureza técnica, contida nas alegações dos impugnantes. (Iphan, 1961b, p. 46v).

A “matéria nova” à qual se referiram os conselheiros, conforme registrado em ata, dizia respeito à argumentação das impugnantes de que seria impossível conciliar o tombamento de um perímetro específico da jazida com a mineração no seu entorno. Como mostramos no tópico anterior, elas tentavam provar, por meio de dados técnicos interpretados pelas lentes de um discurso ideológico específico, que a medida da Dphan traria prejuízos econômicos vultuosos para as companhias, o que afetaria de forma muito sensível os interesses nacionais, voltados, nesse contexto, para a exportação de minério de ferro.

Percebe-se, portanto, que a narrativa do patrimônio nacional era construída em dois locais principais: a área técnica-administrativa da Dphan e o Conselho. (CHUVA, 2009). Caso o primeiro falhasse, com a contestação de seu trabalho pelos proprietários, restava o poder de fala do segundo, cuja eficácia dependia diretamente da capacidade de seus membros em legitimar a aplicação do tombamento por meio de práticas discursivas convincentes e de redes sociais articuladas com diferentes atores, dentro e fora do aparato estatal. Em ambos os casos, tratava-se de uma relação entre saber e poder, a qual importava valorizar para garantir “(...) a manutenção do conflito de interesses em disputa circunscrito à esfera da própria agência, que estaria autorizada, mediante essa legitimidade e reconhecimento, a dirimir quaisquer dúvidas, questionamentos e controvérsias no exercício das tarefas do Sphan”. (CHUVA, 2009, p. 165).

No entanto, nem sempre era possível seguir à risca esse código de atuação, sobretudo nos casos em que o capital político do órgão não dava conta dos poderosos interesses em jogo. Assim, algumas vezes, os agentes do patrimônio se viram constrangidos, inclusive por agentes do próprio Estado, a buscar legitimação de suas ações em outras instâncias de saber-poder. Essa extrapolação das negociações do patrimônio para outros espaços discursivos provocava, frequentemente, uma reação em cadeia na estrutura político-administrativa (CHUVA, 2009) e, no caso do Pico, não foi diferente.

Por meio do Ofício nº 1.249, emitido em 24 de agosto de 1961, o diretor da Dphan solicitou ao ministro da Educação e Cultura que providenciasse junto ao Ministério de Minas e Energia (MME) um pronunciamento do DNPM sobre a questão do Pico, especialmente no que se referia à alegação das impugnantes de que a exploração era incompatível com a preservação do monumento. Para a surpresa de muitos, no pronunciamento requerido, emitido em 4 de novembro de 1961 (Iphan, 1960, anexo I, fls. 67-68), o diretor Sylvio Barbosa afirmou que não cabia ao DNPM julgar a procedência do ato de tombamento, pois só quem possuía a competência técnica para tratar o caso era a Dphan, que lidava com educação e cultura. Segundo ele, o campo do patrimônio envolvia uma faceta material e outra intelectual e, por isso, era um assunto *sui generis*, complexo, que exigia conhecimento especializado para a emissão de opiniões. O órgão com legitimidade para falar sobre o valor paisagístico e histórico do Pico seria o Conselho, e não o DNPM, que estava impedido de julgar o mérito da decisão da Dphan, sob o risco de interferir na alçada própria e soberana do órgão.

Em despacho de 14 de novembro de 1961, o ministro Gabriel Passos confirmou o posicionamento de Barbosa, afirmando que não cabia ao ministério sob sua direção “entrar na apreciação das razões que levaram o DPHAN a tombar o monumento natural”, sendo possível ao DNPM somente julgar a legalidade ou a regularidade de lavra/pesquisa mineral no país. Além disso, ressaltou que, caso alguma atividade mineradora tivesse que se efetivar em local tombado, o MME não poderia rever o ato da Dphan, que era impositivo sobre qualquer decisão, cabendo-lhe apenas não autorizar a dita atividade.⁴³

Essa sequência de atos é útil para pensarmos não somente sobre o *modus operandi* do Conselho, mas principalmente sobre o patrimônio enquanto um campo de conhecimento e de exercício do poder. Segundo Radun (2016, p. 43), que utiliza o referencial teórico oferecido por Pierre Bourdieu (2004), “(...) um campo é um espaço mais ou menos autônomo, em que se desenrolam relações e jogos de poder entre agentes ou instituições que competem pelo poder de definir, representar e de dizer um mesmo objeto”. Segundo esse raciocínio, os discursos enunciados por um campo não são, portanto, consensuais, havendo sempre o perigo de que a sua fala legítima seja desafiada e destituída de poder. Isso impõe a necessidade de pensarmos na autonomia dos campos de conhecimento como entidades relativas, dependentes de um jogo que envolve, por um lado, a técnica, para forjar a neutralidade das ações e, por outro, a

⁴³ No próximo capítulo, será abordado o contexto mais amplo que subjazia o pronunciamento do ministro Passos, relacionado à disputa política sobre as concessões de lavras em Minas Gerais, no início da década de 1960.

política, para negociar ou impor suas determinações. Como melhor explica Radun (2016, p. 82-3), citando Bourdieu (2004, p. 21),

cada campo é regido por leis próprias, sendo relativamente autônomo e sujeito a pressões externas. Segundo o teórico, uma das grandes questões acerca dos campos é identificar o seu grau de autonomia, analisando sobre ‘quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia’ e os mecanismos adotados pelo campo para se ‘libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas determinações internas’. Isso porque um campo é capaz de invocar poderes na forma de imposições a outros campos, permitindo-lhe o exercício de um complexo jogo entre dependências e independências em relação às pressões sociais do mundo que o envolve.

Nesse sentido, os pronunciamentos do DNPM e do MME sobre o caso do Pico de Itabirito revelam que, a despeito dos questionamentos feitos à capacidade dos agentes patrimoniais por parte das mineradoras que impugnaram o tombamento, o grau de autonomia do campo frente a outros agentes do Estado com os quais o Conselho e a Dphan tinham que negociar se mantinha alto. Isso nos permite inferir que os mecanismos de autoafirmação adotados pelo Conselho e pela agência, a essa altura, ainda eram capazes de sustentar um capital simbólico expressivo a seu favor e, além disso, que o tombamento, enquanto instrumento “revestido de um caráter jurídico e técnico” (PEREIRA, 2009, p. 36), com ares de ato administrativo dotado de neutralidade e cientificidade, ainda demarcava um território específico para o exercício das articulações discursivas que consagravam os bens do patrimônio nacional.

Outra reflexão que essa sequência de atos nos sugere é quanto ao peso que os discursos do desenvolvimento e da vocação mineral tinham, até mesmo nas decisões daqueles que, supostamente, representavam entraves ao processo de desenvolvimento então almejado. A atitude do Conselho de levar a mineração em consideração no processo de tombamento, a ponto de condicionar sua autonomia decisória à opinião dos técnicos estatais, não deve, todavia, ser vista apenas como um reconhecimento do peso desses discursos, mas também como uma estratégia retórica, que compreendia duas atitudes: a primeira consistia em valorizar a mineração enquanto uma ideia, justificando o tombamento do Pico, dentre outros motivos, pelo seu papel de “(...) símbolo expressivo da era siderúrgica e de exportação mineral que o país ingressava” (Iphan, 1960, anexo I, fl.24), mas, ao mesmo tempo, em apresentá-la como ameaça, embasando, assim, a chamada “retórica da perda” – uma forma de construção narrativa do patrimônio, dominante nas ações da Dphan até a década de 1980, baseada na percepção “(...) de uma condição de possível ‘perda’, cabendo às agências de

preservação resgatá-lo de um suposto processo de declínio e desaparecimento”. (GONÇALVES, 2015, p. 216).

A segunda atitude da estratégia discursiva consistia em articular as noções de interesse público e interesse privado, de forma a relacionar a preservação ao primeiro e a mineração ao segundo. Esse jogo conceitual ficou perceptível no artigo “Imagens da Terra” (ANDRADE, 1961), publicado por Carlos Drummond de Andrade logo após a decisão do Conselho pelo tombamento, no qual o poeta e ex-conselheiro destacou que o órgão não quisera sacrificar a mineração e, por isso, conciliara o interesse público, cultural, estético, histórico e turístico sobre o Pico, com o interesse privado das mineradoras, apenas estabelecendo precedência para o primeiro. Essa dicotomia também ficou implícita na fala do próprio Rodrigo M. F. Andrade, quando este afirmou, eventualmente, que

(...) o tombamento só deverá prevalecer quando o interesse público que houver na preservação de um monumento ou de uma obra de arte primar insofismavelmente sobre o interesse particular que porventura militar em sentido contrário. (CHUVA, 2009, p. 234).

Por trás dos discursos e medidas tomadas pelo Conselho, estava a percepção, cada vez mais clara, de que a preservação do patrimônio, no contexto dos anos 1960, tinha que se harmonizar, progressivamente, com os projetos de desenvolvimento em curso no país, caso os agentes que nela atuavam quisessem manter o capital simbólico de seu campo, que vinha sendo acumulado desde os anos 1930. (LEAL, 2016). Era justamente para alcançar tal harmonização que estes agentes recorriam, portanto, à noção de interesse público como o “grande motor das ações de preservação”. (CHUVA, 2009, p. 174). Como afirma Leal (2016, p. 111),

ainda que a noção de interesse público estivesse, nacional e internacionalmente, desde pelo menos a década de 1950, atrelada ao desenvolvimento econômico, entendia-se também que o “bem-estar de todos os povos” estava relacionado à preservação dos bens culturais.

Era nesse sentido que o Conselho Consultivo do patrimônio reivindicava o interesse público como justificativa de suas decisões. O referido “bem-estar” mencionado pela autora fundava-se na própria ideia do sentimento nacional que as narrativas do patrimônio, até meados da década de 1980, se dedicavam a construir. Isso se dava através da seleção de um conjunto de heróis, eventos e lugares que materializavam um passado e uma memória comuns a todos os brasileiros, e cuja função era condensar os “(...) valores dos grupos sociais, reforçando a sua unidade histórico-afetiva”. (PEREIRA, 2009, p. 100). A seleção de bens representativos da biografia da nação, dessa forma, possibilitava a “omissão dos conflitos”

inerentes à história pátria (CHUVA, 2009, p. 206), criando uma imagem de consenso, homogeneidade e coesão, necessária à perpetuação da ordem social e ao próprio desenvolvimento do país. Reforçar essa imagem seria, portanto, interesse da coletividade.

Esse discurso do patrimônio nacional – que não se apresentava como discurso construído, mas como um ato de “descoberta” de objetos predefinidos e revelados por intelectuais iluminados (CHUVA, 2009) – é chamado por Gonçalves (2007) de “discurso da monumentalidade”. O que o caracteriza, segundo este autor, é a valorização do passado como hierarquicamente superior ao presente, estando ambas as dimensões temporais ligadas pela ideia da continuidade via tradição. Os monumentos, por sua exemplaridade cultural e estética, teriam o papel de materializar essa tradição, servindo como fonte de inspiração para os cidadãos nutrirem o sentimento de nacionalidade.

A seleção de monumentos artísticos, históricos e naturais para construir a narrativa nacional por meio do patrimônio, cabe dizer, não foi aleatória, mas direcionada à valorização do “(...) processo sociocultural advindo da proliferação de cidades auríferas mineiras (...)” (CHUVA, 2009, p. 216). Assim, a maior parte dos bens tombados pela Dphan, até a década de 1980, inseria-se nesse recorte cronológico e territorial-temático – inclusive o Pico de Itabirito, cuja importância foi atribuída, pelo Conselho, à sua relação com o bandeirantismo e a mineração, principalmente. É importante enxergar o tombamento dessa “paisagem notável”, portanto, como mais uma ação de “enquadramento da memória” (POLLAK, 1992) pelos agentes do patrimônio.

O conflito em torno do tombamento se tornaria ainda mais acirrado após a 39ª reunião do Conselho Consultivo, realizada no dia 25 de junho de 1962, na qual o Conselho deliberou, unanimemente, seguindo as conclusões apresentadas pelo relator Soares de Melo, “(...) julgar improcedentes as razões oferecidas para impugnação do tombamento e manter, tornando definitiva, a inscrição do Pico de Itabirito nos livros do tombo”. (Iphan, 1962, p. 50). Na ocasião, o procurador da mineradora Icominas, João Sérgio Marinho Nunes, compareceu à reunião para sustentar presencialmente a impugnação oferecida, reforçando a argumentação apresentada pela empresa há mais de 1 ano e complementada por um segundo parecer de Nunes, emitido em 18 de abril de 1962, no qual ele teceu duras críticas ao pronunciamento do ministro Gabriel Passos sobre o caso.

Neste documento, o procurador afirmou que o DNPM havia cometido um grande equívoco, pois não tratara, em sua resposta ao pedido de pronunciamento por parte do MEC, da compatibilidade entre a exploração da jazida e a preservação do Pico, conforme solicitado,

mas sim sobre o tombamento, não trazendo, portanto, nenhum esclarecimento técnico sobre o tema de sua competência. Sob o seu ponto de vista, essa resposta do DNPM teria induzido o ministro Passos ao erro, ao fazê-lo entender que se tratava de um pedido novo de lavra em local que já estava tombado. Declarou, também, que o DNPM, se tivesse cumprido o que lhe cabia fazer, responderia corroborando os argumentos expostos no recurso de impugnação,⁴⁴ e acrescentaria, ainda, informações que justificariam a impossibilidade legal da efetivação do tombamento.⁴⁵

Estranhamente, Nunes sugeriu, neste segundo parecer, que o fato do engenheiro chefe do distrito central do DNPM, José Alves, já ter se posicionado sobre o tema em relatório solicitado pelo governador de Minas Gerais, ao lado de vários outros engenheiros que também opinaram favoravelmente à mineradora, faria da consulta ao diretor do DNPM algo desnecessário. O que nos chama atenção nessa sugestão é a adoção de “dois pesos e duas medidas” por parte do representante da empresa, já que o respeito à hierarquia administrativa era, conforme alegado no recurso de impugnação, a razão pela qual um ato de tombamento da Dphan não poderia, sob o seu ponto de vista, sobrepor-se a um decreto de lavra expedido pelo Presidente da República – enquanto no caso do DNPM, tal hierarquia parecia não importar.

A despeito dos esforços das mineradoras, o tombamento foi efetivado, transformando o Pico de Itabirito, dessa forma, em bem protegido pelo Estado brasileiro e cuja destruição poderia ser penalizada como crime contra o patrimônio nacional. Ainda que os atributos retóricos utilizados pelo Conselho não tivessem sido suficientes para criar um consenso a respeito da questão, o órgão contava, ainda, com atributos jurídicos, consubstanciados pelo Decreto-Lei nº 25/37. Essa norma conferia o suporte de legalidade necessário à tomada de decisões pelos agentes patrimoniais, mesmo que a contragosto dos proprietários dos bens tombados.

A medida compulsória, que significou, nas palavras de Schama (1996), a inclusão do Pico na “topografia patriótica” brasileira, encerrou um ciclo de um ritual de tombamento que, ao contrário da maioria dos outros processos levados a cabo pela Dphan, desde a fundação da

⁴⁴ O Pico era a jazida que, isoladamente, mais gerava rendimento de impostos a Itabirito e mais empregava funcionários na região; os contratos de venda de minério eram os que alcançavam melhor preço; a jazida do Pico estava entre as mais bem estudadas e das que mais poderia contribuir ao programa governamental de exportação de recursos minerais; o tombamento significaria a anulação da expressão econômica da jazida e perda de todo o investimento já feito, com grandes prejuízos à empresa, à região e ao país.

⁴⁵ O concessionário de lavra tinha o dever de extrair minério; não era lícito que se dividisse a área de lavra da jazida; e a lavra fora dos planos redundaria em caducidade.

agência, não conseguira criar a imagem de um consenso, mas de uma disputa que estava longe de terminar. Sobre a imposição do ato de tombamento, Canani (2005, p. 173) faz a seguinte análise:

Ainda que não seja um ato autoritário, envolve o uso de um poder de decidir ou deliberar que é hierárquico, e repousa nas mãos dos órgãos competentes. Em última análise, o poder para decidir o que será registrado no livro de tomo emana do centro para a periferia, nos termos de Shils (1974), ainda que com a garantia de um espaço para a manifestação popular, ou periférica, durante o processo. Aquele que detém o poder de definir o que será considerado patrimônio nacional localiza-se no centro, e com esse mesmo poder ele atribui um certo caráter de sacralidade para os bens tocados por ele, aqueles escolhidos para compor a lista do patrimônio nacional.

Dois elementos presentes neste trecho merecem breves comentários. O primeiro é a categoria “nacional”, que, conforme já demonstrado neste capítulo, deve ser questionada enquanto instrumento de criação e reforço de uma suposta comunhão entre os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. Para fazer uma interpretação crítica do campo do patrimônio, necessitamos, verdadeiramente, compreender o nacional “como um processo de construção simbólica, revestido de disputas, silenciamentos, violências e não uma entidade previamente dada e naturalizada”. (PEREIRA, 2009, p. 105).

O segundo elemento é o caráter de sacralidade que, segundo a autora, é atribuído pelo órgão competente aos objetos por ele convertidos em patrimônio. Por sagrado entende-se, neste contexto, algo muito estimado que não pode ser violado, tocado ou alterado, e é justamente essa imagem que o tombamento costuma conceder aos bens, perante a sociedade. Contudo, também essa ideia precisa ser questionada, pois, a despeito de um imaginário construído sobre o alcance do poder desse instrumento jurídico, os bens tombados podem, sim, ser alvos de investidas contra sua proteção, pela própria via legal, como foi o Pico de Itabirito. Para converter a “sacralidade” em fragilidade basta que ela seja relativizada em função de algum entendimento diferente a respeito do significado do termo “interesse público”.

Por tudo o que foi analisado até aqui, vimos que, apesar das diferenças que contrapunham o discurso do desenvolvimento ao discurso do patrimônio nacional nesse “campo de batalha” que se tornou a paisagem itabiriteense, ambos tinham um elemento em comum, qual seja, a associação com o imaginário do nacionalismo, por meio da manipulação da noção de interesse público. De fato, um ponto central dessa disputa foi justamente a definição do que seria o verdadeiro interesse coletivo ou, ainda, de que forma se procederia a uma correta hierarquização dos interesses em jogo.

4 “E VEM DE CIMA UM DESPACHO AUTORIZANDO: DERRUBA! ”: O DESTOMBAMENTO DO PICO DE ITABIRITO

“Na paisagem desta terra, eis meu colo...

Colo de montanha.

Choro, minha terra,

Meu sono de pedra.

Minha terra se desfaz no canto febril da britadeira (...)”

(Flashes – Thelmo Antônio Lins)

4.1 O pedido de cancelamento do tombamento e a divergência entre interesses públicos

O tombamento compulsório do Pico de Itabirito, mediante sua inscrição no Livro do Tombo por decisão unânime do Conselho Consultivo, poderia ter sido, assim como ocorreu com outros bens atingidos pelo discurso oficial do patrimônio nacional, o ato final do ritual de tombamento. Entretanto, o processo não se encerrou por aí, pois as mineradoras afetadas pela decisão administrativa do Conselho, levada a cabo pela Dphan, recorreram a uma lei pouco conhecida e utilizada, mas tão válida quanto o famoso Decreto-Lei nº 25/37. Tratava-se do Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, comumente denominado pela doutrina de “lei do destombamento”, que tem como redação:

Artigo único – O presidente da República, *atendendo a motivos de interesse público*, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto por qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos Municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. (BRASIL, 1941, grifos da autora).

Esta lei de redação breve, mas grande poder de impacto no campo do patrimônio, serviu de fundamento jurídico para que a Companhia de Mineração Novalimense, a St. John del Rey Mining Company e a Icominas interpusessem recurso dirigido ao Presidente da República, solicitando o cancelamento do tombamento do Pico de Itabirito. Não é possível sabermos a data exata de envio do recurso pelo fato do documento não constar do processo consultado – mas sabemos, ao menos, que ele foi encaminhado ao Presidente Jango, ainda antes do início do regime militar. Provavelmente, o recurso foi interposto em janeiro de 1963, data de uma carta (Iphan, 1960, fl. 209) escrita pelo advogado baiano Admar Guimarães ao Diretor da Dphan, Rodrigo Andrade, após este solicitar-lhe ajuda no esclarecimento de

questões jurídicas relativas ao caso do Pico. Cabe notar, aqui, a exploração das redes de alianças que conectavam intelectuais, profissionais de diversos campos e representantes do órgão governamental em prol da causa do patrimônio, e que se expressavam na intensa troca de correspondências pessoais componentes dos autos do processo e reveladoras de como os laços de amizade e fidelidade interferiam, de forma muito marcante, nas práticas administrativas da Dphan.

O pedido de destombamento das empresas foi remetido pelo Conselho Consultivo ao Presidente, por intermédio do Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, em 27 de maio de 1964, através de um ofício no qual os membros do órgão colegiado tentavam demonstrar ao chefe da nação que a solicitação em questão era infundada e que, diferentemente do que alegavam as recorrentes, não havia razões de interesse público para sua aceitação. De fato, como se percebe pela leitura do artigo único do Decreto-Lei nº 3.866/41, esta é a razão pela qual algum bem tocado pelo ato consagrador do tombamento pode ser removido da lista do patrimônio nacional. O regramento seria, assim, uma espécie de antídoto aos efeitos supostamente eternos e irreversíveis do instituto jurídico do tombamento (RADUN, 2016), nos casos em que se constatasse, posteriormente ao ato, a prevalência de algum interesse coletivo superior ao da preservação dos bens patrimonializados.

Refletir sobre a criação e os usos feitos do Decreto-Lei nº 3.866/41 ao longo da história da Dphan é essencial para compreendermos o papel desse diploma legal no jogo discursivo através do qual vem sendo construído o patrimônio histórico e artístico nacional desde 1937. A criação do decreto está dentre o rol de novas leis ou modificações nas leis já existentes, feitas para mediar conflitos surgidos a partir da aplicação do Decreto-Lei nº 25/37, sobretudo no que toca a questão da propriedade. Uma das mais conhecidas é a lei sobre desapropriação por interesse público (Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941), e a mais recente delas, segundo Chuva (2009, p. 147), foi a mudança que “introduziu a necessidade de homologação ministerial no procedimento de tombamento, visando maior controle sobre as ações autônomas institucionais”.

É importante registrar que a possibilidade de cancelamento do tombamento não era uma imposição externa ao campo do patrimônio, tampouco um tema alheio às discussões realizadas no âmbito do Conselho. Ela era, na realidade, uma demanda interna do próprio órgão, tendo o assunto sido tratado, inclusive, na pauta da reunião na qual foi decidido o

tombamento do Pico de Itabirito, em 13 de junho de 1961.⁴⁶ Sobre isso, Radun (2016, p. 40) afirma que “(...) emanou do próprio órgão a sugestão para a criação de tal decreto, isentando, ao mesmo tempo, o conselho consultivo do debate sobre a matéria”. É possível que a demanda tenha surgido pela necessidade de se padronizar o processo de cancelamento, já que era um tema recorrente nas questões tratadas pelo Conselho desde 1937, dando, assim, certa segurança jurídica às situações em que o destombamento fosse colocado na mesa de negociações.

Essa hipótese é melhor entendida quando se leva em conta o caso da cidade de São João Marcos, no Rio de Janeiro, que foi o primeiro caso de destombamento ocorrido no país – não por aplicação de um diploma legal e específico, mas sim pela suspensão dos efeitos da aplicação do Decreto-Lei nº 25/37 sobre o conjunto paisagístico. O motivo para o destombamento foi a construção de uma represa da empresa Light no Ribeirão das Lages, que demandava a inundação de toda cidade. O conjunto, é importante notar, ainda não estava inscrito no Livro do Tombo, pois o Conselho havia tomado a decisão por tombá-lo fazia pouco tempo. Assim, o desfazimento do ato administrativo do tombamento foi feito por meio do Decreto-Lei n.º 2.269/1940, editado especificamente para a medida. Neste exemplo, percebe-se com clareza que o instituto do tombamento foi usado como estratégia de combate contra a inundação da área, tendo sido solicitado no momento em que “havia a iminência do desaparecimento de toda a cidade pela ampliação de uma barragem integrada a uma usina hidrelétrica”. (RADUN, 2016, p. 27).

Logo após esse episódio, uma nova demanda por destombamento surgiu, dando causa a intensos conflitos no desenrolar do Processo n.º 0178- T-38, relativo à Igreja Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. O bem havia sido tombado pelo órgão federal de proteção em novembro de 1938 e, diferentemente da cidade de São João Marcos, já havia sido inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes quando o Arcebispado local manifestou o desejo de demolir a igreja para construir outra em seu lugar. Diante da negativa dada pelo Conselho Consultivo da Dphan, o Arcebispo entrou em contato diretamente com o então Presidente da República, Getúlio Vargas, solicitando interferência direta no caso, no sentido de rever a inscrição. Tendo sido procurado pelo Presidente para explicar o posicionamento da Dphan no caso e propor soluções conciliativas, Rodrigo Andrade viu-se

⁴⁶ Na ocasião, foram discutidos temas ligados ao cancelamento do tombamento da antiga Cadeia de Santos, no Estado de São Paulo, e do Edifício da Santa Casa de Campos, no Rio de Janeiro. (Iphan, 1961a).

em uma situação delicada e concluiu que, tal como se sucedeu no caso do tombamento do conjunto da cidade de São João Marcos, seria necessário um ato impositivo do governo federal, que oferecesse a fundamentação jurídica necessária para cassar a resolução do Conselho Consultivo. Foi este conflito, portanto, que motivou a edição do Decreto-Lei n.º 3.866/41 – uma normal geral, e não especial, que regulamentava o cancelamento de tombamentos – tendo sua primeira aplicação concreta ocorrido poucos dias após sua edição, em 9 de dezembro de 1941, quando foi destombada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre. Como se percebe, não houve discussão pública a respeito da lei, que surgiu, afinal, como fruto de “negociações entre gabinetes governamentais e de lideranças políticas, religiosas e empresariais afetadas pelos tombamentos” (RADUN, 2016, p. 37).

É interessante notar que a ocorrência de cancelamento de tombamento colocada pelo Decreto-Lei n.º 3.866/1931, em um contexto democrático como o atual, parece estranha e inadequada ao campo do patrimônio cultural. Entretanto, ela já era uma possibilidade prevista no projeto de lei relativo à preservação de bens patrimoniais, apresentado ao Congresso pelo deputado José Wanderlei de Araújo Pinho, em 1930, o qual previa que uma das atribuições do Conselho Consultivo seria a exclusão de itens do catálogo (Livro do Tombo). (RODRIGUES, 2012). Além disso, o próprio Decreto-Lei n.º 25/37 também prevê, desde sua publicação original, a possibilidade de cancelamento de tombamento no artigo 19, parágrafo 2, nos casos de falta de cuidados por parte do Iphan quando o proprietário não consegue arcar com a manutenção do bem. Na prática, inclusive, o órgão de proteção já deferiu, algumas vezes, o destombamento de bens sem autorização expressa da lei – em casos de descaracterização ou desaparecimento da coisa tombada. Independentemente desses eventos, o que mais nos chama atenção no Decreto-Lei n.º 3.866/41, tal como foi publicado, é o fato da competência da decisão pelo destombamento ter sido atribuída ao Presidente da República, e não ao Conselho Consultivo, podendo ocorrer tanto de ofício quanto em grau de recurso. Nesta última hipótese, vale frisar, acentua-se sobremaneira o caráter político do debate entorno do destombamento e a conseqüente importância do capital simbólico dos agentes recorrentes junto às autoridades governamentais.

Ao traçar um panorama mais amplo da aplicação do instituto do destombamento ao longo da história do país, atesta-se que os cancelamentos ocorridos no âmbito da Dphan foram muito reduzidos quando comparados com as 1.040 inscrições de tombamentos realizadas até 2008: foram somente 16 bens destombados desde 1940. Segundo Chuva (2009), em uma avaliação um pouco mais específica, entre 1938 e 1946, ocorreram 417 tombamentos, sendo

que apenas 13 casos foram alvos de impugnação e, destes, somente 2 resultaram em cancelamento do tombamento. Outros dados relevantes são que, dentre os 16 bens destombados, apenas dois pertenciam à categoria de bens paisagísticos – a cidade de São João Marcos, anteriormente mencionada, e o Pico de Itabirito, objeto de nosso trabalho – e que, dentre o mesmo rol, somente a referida Igreja de Porto Alegre e o Pico foram tombados compulsoriamente antes de terem suas inscrições canceladas. Isso nos fornece uma ideia de como o processo do Pico foi peculiar em vários sentidos.

Radun (2016, p. 91), que estudou o tema do destombamento no âmbito da atuação do Iphan, identificou as seguintes tendências entre os bens destombados: “quatro igrejas inteiras e as ruínas de outra, quatro casas, um monumento natural e quatro conjuntos de bens, sendo um deles uma cidade e os outros três conjuntos”. Ainda segundo o autor, 6 destes bens tiveram suas inscrições canceladas por estarem descaracterizados ou destruídos, e 4, por sua vez, foram excluídos da lista do patrimônio nacional por iniciativa da própria Dphan. Quanto às motivações que levaram aos atos, Radun afirma que (2016, p. 99),

[...] os argumentos utilizados para o destombamento são de duas qualidades. A primeira diz respeito ao perecimento da coisa: destruição, desfiguração, descaracterização do bem. A segunda está vinculada a questões econômicas e de alteração urbana.⁴⁷

Um aspecto observado por este e por outros autores quanto ao instituto do destombamento é o fato de que a espécie legal que o fundamenta é do tipo Decreto-Lei – uma medida típica de governos autoritários, que não existe mais em nosso ordenamento jurídico. Segundo Telles, Campos e Sales (2014, p. 2), “(...) tratava-se de ato do Presidente da República equivalente à atual Medida Provisória, sendo sua utilização, não raro, ligada a regimes de exceção, pela razão óbvia de ser um ato unilateral e antidemocrático.” Sobre este tema, é interessante comparar o Decreto-Lei nº 3.866/41 com o Decreto-Lei nº 25/37: apesar deste último ter sido redigido, praticamente em sua totalidade, pelo Congresso Nacional, e ter sido somente publicado por Vargas, dias após o fechamento da casa legislativa, eles possuem uma estreita relação, pois além de serem pares opostos quanto aos seus efeitos, ambos enquadram-se no mesmo tipo legal e foram editados no mesmo contexto político autoritário – o Estado Novo – de forma alijada de qualquer debate público mais amplo a seu respeito. (RADUN, 2016).

⁴⁷ Segundo levantamento feito pelo autor, os motivos relacionados à segunda qualidade de argumentos foram: abertura de avenidas (4 bens), reforma (1), especulação imobiliária (1 bem), construção de hidrelétrica (1 bem), mineração (1 bem).

A lei do destombamento é profícua para analisarmos uma série de aspectos ligados ao campo do patrimônio, cuja reflexão a respeito se faz necessária até hoje – haja vista que a lei ainda é válida e pode ser aplicada a qualquer momento pelo Presidente da República. O primeiro aspecto é a dualidade entre a sacralidade e a fragilidade da proteção patrimonial, efetivada por meio da figura do tombamento. Apesar de ser comumente tido como ato de consequências irreversíveis e, portanto, garantidor da preservação por prazo indeterminado, a possibilidade de haver sua revisão e cancelamento pode ser interpretada como uma forma de interferência externa no campo e de comprometimento da fala autorizada dos profissionais que nele atuam, revelando, assim, uma posição frágil dentro do jogo da patrimonialização. A respeito disso, Radun (2016, p. 58) comenta:

(...) no campo do patrimônio cultural, a ocorrência do destombamento permite problematizar o discurso sobre a força e o significado dos valores atribuídos no momento da patrimonialização, valores estes que entram em disputa com outros valores com força e significado diferenciados quando se debate o destombamento.

De certa maneira, a forma como a lei do destombamento foi usada ao longo dos anos expressa um despreço de atores externos por algo que é, frequentemente, visto como “dimensão subjetiva” do tombamento. Essa forma de enxergar o campo e o trabalho que nele se faz torna ainda mais complexo o jogo de disputa de poderes que é levado a cabo através da retórica dos diversos agentes envolvidos, os quais se preocupam em enunciar ou desconstruir valores para fazer valerem seus interesses – muitas vezes, antagônicos à preservação. Diante disso, é válido nos questionarmos se essa fragilidade advém do fato de o patrimônio ser uma construção discursiva, quase sempre decidida dentro de gabinetes, por meio de correspondências pessoais e institucionais trocadas entre seletos grupos de intelectuais, com pouco respaldo na participação popular. Além disso, os casos de destombamento de bens revelam a posição secundária e o pouco interesse político que o órgão federal de proteção tinha/tem para o governo, bem como a relativa fraqueza de suas decisões quando colocadas frente a frente com interesses econômicos e políticos dominantes ou ainda, nas palavras de Zanirato (2011, p. 196), com a “exigência indeclinável do desenvolvimento econômico social”.

É relevante destacar que essa posição secundária do órgão se reflete, também, na própria atribuição da competência pelo ato de destombamento, que é não do órgão técnico responsável pela patrimonialização, mas sim discricionário do Presidente da República. Ao colocá-lo como o legítimo intérprete do interesse público (RADUN, 2016), o Decreto-Lei nº

3.866/41 deixa explícito o caráter eminentemente político da questão. A desnecessidade de consulta à Dphan para dar provimento aos recursos de cancelamento do tombamento interpostos ao Presidente somente foi modificada em 1946, através do Decreto n.º 20.303, que aprovou o regimento do órgão e atribuiu ao Conselho Consultivo o direito de opinar sobre a matéria. Já em 1950, outra mudança na legislação atribuiu a este corpo colegiado a competência para também cancelar tombamentos, de forma a atender interesse público superveniente, perecimento da coisa tombada ou desaparecimento do valor do bem.

O ainda pouco estudado instituto do destombamento recebe, quanto ao seu significado e peso no campo do patrimônio, interpretações divergentes de dois autores nos quais baseamos nosso trabalho. O primeiro deles é o já citado Radun (2016), para quem o Decreto-Lei n.º 3.866/41 representa uma garantia ao devido processo legal, pois é uma forma de recorrer de um ato administrativo que, como qualquer outro, pode estar sujeito à revisão. Para o autor, isso se torna ainda mais claro quando se pensa na redação do artigo 9º, inciso 3, do Decreto-Lei n.º 25/37, que impede a interposição de recurso contra decisão do órgão colegiado. Nesse sentido, a lei do destombamento viria para corrigir uma falha importante na legislação e dar segurança jurídica aos proprietários cujos bens fossem atingidos pelo tombamento.

Além disso, é necessário considerar que podem existir conflitos entre o interesse de preservação e a existência de outras demandas sociais, surgidas depois do tombamento. Por isso, não se deve, segundo Radun (2016), questionar o mérito da lei, mas sim o fato de o cancelamento ser uma atribuição do Presidente da República. É neste aspecto que residiria, para o autor, o autoritarismo da norma, pois o destombamento, assim como seu par oposto, não podem ser decisões de gabinete, mas devem passar por um processo de escuta da população e de questionamento sobre a quem deve pertencer o poder de decidir qual interesse se sobrepõe a outro. Infelizmente, o que Radun (2016, p. 38) observa na trajetória de utilização do instrumento é que ele “não apenas foi criado, como também foi e vem sendo operado de forma desarticulada e isolada da discussão sobre a patrimonialização e a gestão de bens culturais patrimonializados”.

Já Rodrigues (2012) acredita que o Decreto-Lei n.º 3.866/41 é um resquício do período ditatorial de Vargas, de “origem espúria e casuística” (RODRIGUES, 2012 *apud* TELLES; COSTA; SALES, 2012, p. 3), que não deveria mais existir no ordenamento jurídico brasileiro, por ser incompatível com a Constituição Federal de 1988. A lei, segundo sua interpretação, entra em confronto com o inciso XXXVI, do art. 5º, da Carta Magna, ao permitir o

“desfazimento de ato jurídico perfeito” (RODRIGUES, 2012, p. 146). Essa faceta autoritária do ato, vista por Rodrigues, pode ser comparada à percepção do próprio Rodrigo Andrade, presidente da Dphan na época, que deixou registrado, em tom sóbrio, que a medida poderia ser aplicada “por simples despacho do presidente da República”. (TELLES; COSTA; SALES, 2014, p. 4). Outra inconstitucionalidade do referido Decreto-lei, também percebida por Rodrigues, é o fato dele

viabilizar o destombamento arbitrário de um bem cultural, regularmente tombado, prejudicando assim o direito adquirido de toda a sociedade brasileira à sua preservação (...). Tudo em nome de um vago e indefinido ‘interesse público’, que seria melhor traduzido como mero ‘interesse político’. (RODRIGUES, 2012, p. 146).

De fato, como sugere o autor, o termo *interesse público* é vago e impreciso e, por isso, possui uma maleabilidade que permite usos diversos de acordo com a conveniência, atendendo aos mais diversos interesses em disputa. Por ser de difícil definição, o termo acaba sendo usado tanto para realizar o tombamento quanto para servir, posteriormente, a justificativas de interferências externas na decisão pela preservação, interferência esta que se consubstancia no cancelamento do ato. A mobilização do interesse público é, como observa Radun (2016, p. 87), “um ponto comum identificado na disputa pela (des)patrimonialização dos bens (...), justificado como benefício coletivo, desenvolvimento urbano ou segurança nacional”. Segundo a interpretação da lei do destombamento, os motivos de interesse público que podem embasar atos de destombamento são o desaparecimento do valor, o perecimento da coisa tombada ou a necessidade de atendimento a interesse público superveniente. (TELLES; COSTA; SALES, 2014). Entende-se, com isso, que o interesse público não é único, indivisível e consensual, mas amplo, diversificado e objeto de disputa, sendo possível, em contextos distintos, hierarquizar interesses públicos de diversas ordens.

Ao longo do tempo, o conceito já recebeu diversas denominações – interesse nacional, bem da nação, interesse geral, bem comum, vontade geral – e conteúdos igualmente variados, conforme cada época, lugar e sujeito de enunciação do discurso. Na teoria, o significado mais bem aceito de interesse público é um interesse geral, vinculado ao alcance do bem da maioria da sociedade, que não deve ser utilizado para atender a reivindicações de caráter particular. Usualmente, ele é entendido como relacionado à

proteção ao trabalho, à economia popular, aos direitos do cidadão, à poupança interna e externa, ao funcionamento e manutenção das instituições, à proteção dos direitos e garantias individuais, à valorização do regime democrático, aos fenômenos da justiça social etc. (DELGADO, 2000, p. 13).

Outro aspecto interessante do termo interesse público, apontado por Delgado (2000, p. 11), é a sua “forte vinculação de efeito concreto com uma utilidade econômica buscada pelo agente”, por um lado, e também sua reivindicação no sentido de “criar uma vantagem de ordem moral [que] (...), embora de natureza abstrata, atua como elemento formador da honra, da dignidade, do respeito do homem e da sua cidadania”. É justamente essa dupla possibilidade de interpretação, constatada no manuseio do conceito, que é feito no jogo do (des)tombamento.

A imprecisão do termo resulta, em algumas situações, numa espécie de busca pelo “melhor interesse público”, isto é, numa hierarquização de demandas coletivas. Ocorre que esse processo se dá, frequentemente, através de um “descompasso entre a interpretação governamental e o efetivo interesse da coletividade” (BORGES, 2011, p. 14), descompasso este que, em última instância, pode resultar em manipulações e desvirtuamentos de forma a propiciar a prática de atos autoritários. É como se o termo invocado servisse como um escudo para a administração pública se defender, muitas vezes, de possíveis críticas e protestos da opinião pública. Sobre isso, Borges (2011, p. 5) comenta:

Fundamentar decisões no “interesse público” produz a adesão de todos, elimina a possibilidade de crítica. Mais ainda, a invocação do “interesse público” imuniza as decisões estatais ao controle e permite que o governante faça o que ele acha deve ser feito, sem a comprovação de ser aquilo, efetivamente, o mais compatível com a democracia e com a conveniência coletiva.

Quando pensamos no caso do Pico de Itabirito através dessa perspectiva, constatamos que o aspecto mais sensível do conflito se tornava, neste momento, a evidente divergência de opiniões sobre o que seria o verdadeiro interesse público a ser atendido: a preservação da paisagem e de todos os valores ligados a ela ou a obtenção de divisas por meio da exportação de minério de ferro. O pedido de cancelamento do tombamento feito pelas mineradoras, pela via legal, colocava o Presidente da República, assim, em uma posição complicada, pois precisaria decidir a questão de maneira compatível com os valores democráticos do regime político que ainda prevalecia. Deveria fazê-lo, contudo, correndo o risco de desagradar alguns grupos de interesse e parte da opinião pública. Este papel decisório é, de fato, uma tarefa difícil, pois, como afirma Borges (2011, p. 10), “pode bem acontecer que uma parcela da comunidade não reconheça ou identifique aquele interesse como seu, ou cujo próprio interesse se ache, até, em colisão com esse querer valorativo predominante”.

Nessas situações, ocorrem conflitos que se dão no campo da produção simbólica, isso é, os agentes envolvidos se digladiam, cada qual com seu capital político, entorno da retórica

discursiva do interesse público, com o objetivo de fazer prevalecerem os seus interesses prioritários para a Nação. Foi exatamente isso que ocorreu com o processo do Pico de Itabirito, sobretudo a partir do momento em que o cancelamento do tombamento foi solicitado pelas mineradoras. No recurso ao Presidente da República, as empresas usaram os mesmos argumentos apresentados quando da impugnação ao tombamento, ocorrido em 1961, reforçando-os com pareceres de novos juristas. Segundo avaliação da Divisão de Estudos e Tombamento da própria Dphan, o recurso foi construído com base em duas estratégias: a primeira, apresentar motivos de interesse público que justificassem o destombamento, e a segunda, comprovar alegações jurídicas que demonstrassem a ilegalidade do tombamento frente ao direito de lavra.

Quanto à primeira estratégia, as mineradoras repetiram o motivo já apresentado em documentos anteriores, qual seja, que o tombamento do Pico, por inviabilizar a mineração em parte da jazida, causaria prejuízo econômico à União e ao Estado de Minas Gerais, em um momento de grave crise econômica, “privando a coletividade das divisas correspondentes à exportação”, avaliada, à época, em dezenas de milhões de dólares. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 192-195). Percebe-se que a referência feita ao “coletivo” era uma forma de tentar alinhar os seus interesses privados à retórica do interesse público. As recorrentes, contudo, não foram capazes de desenvolver este argumento em profundidade, apresentando-o de forma superficial e sujeita a questionamentos – o que, de fato, foi pelo Conselho Consultivo no parecer sobre o recurso, enviado ao Presidente por intermédio do ministro Lacerda.⁴⁸ No documento, os conselheiros defenderam que os motivos de interesse público não haviam sido devidamente comprovados, nem invocados com clareza. Segundo eles, o artigo 175 da Constituição Federal de 1946 impunha a preservação do Pico por sua beleza, significação histórica, valores associados e singularidade de sua formação, sendo inadmissível que não ocorresse o tombamento pela simples suposição de que este poderia diminuir as expectativas de lucros das mineradoras.

Na realidade, essa suposição seria até mesmo incorreta, conforme demonstrado pelo engenheiro e também conselheiro Miran Latif em artigo publicado na revista especializada “Engenharia, Mineração e Metalurgia”, em novembro 1963. (LATIF, 1963). No texto, que foi mencionado pelos conselheiros no parecer, Latif demonstrou a improcedência das alegações

⁴⁸ Notar que, em 1964, o Conselho já tinha adquirido, conforme mencionado, a competência para opinar sobre os recursos de cancelamento de tombamento.

da empresa, esclarecendo que só 9 a 10 milhões de toneladas de hematita seriam protegidas pelo tombamento, restando ainda, na jazida, 350 milhões de toneladas, sem contar outras reservas presentes na mina. Ou seja, não haveria alteração sensível dos benefícios econômicos para a empresa, tampouco para a Nação, logo, inexistiam motivos de interesse público que justificassem o destombamento.

Ainda segundo os estudos do autor, a mineração no Pico ofereceria pouco perto do que o Brasil necessitava para equilibrar sua balança comercial com a exportação de minérios – o equivalente 3 a 4 meses somente – e, por isso,

(...) o desmonte do Pico, como tem pretendido a empresa que o detém, não resolveria pois nenhum problema econômico financeiro do país e muito nos degradaria, isso sim, no domínio cultural. (LATIF, 1963, p. 210).

Além disso, o engenheiro afirmava que a técnica de mineração aplicada no local, feita por *Lumps* (minério granulado, em partículas grosseiras) era predatória, pois descartava o resto como finos imprestáveis e reduzia a cubagem aproveitável do minério e, por isso, estava se tornando obsoleta. Segundo Latif, seria extremamente dispendioso atacar massas monolíticas como a do Pico, onde já havia sido tentada a perfuração e o desmonte, sem bons resultados. Além do tipo de minério do Pico – itabirito – poder ser encontrado em reservas inesgotáveis no território brasileiro, a siderurgia moderna, sob seu ponto de vista, demandaria minérios de mais fácil fragmentação e, devido a isso, não haveria conveniência alguma na “mineração irreverente do cume do Pico ou em sua base” (LATIF, 1963, p. 210).

Figura 26 – Fotografia panorâmica do Pico de Itabirito que ilustra o artigo de Latif



Fonte: LATIF, 1963.

Quanto à segunda estratégia usada pelas recorrentes, relativa às questões jurídicas do caso, identifica-se a tentativa de demonstrar que a decisão do Conselho era incompatível com a exploração do minério no Pico e, portanto, feria gravemente o direito de concessão de lavra.

Para sustentar este argumento, as mineradoras se basearam no parecer jurídico escrito pelo advogado da Icominas, Carlos Medeiros Silva, cujos principais pontos defendidos foram a anterioridade e a superioridade hierárquica do ato de concessão de lavra em comparação ao ato de tombamento, bem como a lavra como um dever do concessionário, o qual era impedido de dividir ou explorar somente parte da jazida concedida. Especificamente, Medeiros afirmou que o ato de concessão de lavra – válido, eficaz, bilateral, consensual e lucrativo – não poderia ser revogado por outro ato unilateral, compulsório e ruinoso, a não ser mediante indenização ao proprietário cujos direitos fossem afetados. Em suma, o advogado argumentou que o tombamento feria tanto um ato jurídico perfeito quanto um direito adquirido, identificados na averbação da Mina de Cata Branca no Livro A nº 1 dos Registros das Jazidas e Minas Conhecidas e, para ser efetivado, exigia como condição a desapropriação mediante indenização, correspondente ao valor do minério que as mineradoras deixariam de extrair do Pico.

Diferentemente do que afirmou Medeiros em seu parecer, havia muitas dúvidas e controvérsias a respeito do direito reconhecido de lavra das mineradoras. Foi justamente sobre este aspecto que o Conselho Consultivo se apoiou para tentar desconstruir a argumentação das recorrentes, afirmando que as alegações jurídicas das empresas eram errôneas, pois se fundaram em conhecimento escasso sobre a espécie no tocante às obrigações da União para com as empresas, no que refere ao direito de lavra. Para o órgão, a desapropriação com indenização somente deveria ocorrer quando o interesse público que justificasse o tombamento predominasse de forma a implicar perda completa das faculdades dominais e atingir por inteiro o conteúdo da propriedade, tornando impossível o uso do bem tombado. Por terem somente alegado que o tombamento importava na revogação completa da lavra, mas não demonstrado o porquê, o Conselho insistia na legalidade de sua decisão.

Tal posicionamento embasou-se, em parte, nas informações obtidas por Rodrigo Andrade em troca de correspondências com o já citado Admar Guimarães, um amigo advogado a quem recorreu para solicitar ajuda no entendimento da questão jurídica envolvida no caso. De fato, era um assunto complexo, pois nunca havia existido decreto algum de autorização concedendo expressamente o direito de pesquisa ou de lavra na mina de Cata Branca às empresas, na medida em que a mina fora manifestada como jazida, nos anos 1930, nos termos dos artigos 5 e 10, do decreto nº 24.642, de 10 de julho de 1934 – o antigo Código de Minas, que foi revogado por um novo código, em 1940. A aplicação dessa lei teria tornado a mina e, conseqüentemente, o Pico, conforme afirmou Andrade (Iphan, 1960, vol. II, fl. 203),

propriedade dos manifestantes, na forma de *jus in re*, em contraposição ao regime de concessão, no qual o direito se refere apenas à lavra.

Na carta de resposta escrita por Guimarães à Rodrigo Andrade (Iphan, 1960, vol. II, fl. 206-208), o advogado levantou alguns pontos bastante interessantes para pensarmos a respeito do conflito do Pico de Itabirito. Para ele, os juristas contratados pelas empresas faziam confusão intencional de conceitos e preceitos,

assim à maneira de mera ‘diversão tática ou ‘cortina de fumaça’, manobra ou expediente de que usam chefes militares em campanha para mascarar seus planos estratégicos, induzindo adversário incauto a mal ajuizar do vulto ou objetivo de determinada operação. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 206).

Sua opinião, como se pode perceber, era de que os advogados estavam agindo de má fé, misturando direito público com direito privado ou civil e, no âmbito desde último, deixando de distinguir direitos pessoais de direito das coisas. Além disso, para Guimarães, a afirmação sobre a superioridade hierárquica do ato administrativo de concessão da lavra era duvidosa, já que o direito administrativo é baseado na ideia do interesse coletivo, utilidade ou conveniência da comunidade, e não estritamente em aspectos econômicos. Essa confusão intencionalmente causada pelos autores do recurso gerava danos ao direito e às coisas públicas e, por isso, a atuação dos profissionais para defender os interesses das empresas era reprovável.

Aprofundando-se na questão jurídica do caso, Guimarães afirmou que, segundo seu entendimento, o ato unilateral de tombamento prevalecia sobre o da concessão, pois atendia ao interesse da coletividade – o famigerado interesse público –, e se impunha pelo poder de polícia, inclusive sobre os concessionários. O aproveitamento dos recursos minerais por estes atores dependia da concessão, por isso sua autorização estava sempre subordinada ao interesse coletivo e ao referido poder. É interessante notar que o advogado baiano defendeu, na carta, que o Estado poderia, a qualquer tempo, restringir, limitar ou alterar o exercício dos direitos de concessão, desde que se comprometesse a reparar danos patrimoniais resultantes que implicassem violação de direitos já adquiridos. Aqui, nos deparamos com a principal divergência entre as interpretações possíveis da questão jurídica: para Guimarães, a indenização relativa aos danos decorrentes da limitação da área da concessão, quando resultassem em perda de valores e bens investidos para aproveitamento do minério na área tombada, não incluía, diferentemente do que alegavam as empresas, os lucros cessantes não ressarcíveis, isto é, o lucro que pretendiam auferir, pois estes não eram direitos adquiridos,

mas expectativas de direito. Sendo assim, o advogado se posicionava contra o pagamento de indenização e defendia a legalidade do tombamento realizado.

Os documentos até aqui mencionados nos conduzem para comentários a respeito de dois tópicos importantes no caso em análise, quais sejam, a discussão jurídica sobre tombamento e indenização e a querela política que o Brasil e, especialmente, Minas Gerais, vivia no início da década de 1960, no que se refere à atuação de empresas estrangeiras no setor de mineração no país. Quanto ao primeiro, não vamos nos aprofundar muito, pois o tópico demanda muito mais conhecimentos em Direito que o que podemos oferecer. Limitamo-nos, assim, a fazer algumas breves observações, começando pela afirmação de Rodrigues (2012, p. 103), para quem a “doutrina brasileira, especialmente a administrativa, digladiava-se em torno da natureza jurídica do tombamento e sobre este ensejar ou não direito de indenização para o proprietário privado”. Basicamente, essa polêmica, quase sempre levantada em função de interesses particulares, gravita, de um lado, em torno do entendimento do tombamento como um ônus real de uso imposto, isto é, a chamada servidão administrativa, e de outro, do bem tombado como um bem destinado à fruição coletiva. Quanto a este ponto, Souza Filho (1997, p. 18 *apud* CHUVA, 2009, p. 151) resume bem as discussões em voga, alertando para a relação entre preservação do patrimônio e interesse público:

O bem cultural – histórico ou artístico – faz parte de uma nova categoria de bens junto com os demais ambientais, que não se coloca em oposição aos conceitos de privado e público, (...) porque ao bem material que suporta a referência cultural ou ambiental (...) se agrega um novo bem, imaterial, cujo titular não é o mesmo sujeito do bem material mas toda a comunidade. Este novo bem que surge da soma de dois, isto é, do material e do imaterial ainda não batizado pelo Direito vem sendo chamado de bem de interesse público e tem titularidade difusa (...).

Já o segundo tópico merece uma observação mais atenta, pois é uma espécie de pano de fundo político sobre o qual se desenrolou o conflito do Pico nos anos 1960. A referida querela tinha como motivo central um ato do ministro de Minas e Energia, Gabriel Passos, de 14 de junho de 1962, que deferiu o cancelamento de várias concessões de lavras de minério no Quadrilátero Ferrífero, por entender que havia, nelas, irregularidades e fraudes. Eram as chamadas “falsas minas”, das quais a jazida do Pico fazia parte. As irregularidades provinham de uma longa trajetória de grandes empresas estrangeiras influenciando os rumos da política econômica e de desenvolvimento do país. Para entendê-la, precisamos nos reportar à Constituição de 1934, que permitiu somente a brasileiros ou a empresas formadas no Brasil a concessão de lavra de minérios, e ao Código de Minas de 1934, que

assegurou a propriedade privada das minas que estivessem em lavra até 17 de julho daquele ano, (...) estabelecendo um procedimento administrativo chamado manifesto, pelo qual os interessados em jazidas e minas conhecidas deviam declarar ao governo a sua existência e os direitos constituídos sobre as mesmas. O código estabeleceu assim dois regimes diversos para exploração das minas de propriedade privada: a) as minas, em lavras ainda que transitoriamente suspensas à data da promulgação da Constituição, poderiam ser exploradas independentemente de autorização ou concessão; b) as minas ou jazidas que não tivessem sido lavradas, embora continuassem de propriedade privada, somente mediante concessão ou autorização do governo poderiam ser exploradas, estando assegurada ao proprietário preferência pela lavra ou participação nos resultados. (VENÂNCIO FILHO, [201-], n.p.).

Nesse contexto, a St. John del Rey Mining Company, que trabalhava com extração de ouro, criou a empresa Novalimense, em 1937, a quem transferiu os direitos de propriedade das terras e jazidas de ferro, manganês e bauxita que vinha comprando desde os anos 1920, e passou a reivindicar junto ao governo a autorização para lavra, sob a falsa justificativa de que já eram minas em operação. Nos anos 1950, a americana Hanna comprou a St. John e conseguiu, através da assessoria de uma empresa da qual faziam parte dois futuros ministros de Estado, uma série de benesses no governo JK, dentre elas, 31 concessões de minério de ferro. Nos anos 1960, sob o discurso nacionalista e em meio à complicação jurídica dessas jazidas, Jânio se opôs à exploração mineral por estrangeiros, e o DNPM instaurou inquéritos em agosto de 1961, cancelando algumas concessões. Em Minas Gerais, o governo de Magalhaes Pinto entrou na justiça contra a Hanna por causa das referidas concessões irregulares e, em 1962, conforme mencionado, o ministro Gabriel Passos confirmou estes cancelamentos, transformando as jazidas em reservas nacionais (dentre elas, a do Pico). A Hanna, então, impetrou mandado de segurança junto ao Superior Tribunal de Recursos (STR) e, tendo seu pedido negado, recorreu ao STF, que se pronunciou, em 1966, anulando o ato de Passos e devolvendo ao Presidente Castello Branco o reexame da matéria, cujo resultado foi a reativação de várias concessões cassadas da Hanna. (MENDONÇA, 1987).

Nessa trajetória complexa, é importante ressaltar a existência de várias “escaramuças” políticas e jurídicas das empresas internacionais para manterem seus privilégios (WISNIK, 2018). Um exemplo foi a manobra de criação, pelo grupo Hanna, da Minerações Brasileiras Reunidas S/A (MBR), em associação com o empresário brasileiro Augusto de Azevedo Antunes, da Icominas, com o objetivo de disfarçar a participação do capital estrangeiro da mineração do Quadrilátero Ferrífero, enfraquecendo, assim, a campanha nacionalista que se opunha ao avanço explorador da empresa no território do Estado de Minas Gerais. No contexto dessa campanha, foram instalados processos judiciais e duas Comissões

Parlamentares de Inquérito (CPI) para examinar a política de minérios e apurar irregularidades (MENDONÇA, 1987); foi criada a Metamig, empresa destinada a concentrar a exploração mineral do Vale do Paraopeba (EXPLORAÇÃO..., 1963); houve denúncias de mineradores independentes contra mineradoras estrangeiras, acusando a caducidade de concessões de lavras e a omissão do DNPM frente aos casos (GRANDES..., 1960); ocorreu um discurso do deputado federal Celso Passos⁴⁹ (UDN-MG) na Câmara, no qual criticou a “espoliação do país no terreno mineral” e alertou para o perigo do cancelamento do ato do ministro Passos pelo STF, o que poderia devolver o direito de exploração à Hanna, empresa que atuava “sem trazer para nossa pátria um investimento correspondente”. (PASSOS, 1963).

Esse embate entre nacionalistas e “entreguistas”, ou seja, aqueles que não se opunham à atuação de estrangeiros no setor mineral do país, ocupou várias páginas de jornais na década de 1960. Este último grupo não deixou de reagir, respondendo às denúncias feitas e procurando desmentir alegações relativas ao monopólio do mercado pelas mineradoras estrangeiras. (A QUEM..., 1964; HANNA..., 1965). O Pico de Itabirito, nesse contexto, era um assunto comum, pois sua preservação estava condicionada não somente a uma decisão presidencial, mas também a uma pendência judiciária, devido ao ato do ministro Passos. Não pensemos, contudo, que todos aqueles que combatiam a presença da Hanna em Minas Gerais o faziam por desejo de ver o Pico preservado. Muitos defendiam, sim, o tombamento, mas as fontes consultadas deixam claro que havia, também, aqueles que viam a medida da Dphan como uma oportunidade para, momentaneamente, preservar o Pico das mãos dos estrangeiros, não se opondo, contudo, a uma futura destruição do monumento por mineradoras nacionais.

Após essa longa exposição sobre a querela mineral que compunha o quadro político mais amplo no qual se inseria o processo por nós estudado, voltamos ao trâmite do pedido de cancelamento do tombamento, com o qual iniciamos este tópico. Após a aprovação do parecer sugerido por Rodrigo Andrade, o Conselho enviou o documento ao ministro Lacerda, que concordou com o posicionamento do órgão e pediu ao Presidente da República que negasse o recurso de destombamento. Alguns meses antes, o ministro já havia enviado um ofício a Jango, no qual confessava crer na existência de “meios de conciliar os interesses respeitáveis da mineração com o interesse público, a meu ver superior, da preservação efetiva e

⁴⁹ O deputado Celso Passos teve uma atuação, ao longo de sua vida pública, voltada para a defesa de interesses nacionais na questão mineral. Ele participou da CPI do minério de ferro, escreveu livros sobre o Quadrilátero Ferrífero e a Hanna e a política do minério de ferro. Teve seu mandato cassado e direitos políticos suspensos pelo AI5, durante o Regime Militar.

permanente do monumento singular que é o Pico do Itabirito”. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 199). Por meio desta e de outras afirmações, já analisadas neste trabalho, fica claro, como afirma Radun (2016), que a reiteração dos valores patrimoniais dos bens se apresenta como a principal estratégia de defesa da autonomia do órgão de proteção diante de pressões externas. Em seu estudo sobre o cancelamento de tombamento, este autor elabora um raciocínio preciso, com o qual concordamos:

Os agentes que provocam o destombamento não negligenciam a autonomia do campo para o processo de atribuição de valor patrimonial, até mesmo porque é identificável certa crença no fato de ser esse valor imanente ao bem. Todavia, não se reconhece sua autonomia na gestão do bem patrimonializado. Ou seja, pode o [órgão federal de proteção (OFP)] afirmar quais são os valores patrimoniais e instituir o tombamento, todavia o órgão perde essa autonomia quando um interesse, por exemplo econômico, vai de encontro à patrimonialização. Nesse sentido, o OFP procura convencer autoridades políticas (prefeitos, secretários, ministros, o presidente da república) para que o tombamento seja mantido e destacar o interesse público na preservação da história e da arte da nação (RADUN, 2016, p. 100).

Radun afirma, ainda, que tanto os atores do tombamento quanto os do destombamento reivindicam o interesse público em seus discursos, mas em nenhum dos lados da disputa se vê a efetiva participação da coletividade na tomada de decisões. De fato, no campo do patrimônio, foi muito expressivo o alijamento da população na execução das políticas e práticas de proteção, até os anos 1980. No processo do Pico, contudo, um fator contrastante com esta observação nos chama especial atenção: encontramos, nos autos do processo e nas demais fontes consultadas, vestígios de uma intensa participação popular, vinda de setores variados, que extrapolam o campo da política partidária e da administração pública e, por isso, tornam o processo um caso muito mais interessante que um simples episódio de decisão de gabinete. É justamente sobre este aspecto que dissertaremos no próximo tópico.

4.2 A decisão do Presidente da República em meio ao debate público

Logo após o recebimento da notícia sobre o recurso interposto ao Presidente da República, com a reivindicação do destombamento, o povo da cidade começou a expressar descontentamento com a situação. Houve manifestações de solidariedade por parte da Câmara Municipal de Itabirito para com o Conselho, solicitando que este atuasse junto ao Presidente no sentido de convencê-lo a não aceitar o recurso das empresas. Segundo o Secretário do órgão, em ofício dirigido ao presidente do Conselho, o povo da cidade estava inconformado

com o possível desaparecimento do monumento, que tanto significado tinha para as pessoas do local. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 174-175). Este documento nos indica que, além de ter existido uma forte tensão entre a Dphan, “que busca evidenciar o valor cultural excepcional do bem protegido”, e os interessados diretamente no destombamento, “que procuram sobrepor valores relacionados ao desenvolvimento urbano e ao progresso” (RADUN, 2017, p. 100), o caso do Pico envolveu diversos segmentos da sociedade, que se manifestaram tanto contra quanto a favor do destombamento. Radun (2016, p. 100-101), ao dissertar sobre os processos de destombamento ocorridos no país, já havia feito a seguinte observação:

Em alguns processos, outros atores, que não são proprietários do bem nem integrantes do corpo técnico do órgão federal de proteção, como empresários, intelectuais e artistas, procuraram entrar na cena do processo de (des)patrimonialização. Enviaram cartas ao órgão, manifestaram-se publicamente em jornais, além de abaixo-assinados e manifestações em rádio sobre o caso, e essas matérias passaram a reforçar o argumento pela manutenção do tombamento ou para o destombamento do bem. Essas manifestações permitem perceber que o processo de (des)patrimonialização não ocorria sem pressões externas e que as decisões, em geral restritas a gabinetes e aos atores autorizados pela legislação a participar desse ritual, concorreram para a adoção de novos mecanismos jurídicos ou de estratégias políticas que visaram fortalecer o poder e o reconhecimento do campo.

De fato, nas fontes por nós pesquisadas, foi possível constatar o forte envolvimento de alguns meios de comunicação na disputa, muitos deles tomando posição ativa na defesa do monumento natural e veiculando artigos de figuras públicas que se engajaram em prol do tombamento do Pico, como o jornal Correio da Manhã. Já outros veículos apenas publicavam informes sobre a evolução do caso, enquanto alguns procuravam trazer entrevistas, manifestações e debates entre os atores envolvidos em todos os lados do conflito. O jornal O Globo, por exemplo, veiculou, em 24 de maio de 1965, a nota “Itabirito, marco indestrutível!”, (Iphan, 1960, vol. II, fl. 168), quando pairava no ar a expectativa de resposta do Presidente ao recurso. O jornal afirmou crer na lucidez de Castello Branco para impedir o destombamento, e convocou excursionistas e demais interessados a enviarem telegramas ao chefe da Nação, pedindo a recusa do recurso. A tentativa d’O Globo de iniciar uma campanha em prol da preservação do Pico nos revela o papel que os espaços de formação da opinião pública podem ter nos jogos de patrimonialização – não só na elaboração e difusão de discursos, mas também como forma de pressão social sobre o decisor no caso de conflitos por destombamento.

Um exemplo interessante disso se encontra no artigo “O Pico de Itabirito como monumento e a Revolução Brasileira”, veiculado no dia 6 de agosto de 1964, pelo Diário

Carioca. (COSTA, 1964). Já no título, percebemos o caráter fortemente político do texto, que deve ser interpretado tendo em vista o contexto de recente mudança nos rumos políticos e econômicos do país, após a instauração do Regime Militar, em abril do mesmo ano. O autor, o engenheiro Heitor Façanha da Costa, que se apresentou como militante do DNPM e estudioso dos problemas minerais do Brasil, iniciou seu artigo revelando-se surpreso com a defesa do tombamento do Pico de Itabirito, feita pelo ministro da educação, Lacerda, ao Presidente Castello Branco. Segundo ele, a sugestão do ministro era antirrevolucionária, isto é, ia de encontro aos maiores princípios do regime militar, quais sejam, a salvação do país e o reestabelecimento da disciplina e da hierarquia funcional.

Façanha desenvolveu seu raciocínio com base no argumento técnico, presumindo para si uma posição de neutralidade e, portanto, liberdade de opinião na disputa, por não possuir ligações com os proprietários da jazida. Ele afirmou, quanto à mineração, que o DNPM e MME eram os únicos órgãos técnicos que podiam emitir pareceres e disciplinar sobre matéria minerária no Brasil, já que o tema só poderia ser compreendido por especialistas qualificados. Já na seara do patrimônio, o autor apresentou o seu entendimento da palavra *monumento*, que deveria compreender, necessariamente, o elemento humano em sua construção, bem como a relação com a memória. Sendo assim, sob o seu ponto de vista, o Pico de Itabirito não poderia ser considerado um monumento, porque era uma obra da natureza, uma rica jazida que, enquanto tal, deveria ser posta a serviço da humanidade. Desfavorável à forma como o assunto estava sendo conduzido pela Dphan, ele afirmou: “Considerar o Pico de Itabirito como monumento é legar à posteridade um monumento à nossa ignorância mineral e portanto à nossa falta de educação”. (COSTA, 1964, p. 5).

O autor concluiu o artigo com uma solicitação ao Presidente da República: que acabasse “de uma vez por todas com a farsa do tombamento” e reestabelecesse a disciplina e a hierarquia funcional, levando em conta, por um lado, o pronunciamento do MME e do DNPM “sobre a conveniência ou não do tombamento”, e desconsiderando, por outro, as ponderações do MEC, “para não comprometer os princípios da revolução”. É importante perceber, nessa fonte, uma forma muito clara de discurso, que representava uma interferência externa no campo do patrimônio. Para o autor, o tema da mineração somente admitia as falas autorizadas de especialistas, enquanto a matéria de alçada da Dphan era passível de opiniões por parte de qualquer pessoa fora do campo, como ele próprio, ao definir o que viria a ser monumento ou não. Esse tipo de discurso, ao encontrar reverberação na mídia, enfraquecia o capital político que o órgão federal de proteção ao patrimônio tinha na mesa de negociações, na medida em

que ajudava a fortalecer uma imagem de instância pouco técnica e objetiva, logo, em posição inferior na estrutura da administração pública.

O Jornal do Brasil, assim como o Diário Carioca, também cedeu espaço para que opositores do tombamento do Pico pudessem expor seu posicionamento. No dia 27 de maio de 1965, o jornal publicou uma entrevista (Iphan, 1960, vol. II, fl. 165) com Hugo Sigmann, um dos advogados da mineradora Novalimense, que acusou a Dphan de ter tombado o Pico com o intuito de prejudicar os interesses das mineradoras, por elas terem apelado ao STF contra o ato de cassação de concessões do ministro Gabriel Passos. Para ele, portanto, o tombamento não era uma medida genuína para preservar a paisagem itabiritense, mas um instrumento político para contrariar os interesses da mineradora Hanna. É curioso notar que os atores interessados no destombamento aproveitavam os espaços de veiculação de seus discursos para, inclusive, distorcer a realidade e tentar influenciar a opinião pública a seu favor. No caso aqui demonstrado, é evidente que a informação concedida era falsa, pois Passos só se tornou ministro em 8 de setembro de 1961, sendo que os primeiros registros de discussão acerca do tombamento do Pico são anteriores a essa data.

Servindo como espécie de tribuna para direito de resposta, o jornal O Estado de Minas concedeu, alguns dias depois da publicação da entrevista com Sigmann, espaço para Luis Kuchenbecker, defensor do tombamento, responder às acusações feitas pelo advogado, na matéria intitulada "Historiador manifesta-se a favor do tombamento do Pico de Itabirito", veiculada na edição do dia 4 de junho de 1965. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 164). Kuchenbecker negou as afirmações feitas por Sigmann, chamando-as de "injúrias ao diretor do PHAN e do Conselho", e reiterou que a preservação do Pico, via tombamento, era perfeitamente conciliável com a exploração mineral no entorno. Declarou, ainda, que acreditava na resposta negativa de Castello Branco ao recurso das mineradoras – resposta esta que estava, a essa altura, prestes a ser dada.

Ao contrário do que esperava Kuchenbecker, no dia 8 de junho de 1965 foi publicado no Diário Oficial da União o despacho do Presidente da República dando provimento ao recurso pelo destombamento do Pico de Itabirito. A decisão baseou-se no parecer emitido, alguns dias antes, pelo Consultor Geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa, pronunciando-se a favor do cancelamento do tombamento. Em linhas gerais, seu parecer reproduziu grande parte dos pontos levantados pelos procuradores das empresas, como a necessidade de indenização e a relativização dos valores históricos e paisagísticos do Pico. De forma bastante incisiva, o Consultor Geral afirmou:

o atual governo se empenha em agressiva política de exportação de minério de ferro, conjugando esforços próprios com os da iniciativa privada (...) as condições atuais das finanças públicas não permitem novos encargos e, principalmente, de natureza não reprodutiva. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 160).

Além de apresentar essas razões, o parecer também defendeu a necessidade de indenização aos proprietários, caso o Pico fosse realmente tombado. Esses motivos foram todos reproduzidos no despacho presidencial, que se pautou, conforme consta do documento, na “necessidade de observância dos pressupostos constitucionais de proteção à propriedade privada”. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 146). No despacho, Castello Branco alegou razões de diversas ordens para justificar sua decisão: jurídicas, econômicas, políticas e, até mesmo, de mérito do tombamento. Segundo o Presidente, o Pico era uma jazida compacta de minério de ferro que fora adquirida para ser explorada até seu esgotamento. Essa seria a única fonte de valor do local, sua única utilidade: fornecer minério como matéria-prima para produção de bens materiais, e não servir ao “deleite estético ou histórico” a todos que o quisessem contemplar. Partindo dessa perspectiva, tomar o Pico acarretaria no esvaziamento econômico da propriedade, pois estaria suprimindo o único elemento que o proprietário poderia explorar nela. Isso configuraria, portanto, confisco, caso a medida fosse desacompanhada de indenização. Fica evidente, neste raciocínio, que a única maneira de enxergar a paisagem, revelada pelo chefe do Poder Executivo, era através de um olhar econômico dirigido pelo discurso da “vocação mineral”, ou seja, restrito à uma suposta destinação natural para a mineração, que tornava irrelevante qualquer outra finalidade ou ordem de valor colocada sobre a paisagem.

Outras justificativas presentes no despacho referiam-se ao próprio mérito do tombamento e à capacidade técnica da Dphan e do Conselho. Para o Presidente, o fato de haver existido opiniões contrárias ao tombamento ao longo do processo, como o parecer do relator inicial do caso no Conselho e a mudança de opinião por parte do governador de Minas Gerais, fragilizava o poder de sustentação da medida, abrindo espaço para seu questionamento. Aliás, ele mesmo afirmou, no documento, que as razões históricas e paisagísticas apresentadas eram controversas e que os conceitos utilizados pelo Conselho eram “meramente opinativos”, sendo “alguns carecedores até de mais pormenorizada investigação técnica”. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 146).

O que nos chama atenção nessa argumentação é o fato do Presidente deslegitimar o órgão do governo, ao admitir que ele falhara por acreditar, equivocadamente, que o tombamento não causaria prejuízos econômicos, e dar razão somente às empresas, aceitando a alegação de que o tombamento traria ônus incalculáveis a elas e   economia do país. A

confiança entre o chefe do Executivo e seus servidores era, neste momento, quebrada para dar lugar aos interesses privados das mineradoras, e o conflito em torno do tombamento do Pico tornava-se, assim, um conflito político dentro da própria estrutura da administração pública. Prova desse “voto de desconfiança” foi o fato de o Presidente ter concluído sua decisão, sem fazer uma referência sequer ao parecer emitido pelo Conselho sobre o destombamento, da seguinte forma: “Se trata de um fato econômico de efeito certo e conhecido e um ato administrativo de resultados controversos, embora valiosos”. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 159).

O despacho presidencial atestou a incapacidade da Dphan de usar seu capital político para sensibilizar o poder executivo federal (CHUVA, 2009) na disputa em torno do Pico de Itabirito – mesmo sendo um órgão parte da estrutura do governo e tendo, dentre seus funcionários mais importantes, pessoas escolhidas pelo próprio Presidente para ocupar cargos altos na estrutura da agência. A mais importante dessas pessoas, logicamente, era Rodrigo Andrade, que, logo após a decisão do Presidente, concedeu entrevista ao jornal Correio da Manhã, reiterando a necessidade de fazer “prevalecer o interesse público da preservação sobre os interesses privados dos proprietários”. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 159). Sua declaração foi como combustível na fogueira: o conflito agravou-se e mais pessoas passaram a se manifestar, sobretudo na imprensa, a respeito do destino do Pico e da importância de sua preservação ou de sua exploração para o bem coletivo da Nação, difundindo discursos que vinham sendo elaborados desde antes do início do processo de tombamento.

Nas fontes encontradas por nós, foram poucos os protestos em defesa das mineradoras, quando comparados aos que se posicionaram ao lado da Dphan e do Conselho. Um deles foi o do já conhecido crítico ao tombamento, o engenheiro Heitor Façanha da Costa, que publicou, novamente, no Diário Carioca, em 21 de junho de 1965, o artigo "Pico do Itabirito: demagogia mineral" (COSTA, 1965). Façanha se declarou satisfeito em ver “a farsa do tombamento terminada” e elogiou Castello Branco, por mostrar-se o maior defensor dos interesses brasileiros no setor mineral. O destombamento do Pico, para ele, significava uma “pá de cal na demagogia mineral que assolou o país durante longa data e até hoje, apesar da Revolução de março, ainda tenta continuar no propósito de demolir a nossa parca economia mineral”. (COSTA, 1965, p. 6). A demagogia, segundo a interpretação de Façanha, repousaria na defesa do tombamento como um ato de patriotismo, na medida em que isso era um obstáculo à riqueza e a prosperidade do país. A essa atitude ele deu o nome de “ vaidade paisagística dos falsos patriotas” – aqueles que pretendiam estatizar a mineração, liquidando a

iniciativa privada. O ápice de sua comemoração do despacho presidencial, que seguia a linha discursiva do interesse público e do nacionalismo, deu-se sob a forma de uma metáfora:

As mulheres de Cártago, autênticas patriotas, sacrificaram os seus cabelos, maior ornamento de que se orgulhavam, para fabricarem cordas usadas nos armamentos para resistirem ao cerco dos romanos. O gesto das mulheres de Cártago deve ser considerado como uma lição de patriotismo. Devemos deixar de lado orgulho, luxo e conveniência pessoal quando está em jogo a sorte da Pátria. Necessitamos urgentemente sair do cerco do subdesenvolvimento e não é com *luxos paisagísticos* que conseguiremos tal coisa. (COSTA, 1965, p. 36, grifos da autora).

O que Façanha chamou de “luxos paisagísticos”, o juiz de direito itabiritense, Alyrio Cavalieri, considerou como sentimentos por símbolos urbanos, comparando o valor que o Pico tinha para a cidade de Itabirito com o significado do Corcovado, do Pão de Açúcar e da Praia de Copacabana para a cidade do Rio de Janeiro. Em entrevista concedida ao jornal Correio da Manhã, em 27 de junho de 1965, (PARA..., 1965) ele afirmou que destruir o Pico seria como “amputar o solo do país”, o que causaria, sobretudo no povo da cidade, uma forte reação. Apesar de declarar confiança na sensibilidade do Presidente Castello Branco em relação à questão do tombamento, Cavalieri recorreu a uma estratégia típica dos membros da Dphan: entrar em contato com membros das suas redes sociais que pudessem influenciar, de alguma forma, o processo decisório sobre a matéria. Ele escreveu uma carta ao poeta Carlos Drummond de Andrade, que já havia trabalhado no órgão e, além de ter capital simbólico para atuar junto à opinião pública, já havia se manifestado a favor do tombamento do Pico em ocasiões anteriores.

Não tivemos acesso à carta escrita por Cavalieri, mas o documento original da resposta de Drummond encontra-se no Arquivo Público de Itabirito. Na resposta, Drummond recomendou a Cavalieri que confiasse na capacidade da Dphan para defender o Pico, o qual representava, para o poeta, “a imagem destruída” de seu Cauê” – em referência à montanha de sua cidade natal, destruída pela mineração. Lírico, como um poeta havia de ser, Drummond respondeu que o drama vivido por Itabirito era um fator de “aproximação e comunhão entre as duas Itabiras, uma sacrificada e outra em vias de sê-lo”. (ANDRADE, 1965, n.p.).

Outro escritor que se manifestou publicamente contra o despacho do Presidente foi Rubem Braga, que publicou, na edição de 26 de junho de 1965 da revista Manchete, o artigo "Defenda a paisagem, Marechal!" (Iphan, 1960, vol. II, fl. 157). No texto, Braga foi incisivo ao criticar o que ele chamou de “enfeimento do país em nome do desenvolvimento econômico” e de “aviltamento comercial da paisagem”. Ao mesmo tempo em que foi duro nas

críticas, que se dirigiam não só à atitude do governo no caso do Pico, mas em outras situações também, elaborou imagens poéticas da paisagem itabiritense, que muito se assemelhavam àquelas construídas por viajantes no século XIX: o Pico seria uma “imensa cabeça de cão” ou uma “gigantesca mão de ferro”, que “às vezes fulgura ao sol, às vezes é como uma grande assombração luminosa sob o luar”. Com muita sensibilidade e sem sequer citar a palavra patrimônio, Braga conseguiu descrever bem a relação do povo de Itabirito com o Pico e o que estava em jogo, para eles, na decisão pelo destombamento, ato que representaria uma “monstruosidade”:

Para os mineiros daquela zona parece esse projeto [explorar o Pico] tão absurdo como o de deitar abaixo o Pão de Açúcar para fazer paralelepípedos ou aterrar a Lagoa Rodrigo de Freitas para fazer um loteamento pareceria a um carioca. É um monumento plantado na paisagem, na história e na lenda, um monumento às minas de Minas Gerais, uma visão que impressiona e comove. (...). Pensam em termos de toneladas e dólares (dólares que, em sua maioria, não ficariam aqui...) e acham boba e romântica toda questão de beleza e dignidade da paisagem e sentimento histórico. O pico majestoso, lendário, assombrador, será transformado em um buraco – e à sua margem continuarão a viver, pobres como hoje, e muito mais pobres, porque até saqueados em sua paisagem e em sua alma, os mineiros de sempre. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 157).

Apesar do contexto político autoritário que já havia se instalado no país, do qual a censura aos meios de comunicação viria a ser uma das principais marcas, Braga não mediu palavras para criticar não só “os juristas regidamente pagos e ricos em sofismas” e os “advogados interesseiros de grupos econômicos sem alma”, como também o próprio governo, de forma indireta, ao concluir com a seguinte frase, dirigida diretamente ao chefe da Nação: “defenda a paisagem, marechal; pelo menos a paisagem, marechal”. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 157).

O aspecto político e ideológico do conflito, agravado pelo contexto iniciado a partir de março de 1964, foi se tornando, de fato, cada vez mais latente. Um reflexo disso foi o envolvimento de representantes do poder legislativo estadual e nacional na disputa, como o deputado Sette de Barros, que fez um pronunciamento, em 5 de setembro de 1965, pedindo providências à Assembleia Legislativa de Minas Gerais contra o destombamento do Pico de Itabirito. Segundo Barros (DEPUTADO..., 1965, p. 16), as mineradoras

poderiam perfeitamente concordar com o tombamento sem qualquer sacrifício, uma vez que os polpudos lucros que cotidianamente obtêm na exploração de nossas reservas minerais, compensariam, como na realidade compensam, a perda daquele monumento geológico. Compreensão dos responsáveis por essas empresas estrangeiras é uma pequena amostra das

ganância e cupidez com que elas procuram, inescrupulosamente, aumentar os seus dividendos que, como todos sabemos, ultrapassam de muito, anualmente, os capitais aqui investidos pelas mesmas, causando uma revoltante sangria na débil economia nacional. (...).

É necessário que iniciemos de imediato, uma urgente luta para salvarmos de destruição o Pico do Itabirito. (...). Nós os mineiros, não podemos ficar indiferentes a tão monstruoso atentado contra a nossa gloriosa história, razão por que devemos sem desfalecimento, batalhar juntos às autoridades competentes, a fim de preservar para a posteridade o local onde se desenrolaram cenas épicas do desbravamento dos nossos sertões. O tombamento do Pico do Itabirito tem de ser feito, custe o que custar, visto que não podemos de maneira alguma, assistir em silêncio e esse crime de lesa-pátria que companhias estrangeiras, demonstrando completo descaso pelas nossas tradições, pretendem praticar, sob pena de, se permanecermos omissos, incorrerem na censura das gerações vindouras.

Em seu discurso, os aspectos que mais nos chamam atenção são o repúdio às companhias estrangeiras, evidenciando a intrínseca relação do caso do Pico com a querela que opunha nacionalistas e “entreguistas” na temática mineral, nos anos 1960; e a representação do Pico como elemento da paisagem e da tradição, importante para todos os mineiros, e não somente para os itabiritenses. Essa estratégia discursiva é interessante, pois indica uma tentativa de angariar mais adeptos à causa, isso é, enfatizar o simbolismo do Pico para a história e a cultura regional, com o intuito de sensibilizar mais pessoas em prol do tombamento.

No âmbito municipal, por sua vez, políticos e autoridades locais também se envolveram publicamente no conflito. O então prefeito, Gastão Melillo, e o presidente da Câmara Municipal, José Salvador de Oliveira, se mobilizaram para entrar em contato com diversas autoridades que, por seu capital político ou poder de decisão, poderiam contribuir para a revisão da decisão sobre o destombamento. Além de enviarem pedido de ajuda a Rodrigo Andrade, para que não fosse cancelado o tombamento até a aprovação de um projeto de lei que proibia a destruição do Pico, de autoria do deputado federal José Bonifácio Andrade, (Iphan, 1960, vol. II, fl. 153) os dois políticos itabiritenses também contataram o presidente da Câmara dos Deputados, Bilac Pinto, por meio de telegrama, pedindo apoio à preservação do Pico. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 92). Até mesmo o Presidente da República recebeu um apelo de Melillo para que não destombasse o Pico. (POVO..., 1965).

Além dessa atuação junto a outras esferas, os membros do Poder Legislativo local também atuaram no próprio município, recolhendo assinaturas da população para um

memorial a ser enviado ao chefe da Nação, no qual pediriam a reconsideração de sua decisão, tendo em vista a importância simbólica do Pico para a cidade e o desejo dos itabiritenses de verem-no preservado. O prefeito, por sua vez, deu declarações à imprensa, reforçando um aspecto econômico do Pico que não fora levado em consideração no ato do destombamento: ele era a única atração turística da cidade, visitado por pessoas de todo o Brasil e, também, do exterior. Sua exploração pela atividade mineradora em nada resolveria, segundo ele, o problema financeiro do Brasil e, pelo contrário, só traria prejuízos para a cidade. (POVO..., 1965).

A população de Itabirito também foi mencionada diversas vezes nas fontes consultadas, nas quais foi destacada a revolta que a notícia do destombamento causou nos moradores. Segundo o Correio da Manhã, logo após o deferimento do recurso das empresas pelo Presidente, eram esperadas manifestações nas ruas da cidade, sobretudo de estudantes, que estavam inconformados com o desaparecimento próximo do Pico. O jornal O Globo também publicou matéria, em 21 de junho de 1965, informando sobre protestos por parte de muitas pessoas em Minas Gerais, principalmente habitantes de cidades da região, excursionistas, turistas e amantes da natureza. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 156). A situação alarmante teria chegado a motivar a criação de um novo bordão na cidade: “visite o Pico de Itabirito antes que acabem com ele”. (POVO..., 1965).

Conforme mencionado, o Correio da Manhã foi o veículo de comunicação que mais se envolveu na defesa do tombamento do Pico. Foram inúmeras as matérias publicadas pelo jornal, tanto de autoria própria quanto de colaboradores externos e colunistas eventuais. Uma das notas mais interessantes que o jornal carioca publicou se chama “Paisagem”, que foi uma espécie de resposta ao artigo de Heitor Façanha, no Diário Carioca, no qual ele criticou a classificação do Pico como monumento. Dessa forma, o Correio publicou, em 15 junho de 1965:

Não somente os monumentos são históricos. Também a paisagem pode ser histórica. O governo da Itália não permitiria a drenagem das lagunas de Veneza, colocando no seco a cidade. Em todos os países europeus e nos Estados Unidos existem leis de proteção à paisagem. A cidade-monumento de Ouro Preto não seria mais Ouro Preto, arrasando-se as colinas em redor. E o Pico de Itabirito também é um caso desses. Mas os superiores interesses nacionais? São representados, no caso, conforme reza o despacho presidencial, por várias companhias que pretendem arrasar o Pico de Itabirito para exportar o minério. Vamos executar o despacho e vamos rezar para que não se descubram minérios no Pão de Açúcar. (PAISAGEM, 1965, p. 6).

Além de criticar diretamente a decisão do Presidente, o jornal também procurou sensibilizar a opinião pública por meio de notícias que falavam sobre o descaso com o patrimônio cultural no país de forma mais ampla. Na coluna "A defesa do passado", de 20 de junho de 1965, (Iphan, 1960, vol. II, fl. 155) o veículo denunciou as condições ruins em que trabalhavam os servidores da Dphan, como falta de verbas, desdém pelos funcionários e decisões soberanas do Conselho sendo “reformadas arbitrariamente pelo Presidente”, em referência explícita ao destombamento do Pico. Outra estratégia discursiva utilizada foi dar um embasamento mais técnico ao seu posicionamento, apresentando declarações de especialistas em áreas que teriam a autoridade profissional para opinar sobre o tema. Foi o caso da entrevista com o professor de direito comercial da Universidade de Minas Gerais, Ruy de Souza, publicada na edição de 17 de junho de 1965. Segundo o professor, o parecer do Consultor Geral da República, no caso do tombamento do Pico de Itabirito, fora “totalmente errôneo, além de lesivo aos interesses da Fazenda Nacional, que terá de desembolsar milhões, indevidamente. Para ele, das alternativas propostas, Castello escolheu a pior, por ser errada e absurda”. (ITABIRITO, 1965, p. 7).

Foi por crer na possibilidade de o Presidente se convencer dessa má escolha que a Dphan resolveu, por decisão unânime do Conselho, tomada na sua 45ª reunião, solicitar ao chefe do Executivo a reconsideração do ato de destombamento. Em 8 de julho de 1965, foi enviado um ofício ao ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, comunicando que o órgão remeteria o pedido ao Presidente, sob a justificativa de que o Consultor Geral da República, em seu parecer, não levava em consideração “as razões de fato e de direito alegadas pelo Conselho”. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 149). Como relator dessa nova etapa do processo, foi escolhido o conselheiro Afonso Arinos, que se incumbiu de redigir o pedido com a devida fundamentação.

No documento (Iphan, 1960, vol. II, fl. 117-127), que foi apresentado e aprovado pelo Conselho no dia 18 de julho de 1965 e enviado ao ministro Lacerda no dia 29 do mesmo mês, para que este o remetesse ao Presidente da República, Arinos procurou demonstrar que as situações jurídicas apresentadas como conclusivas ao chefe da Nação, se fossem corretas, poderiam gerar, de fato, consequências econômicas que lhe cumpria evitar – contudo, os emitentes de tais opiniões não tinham razão. Ele afirmou que o pedido de reconsideração não estava sendo feito por “desconhecimento ou incompreensão dos interesses econômicos em jogo”, mas pelo entendimento de que estes eram perfeitamente compatíveis com a preservação do Pico de Itabirito.

Na argumentação jurídica, Arinos alegou que era falsa a premissa de que o tombamento anulava o direito de propriedade, ao invés de somente limitá-lo, conforme o próprio entendimento do STF, no Acórdão de 17 de junho de 1942, o qual dispensava a expropriação em casos de limitação ao usufruto da propriedade. Esse debate sobre eliminação ou limitação do referido direito era importante, pois dizia respeito à própria possibilidade de conciliar o tombamento com a exploração no entorno do perímetro protegido. Para Arinos, não havia sido devidamente provado, nem pelas empresas, tampouco pelo Consultor Geral, que o tombamento impossibilitava a mineração. Pelo contrário, o que se podia concluir do manifesto da mina era que o Pico era só parte da jazida da Cata Branca, logo, era incorreto afirmar que havia sido feito visando somente o aproveitamento econômico do Pico. Se assim o fosse, a St. John teria manifestado somente este acidente geológico, sem o seu extenso entorno. Além disso, as únicas alegações técnicas que recusavam a possibilidade de conciliação da exploração com o tombamento eram de pessoas contratadas pelas empresas, e de dois técnicos do Governo de Minas Gerais, as quais já haviam sido rebatidas por quatro técnicos que exerciam funções no Governo Federal. Quanto à proibição de dividir a mina, alegada no recurso de destombamento pelas empresas, o Código de Minas a impunha, segundo Arinos, somente aos particulares, deixando os órgãos governamentais livres para fazê-lo.

Quanto aos argumentos econômicos, o documento produzido por Arinos apontou a divergência de dados relativos à quantidade de minério disponível no Pico e no restante da jazida, apresentadas pelos técnicos das empresas e do governo estadual. Os valores eram muito distintos e, por isso, pouco confiáveis. Somente quem poderia solucionar tal divergência era o DNPM – que, para a surpresa de todos, fez uma esquivada inexplicável quando procurado para opinar sobre a matéria de sua alçada.

Como o direito de propriedade também foi um elemento muito frisado no despacho presidencial que cancelou o tombamento, o pedido de reconsideração fez menção à Constituição Federal, destacando que ela estabeleceu, em seu artigo 175, a possibilidade de limitações a este direito, quando houvesse interesse na preservação de monumentos históricos e paisagísticos. Expostos todos estes argumentos, Arinos concluiu o pedido de reconsideração:

Sendo a matéria factual controvertida e, portanto, as conclusões econômicas e jurídicas decorrentes inseguras, o Governo Federal deve fixar, antes de decidir, um critério oficial em que se baseie. Este critério só pode ser fundado no parecer oficial da repartição competente, que é o DNPM. Por

isso sugerimos respeitosamente, ao Sr. Presidente da República, mantenha o tombamento proposto até ser ouvido aquele departamento, sobre se o tombamento do pico torna impossível a exploração da jazida Cata Branca, em termos de eficiência técnica para exportação e de remuneração adequada para as empresas, ficando a decisão final dependente desta manifestação (...). (Iphan, 1960, vol. II, fl. 126).

Ao receber o pedido do Conselho, o então ministro Lacerda encaminhou ao ministro de Minas e Energia, Mauro Thibau, em 2 de setembro de 1965, o processo do Pico de Itabirito, junto a um parecer seu sobre o caso, pedindo providências para que o DNPM se pronunciasse a respeito da possibilidade de haver compatibilidade entre a exploração e o tombamento. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 69). Estranhamente, após receber resposta com julgamento improcedente da matéria por parte de Thibau, Lacerda resolveu arquivar o processo e declará-lo como encerrado, sem enviar o pedido de reconsideração do Presidente. Alguns meses depois, Pedro Aleixo assumiu o ministério no lugar de Lacerda, e o presidente do Conselho Consultivo aproveitou a troca de ministros para solicitar ao novo chefe da pasta, em janeiro de 1966, que reabrisse o processo e fizesse chegar ao Presidente o pedido de reconsideração, alegando que o ato de Lacerda havia sido irregular, pois não era sua atribuição deliberar sobre o tema, e sim de seu superior. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 83). Aleixo, procedendo à solicitação de Rodrigo Andrade, assim o fez, enviando o pedido ao Presidente, que haveria de decidir qual interesse público deveria prevalecer na polêmica questão.

Enquanto as tramitações burocráticas do processo se desenrolavam, uma série de manifestações feitas na mídia, nos meios oficiais da administração pública e em correspondências particulares fortalecia a causa da preservação do Pico e pressionava para que o pedido de reconsideração do Conselho fosse aceito. Em 21 de julho de 1965, por exemplo, Idelfonso Ottoni, presidente do Clube Excursionista de Belo Horizonte, enviou uma carta a Rodrigo Andrade (Iphan, 1960, vol. II, fl. 138), posicionando-se a favor do empenho da Dphan em impedir o destombamento do Pico, monumento de “invulgar significação e inestimável valor histórico”. Segundo Ottoni, eram muitas as vozes que se dirigiam ao Presidente para que ele reconsiderasse sua decisão, inclusive a voz do próprio clube, que enviara um ofício ao chefe do Executivo e estava realizando uma intensa campanha na imprensa, “tendo em vista as tradições da terra mineira”.

Outro órgão que se envolveu na causa foi o Conselho Federal Florestal, que, mediante a inclusão do tema na pauta do órgão pela conselheira Bertha Lutz, a partir de pedido feito pelo Touring Club do Brasil, resolveu, por unanimidade de seus membros, manifestar apelo

ao Presidente para que ele deferisse o pedido de reconsideração sobre o destombamento do Pico, assegurando, assim, a manutenção do “afamado cenário regional”. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 88-90).

A rede de apoio à causa da preservação do Pico parecia tornar-se cada vez mais ampla, com a mobilização de figuras públicas de outras esferas do poder. Um exemplo interessante dessa estratégia de envolvimento de atores políticos com capacidade de influência sobre o governo está na carta escrita pelo itabiritense Alberto Woods Soares, ex-prefeito da cidade, ao deputado federal Jorge Ferraz, em 16 de agosto de 1965. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 94-99), na qual o autor tentou sensibilizar o parlamentar sobre a urgência de serem tomadas providências contra a destruição do Pico. Por serem ambos nascidos em Minas Gerais, Soares recorreu à ideia de um suposto apego do povo mineiro às tradições, uma espécie de “tecitura da alma da gente nascida nas montanhas de Minas”. Criticando fortemente a atuação das empresas estrangeiras, o ex-prefeito sugeriu ao deputado que o Presidente, apesar de ter boas intenções e ser corajoso, havia sido mal informado sobre diversas questões – o tamanho da jazida, as condições da infraestrutura de transporte do minério na região, a ordem de grandeza de uma possível indenização – tomando, em decorrência disso, decisões equivocadas.

Com um tom marcadamente nacionalista, Woods Soares procurou obter o apoio do deputado com argumentos patrióticos, de civismo e de amor à terra, sinalizando que o tombamento do Pico seria a maneira mais justa de fazer frente aos interesses estrangeiros e, ao menos, garantir a manutenção do Pico como “nossa única reserva, reserva patrimonial e sob a vigilância de todos os brasileiros”. Em tom irônico, afirmou que a dita agressividade na política mineral do governo ocorria somente sobre o Pico, pois contra os demais problemas que dificultavam as exportações brasileiras, nada se fazia a respeito. Seus questionamentos à dita política foram severos: afirmou que povo nenhum alcançou a prosperidade ou saiu do subdesenvolvimento exportando matérias-primas, e reforçou a necessidade de mais nacionalismo na política de desenvolvimento do país, que precisava se concentrar sobre a siderurgia, e não sobre a mineração, caso quisesse alcançar o verdadeiro progresso. Cabe notar, nessa carta, que as nuances do conflito em torno do Pico eram muitas, pois como se observa, o mesmo “discurso do progresso” que embasava as colocações das empresas e dos defensores do destombamento, também servia aos que queriam ver o Pico protegido pelo tombamento.

Contudo, nem todos os defensores do Pico eram adeptos desse discurso – pelo contrário, criticavam-no fortemente. Foi o caso de Alberto Deodato, jurista, político e escritor

que publicou, em 4 de junho de 1966, o artigo “O Pico de Itabirito”, no jornal O Estado de Minas, (Iphan, 1960, vol. II, fl. 53) no qual tratou da paisagem e de suas relações com a memória afetiva. Em tom emotivo, o autor abordou a dimensão subjetiva da paisagem, introduzindo o assunto do Pico por meio de lembranças de infância, mencionando um episódio de indignação das pessoas em sua cidade natal diante do desvio de um riacho da região para a construção de uma estrada de ferro. Para ele, o que faziam com o Pico também era revoltante, pois a transformação de seu minério em utilidades “nesse mundo de bens para o conforto dos homens” significava, para a cidade, a morte do “fundo de sua paisagem. O símbolo da sua riqueza. A expressão de toda aquela região.” Por isso, os itabiriteses estavam em estado de alerta e apelo, pois o que estava em jogo era muito mais que um simples acidente geológico:

É a legenda da cidade. Os selos dos seus papeis. A impressão da flâmula do Rotary-Club. Querem demoli-lo. Tirar a sua forma de gigante. Com a cabeça altiva olhando a amplidão sem fim das montanhas mineiras. Milhões de toneladas de hematite que serão triturados para os altos fornos do mundo. E, assim, o progresso vai transformando em bens universais a fisionomia da terra. Para a riqueza de muitos. Para a nostalgia dos que nasceram e viveram vendo o sol nascer atrás do pico e a lua, de cima, lavar de leite as suas íngremes escarpas e o verde macio dos vales. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 53).

Rodrigues (2012, p. 96), ao escrever sobre os aspectos polêmicos que envolvem o patrimônio, afirma que “a identificação ou simpatia da comunidade por determinado bem pode representar uma prova de valor cultural bastante superior àquela obtida através de dezenas de laudos técnicos plenos de erudição, mas muitas vezes vazios de sensibilidade”. De fato, a essa altura do andamento do processo, já estava mais que provado que o drama do Pico de Itabirito havia mobilizado uma infinidade de pessoas e que, principalmente, os moradores da cidade desejavam tê-lo em pé, coroando a paisagem como sempre o fizera. É válido, portanto, nos questionarmos se foi a força desse movimento junto à opinião pública que incentivou, em parte, um segundo despacho presidencial, em 4 de março de 1966 – dessa vez, acatando o pedido de reconsideração do Conselho, que propunha a manutenção do tombamento até que o DNPM se pronunciasse a respeito da matéria. Na prática, a medida revogou o cancelamento do tombamento e determinou a audiência do referido órgão.

A notícia foi recebida com muita comemoração em Itabirito. Em interessante matéria publicada no Jornal do Brasil, em 10 de março de 1966, (Iphan, 1960, vol. II, fl. 55) informou-se que o clube Itabirense, a mais tradicional agremiação esportiva e social da cidade, quebrou a tradição e abriu o salão de festas durante a semana para a cidade celebrar o despacho que manteve o tombamento. Outra tradição que também estava prestes a ser

quebrada no domingo que se aproximava era a rivalidade dos três clubes da cidade (Itabirense, União e Esperança), que promoveriam um piquenique em conjunto no Pico, levando toda a população “para uma festa de confraternização no local onde as bombas de dinamite são agora proibidas”.

Em agradecimento à soma de esforços na campanha pela preservação do monumento, os clubes convidaram algumas figuras públicas para participar do evento, como o deputado Celso Passos, o diretor da Dphan, Rodrigo Andrade, e o poeta Carlos Drummond de Andrade, que havia publicado no Correio da Manhã, poucos dias após o destombamento do Pico, em junho de 1965, o famoso poema “O Pico de Itabirito” (Iphan, 1960, vol. II, fl. 158), no qual eternizou em versos seu lamento (e de muitas outras pessoas) pela decisão do governo: “O Pico de Itabirito será moído e exportado, só ficará no infinito o seu fantasma desolado” – assim iniciava e terminava seu protesto lírico. Drummond, de fato, se envolveu com a causa dos itabiritenses, publicando diversos textos ao longo do período em que o caso esteve na pauta de discussões dos principais meios de comunicação do país. No artigo “A escola, o Pico”, de 20 de março de 1966, (ANDRADE, 1966a) o poeta agradeceu o convite para participar do piquenique, feito pelos clubes da cidade mineira, e motivou as razões de sua ausência ao evento, fazendo um alerta à população, que atribuía a ele e ao poder de influência de seus textos na mídia os méritos pela reconsideração sobre o destombamento por parte do Presidente. Para ele, a comemoração não deveria ocorrer precipitadamente:

Ora, quando é que verso algum inspirou a governo algum a alteração de uma vírgula num despacho? A medida que vem para beneficiar o Pico é fruto do clamor público de Itabirito e da ação do Conselho Consultivo do DPHAN, tendo à frente o incomparável Rodrigo, que obteve do marechal Castelo o novo despacho. Mas acho cedo para piquenique: foi suspensa a destruição até que se pronuncie o MME. Enquanto o pessoal se distrai nos bebereles lá na altura, a Icominas, cá embaixo, estará agindo para vencer no último *round*. Eu gostaria muito, na qualidade de cumpincha, de acompanhar mestre Rodrigo, merecedor da homenagem, a essa festa na natureza (embora suspeite que me faltem forças para chegar à cota 1.280 do Pico), mas o melhor, amigos de Itabirito, é a gente ficar na planície, vigiando. (ANDRADE, 1966a, p. 6).

Este artigo nos parece especialmente interessante, por deixar evidenciado o caráter de disputa que o conflito em torno do (des)tombamento havia assumido. A palavra *round*, em referência aos esportes de luta corporal, denota exatamente isso.

Em outro artigo, publicado no mesmo jornal, em 29 de maio de 1966, Drummond manteve o tom de alerta, misturado a uma forte ironia. Sob o título de “O pico ameaçado”, o

poeta zombou da sanha exploradora do governo e das empresas mineradoras, que passavam em cima de quaisquer valores para fazer valer os seus interesses econômicos:

Começando pela Guanabara, sacrificavam-se o Corcovado e o Pão de Açúcar, vendendo-os a empresários que se interessassem pelo gnaisse lenticular ou que nome tenha a rocha de que são constituídos. Em seguida, partiríamos para o Dedo de Deus, Agulhas Negras, o Pico da Bandeira, e tal e tal, até chegarmos ao Pico da Neblina, na fronteira com a Venezuela. Tudo isso renderia bons dólares, pois não. (ANDRADE, 1966b, p. 6).

Com uma capacidade de sintetizar praticamente tudo o que estava em jogo no conflito, o escritor itabirano assim registrou sua percepção da questão, a qual vale a transcrição completa:

A empresa exploradora do minério esforça-se por apresentar em termos estritamente econômicos uma questão que afeta outros interesses de significação transcendente. Não foram nefelibatos que pediram ao Governo federal a preservação do Pico; foi um geólogo, e outros geólogos e economistas prestigiam a medida, por entenderem que a limitação do direito de lavra atende, no caso, ao imperativo constitucional, que coloca expressamente sob a proteção do poder público os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza. E para quem tem os olhos de ver, é incontestável que o Pico de Itabirito se inclui nessa classificação, valorizando-se ainda pela tradição histórica ligada a seu vulto.

Não vamos derreter a paisagem brasileira para, com o seu produto, construir um Brasil rico e cheio de buracos, culturalmente mais infeliz do que antes, porque descaracterizado e humilhado em sua fisionomia de ruínas. Dinheiro nenhum do mundo, nem todos os dólares e libras de todas as caixas-fortes da terra poderiam comprar para nós um novo Pico de Itabirito, no dia em que sentíssemos a sua falta. Há tantas possibilidades de fazer divisas e enriquecer, neste país, tanta frente de trabalho para abrir, tanta necessidade pública reclamando investimento – para que acabar com o Pico de Itabirito, que não é responsável pela nossa pobreza, nem chegará, com o seu sacrifício, para suavizá-la, antes nos deixará mais tristes e envergonhados, por que não soubemos conservar um admirável presente da natureza? (ANDRADE, 1966b, p. 6).

O período de aguardo pelo parecer do DNPM era decisivo para o desfecho do caso e Drummond estava correto em continuar referindo-se ao destombamento como ameaça. O já mencionado ex-prefeito de Itabirito, Alberto Woods Soares, compartilhava dessa opinião, e sugeriu ao jornal *Correio da Manhã*, enquanto importante “orientador da opinião pública no país”, a adoção de uma medida prática nesse momento crítico do processo. Conforme carta enviada à redação, em 29 de março de 1966, (SOARES, 1966) ele emprestaria ao jornal uma grande fotografia do Pico, para que a agência a exibisse em uma de suas vitrines na Av. Rio Branco, no Rio de Janeiro, com uma legenda que angariasse adeptos à campanha pela manutenção do tombamento. A foto viria com os seguintes dizeres:

Se você, cidadão brasileiro, discorda do arrasamento dessa joia da natureza, entre e dê sua assinatura no abaixo-assinado que está sendo dirigido ao exmo. Sr. Presidente da República, solicitando a preservação do mesmo. (SOARES, 1966, p. 12).

Apesar de todos os esforços empreendidos e da ativa participação popular na disputa, o desfecho do processo não atendeu ao desejo dos itabiritenses. A primeira notícia que consumou este revés no conflito foi a da anulação, pelo STF, do ato do ministro Gabriel Passos, que havia cassado concessões de lavra da Novalimense, no Quadrilátero Ferrífero – dentre elas, a da mina do Pico. O destino do monumento natural estava, agora, nas mãos do Presidente da República, que deveria decidir se mantinha ou não a validade do despacho de destombamento. Segundo matéria publicada no Correio da Manhã, em 19 de junho de 1966, intitulada “Defesa de Itabirito agora no Planalto”, (Iphan, 1960, vol. II, fl. 51) técnicos e engenheiros ouvidos pelo jornal opinavam que, com a anulação judicial, as mineradoras deveriam desistir de explorar o Pico, porque teriam à disposição toda a extensão da Serra da Moeda, com mais de 2 bilhões de toneladas de minério para extrair. Essa esperança de que “um ato compensaria o outro” também foi expressa pelo jornal O Globo, na matéria “Itabirito volta à cena”, de 20 de junho de 1966. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 51). É interessante observar, por meio dessas notícias, que uma nova alternativa para a preservação do Pico passava a ser vislumbrada, isto é, se o tombamento estava com os dias contados, ao menos a liberação da lavra no restante da serra poderia contribuir para manter o Pico intacto por, pelo menos, mais alguns anos.

Entretanto, não foi o que aconteceu. As mineradoras mantiveram seu posicionamento e sua pressão sobre o governo, para que este decidisse a favor delas. E assim foi feito: o despacho de destombamento definitivo do Pico de Itabirito foi um dos últimos atos de marechal Castello Branco como Presidente, tendo sido publicado no Diário Oficial da União em 14 de março de 1967, quatro dias após o pronunciamento do MME sobre o caso. No novo despacho, o Presidente afirmou: “face aos novos estudos empreendidos e às conclusões aqui apresentadas, mantenho o meu despacho de 8 de junho de 1965 (cancelamento do tombamento do Pico de Itabirito feito pelo SPHAN)”. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 63). Tais conclusões emitidas pelo DNPM, contudo, nunca chegaram ao conhecimento do Conselho Consultivo ou dos técnicos da Dphan, conforme demonstram vários documentos juntados aos autos do processo após a data do destombamento definitivo.

Essa situação nos faz pensar no jogo de forças interno à administração pública que as práticas de patrimonialização, muitas vezes, geram, pois, como afirma Chuva (2009, p. 148),

é comum que o processo de institucionalização de bens patrimoniais confronte-se “(...) com interesses antagônicos presentes no interior do próprio Estado”. Entender este e outros conflitos surgidos entre proprietários de bens tombados e os agentes estatais da proteção requer que tenhamos consciência da existência de diferentes visões de mundo e posições políticas, culturais e intelectuais que subsidiavam os discursos e práticas dos atores envolvidos. Conforme nos lembra Radun (2016, p. 239),

na gestão estatizada de bens simbólicos, escolhas políticas estavam permanentemente sendo feitas, as quais uma boa retórica era, de um modo geral, capaz de sustentar, no amplo universo de possibilidades de ‘invenção’ do patrimônio.

No caso do Pico, conclui-se que, apesar da força e da abrangência da retórica preservacionista, que conseguiu sensibilizar boa parte da sociedade e marcar sua presença no debate público, (RODRIGUES, 2012) ela não foi capaz de se impor no momento da decisão governamental. Com este desfecho do processo, a Dphan viu-se em uma posição de fragilidade e, como afirma Chuva (2009, p. 148), “ficou patente que seu poder de barganha era relativo no caso em que poderosos interesses econômicos e políticos estavam em jogo (...)”. Fazendo um paralelo com o caso da cidade de São João Marcos, destombada em 1940, podemos afirmar que o debate acerca dos valores cultural, histórico, paisagístico e afetivo do Pico, apesar de fundamental, não foi suficiente para “para competir nem se sobrepor às ideias de progresso e de desenvolvimento da época, pois o sacrifício daquele conjunto patrimonial parecia ser necessário para a prosperidade presente e futura do país”. (RADUN, 2016, p. 34)

Enquanto historiadores, não é nossa função julgar se a decisão de Castello Branco foi boa ou ruim, pois a história não se presta a julgamentos, mas à compreensão. Cabe-nos, contudo, questionar a respeito das condições que tornaram possível o destombamento do Pico de Itabirito, episódio que significou, conforme já argumentado, uma quebra do “consenso nacional” que se pretendia que fosse o acervo de bens patrimoniais selecionados pela Dphan. É provável que as condições políticas do período, claramente autoritárias, tenham contribuído para a imposição de uma decisão que contrariou, claramente, os apelos populares. Mas sabemos também, por outro lado, que a fragilidade do discurso patrimonial não vinha à tona somente em contextos de autoritarismo: o governo JK foi um dos que mais destombou bens na história do país, deslegitimando, diversas vezes, o lugar de fala dos técnicos da Dphan e dos intelectuais do Conselho. Acreditamos, portanto, que a chave compreensiva para este conflituoso processo de tombamento são as diferentes formas de percepção da paisagem e as construções discursivas que conformam aquilo que entendemos como patrimônio. Pensar por

estes termos nos faz ter maior capacidade de compreender os conflitos de interesses e as diversas formas de sobreposição de valores que influenciaram diretamente o processo de (des)tombamento do Pico de Itabirito.

Ao analisarmos os efeitos da decisão presidencial em uma escala mais reduzida, ou seja, no contexto local, é possível afirmar que o cancelamento definitivo do tombamento do Pico foi uma notícia muito mal recebida pelos itabirritenses à época. Ficou evidente que o pretense interesse público que motivou o destombamento não correspondia às expectativas de “bem comum” que a população local sustentava para si. Como afirma Ab’ Saber (1987, p. 224), “antes de dizer que é bom para a empresa, que é bom para o país, é preciso saber se é bom para a sociedade regional, para o homem-habitante, o homem das proximidades dessas áreas”. No entanto, não foi isso o que ocorreu: de forma geral, ao longo de todo o processo, a população local foi mantida à margem das decisões governamentais sobre o destino do Pico. Afirmou-se, diversas vezes, que a mineração traria inúmeros benefícios para a cidade de Itabirito, mas em momento algum houve uma aproximação maior das mineradoras ou das autoridades decisoras com as pessoas do município, sequer com as lideranças representativas locais, para se definir quais seriam estes benefícios e se a população estava disposta a arcar com os ônus que, em contrapartida, a atividade econômica imposta à região lhes traria.

Wisnik (2018, p. 40), ao escrever sobre a complexa geoeconomia política da mineração em Minas Gerais, afirma que

tais operações, tidas como naturais do ponto de vista da mercadologia universal, tomadas como razão de ser em si mesmas, e sem contemplação alguma para com as consequências de outra ordem, têm o poder de alterar radicalmente a natureza da matéria e do patrimônio imaterial sobre os quais agem.

De fato, o impacto da decisão sobre a “geografia afetiva” (WISNIK, 2018) local foi grande e revelou-se em diversos textos publicados na época e nos anos seguintes. A mineração como uma constante ameaça de destruição do Pico inspirou poetas locais por muitos anos, que escreveram sobre o sentimento gerado pela necessidade e, ao mesmo tempo, assombro que a atividade econômica representava (e ainda representa) para a cidade. A itabirritense Natália Melillo ([199-?]a), por exemplo, registrou, no poema intitulado “Pico de Itabirito”:

Gigante petrificado,
Rei dos montes e dos campos,
Onde cantam as seriemas
E ribombam os explosivos;
Onde amoitam-se as codornas

E dispersam o teu minério;
 Onde o ruído das máquinas
 Engole o canto dos pássaros...(...)

Estás agora oprimido
 Com a enorme sepultura
 Que cavam aos pés do teu trono!
 E ao tombares nesse túmulo,
 Que a mão do homem forjou,
 Para lucro de terceiros
 Restará só a saudade
 Do teu vulto imponente,
 Tuas fotos e os poemas
 Que jamais te empolgaram,
 Gigante petrificado!

Outra autora local que também escreveu sobre o tema foi Zélia Melillo Martins. Treze anos após o destombamento do Pico, ela publicou um artigo em jornais da cidade, no qual abordou a decepção que a destruição da paisagem itabiritense pela mineração lhe causava. É interessante notar que, na época da publicação desse texto, em 1980, o tema ainda era sensível e suscitava emoções, como uma espécie de trauma que marcou a memória de alguns habitantes. Assim escreveu Zélia Martins ([199-?], p. 87-89):

(...) com o passar do tempo, diante da impotente reação popular – um detalhe mínimo e sem importância, pois eram vozes de uma cidadezinha do interior – aconteceu o inevitável. E, realmente, perdemos nosso monumento, para vê-lo envolvido numa transação de altos lucros. Essa é a abordagem geral sobre o assunto, sem citar as implicações políticas, que prefiro omitir.

Como itabiritense nata, nunca pude aceitar a exploração das jazidas do Pico. Apesar de que me conformei, pois não havia outro jeito. Era como se estivessem nos ‘roubando’ alguma coisa muito preciosa. Tirando da nossa cidade o seu símbolo maior, ultrajando nossa história, violando nossas tradições. (...).

E agora o que nos resta é um enorme desaponto. De nada adiantam justificativas. Seria até menos doloroso para nós, filhos da terra, que não tocassem tanto nesse assunto, pois nos faz lembrar toda a trajetória de uma mutilação que descaracterizou nossa cidade para sempre.

O assunto, no entanto, continuou a ser abordado por muito tempo. Um capítulo inteiro da obra do escritor itabiritense Olímpio Augusto da Silva, publicada em 1996 – e, ressalte-se, uma das obras de cunho memorialista local mais conhecidas da cidade – foi dedicado ao tema do destombamento do Pico de Itabirito, com um texto escrito, provavelmente, entre os anos de 1967 e 1989. Com uma abordagem muito mais incisiva e crítica das condições políticas do episódio que o de Martins, porém sem deixar de abordar a relação afetiva com a paisagem e o patrimônio como parte das relações cotidianas, Silva (1996, P. 40-42) escreveu:

Os itabiritenses mais avisados pensavam que um dia não o Pico, mas as suas adjacências fossem exploradas industrialmente pelos nacionais, porque não ignoravam que, além das suas belezas naturais, ali estava uma fabulosa riqueza. O que não podiam pensar era que aquele colosso de hematita fosse arrancado às brutas, para ser às brutas exportado para os sorvedouros das piras americanas e canadenses. Entretanto, é o que já está acontecendo. (...). Isso imporá à consciência dos filhos de Itabirito um veemente protesto a tão execrado crime, antes de se clamar em tardo desespero contra a imprevidência dos homens desta geração que determinaram - acentuo: no Governo Castello Branco – a exportação dessa incomensurável riqueza mineral, a troco de míseros dólares americano-canadenses, dos direitos de exportação (...).

É demasiado penoso antever Itabirito espoliada de sua maior riqueza. Itabirito perdeu toda sua riqueza aurífera para Portugal. Perdeu todas as reservas férteis do seu solo, pela erosão consequente do desmatamento para carvão, perdendo dest'arte, toda riqueza florestal. E vai perder, daqui para o futuro, numa investida desesperada dos estrangeiros, todos esses ricos depósitos de minerais ferríferos e não-ferríferos, pois atrás da hematita compacta e do manganês virão outros, ocultos nas entranhas da terra, lógica e concomitantemente incluídos nos seus devastadores planos.

O texto mais crítico ao destombamento, contudo, não foi de autoria de um itabiritense, mas do escritor Rubem Braga, que já havia publicado, ao longo dos anos em que o processo se desenrolou, diversos artigos na imprensa, posicionando-se a favor da preservação do Pico. Trata-se do artigo “Com licença, marechal Costa e Silva”, publicado no jornal Diário de Notícias, em 12 de dezembro de 1967, (Iphan, 1960, vol. II, fl. 37) no qual teceu duras críticas ao ato de destombamento e ao regime militar. Braga iniciou o texto revelando não possuir nenhuma afeição pelo governo do então Presidente Costa e Silva e, indicando a existência de um contexto político já muito tenso, com atos de censura a opositores políticos nos meios de comunicação, disse que, dessa vez, não trataria de política, “nem mesmo das mais altas questões ligadas à libertação nacional e ao desenvolvimento”. Seu assunto seria o Pico de Itabirito e o crime que fora cometido por Castello Branco, quando este deixou de escutar conselhos de algumas pessoas, entregando o monumento “às picaretas e aos picaretas da Hanna e suas associadas”. Logo no início do artigo, o autor escreveu:

Eu poderia lhe falar em nome da segurança nacional. Não falo, porque hoje se alega a segurança nacional a propósito de tudo e de nada, e se alega principalmente quando se quer praticar algum crime contra os direitos do homem e os interesses da comunidade. Essa segurança só pode ter como base um sentimento coletivo, e esse sentimento só existe em função de uma história e de uma geografia que o enquadram no tempo e no espaço. (Iphan, 1960, vol. II, fl. 37)

Esse trecho do artigo de Braga nos faz pensar em uma questão muito presente no processo do Pico, qual seja, a da arrogância, tanto no que se refere a sua presença nos

processos decisórios do governo, quanto na sua relação com a propriedade. Koubi (2015) afirma que a arrogância se expressa, muitas vezes, sob a forma de um abuso de poder ou de autoridade, sobretudo quando um ator político encontra-se em posição de tomada de decisões. Ainda que respaldado pelo direito, um ato arrogante seria, sob o seu ponto de vista, um

ato que se beneficia desta presunção irrefutável de legalidade, que produz efeitos de direito sem que seja possível examinar as razões e as consequências. É um ato que se encontra na *razão de Estado*. (...).

A arrogância de privilégios está transmutada em uma *arrogância do interesse geral* que funda o direito à arrogância dos governos. Sob o efeito de diretivas que contabilizam as despesas públicas, desde o fim do século XX, essa arrogância do interesse geral se desloca para uma *arrogância de interesses econômicos*. (KOUBI, 2015, p. 56-57).

Sendo assim, o ato de destombamento do Pico por motivos de interesse público, em uma situação de claro descompasso entre os clamores populares e a decisão tomada pelo governo, agravada por um contexto político autoritário, pode ser interpretado, também, como um ato de arrogância. Além disso, no que se refere à defesa inflexível da propriedade privada, ainda que diante de demandas coletivas que exigiam sua relativização em nome da preservação de um bem paisagístico, sob o respaldo da lei, o processo também revelou a arrogância das empresas mineradoras, pois, como afirma Lopes (2015, p. 97), “faz parte da dinâmica da arrogância não levar em consideração a propriedade do outro, não levar em consideração a presença do outro”. Este outro, no caso aqui analisado, era a população da cidade e todos aqueles que percebiam a paisagem e se relacionavam afetivamente com o Pico de Itabirito de outras formas que não pela via estritamente econômico-exploratória.

O artigo de Braga nos chama atenção, ainda, pelo tom afiado e debochado contra as empresas e a atividade mineradora e, também, pela abordagem, de certa forma, ufanista que fez dos aspectos históricos e patrimoniais da questão em debate. Tentando convencer o Presidente a tomar alguma atitude para impedir a consumação final do crime contra o Pico, o autor sugeriu que, se nada fizesse, Costa e Silva ficaria com a sua imagem atrelada a um ato de desprezo pela memória nacional. Assim ele escreveu:

O Itabirito ainda está lá, altaneiro, brilhando ao sol, porque os ratos do minério como que temem solapá-lo de vez, vão roendo suas encostas envergonhados, vão enchendo a pança sem grunhidos, sorrateiros, quem sabe possuídos do temor supersticioso de um castigo do céu para a vitória de sua cupidez. É tempo ainda, marechal Costa e Silva, de correr em socorro da memória do outro, impedindo que amanhã, quando um jovem estudante de História perguntar – onde está o Pico do Itabirito? – o professor lhe diga: ‘foi devorado por alguns homens de negócios com licença de um marechal qualquer.

Uma nação começa a se enfraquecer, marechal, quando começa a mercar o seu passado e sua alma. Neste momento estamos partindo para algo de mais grave: o que se pretende trancar dessa vez não é apenas a paisagem, é o futuro de uma região, de um povo, da Humanidade.

Como sabemos, Costa e Silva nada fez, e o Pico, destombado, foi sendo “moído e exportado” por muitos anos, como previu Carlos Drummond de Andrade, sem trazer, contudo, a prosperidade econômica e o desenvolvimento previstos por aqueles que lutaram por seu destombamento sob essa justificativa. O conflito entre a preservação e a mineração no Pico, ao contrário do que poderíamos supor, não cessou com o despacho de março de 1967 – pelo contrário, ele continuou existindo, sendo apensados aos autos do processo diversos documentos sobre o caso. Tratam-se de solicitações de outros órgãos da administração pública que tinham interesse em protegê-lo novamente; pedidos de autoridades municipais à Dphan para reabrir o processo, ante a revolta da população com a mineração que destruía o símbolo maior da cidade; correspondências trocadas entre figuras públicas ou não, na qual manifestavam apreensão pela possível demolição do Pico e sugeriam formas de tentar preservá-lo; requerimentos de membros dos Poderes Legislativos municipal, estadual e nacional, que se preocupavam com a extração predatória no maciço e tinham interesse em encontrar formas de voltar a proteger o Pico; e, principalmente, matérias publicadas na mídia sobre o perigo da iminente destruição e o sentimento de desaponto dos itabiritenses, que ainda viviam em uma cidade com economia decadente e pouquíssimos benefícios trazidos pela mineração. (Iphan, 1960).

Todas essas fontes sugerem que a pressão popular pela preservação do Pico de Itabirito não cessou com o destombamento; pelo contrário, os valores patrimoniais atribuídos ao bem, ao invés de se arrefecerem, tornaram-se ainda mais prementes. Em outras palavras, o patrimônio, apesar de não ser mais reconhecido oficialmente como tal, por ter sido excluído da lista dos bens representativos da Nação, continuou existindo como um patrimônio, se pensarmos neste como bens sobre os quais se atribuem valores e que se inserem no cotidiano das pessoas como algo importante e significativo, cuja ameaça de desaparecimento causa temor.

Um dos efeitos mais interessantes do destombamento do Pico de Itabirito foi seu impacto sobre as políticas e práticas de preservação do patrimônio no país e, também, no município. No âmbito local, conforme observou Clímaco (2011), o drama do destombamento foi fundamental na construção do próprio discurso de preservação patrimonial na cidade, pois, a partir dele, iniciou-se uma preocupação com o perigo que o crescimento econômico poderia

trazer, não só para o bem natural, mas também para o conjunto arquitetônico colonial ainda remanescente no município. Além disso, a desagradável experiência da Dphan com este episódio serviu de alerta para as diversas ameaças colocadas ao patrimônio cultural e natural do país, como a especulação imobiliária, estimulando não só o tombamento de outras paisagens excepcionais, a partir do final da década de 1960, como também a reflexão dos intelectuais do campo a respeito do papel do tombamento. Conforme mencionado por Leal (2016), um ensinamento deixado pelo destombamento do Itabirito aos agentes do órgão, explicitado pelo arquiteto Luis Saia em um evento sobre conservação da natureza ocorrido no Rio de Janeiro, em 1967, foi sobre a

necessidade de o tombamento ‘anteceder de todo à ocupação econômica’, ou, em outros termos, num claro reconhecimento da dificuldade de a preservação conseguir competir com os interesses e avanços das políticas desenvolvimentistas de então, na constatação de que as ações de preservação seriam facilitadas ‘na medida em que a ocupação econômica da região onde se insere a área tombável estiver ainda em nível incipiente’. (LEAL, 2016, p. 122).

Após o destombamento, não tardaram a surgir tentativas de “retombamento” do Pico – um termo curioso, porque pouco usado, mas plausível e possível de ocorrer. Para Radun (2016), que discorre sobre o tema, o fenômeno do “retombamento” reflete formas de reconhecer simbolicamente a resistência e a afirmação de autonomia do campo do patrimônio, evidenciando o simbolismo associado ao tombamento e a seu papel como instrumento de afirmação de poder. Dessa forma, diante de constantes manifestações da população local e de outros atores sociais, novos estudos para realizar o tombamento passaram a ocorrer já na década de 1970, por iniciativa da direção estadual do Iphan. Um dos argumentos sobre os quais estes estudos se baseavam era a ineficiência econômica da exploração do Pico – aspecto já levantando, na década de 1960, por Miran Latif e outros engenheiros que se envolveram no conflito. De fato, o Pico, apesar de ter sido minerado em todo o seu entorno, continuou em pé ao longo de todos esses anos (Figuras 27 e 28) – muito provavelmente, porque as mineradoras, tão logo conseguiram destombá-lo, chegaram à conclusão que extrair sua hematita compacta não seria economicamente viável, tendo em vista os recursos técnicos então disponíveis. Essa é a única razão que, ao nosso ver, poderia explicar o fato do Pico não ter sido demolido, a despeito de todos os esforços empreendidos para conseguir seu destombamento.

Figura 27 – Pico de Itabirito atualmente



Fonte: DMP, [200-?].

Figura 28 – Complexo da Mina do Pico



Fonte: Google Maps, 10 maio 2017.

Foi somente no final da década de 1980, com o fim do regime militar e a retomada da democracia, que surgiu um clima favorável para fazer os estudos de “retombamento” avançarem. Dessa vez, contudo, o ato passou a ser debatido no âmbito legislativo, no contexto da elaboração de uma nova Constituição Estadual em Minas Gerais. Cabe notar que o tombamento na esfera legislativa, apesar de incomum, é possível de ser feito. Inclusive, como aponta Radun (2016, p.66), a instituição do tombamento por lei representa uma “possibilidade de atribuir a aura maior de perenidade ao *status* jurídico do bem tombado”, posto que o processo legislativo, por ser mais rígido, mostra-se, comparado ao processo administrativo, menos sujeito a flutuações políticas, desvirtuamentos de interesses e possíveis arbitrariedades. Sendo assim, a Constituição Estadual de Minas Gerais, de 1989, determinou, em seu artigo 84:

Ficam tombados para o fim de conservação e declarados monumentos naturais os picos do Itabirito ou do Itabira, do Ibituruna e do Itambé e as serras do Caraça, da Piedade, de Ibitipoca, do Cabral e, no planalto de Poços de Caldas, a de São Domingos. (MINAS GERAIS, 1989).

Pensar no “retombamento” do Pico de Itabirito pela via constitucional, ocorrido após mais de vinte anos de seu destombamento, em um contexto de reestabelecimento das vias de participação democrática e de fortalecimento dos movimentos sociais – que viram muitas de suas pautas incluídas no texto constitucional – é pensar em como o patrimônio é, de fato, um fenômeno eminentemente político, um objeto de lutas simbólicas e de afirmação de poder. Essa reflexão vai ao encontro daquilo que Gonçalves (2007) chamou de dupla significação do patrimônio – ideia trabalhada por Scifoni (2006) para se referir ao caráter de conquista social do espaço que o patrimônio natural, para ela, representa, e cujo teor vale aqui reproduzir. Segundo a autora, o patrimônio

é expressão de grandiosidade e beleza, narrado, portanto, sob o discurso da monumentalidade; e aparece, ao mesmo tempo, ligado às práticas sociais, como representativo da experiência coletiva de diferentes grupos, uma natureza apropriada socialmente. Nesse último caso, o patrimônio natural revela-se como fruto de conquista social, uma natureza reivindicada por meio de lutas sociais que expressam o sentido do questionamento da forma como o espaço geográfico é produzido. As lutas pelo patrimônio são, também, lutas pelo espaço ou como no entendimento de Seabra (2004), por ‘espaços residuais’, aqueles que guardam as permanências e continuidades da história vivida. (SCIFONI, 2006, p. 19).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“(...) fuge minha serra vai,
deixando no meu corpo a paisagem
miseró pó de ferro, e este não passa.”*

(A montanha pulverizada – Carlos Drummond de Andrade)

Essa dissertação procurou explicar o processo de destombamento do Pico de Itabirito, compreendendo como se construíram e foram mobilizados os discursos sobre a paisagem, o patrimônio e a mineração. Buscamos esclarecer, sobretudo, os conflitos de valores, poderes e interesses que conformaram o jogo da patrimonialização deste bem paisagístico, tendo em vista o contexto histórico em que o processo se desenvolveu.

Vimos que imagens paisagísticas sobre o Pico vinham sendo elaboradas há muito tempo, a partir de diversas experiências de percepção, sensibilidades e atribuições de valores a ele. Esse amplo repertório discursivo foi construído tanto por estrangeiros, que o notavam, descreviam e narravam, sob a perspectiva de uma paisagem de exceção, quanto por nativos, para quem o Pico estava inserido nas experiências do cotidiano, marcadas, portanto, por simbolismo e afetividade. Essas diferentes formas de percepção e representação da paisagem originaram discursos de cunho estético, científico, econômico e simbólico, que inseriram o Pico como uma paisagem notável no imaginário coletivo.

Quando o tombamento do Pico foi proposto, no início da década de 1960, esses discursos, portanto, já estavam construídos, mas o conflito entre eles passou a se tornar cada vez mais evidente. De um lado, existiam os poderosos interesses econômicos na extração do minério de ferro da região e, do outro, a forte carga afetiva sobre a paisagem. O Conselho Consultivo da Dphan, apesar de ter tentado uma solução conciliatória entre a preservação e a mineração, não conseguiu impedir que o conflito se acirrasse. As mineradoras impugnaram o tombamento e, mesmo este tendo sido feito compulsoriamente, elas conseguiram destombar o Pico, por meio de recurso ao Presidente da República, com base no que dispunha o Decreto-Lei nº 3.866/41.

Dentre os fatores que influenciaram o processo, encontra-se a própria trajetória da mineração no local, ligada, desde tempos coloniais, a interesses estrangeiros. Ela impunha-se, apoiada sobre os discursos do desenvolvimento e da vocação mineral, como um destino do qual a região não podia se esquivar. Na realidade, essa imposição estava diretamente

relacionada ao contexto econômico mundial, marcado pelo domínio do mercado internacional do aço por potências estrangeiras, no pós-Segunda Guerra, combinado a uma situação política interna de reorientação da industrialização brasileira em direção à produção mineral, com a consequente marginalização do projeto nacionalista da siderurgia.

Além disso, apesar do tombamento do Pico se inserir na narrativa nacional construída pela seleção de bens patrimoniais, por sua relação com a história do bandeirantismo e da mineração, a valorização de paisagens como bens patrimoniais ainda não era uma prática verdadeiramente incorporada às políticas de proteção patrimonial no Brasil. Na década de 1960, especificamente, as concepções sobre a paisagem como um lugar não só de excepcionalidade e beleza, mas também de reconhecimento social, relacionado às práticas cotidianas, à memória coletiva e à busca da qualidade de vida, ainda estavam em fase de consolidação. Ainda eram, portanto, incipientes as reflexões e debates sobre a efetividade do tombamento para resguardar bens naturais da exploração econômica, visando a compatibilização entre a preservação e o desenvolvimento econômico.

A conjuntura política e econômica do período foi um fator com grande influência no conflito pelo destombamento do Pico, já que a crença na mineração como um motor do desenvolvimento econômico era forte e dava força ao posicionamento das mineradoras. Enquanto isso, a querela mineral das concessões de lavras, que opunha nacionalistas e entreguistas, possibilitava a existência de uma “terceira via”, isto é, aqueles que viam a medida da Dphan como necessária, não para preservar o Pico, mas para afastar os interesses estrangeiros do setor mineral no país. Essas diversas nuances do conflito tornaram-no ainda mais complexo.

O aspecto político e ideológico do episódio foi agravado, ainda, pelo contexto autoritário instaurado pelo Regime Militar. De fato, é razoável concluir que as condições políticas do período contribuíram para a imposição de uma decisão claramente contrária aos apelos populares. Além disso, cabe criticar a ironia presente na atitude de um regime que, ao mesmo tempo em que restringiu e feriu direitos civis, justificou o destombamento do Pico com base na garantia do direito à propriedade e no respeito aos direitos adquiridos das mineradoras.

Este autoritarismo baseou-se, em grande parte, na ideia do interesse público – termo cuja plasticidade e imprecisão fazem com que ele possa ser usado tanto para tombar quanto para destombar bens. De fato, no caso do Pico, o termo foi mobilizado pelos diversos atores envolvidos, que procuravam provar, retoricamente, qual seria o verdadeiro interesse público a

ser atendido. Acreditamos que a possibilidade de interpretações distintas e de hierarquização de interesses públicos de diversas ordens é o que possibilitou, em última instância, a relativização da suposta “sacralidade” do patrimônio, convertendo-a em fragilidade.

Isso só é possível porque o destombamento não é uma decisão técnica, mas política, que depende diretamente da força do capital simbólico dos agentes que procuram efetivá-lo ou evita-lo. Ele é, também, uma forma de interferência externa no campo do patrimônio, na medida em que compromete a fala autorizada dos profissionais que nele atuam, ao atribuir a competência do destombamento ao Presidente da República. No processo do Pico, ficou clara, por um lado, a incapacidade da Dphan de usar seu capital político para sensibilizar o chefe do Poder Executivo em prol da manutenção do tombamento e, por outro, a competência das mineradoras em desconstruir os valores enunciados sobre o patrimônio, fazendo valer seus interesses econômicos.

Apesar da força e da abrangência da retórica preservacionista a respeito do Pico de Itabirito, que conseguiu conquistar grande parte da opinião pública, ela não foi capaz de se impor no momento da decisão governamental. Isso mostrou que o debate acerca dos valores atribuídos ao Pico, apesar de fundamental, não foi suficiente para se sobrepor às ideias de progresso e de desenvolvimento da época. Ainda assim, o destombamento acabou fortalecendo os valores patrimoniais atribuídos ao bem. Um exemplo desse impacto são as caminhadas do Dia do Pico, comemorado anualmente em 15 de novembro, com o objetivo de conscientizar a população de Itabirito sobre a importância do bem para cidade. O episódio também impactou positivamente as políticas e práticas de preservação do patrimônio no país, pois serviu, por um lado, como alerta para as ameaças ao patrimônio tombado e, por outro, como incentivo ao tombamento de outras paisagens excepcionais.

O processo de (des)tombamento do Pico, ao nosso ver, reflete a fragilidade do campo do patrimônio frente a poderes políticos e econômicos poderosos, bem como a facilidade de manipulação do interesse coletivo para atender a interesses privados – fenômeno muito comum na história brasileira. Mas, além disso, ele nos traz muitos elementos para refletir sobre o problema da mineração, em um mundo caracterizado pela finitude dos recursos naturais. Como afirma Lopes (2014, p. 191),

o tempo da composição da montanha contrasta com o breve intervalo da atividade minerária, que a destrói em menos de duas décadas e deixa, após o encerramento da exploração, um passivo ambiental que continua colocando em risco a estabilidade da montanha, ameaçando pessoas e contaminando a água usada para o abastecimento da cidade (...). (LOPES, 2014, p 191).

Os passivos socioambientais gerados pela atividade mineradora – incluindo, dentre eles, a destruição do patrimônio material e imaterial – só continuam a ser aceitos porque ainda não nos preocupamos em exigir que o desenvolvimento que nos prometem seja um desenvolvimento autônomo, justo e emancipador. Pelo contrário, continuamos entendendo este termo como sinônimo de “sociedades urbanas, industrializadas, empregando tecnologias avançadas, produzindo muito e consumindo muito”, recusando-nos a “reconhecer a evidente insustentabilidade social ambiental desse modo de vida”. (LISBOA, p 74). Sobre isso, Leroy (2014, p. 42-43) nos oferece a seguinte reflexão:

Paradoxalmente, mais a economia brasileira se reprimariza, mais se difunde a crença de que a ciência e a tecnologia – junto, claro, com a fé nas virtudes de uma sólida economia capitalista – resolverão nosso futuro. E assim essas flexibilizações que chocam alguns podem aparecer para a maioria como passos em direção à emancipação da ‘pré-civilização’ tecnológica e à modernidade. O que pesam, então, os que são vistos como meros testemunhos do passado?

Por isso, compreender o processo do Pico de Itabirito, que ocorreu há mais de 50 anos, é um importante estímulo para nos questionarmos sobre o tipo de desenvolvimento que estamos, até hoje perseguindo. Nossa economia ainda é baseada na exportação de matérias-primas e os ganhos na balança comercial não se mostraram capazes de extirpar a pobreza, gerar justiça social ou tornar o Brasil uma nação de primeiro mundo. Pelo contrário, este suposto processo de desenvolvimento tem gerado cada vez mais problemas ambientais, conflitos sociais e diferentes formas de violência real e simbólica, dentre as quais se destaca o “silenciamento (...) das formas alternativas de ver ser, fazer e dizer” (ZHOURI; VALENCIO, 2014, p.11).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A QUEM pertence o minério de ferro? *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1964.
- AB' SABER, Aziz. O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 21, p. 7-20, 1986.
- AGUIAR FILHO, Walter. Os Códigos de Minas de 1934 e 1940 (História da Vale). 18 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/os-codigos-de-minas-de-1934-e-1940-historia-da-vale.html>>. Acesso em: 29 nov. 2018.
- ALTITUDE comparada dos pontos culminantes do sistema orográfico brasileiro pelo Conselheiro F.I.M. Homem de Mello. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Paulo Robin & C.^a. 1 grav., litograv. p&b, 34 x 46,3 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1450878/icon1450878.jpg>. Acesso em: 4 jun. 2017.
- ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 98, p. 65-98, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/69>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- ALVES, Débora Bendocchi. (Org.). *Ernst Hasenclever e sua viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.
- _____. Ernst Hasenclever em Gongo-Soco: exploração inglesa nas minas de ouro em Minas Gerais no século XIX. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, v.21, n.1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100281>. Acesso em: 11 out. 2018.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. A escola, o Pico. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1966a.
- _____. *Antologia Poética*. 12^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- _____. Carta a Alyrio Cavaliere. Arquivo Público de Itabirito, 04 ago. 1965.
- _____. Imagens da terra: salvando a paisagem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1961, p. 6.
- _____. A palavra e a terra. In: _____. *Lição de Coisas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Menino Antigo: Boitempo II*. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.
- _____. O pico ameaçado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 maio 1966b.
- _____. O Pico de Itabirito. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1965.
- _____. O trem maior do mundo. 1984 [2010]. Disponível em: <<http://relicariominado.blogspot.com/2010/04/o-maior-trem-do-mundo.html>>. Acesso em: 05 out. 2018.
- AUTOR desconhecido. Pico de Itabirito, s./d.. *Coleção Digital de Itabirito*. [201-]a. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/galeria.php?titulo=Pico%20de%20Itabirito&foto=037>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

_____. Pico de Itabirito, 1947. *Coleção Digital de Itabirito*. [201-]b. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/galeria.php?titulo=Pico%20de%20Itabirito&foto=276>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. *Filogenese*, São Paulo, Unesp, v. 6, n. 2, p. 148-162, 2013. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

AZEVEDO, Úrsula Ruchkys. *Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO*. 2007. 211f. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique. (Orgs.). *Aredes: recuperação ambiental e Valorização de um Sítio Histórico-Arqueológico*. Belo Horizonte: Orange Editorial, 2016.

BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique; NEVES, Marcus Duque. A Usina Wigg e a siderurgia em escala industrial nas minas oitocentista, Ouro Preto, Minas Gerais – Brasil. *VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*, Iphan, Ouro Preto, n.p., 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t5_usina_wigg.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

BAITELLO JUNIOR, Norval *et al.* (Orgs). *Os símbolos vivem mais que os homens: ensaios de comunicação, cultura e mídia*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 243-252.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, jan./jun 2011, p. 38-63.

_____. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. *Conexão – Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan./ jun. 2007. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/191/182>>. Acesso em: 1º out. 2018.

BARROSO FILHO, José. Propriedade: a quem serves? Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/2453/propriedade>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

BBC Brasil. O polêmico prédio de luxo no centro de crise no Planalto. 28 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38126518>>. Acesso em: 28 set. 2018.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. Cacumen Montis Pico d'Itabira do Campo: in Prov. Minarum. S.d. Disponível em: <<http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/39649>>. Acesso em: 19 out. 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960. *Conferência Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa*. Centro Celso Furtado: 2011. Disponível em: <

http://centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201109261231420.LivroCAIXA_C_0_15.pdf
f>. Acesso em: 03 dez. 2018.

BILAC, Olavo. Belo Horizonte – a nova capital de Minas. In: MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Belo Horizonte: a cidade escrita*. Belo Horizonte: Editora UFMG, ALMG, 1996, p. 60-72.

BORGES, Alice Gonzales. Supremacia do Interesse Público: desconstrução ou reconstrução?. *Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico*, Salvador, n. 26, maio/jul. 2011, [n.p.]. Disponível em: < <http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-26-MAIO-2011-ALICE-BORGES.pdf>>. Acesso em: 28 de set. 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004 *apud* RADUN, Denis Fernando. *O (Des)tombamento em Questão: (Des)patrimonialização de Bens Culturais Tombados Pelo Órgão Federal de Preservação no Brasil (1937-2015)*. 2016. 21 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 1934.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 1937.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

_____. *Decreto legislativo nº 3 de 13/02/1948*. Aprova a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América de 1940. Rio de Janeiro: 1948 *apud* SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. 2006. 293f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. *Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941*. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm>. Acesso em: 28 set. 2018.

_____. *Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941*. Dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens do patrimônio histórico e artístico nacional. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3866.htm>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASILIANA ICONOGRÁFICA. *Montis Auriferi ad Cata-Branca in Prov. Minarum*. S.d. Disponível em: <<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19132/montis-auriferi-ad-cata-branca-in-prov-minarum>>. Acesso em: 19 out. 2018.

BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. Trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo; Ed. Da USP, 1980.

BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília (DF): Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

- CABRAL, Luiz Otávio. A paisagem enquanto fenômeno vivido. *Geosul*, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 34-45, jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14252>>. Acesso em: 28 jul. 2016.
- CANANI, Aline S.K.B. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 28 set. 2018.
- CARTAS de Gorceix a Pedro II. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 04, p.374-388, mar. 2010. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/150/85>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1949.
- CAUQUELIN, Anne. Paisagem, retórica e patrimônio. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*. Salvador, v.6 n. 1, p. 24-27, 2003. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3227>>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- CHACHAM, Vera. Longe do Paraíso: disputas pela preservação da paisagem em Minas Gerais. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO, 3, 2014, Belo Horizonte. *Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*. Belo Horizonte: Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável, 2014, n.p. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/trabalho/138/longe-do-paraíso-disputas-pela-preservacao-da-paisagem-em-minas-gerais>>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo, Ática, 2000.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CLÍMACO, Bianca Pataro Dutra. *Se essa rua fosse minha: patrimonialização de conjuntos urbanos em Itabirito (MG)*. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- COELHO, Tádzio Peters. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. *Intratextos*, Rio de Janeiro, número especial 03, p.128-146, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/3140>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- COLLOT, M. Pontos de vista sobre a percepção das Paisagens. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v.20, n.39, p.22- 31, 1990 *apud* RISSO, Luciene Cristina. Paisagens e Cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, UERJ, n. 23, p. 67-76, jan./jun. 2008.
- CORBIN, Alain. Comment l'espace devient paysage. In: *L' Homme dans le paysage*. Paris: Textuel, 2001, pp. 7-24.
- CORREIA, Roberto Lobato. Formas Simbólicas e Espaço: algumas considerações. *GEOgraphia*, Niterói, ano IX, n. 17, p.7-17, 2007. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/212>>. Acesso em 28 set. 2018.
- COSTA, Heitor Façanha da. O Pico de Itabirito como monumento e a Revolução brasileira. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 06 ago. 1964.

- _____. Pico de Itabirito: demagogia mineral. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1965.
- COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994 *apud* AZEVEDO, Úrsula Ruchkys. *Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO*. 2007. 211f. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 123-128, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100006>. Acesso em: 28 set. 2018.
- DELGADO, José Augusto. Interesses difusos e coletivos: evolução conceitual. Doutrina e jurisprudência do STF. *Revista de Processo*, v. 25, n. 98, p. 61-81, abr./jun. 2000. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/1893>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Patrimônio Cultural e Geoparque. *Revista do Instituto de Geociências – USP*, São Paulo, v. 5, p. 75-83, out. 2009. Disponível em: www.igc.usp.br/geologiausp> . Acesso em: 25 jul. 2017.
- DEPUTADO condena destombamento do Pico do Itabirito. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05 set. 1965.
- DETONI, Sandro Francisco. Tombamento de áreas naturais: a paisagem como elemento estruturador. *Revista Geonorte*, v.3, n.4, p. 1283-1291, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/2022>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- DINIZ, Dilma Castelo Branco. Cartas Inéditas de Dom Pedro II a Henri Gorceix: tradução e comentário. *Caligrama – Revista de Estudos Românicos*, v. 15, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/155>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- DIVISÃO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO (DMP). Arquivo da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo de Itabirito. O Pico de Itabirito. [20-].
- DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. *Novos Estudos*, n. 77, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a05n77.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- ECKERT, Cornelia. As variações paisageiras. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, 2008, p. 1-12.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. Trad. Domicio de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, v.1 e 2. 1979.
- EXPLORAÇÃO de minérios no estado de Minas Gerais - o início do fim do assalto a Minas. *O idealista*, 15 dez. 1963.
- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos de sua história na colônia e no império (séculos XVIII-XIX). *América Latina em la Historia*

Económica, n. 1, p. 41-55, jan./jun. 1994. Disponível em: <<http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/143>>. Acesso em: 28 set. 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Para além da Pedra e Cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONTES, Manoel. Piquenique, 1904. *Coleção Digital de Itabirito*. [201-]. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/galeria.php?titulo=Piquenique&foto=307>>. Acesso em: 05 dez 2018.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velho mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 24, p. 67-79, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/73955>>. Acesso em: 26 out. 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela Maria; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p. 59-74.

_____. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. IN: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: MinC, 2007, p. 139-157.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

GRANDES produtores teriam assinado um protocolo para ação no mercado do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 jun. 1960.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HANNA: a realidade e o mito do minério de ferro. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 04 fev. 1965.

HAROCHE, Claudine; LOPES, Myriam Bahia; DÉLOYE, Yves. (Orgs.). *Ensaio sobre a arrogância*. Belo Horizonte: NEHCIT/EA UFMG, 2015.

HENDGES, Antônio Silvío. Histórico e evolução da Legislação Ambiental no Brasil, Parte 2. *Portal Ecodebate*, 16 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2016/11/16/historico-e-evolucao-da-legislacao-ambiental-no-brasil-parte-23-artigo-de-antonio-silvio-hendges/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

HIRASHIMA, Hayato. A Mina de Cata Branca. In: LOPES, Myriam Bahia *et al.* *Coleção Digital de Itabirito*. Belo Horizonte: IEDS/NEHCIT, 2009, p. 9-13.

IMAGENS. *Jornal Imagens*, n. 24. Itabirito: jun./ 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Municípios: Itabirito (MG). [201-]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/itabirito/panorama>>. Acesso em: 27 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). Economia mineral do Brasil. Mar. 2018. Disponível em: <<https://portaldamineracao.com.br/wp-content/uploads/2018/02/economia-mineral-brasil-mar2018-1.pdf?x73853>>. Acesso em: 27 set. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Arquivo Central. Processo Administrativo de Tombamento n.º 0608-T-60: Pico do Itabirito, Itabirito (MG). Rio de Janeiro, 1960, 343 f.

_____. Ata da 35.^a sessão ordinária do Conselho Consultivo do SPHAN, de 13 de junho de 1961. 1961a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/1961__03__35a_reunio_ordinria__13_de_junho.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. Ata da 36.^a sessão ordinária do Conselho Consultivo do SPHAN, de 10 de agosto de 1961. 1961b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/1961__04__36a_reunio_ordinria__10_de_agosto.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. Ata da 39.^a sessão ordinária do Conselho Consultivo do SPHAN, de 25 de junho de 1962. 1962. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/1962__02__39a_reunio_ordinria__25_de_junho.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas (Ouro Preto, MG). S.d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1370>. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Pico de Itabirito: Folha 8, inscrição nº 31. 1937.

ITABIRITO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1965.

KARPINSKI, Cezar. Paisagem e História: notas de leitura. *Espaço Plural*, ano XII, n. 25, jul./dez. 2011, p. 26-36.

KOUBI, Geneviève. O fato arrogância, fonte do ato jurídico. In: HAROCHE, Claudine; LOPES, Myriam Bahia; DÉLOYE, Yves. (Orgs.). *Ensaio sobre a arrogância*. Belo Horizonte: NEHCIT/EA UFMG, 2015, p. 55-63.

LAGE, Mariana. Minas... paisagens devastadas. *Revista Sagarana*, [200-?]. Disponível em: <<http://www.revistasagarana.com.br/revista32/artemineira.htm>>. Acesso em: 22 out. 2018.

LAMOSO, Lisandra Pereira. *A Exploração de Minério de Ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul*. 2001. 309f. Tese (Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LASBECK, A opressão pelo símbolo: os símbolos também abreviam a vida dos homens. In: BAITELLO JUNIOR, Norval *et al.* (Orgs.). *Os símbolos vivem mais que os homens: ensaios de comunicação, cultura e mídia*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 243-252.

LATIF, Miran de Barros. Tombamento do Pico do Itabirito. *Revista de Engenharia, Mineração e Metalurgia*. Rio de Janeiro, v. XXXVIII, n. 227, p. 209-210, nov. 1963.

LAVALLE, Adrián G.; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, 67, p. 263-269, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a04n67.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.24, n.1, p. 99-136, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142016000100099&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 set. 2018.

LEMBRANÇA da primeira missa no Pico de Itabirito. *Jornal O Itabirito*. Itabirito: [194-], p. 26.

LEROY, Jean Pierre Leroy. Flexibilização de direitos e justiça ambiental. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma. (Orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 23 a 50.

LIMA, Kleverton Teodoro de. Da Usina Esperança à VDL Siderurgia LTDA. In: OLIVEIRA, José Carlos. (Org.). *Breves Histórias de Itabirito, da Usina Esperança, do Circuito VDL*. Circuito VDL de Arte e Cultura. Belo Horizonte: Artes Gráficas Formato, 2013.

_____. História e memória social de Aredes do antigo Arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itaubira. In: BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique. (Orgs.). *Aredes: recuperação ambiental e Valorização de um Sítio Histórico-Arqueológico*. Belo Horizonte: Orange Editorial, 2016, p. 98-123.

LIMA, Margarida Rosa de. *Dom Pedro II e Gorceix: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto*. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977 *apud* DINIZ, Dilma Castelo Branco. Cartas Inéditas de Dom Pedro II a Henri Gorceix: tradução e comentário. *Caligrama – Revista de Estudos Românicos*, v. 15, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/155>>. Acesso em: 28 set. 2018.

LISBOA, Marijane. Em nome do desenvolvimento: um fundamento poucos sólido para resolução de conflitos. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma. (Orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 51-78.

LOPES, Myriam Bahia. A Torção do Horizonte: a história da cidade e a montanha. *URBANA*, v.6, n. 8, p. 190-198, jun.2014.

_____. Condições de possibilidade da arrogância. In: HAROCHE, Claudine; LOPES, Myriam Bahia; DÉLOYE, Yves. (Orgs.). *Ensaio sobre a arrogância*. Belo Horizonte: NEHCIT/EA UFMG, 2015, p. 95-101.

_____. Transporte. In: LOPES, Myriam Bahia *et al.* *Coleção Digital de Itabirito*. Belo Horizonte: IEDS/NEHCIT, 2009, p.14-21.

_____. *et al.* *Coleção Digital de Itabirito*. Belo Horizonte: IEDS/NEHCIT, 2009, p. 9-13.

_____. *et al.* A cidade, seus habitantes e a serra: breves notas sobre a história do Parque das Mangabeiras (1960 -2010). *Vitruvius*, Belo Horizonte, ano 11, n.p., maio 2011. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.130/3798>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MARROU, Henri Irenée. *Sobre o Conhecimento Histórico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARTINS, Zaira Melillo. (Org.). *Cidade Encanto – antologia poética*. Itabirito, [199-?].

_____. O Pico de Itabirito. In: MARTINS, Zaira Melillo. (Org.). *Cidade Encanto – antologia poética*. Itabirito, [199-?], p. 81-89.

MARTINS FILHO, Yves Gandra da Silva. O princípio ético do bem comum e a concepção jurídica do interesse público. *Rev. TST*, Brasília, vol. 66, nº 2, p. 30-44, abr/jun 2000. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/84843>>. Acesso em: 28 set. 2018.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/tipologias%20ap%20no%20brasil_medeiros_2006.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MÉDICI, Agostinho. Pico de Itabirito. In: MARTINS, Zaíra Melillo. (Org.). *Cidade Encanto – antologia poética*. Itabirito, [199-?], p. 16.

MEIRELES, Hely Lopes. Tombamento e Indenização. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 161, p. 1-6, jul./set. 1985.

MELLO, Francisco Homem de. Ascensão ao Pico da Itabira do Campo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, suplemento ao tomo LI, 1888, p. 185-190. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsME15S0xhZ3c3R1k/view>. Acesso em: 05 dez. 2018.

_____. *Atlas do Brasil*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1909. Disponível em: <<http://www.maproom.org/00/49/present.php?m=0006>>. Acesso em: 19 out. 2018.

MELILLO, Natália Donada Costa. Pico de Itabirito. In: MARTINS, Zaíra Melillo. (Org.). *Cidade Encanto – antologia poética*. Itabirito, [199-?]a, p. 74-75.

_____. Valter. Pico de Itabirito – reminiscências. In: MARTINS, Zaíra Melillo. (Org.). *Cidade Encanto – antologia poética*. Itabirito, [199-?]b, p. 74-75.

MENDONÇA, Francisco. Sphan tenta salvar Itabirito que MBR pode destruir. *Jornal do Brasil*, Brasília, 12 jul. 1987.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como um fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo. (Org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-65.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*. Ouro Preto: Iphan, 2009.

MILO, Daniel. Le Nom des Rues. In: NORA, Pierre. (Org.). *Les Lieux de Memoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1997.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais. 1989.

_____. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Relatório de Atividades 1987-1990. Minas Gerais, 1991.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Histórico da Mineração Brasileira. [201-]. Disponível em: <www.mme.gov.br/documents/10584/.../acb3a5a9-9f7d-4d18-9191-58b1ed375791>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico. Estação Ecológica de Aredes. 2018. Disponível em: <<http://patrimoniocultural.blog.br/estacao-ecologica-de-aredes/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

MINUTO MAIS. Pintora inglesa do século XIX retrata Itabirito em obras que seduziram Darwin. Itabirito: 31 jul. 2015. Disponível em: <<http://minutomais.com/itabirito/pintora->

inglesa-do-seculo-19-retrata-itabirito-em-obras-que-seduziram-darwin.html>. Acesso em: 19 out. 2018.

MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Belo Horizonte: a cidade escrita*. Belo Horizonte: Editora UFMG, ALMG, 1996.

MORAES, José Ermírio. Discurso do Senador José Ermírio de Moraes, de 17 de junho de 1965. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, n. 35-36, p. 47-56, 1966.

MOURA, Gerson. Verbetes: Acordos de Washington. Centro de Pesquisa e Documentação. Fundação Getúlio Vargas, [201-]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/washington-acordos-de>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

NEVES, Marcus Duque. Os caminhos de Aredes e região – sociabilidades, tropeirismo e transformações. In: BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique. (Orgs.). *Aredes: recuperação ambiental e Valorização de um Sítio Histórico-Arqueológico*. Belo Horizonte: Orange Editorial, 2016, p. 124-161.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193332875005>>. Acesso em: 28 set. 2018.

NORA, Pierre. Entre Memória e História – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 28 set. 2018.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Rev. FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>>. Acesso em: 28 set. 2018.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza. Turismo e patrimônio cultural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, Maria Tereza; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia. (Orgs.). *Patrimônio, Natureza e Cultura*. Campinas: Ed. Papyrus, 2007. p. 25-46.

PAISAGEM. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1965.

PARA juiz o Itabirito é igual ao Corcovado. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1965.

PASSOS, Celso. Discurso parlamentar. *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, Suplemento, jul. 1963.

PAULA, Eduardo de. *A visita do Imperador Dom Pedro II a Minas*. 2014. Disponível em: <<http://www.estamosassim.com.br/a-visita-do-imperador-d-pedro-ii-a-minas/>>. Acesso em: 13 maio 2016.

PAULA, João Antônio de. Prefácio. In: TORRES, João Camilo de Oliveira. *O Homem e a Montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Organização de Francisco Eduardo de Andrade e Mariza Guerra de Andrade. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PEREIRA, Julia Wagner. *O Tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação*. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- PICO de Itabirito. Fundo José Aparecido de Oliveira, JAO-0427, sem autoria, Itabirito (MG). Arquivo Público Mineiro. [196-]. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=44623>. Acesso em: 23 out. 2018.
- PINTO, Moreira. Itabira do Campo. *Jornal Minas Geraes*, Ouro Preto: 14 dez. 1897, p. 1-2.
- PIUZANA, Danielle *et al.* Espaços de minerar e caminhos de abastecer: as paisagens, os lugares e o território do Quadrilátero Ferrífero. *TARAIRIÚ – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB*. Campina Grande, ano II, v. 1, n. 02, p. 127-141, mar. 2011. Disponível em: <http://mhn.uepb.edu.br/revista_tarairiu/n2/art9.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Tradução de Monique Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POVO contra a exploração do Itabirito. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1965.
- PROST, Antoine. *Doze Lições sobre a História*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- QUADROS, Eduardo. A letra e a linha: a cartografia como fonte histórica. *Rev. Mosaico*, v.1, n.1, p.27-40, jan./jun., 2008. Disponível em: <seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/download/227/181>. Acesso em: 08 out. 2018.
- RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- RADUN, Denis Fernando. *O (Des)tombamento em Questão: (Des)patrimonialização de Bens Culturais Tombados Pelo Órgão Federal de Preservação no Brasil (1937-2015)*. 2016. 21 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage & VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais; as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1.
- REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mesa redonda: patrimônio natural. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro, n.22, p. 217-232, 1987.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- RIBEIRO, Wagner Costa; ZANIRATO, Silvia Helena. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil. *Revista de História*, n. 158, p. 277-300, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19082>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- RISSO, Luciene Cristina. Paisagens e Cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, UERJ, n. 23, p. 67-76, jan./jun. 2008.
- RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Aspectos polêmicos em torno do patrimônio cultural. In: RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Estudos de Direito do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2012a, p. 89-112.

_____. Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. In: RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Estudos de Direito do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2012b, p. 137-146.

_____; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Estudos de Direito do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

RONCAGLIO, Cynthia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 19, p. 111-128, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/14517>>. Acesso em: 28 set. 2018.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luis Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policias como fonte de pesquisa histórica. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 5, n. 2, p. 159-173, dez. 2009.

ROSIÈRE, Carlos Alberto *et al.* Pico de Itabira, MG: marco estrutural, histórico e geográfico do Quadrilátero Ferrífero. In: Winge, M. (Ed.) *et al.* 2009. *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: CPRM, 2009. v. 2. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio042/sitio042.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

SAES, Alexandre Macchione. Projeto nacional e desenvolvimento: os limites do nacionalismo na defesa dos recursos energéticos brasileiros (1930-1960). *Tempos históricos*, v. 12, n. 2, [n.p.], jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/2213>>. Acesso em: 28 set. 2018.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Itatiaia/Edusp: Belo Horizonte, São Paulo, 1974 *apud* AZEVEDO, Úrsula Ruchkys. *Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO*. 2007. 211f. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SANCHES, Rejane Maria da Silva. *A Serra do Gandarela*. 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SANSOT, Pierre. *Variations paysagères*. Paris: Payot & Rivages, 2009.

SARMENTO, Luiz Eduardo Pinheiro. Patrimônio cultural e desenvolvimento: tensões, disputas e conflitos socioambientais. *Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal, 03 a 06 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401760341_ARQUIVO_artigo_completo_RBA_GT_15_LUIZ_EDUARDO_PINHEIRO_SARMENTO.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHÜCH, Roch. *Memória sobre algumas experiências e empenhos mineralógicos e metalúrgicos*. Rio de Janeiro: Impresso da Tipografia de Laemmert, 1840.

SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. 2006. 293f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____; RIBEIRO, Wagner Costa. Preservar: por que e para quem? *Patrimônio e Memória*. São Paulo, v. 2 n. 2, p. 98-109, 2006. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/65>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

SEM Título. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. Verbetes da Enciclopédia. São Paulo: Itaú Cultural, 2018a. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra11735/sem-titulo>>. Acesso em: 22 de Out. 2018.

_____. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. Verbetes da Enciclopédia. São Paulo: Itaú Cultural, 2018b. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra8221/sem-titulo>>. Acesso em: 22 de Out. 2018.

SERRANO, Célia M. T. *A invenção do Itatiaia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1993.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Haroldo Zeferino. Comentário sobre: The iron ores of Brazil. *Rem - Rev. Esc. Minas*, v. 63, n. 3, Ouro Preto, jul./ set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672010000300009>. Acesso em: 28 set. 2018.

SILVA, Olímpio Augusto da. *Itabirito: minha terra*. Organização de Thelmo Lins e Rogéria Malheiros Leão. Itabirito: Prefeitura Municipal, 1996.

SILVA, Olintho Pereira da. Mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. *Geonomos*, n. 3, v. 1, p. 77-86, 1995. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geonomos/issue/view/29>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SILVEIRA, Álvaro da. *Memórias Chorográficas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1920.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: SILVEIRA, Flávio L. A. da; CANCELA, Cristina D. *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Edufpa, p.71-83. 2009.

_____; CANCELA, Cristina D. *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Edufpa, p.71-83. 2009.

SIMMEL, Georg. *A filosofia da paisagem*. Trad. Artur Mourão. Covilhã: Lusofia Press, 2009.

SIMÕES, Ivacy. *Deslizes no legislativo municipal*. Itabirito, 2006.

SOARES, Alberto Woods. Carta à redação do jornal Correio da Manhã. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1966.

SOUZA, Jarbas Nazareth. Recordando... com Jarbas: Itabirito – memória viva os sentimentos. Idealização, organização e revisão de César Cristiano de Lima. Belo Horizonte: Editora do Autor, 2004.

_____. Recordando... com Jarbas: Itabirito – memória viva os sentimentos. Volume II. Idealização, organização e revisão de César Cristiano de Lima. Belo Horizonte: Editora do Autor, 2009.

SOUZA, Rafael de Freitas e. A efêmera e fatal Mina de Cata Branca: mineração e trabalho numa companhia aurífera inglesa em Minas Gerais (1832-1844). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 7, n. 14, jul./ dez. 2015, p. 37-52. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/viewFile/1984-9222.2015v7n14p37/32003>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. Representação contra o Diretor da Saint John d'el Rey Mining Company, Limited (Morro Velho) 1861. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.423-437, jan/jun 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000100019&script=sci_abstract>. Acesso em: 28 set. 2018.

SPIX, Johann; MARTIUS, Friedrich. *Viagem pelo Brasil – 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, v.1, 1976.

SUZANNET, Conde de. (L. de Chavagnes). *O Brasil em 1845*. Trad. Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1957.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio; COSTA, Rodrigo Vieira; SALES, Jessica Fontenele. O Revés da Proteção: apontamentos sobre o instituto do cancelamento de tombamento e suas implicações nas políticas de preservação do patrimônio cultural. In: *V SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS*, 2014, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014, p. 1-14. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/M%C3%A1rio-Ferreira-de-Pragm%C3%A1cio-Telles-et-alli.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

TEPEDITINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. A garantia da propriedade no direito brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, ano VI, n. 6, p.101-119, jun. 2005.. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30793-33014-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O Homem e a Montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Organização de Francisco Eduardo de Andrade e Mariza Guerra de Andrade. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

UNESCO. World Heritage Center – World Heritage List. 2018. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*. Rio de Janeiro, v.12, n. 1, p. 237-248, abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009>. Acesso em: 29 set. 2018.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Verbete: Código de Minas. Centro de Pesquisa e Documentação. Fundação Getúlio Vargas. [201-]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/codigo-de-minas>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UNB, 1995.

VIEIRA, Elias Antônio. A (in) sustentabilidade da indústria da mineração no Brasil. *Estação Científica*, Macapá, v. 1, n. 2, p. 01-15, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/248>>. Acesso em: 28 set. 2018.

WANDERLEY, Humberto Lucas. Ode ao Pico de Itabirito. In: MARTINS, Zaira Melillo. (Org.). *Cidade Encanto – antologia poética*. Itabirito, [199-?].

WISNIK, José Miguel. *Maquinação do mundo – Drummond e a mineração*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324>>. Acesso em: 28 set. 2018.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de. A natureza no patrimônio cultural do Brasil. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro, n.22, p. 233-235, 1987.

ZANIRATO, Silvia Helena. São Paulo: exercícios de esquecimento do passado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 189-204, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100013>. Acesso em: 28 set. 2018.

ZHOURI, Andréa. Mapeamento desigualdades ambiental: mineração e desregulação ambiental. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma. (Orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 111 a 141.

_____; VALENCIO, Norma. (Orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Cronologia do Processo do Pico de Itabirito

